



ÁLTERA

Dossiê

Campos de extensão universitária
na antropologia brasileira

v.2, n.9, jul./dez 2019



© 2019 UFPB
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Reitora: Prof.^a Dr.^a Margareth de Fátima Formiga Diniz Melo

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
Diretora: Prof.^a Dr.^a Mônica Nóbrega

CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO
Diretora: Prof.^a Dr.^a Maria Angeluce Soares Perônico Barbotin

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
Coordenadora: Prof.^a Dr.^a Alexandra Barbosa

COMITÊ EDITORIAL

Editores

Prof. Dr. Marcos Carvalho; Prof.^a Dr.^a Mônica Franch; Prof.^a Dr.^a Patrícia dos Santos Pinheiro;
Prof. Dr. Pedro Guedes do Nascimento

Equipe

Rianna de Carvalho Feitosa; Márcio Roberto Carvalho; Yago Geovanne Oliveira Ono Xaxá;
José Welhinjton Cavalcante Rodrigues; Heloisa Wanick

DIAGRAMAÇÃO

Hamilton Bittencourt

IMAGEM DE CAPA

Caterine Reginensi

REVISÃO ORTOGRÁFICA

Patrícia Anette

DESIGNER GRÁFICO DE CAPA

Patrícia dos Santos Pinheiro

APOIO

Este número contou com o apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa (FAPESQ), Termo de Outorga nº 044/2019



Áltera Revista de Antropologia, João Pessoa, v. 2, n. 9, jul./dez. 2019
<https://periodicos.ufpb.br/index.php/altera>
revistaaltera@gmail.com

CONSELHO CIENTÍFICO

Alfredo W. B. de Almeida (UFAM)	José Sérgio Leite Lopes (Museu Nacional/UFRJ)
Antonella M. I. Tassinari (UFSC)	José Vega (Univ. de Holguín)
Antônio C. de Souza Lima (Museu Nacional/ UFRJ)	Lady Selma Albernaz (UFPE)
Beatriz C. Labate (CIESAS-MX)	Lea Freitas Perez (UFMG)
Bela Feldman-Bianco (Unicamp)	Leila Sollberger Jeolás (UEL)
Carmem Rial (UFSC)	Lisabete Coradini (UFRN)
Clarice Peixoto (UERJ)	Luis F. Dias Duarte (Museu Nacional/UFRJ)
Cláudia Fonseca (UFRGS)	Luis R. Cardoso de Oliveira (UnB)
Cornelia Eckert (UFRGS)	Mariza Veloso (UnB)
Cristina Larrea Killinger (Universidade de Barcelona)	Maya Mayblin (Univ. of Aberdeen)
Elisete Shwade (UFRN)	Renato Athias (UFPE)
Jane Beltrão (UFPA)	Roberta B. C. Campos (UFPE)
João Pacheco (Museu Nacional/UFRJ)	Russel Parry Scott (UFPE)
	Sergio Carrara (UFRJ)
	Soraya Fleischer (UnB)



ÁLTERA
Revista de antropologia

Áltera

João Pessoa, v. 2, n. 9, jul./dez. 2019

Programa de Pós-Graduação em Antropologia
Universidade Federal da Paraíba

ISSN 2447-9837

Catálogo da Publicação na Fonte
Universidade Federal da Paraíba
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA)

Áltera: revista de Antropologia - UFPB.

Publicação do PPGA - Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPB- Universidade Federal da Paraíba.

João Pessoa, v. 2, n. 9, jul./dez. 2019.

Semestral

316 p.:il.

ISSN: 2447-9837

Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/altera>

1. Antropologia - periódico. 2. Antropologia com bebês. I. Título.

CDU 39

SUMÁRIO

EDITORIAL.....	8
-----------------------	----------

DOSSIÊ

POLÍTICAS E CAMPOS DA EXTENSÃO NA ANTROPOLOGIA BRASILEIRA: UMA APRESENTAÇÃO

Luciana Chianca e Luciana Carvalho	12
--	----

DE ‘APRENDIZ DE ANTROPÓLOGA’ A ‘TIA’: UM BREVE DIÁLOGO EM SALA DE AULA COM ENEIDA DE MORAES

Carla Figueiredo Marinho Saldanha	20
---	----

SOBRE VIOLÊNCIAS, VIVÊNCIAS E RESISTÊNCIAS: EDUCAÇÃO, GÊNERO E CURRÍCULO

Andressa Caroly e Thiago Luz	37
------------------------------------	----

REFLEXÕES ANTROPOLÓGICAS SOBRE A EXTENSÃO: O PROJETO DE REALIZAÇÃO DO 18º CONGRESSO MUNDIAL DA IUAES NA UFSC

Simone Lira da Silva; Miriam Pillar Grossi; Maria Luiza Scheren; Caroline Amábile Vale dos Santos; Gabriela Alano Tertuliano; Filipe Tchinene Calueio	55
---	----

A EXTENSÃO JUNTO AO GRUPO CULTURAL JONGO DA SERRRINHA: UM ESPAÇO DE FORMAÇÃO E CONHECIMENTO

Carla Costa Dias	83
------------------------	----

PESQUISA ACADÊMICA, PRODUÇÃO DE IMAGENS E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. NOTAS SOBRE UMA EXPERIÊNCIA REALIZADA NO CAMPUS DA UFPB – CAMPINA GRANDE (1977 A 1984)

José Roberto Pereira Novaes	107
-----------------------------------	-----

O CINE-BIXA E NOSSOS DIÁLOGOS SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Luciana Ribeiro de Oliveira, Ana Valeria Salza de Vasconcelos, Antonio Cesar Matos de Santana, Flavio Brito Rodrigues, Robinson Pierre Pereira da Silva Junior, Wertton Luis de Pontes Matias	138
---	-----

GÊNERO E CINEMA NA REDE: O FEITO POR ELAS COMO FERRAMENTA DE REFLEXÃO

Isabel Wittmann 155

ANTROPOARTE: UM PROJETO DE EXTENSÃO E A CONSTRUÇÃO DE PESQUISAS ETNOGRÁFICAS

Caterine Reginensi 182

ESPAÇO ABERTO

REPRESENTAÇÕES SOBRE A REFORMA AGRÁRIA NO BREJO PARAIBANO

Patrícia Alves Ramiro, Maria Clara Lima de Menezes, Caterine Soffiati, Ana Victória Santos Batista 202

REFLEXÕES SOBRE EXPERIÊNCIA NO PROCESSO DE TRATAMENTO, DIGITALIZAÇÃO E COMPARTILHAMENTO DO ACERVO FOTOGRÁFICO DE THÉO BRANDÃO

Iara Ferreira de Souza, Tayná Almeida de Paula, Tamara Roque Caetano, Letícia Nogueira Romariz Medeiros 221

RELATOS ETNOGRÁFICOS

DIÁRIO GRÁFICO - ÀS MARGENS DA JAGUARÃO: VIAGEM ETNOGRÁFICA ENTRE OS CERROS E OS RIOS

Juliana dos Santos Nunes, Joanna Munhoz Sevaio, Vagner Barreto Rodrigues, Simone Fernandes Mathias, Airton Rodrigues Cardoso, Patrícia Santos da Rosa, Flávia Maria Silva Rieth 243

ENSAIOS VISUAIS

ENCONTROS QUE CONSTROEM PESQUISAS

Wagner Ferreira Previtali, Martha Rodrigues, Louise Prado Alfonso 274

FOTOGRAFIA E FOLCLORE: UM ESTUDO FOTOETNOGRÁFICO COM O “GUERREIRO SÃO PEDRO ALAGOANO”

Tayná Almeida de Paula 291

CAMINHADA DOS TERREIROS DE PERNAMBUCO: CONTRA A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA E O RACISMO

Fábio Cruz da Cunha e Roselia Adriana Barbosa da Rocha 300

RESENHAS

ELLWANGER, Tiana Maciel. Jornadas de junho: 5 anos depois. Rio de Janeiro: Autografia, 2018. 336p.

Rianna de Carvalho Feitosa 309

EDITORIAL

A Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba tem o prazer de apresentar o seu nono número, que traz o dossiê intitulado *Políticas e campos da extensão na antropologia brasileira*, organizado pelas professoras Luciana Chianca (UFPB) e Luciana Carvalho (Ufopa). Além do dossiê, este número inclui dois artigos em seu Espaço Aberto, um relato etnográfico, três ensaios visuais e uma resenha.

O dossiê *Políticas e campos da extensão na antropologia brasileira* reúne oito artigos que abordam de formas diversas como se articulam ensino, pesquisa e extensão na antropologia e em áreas afins. Em sua apresentação, as organizadoras lembram que, na nossa disciplina, a extensão deita raízes nas pesquisas de inspiração participante desenvolvidas nos anos 1970, quando o regime militar já anunciava seu fim. É na redemocratização, contudo, que a extensão ganha abrangência, embora na prática ela seja frequentemente considerada a “prima pobre” no tripé universitário, lugar que as organizadoras acertadamente questionam. Além de apresentar uma diversidade de iniciativas desenvolvidas junto a diferentes grupos sociais e com distintas metodologias, o dossiê busca refletir sobre a forma como a extensão tem participação na formação de antropólogas e antropólogos no Brasil. Convidamos à leitura dos artigos e da apresentação do dossiê feita pelas organizadoras onde essas questões são aprofundadas e os artigos apresentados detalhadamente.

Na sequência, o artigo *Representações sobre a reforma agrária no Brejo Paraibano*, de autoria de Patrícia Alves Ramiro, Maria Clara Lima de Menezes, Catherine Soffiati e Ana Victória Santos Batista, todas da UFPB, abre a seção Espaço Aberto. As autoras analisam representações de moradores de um assentamento rural em Areia, na região do Brejo Paraibano, atentando para as mudanças percebidas em suas trajetórias de trabalhadores assalariados a assentados da reforma agrária.



O artigo seguinte, *Reflexões sobre experiência no processo de tratamento, digitalização e compartilhamento do acervo fotográfico de Théo Brandão*, de autoria de Iara Ferreira de Souza, Tayná Almeida de Paula, Tamara Roque Caetano, da UFAL, e de Letícia Nogueira Romariz Medeiros, da UFMG, reflete, do ponto de vista antropológico, sobre o tratamento documental de fotografias referentes aos folguedos populares registrados entre as décadas 1930 e 1960 em Alagoas. As fotografias fazem parte do acervo do Museu Theo Brandão de Antropologia e Folclore, foram analisadas no âmbito do projeto “Memória e fotografia no Folclore Alagoano: da preservação ao compartilhamento de imagens” e a experiência das autoras enquanto equipe de trabalho é também abordada no artigo.

A seção Relatos Etnográficos conta com a contribuição coletiva dos participantes do Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos, da UFPel, composto por Juliana dos Santos Nunes, Joanna Munhoz Sevaio, Vagner Barreto Rodrigues, Simone Fernandes Mathias, Ailton Rodrigues Cardoso, Patrícia Santos da Rosa, sob a orientação da Prof^a. Flávia Maria Silva Rieth. Numa proposta esteticamente sensível e criativa, o *Diário gráfico - Às Margens da Jaguarão: Viagem Etnográfica entre os Cerros e os Rios* é resultado de uma atividade de extensão sobre as margens e fronteiras da cidade de Jaguarão/RS, dialogando, portanto, com nosso dossiê sobre extensão universitária.

A penúltima seção deste número traz três ensaios visuais. O primeiro deles, *Encontros que constroem pesquisas*, de Wagner Ferreira Previtali, Martha Rodrigues e Louise Prado Alfonso, da Universidade Federal de Pelotas, traz o registro do evento “Cidades em Transe”, realizado pelo GEEUR (Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos), que reuniu grupos sociais interlocutores em diferentes projetos de extensão, relacionados a: trabalho doméstico, questões raciais, expressões religiosas de matriz africana e universo travesti.

O segundo ensaio intitula-se *Fotografia e folclore: um estudo fotoetnográfico com o “Guerreiro São Pedro Alagoano”*, de autoria de Tayná Almeida de Paula, da UFAL, e se conecta com o mesmo projeto relatado no artigo de Iara Ferreira de Souza et al. A autora, neste ensaio, apresenta visualmente o folguedo popular intitulado “Guerreiro São Pedro Alagoano”, na periferia de Maceió. Por fim, o ensaio *Caminhada dos terreiros de Pernambuco: contra a intolerância religiosa e o racismo*, de Fábio Cruz



da Cunha e Roselia Adriana Barbosa da Rocha se propõe a abordar a luta contra a intolerância religiosa em Pernambuco, por meio do registro da Caminhada dos Terreiros em seus detalhes. Alternando fotos coloridas e em preto e branco, sob diferentes ângulos e perspectivas, os autores mostram gestos e objetos de grande significado para os povos das religiões de matrizes africanas.

Por fim, Rianna de Carvalho (UFPB) faz a resenha do livro *Jornadas de junho: 5 anos depois*, de Tiana Maciel Ellwanger, uma análise à cobertura midiática das mobilizações de junho de 2013 que marcariam de forma indelével os surpreendentes eventos políticos da história recente do Brasil.

O Comitê Editorial agradece à Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (Fapesq) pelo apoio financeiro viabilizado pelo edital *Apoio à editoração e publicação de periódico científicos (003-Fapesq/PB)* que nos permitiu contar com serviço de revisão e diagramação para este número. Agradecemos também ao Conselho Editorial, aos autores que nos encaminharam seus trabalhos, aos pareceristas ad hoc, ao PPGA/UFPB, ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA/UFPB), ao Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAUE/UFPB), bem como a todos que contribuíram para a produção do novo número.

Uma boa leitura!





DOSSIÉ



**DOSSIÊ: CAMPOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA
ANTROPOLOGIA BRASILEIRA**

**POLÍTICAS E CAMPOS DA EXTENSÃO NA ANTROPOLOGIA BRASILEIRA:
UMA APRESENTAÇÃO**

***Extension policies and extension fields in Brazilian Anthropology:
a presentation***

Luciana Gonçalves de Carvalho

Professora na Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará e na Pós-Graduação em Ciências da Sociedade e em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento da Universidade Federal do Oeste do Pará. Doutora em Antropologia no PPGSA/IFCS/UFRJ.

E-mail: lu_gcarvalho@yahoo.com.br

Luciana Chianca

Professora na Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba. Doutora em Antropologia na Université Bordeaux 2 (França).

E-mail: lucianachiancaufpb@yahoo.com.br

Áltera, João Pessoa, v. 2, n. 9, p. 12-19, jul./dez. 2019

ISSN 2447-9837

A pesquisa de inspiração participante marcou a busca por metodologias de construção reflexiva e dialógica de conhecimento na Antropologia, notadamente a partir dos anos 1970, no Brasil. O fazer antropológico se expandiu, então, consideravelmente, na percepção de que saberes acadêmicos, científicos ou humanísticos pressupõem uma fusão de horizontes com os conhecimentos populares e locais, sejam eles tradicionais ou não. Tal pressuposto transformou o cotidiano de muitos professores e pesquisadores, em um processo que foi traduzido pela progressiva incorporação da extensão ao binômio ensino-pesquisa, conectando conceitual e inexoravelmente a universidade pública com a sociedade e suas demandas.

A Constituição Federal de 1988, reconhecendo a importância da prática extensionista nas universidades brasileiras, ordenou-lhes a “obediência ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, em seu Art. 207. Apesar do mandamento constitucional, porém, as ações de extensão permanecem subvalorizadas na formação e na vida universitária, até hoje. Em relação à formação de antropólogos e antropólogas, especificamente, vigoram concepções que rejeitam formas supostamente aplicadas da disciplina e aderem a critérios avaliativos próprios de uma cultura cientificista, que privilegia a pesquisa e considera a extensão como “a prima pobre” da universidade.

Não obstante, diversos trabalhos atestam o impacto da extensão na trajetória de formação de antropólogos e antropólogas, ao mesmo tempo que discutem as condições objetivas e subjetivas da implementação de ações e mediações antropológicas de caráter extensionista junto a diferentes grupos sociais. Com o intuito de fomentar tal debate, este dossiê reúne oito artigos capazes de dar visibilidade a questões conceituais, metodológicas, políticas, relacionais e pedagógicas da extensão universitária em diferentes contextos da atuação antropológica, abrangendo o Brasil de Norte a Sul.

Nos quatro artigos iniciais, a escola e a universidade são tomadas como espaços privilegiados para agir e para refletir sobre a extensão, entendida como uma dimensão constitutiva das experiências vivenciadas na formação de estudantes em diferentes níveis. Os processos enfocados nos textos se referem a iniciativas de educação formal e informal tão diversificadas quanto o ensino de redação em uma escola



de nível fundamental no Pará, a realização de uma oficina sobre gênero com jovens e adultos no Rio Grande do Sul, a organização de um congresso internacional em Santa Catarina e, ainda, o estabelecimento de medidas de institucionalização da extensão na Universidade Federal do Rio de Janeiro, no cenário de recente expansão das universidades federais.

No primeiro artigo da série, Carla Saldanha narra sua experiência como professora de redação para turmas de sexto e sétimo anos em uma escola de Belém/PA, em 2012 e 2013. Licenciada em Letras e bacharela em Ciências Sociais, a autora arriscou levar para a sala de aula a postura investigativa e questionadora própria da antropologia a fim de exercitar, junto aos seus alunos, o estranhamento dos universos aos quais os textos literários dão acesso. Como professora, estimulou-os a transitarem na literatura como se estivessem “em campo” e a buscarem, com base em questões dirigidas, informações para além dos textos. Dessa maneira, iniciou-os em pesquisas sobre os contextos históricos, políticos e culturais dos respectivos autores.

Saldanha destaca o trabalho realizado sobre a obra de Eneida de Moraes, uma escritora e jornalista belemense que se dedicou à militância no Partido Comunista, em meados do século XX. Chamando a atenção dos alunos para dois aspectos geralmente pouco explorados na escola – a produção literária local e a atuação feminina no campo literário –, a autora e educadora exercita responsabilidades que vão além do cumprimento do conteúdo programático. Embora seu trabalho não configure propriamente uma ação institucional de extensão universitária, tem o mérito de conectar diferentes campos do saber acadêmico em uma experiência extramuros.

Andressa Caroly e Thiago Luz optaram pelo trabalho com discentes da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), em Porto Alegre/RS, para abordar a problemática da violência contra a mulher *cis*, *trans* e travesti. Em uma oficina realizada em 2017, da qual participaram homens e mulheres, os autores lançaram mão de suportes textuais e audiovisuais à guisa de recursos didáticos, a fim de debater temas como cotidiano e educação, na perspectiva do gênero. O exercício visou a elucidar processos de construção e legitimação de discursos violentos no espaço escolar e, ao mesmo tempo, identificar possíveis formas de resistência a eles.

No artigo resultante da referida oficina, Caroly e Luz assumem que a escola



é um componente específico da sociedade e defendem a adoção de um currículo questionador, reflexivo, autocrítico e comprometido com a desconstrução de essencialismos e discursos violentos. A ação extensionista que conduziram, analisada e compartilhada neste dossiê, sinaliza caminhos e propõe métodos para a construção de experiências mais inclusivas na educação.

A inclusão, associada a posturas essencialmente dialógicas, também delinea o horizonte de preocupações que motivou o grupo coordenado por Simone Lira da Silva e Miriam Pillar Grossi a se engajar nas atividades relativas à organização do 18º Congresso Mundial da *International Union of Anthropological and Ethnological Sciences* (IUAES), promovido na Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis, em julho de 2018. Em se tratando de um evento internacional, com três línguas oficiais e congressistas oriundos de todos os continentes do globo, a complexidade da tradução cultural, que é tão cara à tradição antropológica, foi um verdadeiro desafio para a equipe de organizadores; mas constituiu, simultaneamente, uma rica oportunidade de formação de estudantes de vários cursos de graduação, como atestaram os autores do terceiro artigo do bloco.

O destaque, no que se refere ao engajamento desses estudantes na organização do congresso como parte de um projeto de extensão, recai sobre o potencial pedagógico dessa experiência. O agenciamento das comunicações com os participantes, o gerenciamento das inscrições, a programação das atividades e escalas de horários do congresso, a produção de textos multilíngues, o apoio aos congressistas para a obtenção de vistos e a realização das atividades de secretaria são algumas das ações extensionistas narradas no artigo, que, ao fim, demonstra claramente que a organização de um congresso de tal porte, mais que um aglomerado de rotinas administrativas, é “um ato de política acadêmica”.

A dimensão política da extensão universitária é, mais uma vez, assinalada no artigo de Carla Dias, que parte de um projeto desenvolvido no Grupo Cultural Jongo da Serrinha, no Rio de Janeiro/RJ, para discutir como relações dialógicas de ensino-aprendizagem podem contribuir com processos de afirmação de identidades, valorização do patrimônio cultural e construção de condições de exercício da cidadania em uma comunidade marginalizada. O artigo enfatiza, ainda, as contribuições das



experiências de extensão universitária no processo de formação cidadã dos próprios extensionistas.

Dias sublinha a importância desse último aspecto, tendo em vista a necessidade das universidades públicas de estabelecerem mecanismos de inclusão social capazes de garantir a igualdade de oportunidades de acesso e permanência para todos os grupos sociais. Para a autora, tal urgência, recentemente acentuada no âmbito dos processos de reestruturação do ensino superior e de expansão das universidades federais no Brasil, abre um campo vasto para ações de extensão que, articuladas ao ensino e à pesquisa, promovam relações de sociabilidade e práticas reflexivas formadoras de uma “universidade inclusiva, diversa, aberta às transformações e ao diálogo”.

A categoria “diálogo” orienta todas as experiências extensionistas narradas nos quatro últimos artigos deste dossiê, levadas a cabo em zonas rurais e urbanas dos estados da Paraíba e do Rio de Janeiro, além de espaços virtuais. Em comum, tais experiências têm a atenção diferenciada que dispensam a processos de produção cultural e artística capazes de contribuir com a superação de desigualdades. Vídeo, cinema, fotografia, desenho, teatro e performance são alguns dos campos explorados nos projetos extensionistas que deram origem a essas quatro produções.

Exercitando o diálogo entre a antropologia e a arte, José Roberto P. Novaes relata a atuação entre 1977 e 1984 do GEAS, grupo de pesquisa e extensão universitária vinculado à pós-graduação em Sociologia e Economia Rural da UFPB de Campina Grande/PB, no artigo “Pesquisa acadêmica, produção de imagens e extensão universitária”. De maneira interdisciplinar e politicamente situada, o autor desvela o contexto de ditadura civil-militar e a luta pela redemocratização no Brasil, mostrando a conexão entre os objetivos da extensão universitária e a utilização de suportes visuais (fotografias e filmes) e cênicos (peças de teatro) na ação com comunidades do interior do estado, tanto da área rural quanto urbana.

Através desse artigo, que é um relato mnemônico, revisitamos o ambiente das experiências extensionistas interdisciplinares em ciências sociais no contexto político, social e acadêmico onde se buscam a “troca de saberes” e a luta por direitos. Esse universo relativamente distanciado da grande maioria dos extensionistas contemporâneos é apresentado com todas as tensões, dificuldades e enfrentamentos que tal



exercício impunha naquele período. É o que Roberto Novaes destaca, quando se refere à centralidade das cooperações que a universidade mantinha com associações, sindicatos, Igreja e outros parceiros da sociedade civil. Destaca-se, ainda, a original leitura contemporânea (e autocrítica) de uma sequência de experiências datadas de mais de trinta anos. Enquanto aponta os limites e alcances do vivido, esse artigo sinaliza paralelos e aproximações à nossa reflexão sobre a extensão contemporânea.

Igualmente gestado na Universidade Federal da Paraíba, o Cine-Bixa é um projeto inovador que compreende a realização de exposições e intervenções fílmicas sobre diversidade sexual e de gênero dentro e fora da academia. Com base em uma concepção de educação “enquanto instrumento de transformação social e libertação da opressão”, e com auxílio do recurso audiovisual, Luciana de Oliveira e o grupo envolvido no projeto investem na criatividade, no diálogo e na reflexão crítica como meios de promoção do acolhimento às diversidades de gênero.

Do ponto de vista conceitual, o projeto se baseia na teoria *queer*, cara à antropologia contemporânea, para estimular o debate crítico não-violento sobre as diversidades de gênero em uma sociedade opressiva e heteronormativa. Acionando linguagens alternativas e subalternizadas, opta pelo termo “bixa” com o propósito de “transformar, de forma transgressora e irreverente, algo com tons socialmente pejorativos (o suposto xingamento ‘bixa’), em resistência e militância”. A pertinência da iniciativa é demonstrada no relato das atividades elencadas no artigo, que alcançaram espaços e grupos distintos: um bar frequentado por homens jovens e de meia idade, heterossexuais; o auditório da UFPB, para membros do grupo Mães pela Diversidade, de Pernambuco e da Paraíba; e o Centro de Cidadania LGBT de João Pessoa, em um evento organizado pela Prefeitura.

O cinema volta à tela no artigo de Isabel Wittmann. Partindo da constatação de que os filmes são “o resultado final de uma série de processos criativos e autorais que na maior parte das vezes não são controlados por mulheres”, a autora de “Cinema e Mulher” revela como a desigualdade de gênero se constrói nesse campo desde a formulação da narrativa histórica sobre a presença da mulher no cinema. Apesar de invisibilizadas através de processos políticos que o artigo revela ao leitor com grande habilidade, reunindo fontes qualificadas e diversas, as mulheres ocupam esse lugar



desde a sua criação até os dias atuais. Num universo predominantemente masculino elas conquistam efetiva e crescentemente o reconhecimento nas diversas fases de produção e nas diferentes funções do cinema, além da pós-produção (crítica e divulgação).

Inspirado em diversas pesquisas e experiências que buscam a paridade de gênero no cinema, um grupo formado por antropólogas, jornalistas, linguistas e cineastas brasileiras concebeu e realizou o site de crítica de cinema chamado *Feito por Elas*, com o intuito de “abordar de maneira educativa algumas das múltiplas sobreposições entre arte, em especial audiovisual e os campos políticos abarcados por gênero, corpo, sexualidade e feminismo”. Essa prática interdisciplinar de mulheres do universo acadêmico reúne diferentes instituições para a crítica feminina do cinema feito por mulheres e atinge públicos diversos através de aplicativos e ferramentas como o *Facebook*, *Twitter*, *Instagram*, *Letterboxd* (rede social própria para o cinema), *newsletter*, *streaming*, *links*, notícias e artigos – todos abrigados em um sítio próprio, o *Feito por Elas* (www.feitoporelas.com.br), além do *podcast* de mesmo nome.

Por fim, através de um mosaico artístico, o projeto de extensão AntropoArte se vincula aos moradores da favela Margem da Linha, em Campos dos Goytacazes/RJ, reveladora de uma realidade urbana desigual intensamente vivida e significada por seus habitantes. Dando continuidade a uma pesquisa precedente, Catherine Reginensi apresenta os bastidores desse projeto, que abarca múltiplas expressões visuais, como desenho, fotografia, artes cênicas e performance, unidas a técnicas convencionais da Antropologia, a exemplo de entrevista, oficinas de expressão e debates, pesquisa documental, observação sistemática e caminhadas. A intensa experiência participante provocada envolve os jovens de um coletivo de arte local (o grupo Oriundo), a população da favela, a autora, estudantes de ciências sociais agentes locais e profissionais externos convidados.

Como a favela pensa seu território, notadamente após a experiência de remoção de alguns de seus integrantes para conjuntos habitacionais situados nas suas imediações? Como ela se recompõe cotidianamente diante da fissura constituída entre os que se deslocaram e os que permaneceram nas ruínas do que deveria ser tornar um bairro desocupado? AntropoArte exprime a antropologia envolvida com a



resistência, a remoção e a transformação dos territórios locais através da arte.

Por meio do conjunto de artigos ora reunidos, este dossiê pretende subsidiar e estimular novas reflexões a respeito da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na formação acadêmica em Antropologia e em áreas conexas. O momento de sua edição não poderia ser mais conveniente, tendo em vista que antropólogos e antropólogas, quer no exercício da pesquisa ou da docência, quer pratiquem ou não atividades extensionistas, não podem se furtar aos debates instaurados por força das diretrizes recentemente instituídas¹ para incorporar e ampliar a extensão nas matrizes curriculares dos cursos de graduação no Brasil.

¹ A Resolução nº 7/2018 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação determina que a extensão deve representar, no mínimo, dez por cento do total da carga horária curricular dos cursos de graduação oferecidos no país.





**DE 'APRENDIZ DE ANTROPÓLOGA' A "TIA": UM BREVE DIÁLOGO EM SALA
DE AULA COM ENEIDA DE MORAES**

***From 'apprentice to Anthropologist' to "aunt": a brief dialogue in the
classroom with Eneida de Moraes***

Ma. Carla Figueiredo Marinho Saldanha
Doutoranda em Antropologia no Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia –
PPGSA da Universidade Federal do Pará - UFPA
Email: marinhocarla83@gmail.com

Áltera, João Pessoa, v. 2, n. 9, p. 20-36, jul./dez. 2019

ISSN 2447-9837

RESUMO:

O presente texto é resultado da experiência que vivenciei enquanto professora de redação para alunos do Ensino Fundamental II, em uma rede educacional e confessional na cidade de Belém, Pará, em 2012 e 2013. Embora essa experiência não esteja atrelada a um projeto de extensão universitária, entendo-a como uma ação “extramuros”, uma vez que busquei trazer para ‘minha’ sala de aula discussões das ciências sociais e áreas afins, como um recorte regional. A dupla habilitação em Ciências Sociais e Letras me possibilitou maior destreza no momento de elencar textos de autores paraenses para serem lidos pelos alunos. Neste relato destaco a oportunidade de trabalhar com os textos da escritora, jornalista, militante do Partido Comunista e carnavalesca – Eneida de Moraes. A experiência conduziu os alunos em leituras para além da estética textual, uma vez que as obras escolhidas despertaram novas narrativas memorialistas, que sutilmente dialogaram com os teóricos das Ciências Sociais. Além disso, tratou-se de uma oportunidade ímpar de dar visibilidade à rica produção literária paraense a um público que dificilmente teria acesso.

PALAVRAS-CHAVE:

Literatura. leitura. Eneida de Moraes. ensino.

ABSTRACT:

The present text is the result of the experience that I experienced as a writing teacher for elementary school students in an educational and denominational network in the city of Belém, Pará, in 2012 and 2013. Although this experience isn't tied to a university extension project, I understand it as an “associayed” action, since I have tried to bring to the classroom my social science and related areas discussions, with a regional cut. The dual habilitation in Social Sciences and Letters allowed me greater dexterity in the moment of listing texts of Pará authors to be read by the students. In this report I highlight the opportunity to work with the texts of the writer, journalist, militant of Communist Party and carnival – Eneida de Moraes. The experiment led the students to read beyond the textual aesthetics, since the chosen works aroused other memorialistic narratives, which subtly dialogued with social science theorists. In addition, it was an unparalleled opportunity to give visibility to the rich literary production of Pará to an audience that would hardly have access.

KEYWORDS:

Literature. reading. Eneida de Moraes. teaching.



O presente texto consiste em um relato, no qual comento a vivência que tive enquanto professora de redação para alunos do Ensino Fundamental II, em uma rede educacional e confessional na cidade de Belém, Pará, em 2012 e 2013. (Re)-pensar minha atividade docente é realizar não só um deslocamento espacial e temporal, mas também manter acesa a chama de minhas duas grandes paixões – a Antropologia e a Literatura. Mas voltemos para os anos de 2012 e 2013, quando minha maior preocupação enquanto professora – “tia”, como chamam os alunos – era tornar as aulas de redação atrativas, despertando o interesse por leitura e escrita e, principalmente, a curiosidade e a investigação para ir além das informações contidas nos textos e das suas características estéticas.

Embora minha experiência não esteja atrelada a um projeto de extensão universitária, entendo-a como uma ação “extramuros”, uma vez que busquei trazer para sala de aula discussões das ciências sociais e áreas afins com o recorte regional. A dupla habilitação em Ciências Sociais e Letras me possibilitou maior destreza para elencar os textos de autores paraenses, entre os quais Dalcídio Jurandir, Bruno de Menezes, Inglês de Souza e Eneida de Moraes. No caso, o recorte regional pretendeu revelar aos alunos a existência de uma larga produção literária no/do Pará.

Neste relato destaco a experiência o trabalho com textos da escritora, jornalista, militante do Partido Comunista e carnavalesca Eneida de Moraes (1904-1971). Essa escolha se justifica enquanto ato político que busca dar visibilidade à produção intelectual de uma das maiores escritoras do estado.

Ao longo do percurso me deparei com o difícil acesso às suas obras, o que exigiu de minha parte a digitação de cada um dos textos aos alunos.

Realizou-se, então, uma leitura para além da estética, centrada não só nas ‘regras’ que classificam o gênero textual, mas também na possibilidade de estabelecer intertextualidades ao despertarem outras narrativas memorialísticas, que sutilmente possibilitaram fazer uso de teorias das Ciências Sociais para direcionar os debates realizados em sala de aula.



A SALA DE AULA

Adentraremos duas salas de aula em tempos diferentes: a primeira nos anos de 2009 a 2011, e a segunda no período de 2012 a 2013, para melhor compreendermos a proposta pedagógica das aulas de redação que ministrava. O primeiro período marca minha formação no curso de Letras, que realizei em uma instituição particular no período da noite, ou seja, após sair do trabalho. De dia ministrava a disciplina de Sociologia: concluído a graduação em Ciências Sociais no ano de 2006, desde 2005 já estava em sala de aula.

Acredito ser importante destacar minha formação em Letras por ter sido nesse curso que me dei conta da riqueza dos textos literários para outro tipo de leitura – a socioantropológica – que havia aprendido na graduação de Ciências Sociais, embora não tivesse ainda argumentação teórica que me possibilitasse fazer desses textos literários – um campo de trabalho antropológico. Ao escrever sobre esse percurso, de imediato os fragmentos de memória começam a emergir: Vejo meu professor de Literatura Brasileira II selecionando a obra de Aluísio de Azevedo, – “O Cortiço” – (1890), para que eu a apresentasse, destacando seus aspectos sociais – eis onde tudo começou.

O olhar direcionado, que fora treinado durante o período da graduação em Ciências Sociais, me auxiliou a ir além das análises de crítica literária. Passei a me dar conta de que, ao decorrer da leitura das diferentes narrativas, me sentia lendo etnografias, algumas mais refinadas, outras nem tanto; porém todas traziam marcas do pensamento social do período em que foram escritas. Minha paixão cresceu ao ponto de dar ênfase em Literatura, no curso de Letras.

Vamos, então, à segunda sala de aula. Pertenci ao corpo docente da Escola Adventista da Marambaia, localizada no bairro homônimo, durante sete anos. Porém, para estas reflexões estabeleço o recorte temporal de 2012 e 2013, por terem sido os anos em que ministrei a disciplina de Redação para seis turmas. Eram três de 6º ano – duas no período matutino (51 e 52) e uma no vespertino (53) – três turmas de 7º ano – duas no período matutino (61 e 62) e uma no período vespertino (63).

A referida Escola é cercada por um número considerável de conjuntos resi-



denciais e pontos comerciais, assim por outras escolas e colégios públicos e privados. Sua localização é privilegiada por ser próxima à avenida mais movimentada de Belém, que inclusive dá acesso à saída da cidade. Outro aspecto importante é que, em anexo ao prédio da escola, fica uma igreja, o que é uma característica marcante dos estabelecimentos de ensino da Rede Adventista em Belém. Na verdade, as escolas são construídas dentro dos terrenos das igrejas; porém, embora façam parte da mesma denominação religiosa, cada qual tem administração própria.

Quanto aos alunos, embora não tenha quantificado na época, era nítido que a maioria residia no entorno da escola ou em bairros vizinhos. O fluxo de carros particulares e vans escolares nos horários de entrada e saída eram intensos. Poucos eram os alunos que faziam uso de transporte coletivo, e esses se concentravam mais à tarde, por ser o turno que agregava os alunos bolsistas, logo, que tinham menor poder aquisitivo.

Agora convido-os a adentrarem – “minha” – sala de aula. As aulas de redação dispunham de dois horários (50 minutos hora aula). Como quase sempre os horários eram quebrados, as aulas ocorriam em dias diferentes. Nos anos de 2012 e 2013 a Rede Adventista não disponibilizou livro didático específico para a disciplina de Redação, o que me deu a oportunidade de selecionar os conteúdos a serem trabalhados. Devo confessar que, embora a ideia me parecesse empolgante, não fazia ideia do trabalho que teria, não só para elaborar um planejamento anual, mas principalmente para disponibilizar os textos.

Diante do desafio e levando em consideração o tempo de aula, o material disponível, e principalmente, a faixa etária dos alunos, elenquei os seguintes gêneros textuais: conto, crônica e romance regional de cunho memorialista. Outros gêneros como: charges, HQ's e cartas incluídas no livro de Língua Portuguesa, optei por trabalhar nas aulas da respectiva matéria, uma vez que estavam interligados aos conteúdos gramaticais correspondentes a cada série.

Após ter selecionados os gêneros textuais, me debrucei na seleção dos autores, e uma inquietação antiga me dominou: a invisibilidade da produção literária paraense. Estava diante da oportunidade de apresentar aos meus futuros alunos as obras de grandes literatas e literatos do nosso estado, que são pouco conhecidas



pelos próprios paraenses, talvez por questões do cânone literário, que mais valoriza a divulgação da produção literária nas Regiões Sudeste e Sul do país. Ainda, é importante salientar que essa invisibilidade não se dá ou dava apenas por uma questão geográfica, mas também pesavam sobre ela fatores como gênero, classe e raça (MURZART, 2016).

Selecionei, então, quatro autores para os dois anos: Inglês de Sousa¹, Bruno de Menezes², Eneida de Moraes³ e Dalcídio Jurandir⁴ - todos escritores de grande importância, não só para a literatura paraense, mas brasileira. Como não poderia solicitar exemplares das obras para os alunos e era difícil o acesso a algumas delas, precisei digitar cada texto, preservando sua forma original, o que me permitia pontuar nas aulas a dinamicidade da própria língua.

O TEXTO LITERÁRIO

Neste tópico, convido-os a refletirmos, ainda que brevemente, sobre o “fazer etnográfico”, enfatizando como o “campo antropológico” pode ser vivenciado nas páginas de um texto literário, uma vez que, desde os clássicos da Antropologia, temos

¹ Originário do município de Óbidos, Herculano Marcos Inglês de Sousa (1853-1918), foi escritor, jurista e político. Sendo filho de uma família tradicional paraense, sai do estado para dar continuidade aos estudos. Aos onze anos é mandado como aluno interno para o Maranhão, mas conclui seus estudos no Rio de Janeiro. Cursa Direito em Recife, ingressando na Faculdade de Direito, no ano de 1872; após concluir a graduação fixa residência em São Paulo.

² Nascido no bairro do Jurunas, em Belém do Pará, Bruno de Menezes (1893-1963) cursou somente o primário, na Escola Estadual Érico Veríssimo, oriundo de família pobre, ainda menino começou a trabalhar. A profissão? Encadernador: o ofício lhe colocara constantemente em contato com muitos livros, o que de certa forma contribuiu para que seu interesse e gosto pela leitura crescessem. Bruno de Menezes teve importante atuação no cenário político e literário belemense. Fundou dois grupos: primeiramente “Os Vândalos do Apocalipse”, e segundo “Peixe Frito”, o qual o escritor e jornalista paraense Dalcídio Jurandir fez parte.

³ Escritora, jornalista, militante do partido comunista e carnavalesca Eneida de Moraes afrontou aquilo que se esperava de uma mulher em sua época. Eneida desde muito cedo tivera contato com a literatura: sua mãe, D.Júlia, possuía uma riquíssima biblioteca e incentivava a filha a ler livros que despertassem o senso crítico, como Victor Hugo, de quem passou a admirar a rebeldia contra os poderosos; Máximo Gorki, do qual lera os nove volumes da *Antologia de Contos Russo*. (SANTOS, 2009, pág, 21) Aos 8 anos ganha seu primeiro prêmio literário, o que resultou na sua ida para o Colégio Sion; em sistema de internato permaneceu lá até os 15 anos.

⁴ Romancista e jornalista, nasceu na Ilha do Marajó, no município de Ponta de Pedras, no ano de 1909. Aos treze anos fixou residência em Belém para estudar, mas em 1928 abandona os estudos e passa a residir na cidade do Rio de Janeiro. Seu primeiro emprego ali fora como lavador de pratos, em seguida, atuou como revisor da revista feminina *Fon-fon*.



registros de diálogos e analogias com obras literárias⁵.

Como já mencionei, minha experiência docente possibilitou unir duas grandes paixões – a Antropologia e a Literatura. Nessa união, a leitura de cada texto literário me dava, como ainda me dá, a sensação de estar em campo. Mas o fazer etnográfico propriamente dito suscitava uma série de questionamentos que perduram ao longo de minhas leituras até hoje. Inicialmente, estava habituada à ideia de que fazer campo exige do pesquisador, o “*estar lá*” (GEERTZ, 2005), o deslocamento físico. Na citação abaixo, a antropóloga Mariza Peirano (2014) nos fala exatamente o contrário, uma vez que hoje podemos exercemos o duplo papel de “nativos/etnógrafos”:

Hoje que abandonamos as grandes travessias para ilhas isoladas e exóticas, da potencialidade de estranhamento, do insólito da experiência, da necessidade de examinar por que alguns eventos, vividos ou observados, nos surpreendem. E é assim que nos tornamos agentes na etnografia, não apenas como investigadores, mas nativos/etnógrafos (PEIRANO, 2014, p.379).

Peirano (2014) pontua que não necessariamente nossas pesquisas devam ocorrer em locais que exijam vencer grandes distâncias geográficas, com as intempéries e os exotismos que desafiaram nossos ancestrais antropólogos. Durante o exercício hermenêutico, desde os clássicos até hoje, percebemos que procedemos a uma “invariável bricolagem”; que a “antropologia é o resultado de uma permanente recombinação intelectual” (PEIRANO, 2014, p. 382).

Pensando sobre as etapas da formulação teórico-etnográfica, lembrei-me de Hans-George Gadamer (2002) e seu livro *Verdade e Método II*, que chama atenção para importância da linguagem, entendida pelo autor como sendo a casa do “Ser”, uma aventura, pois tem questões, mas não as respostas. O diálogo então estabelecido a partir da linguagem transforma a ambos (autor/leitor) segundo Gadamer. Logo, o autor nos leva a entender que nesse processo de compreensão do outro passamos, enquanto leitores dos sujeitos sociais, pela experiência hermenêutica de compreensão de nós mesmo (GADAMER, 2002). Pois quando leio o texto, adentro em um círculo de experiências que é desconhecido. Mesmo tendo o olhar etnográfico orientado por outros diálogos clássicos que estão para além das fronteiras temporais e geográficas.

⁵ Malinowski (1884-1942) declarou que sua ambição intelectual era de ser o Conrad da antropologia. O escritor polonês Joseph Conrad (1857-1924) tem enquanto característica de sua escrita para além dos enredos, mas permite ao seu leitor explorar as idiossincrasias do ser humano.



ficas, o exercício de formulação teórico-metodológica 'abala' nosso estilo de vida, enquanto pesquisadores (PEIRANO, 2014).

O antropólogo Clifford Geertz (1978) ressalta que tanto o texto etnográfico quanto as obras de ficção resultam de uma construção por parte do autor, que o modela de acordo com o seu pensamento. No caso do texto etnográfico, ele é orientado por conceitos e teorias, como explica Geertz:

[...] são interpretações e, na verdade de segunda ou terceira mão [...] Trata-se, portanto, de ficções; ficções no sentido de que são 'algo construído', 'algo modelado' – o sentido original de *fictio* – não que sejam falsas, não-factuais ou apenas experimentos de pensamento". (GEERTZ, 1978, p.25-6)

Portanto, entendo as obras de ficção como um campo etnográfico. Na perspectiva hermenêutica de Dilthey, os literatos têm a capacidade de construir "tipos ideais"⁶, que estão presentes no cotidiano vivido do autor e do leitor, como os personagens de Molière (MAUÉS, 2007). E aqui destaco sua peça teatral "Tartufo", na qual faz uma crítica à hipocrisia, aos devotos e em especial aos manipuladores conscientes do poder.

Ainda sobre a importância dessa interface das áreas, assinalo o ano de 1973, quando o sociólogo francês Roger Bastide e sua esposa estiveram em Belém e foram recebidos pelo casal de antropólogos, Raymundo Heraldo Maués e Maria Angelica Motta-Maués. Segundo Heraldo Maués (2007) o pesquisador deixou preciosas lições, dentre as quais destaco a referida abaixo:

Nesses dias de convivência com Bastide, que aprendemos muitíssimo, uma das lições mais importantes foi esta: ele nos falava sobre a importância da literatura chamada de ficção para o conhecimento sociológico, dizendo que costumava indicar, a seus alunos e orientandos, romances de grandes autores, que considerava às vezes mais instrutivo do que famosos tratados científicos (MAUÉS, 2007, p.176).

Essa compreensão teórico-metodológica, da forma como foi aqui apresentada, só me foi possível ao longo das disciplinas cursadas no mestrado e no doutorado, o que, de certa forma, penso ser reflexo de uma deficiência na formação acadêmica de graduação. Não me refiro a uma disciplina que contemplasse a interface entre Antropologia e Literatura, mas a oportunidades de despertar a sensibilidade para além

⁶ É importante mencionar que posteriormente Max Weber desenvolve o seu conceito sociológico de "tipos ideais" no mesmo sentido usado por Dilthey. (MAUÉS, 2007, p.155)



das teorias e conceitos, percebendo possibilidades outras por meio dos textos literários. Foi como fez Florestan Fernandes (2006) em sua pesquisa de doutoramento, publicada com o título *A função social da guerra Tupinambá* (1952). Nas palavras do antropólogo Roque de Barros Laraia:

A sua minuciosa análise comparativa das informações dos cronistas torna possível ao leitor a compreensão do ritual e, principalmente, entender por que a vítima conhecia como devia agir em um tão complexo cerimonial, no qual tem que demonstrar coragem [...] Florestan não se limitou, neste livro, a uma explicação sociológica da guerra apenas entre os tupinambá. Mais do que isso, buscou dar uma explicação geral para a teoria sociológica da guerra.

A proposta de Florestan Fernandes fora audaciosa; seu objetivo, que acredito ter sido muito mais um desafio, fora alcançado: o de “realizar uma obra comparável com as feitas na Europa”, como mencionou em entrevista consentida a Mariza Peirano no ano de 1981 (LARAIA, 2006, p.13).

Finalmente, convido-os agora a adentarmos os textos literários usados em sala de aula. Embora possa parecer contraditório, neste momento me sinto como Malinowski ao ver sua embarcação se distanciando da praia.

O TEXTO LITERÁRIO E A SALA DE AULA

Quando entro a sala, duas habilidades, pelo menos, são postas à prova: a didática e a antropológica. Tentei combiná-las ao abordar a obra “*Aruanda e Banho de Cheiro*” (1989), da única escritora que trabalhei em sala de aula, Eneida de Moraes. Dessa obra, selecionei a crônica “*Companheiras*” para uma aula na turma de alunos do 7º ano, que tinham entre 12 e 13 anos.

A dinâmica para a aula contou com a parceria do professor de Artes que, em paralelo, trabalhou com os alunos sobre a Semana de Arte Moderna de 1922. Esse evento antecedeu em menos de uma década o enredo da crônica, de Eneida de Moraes. Por oposição, o trabalho sobre a Semana de Arte Moderna colocou em evidência as mudanças ocorridas no cenário artístico e literário anos mais tarde, com o sombrio fascismo que instaurou durante o Estado Novo.



As aulas seguiam uma ordem, na qual buscava despertar nos alunos o interesse em conhecer não só a obra, mas também o autor, e na aula em questão, a autora. Após ter trabalhado com eles as características de uma crônica, pedi que pesquisassem para aula seguinte curiosidades sobre a vida e obra de Eneida de Moraes, e que perguntassem informalmente a seus parentes se já tinham lido alguma obra da escritora.

É interessante recordar as respostas que me trouxeram. Uma aluna mencionou que um familiar havia dito que quase não tinha produção literária em Belém, o que mais uma vez confirmava a hipótese da invisibilidade das obras locais. Sua fala foi ganhando força com a confirmação dos demais colegas, que inclusive questionaram a dificuldade em encontrarem informações sobre a autora. Mas quem foi Eneida de Moraes? Jornalista, escritora, comunista, o que é isso Tia?

Cabia a mim responder, não com uma resposta seca e direta, mas a partir da construção de uma narrativa biográfica de uma escritora que permaneceu no anonimato por toda a minha formação escolar e acadêmica. Assim como eles, eu também realizava a tarefa para casa. Nesse momento de troca, acredito que essa se construía portanto coletivamente. Embora as fontes fossem poucas, conseguimos construir oralmente a trajetória de Eneida de Moraes, e, com o auxílio do quadro branco, traçar uma sequência temporal de sua vida e obra, a qual, ainda que cheia de lacunas, nos possibilitou um breve panorama. Mas, vamos conhecer um pouco sobre Eneida...

Eneida de Villas Boas Costa de Moraes nasceu em Belém no dia 23 de outubro de 1904. Filha do Comandante Guilherme e de Dona Júlia, recebeu de presente antes de nascer, um palacete, o local escolhido pelo pai para o parto de sua primeira filha. Sua mãe fora professora antes de casar, o que, de certa forma, influenciou a filha ao gosto da leitura. Tendo à sua disposição, na biblioteca da mãe, grandes clássicos da literatura russa como Máximo Gorki, Eneida aos oito anos já cometera seu primeiro ato de ousadia, ganhando o prêmio na Revista *Tico-Tico* com um conto de sua autoria (MARINHO, 2016).

As consequências logo vieram, e ela foi mandada pelos pais para o Colégio Sion, em Petrópolis, Rio de Janeiro. Segundo os pais, a medida para apagar a vaidade que despertara em Eneida ao receber o prêmio. Aos 15 anos ela regressou para Be-



lém, onde Dona Júlia, vítima da gripe espanhola, veio a falecer, deixando-a sem mãe e melhor amiga. Responsável agora por seus três irmãos, Eneida passa ter problemas como o pai e busca emancipação.

Nessa época, resolveu cursar Odontologia, mesmo tendo vertigem diante de sangue, pois somente assim conseguiria uma vaga na Marinha Mercante. Para sua infelicidade, seu pedido é negado, uma vez que, segundo o comandante, a Marinha não era um espaço para mulheres. Em paralelo, Eneida secretariava a revista *A Sema-na*, na qual publicou seus textos em versos, assinados pelo pseudônimo de Miss Fidelidade (SANTOS, 2009). Ainda buscando se desvencilhar da sujeição ao pai, decidiu se casar, e então caiu na tutela do marido, Genaro Bayma de Moraes, com quem teve dois filhos – Léa e Otávio.

Eneida quebra a imagem esperada de uma mulher pertencente à elite paraense – o que nos faz lembrar o famoso enunciado de Simone de Beauvoir: “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”. Ela, apesar do casamento e da maternidade, retorna às atividades jornalísticas e literárias, o que não era visto com bons olhos. Tão pouco o era seu repertório de leitura sociopolítica – *História da Revolução Russa* de Gorki; *A Comuna de Paris*, de Trostky; *O leiteiro e o proletariado*, de Kanapa; e *A História do Partido Bolchevique*, George Cogniot – considerado inapropriado para uma mulher casada (SANTOS, 2009).

É fator de “depreciação” da mulher, a ousadia que demonstre ao assumir comportamentos incompatíveis com o retrato esperado. O cotidiano da mulher dessa época que já atingiu o casamento [...] Proíbem-se determinadas leituras de romance onde o tema possa influir na manifestação de comportamento contrário às normas assépticas da “virgem esposa” e “mãe honesta.” (ÁLVARES, 1990, p.325)

A atuação profissional, a militância política e os apelos à emancipação feminina contribuíram para o fim do casamento que já estava desgastado. Decidida e consciente de que, ao romper os laços familiares, pagaria um preço alto – como a separação dos filhos –, em novembro de 1930, Eneida parte para o Rio de Janeiro. Segundo Adriano Guimarães, conhecida figura da elite belemense dos meados do século XX, às mulheres transgressoras, cabia-lhes embarcar para o Rio de Janeiro sem bilhete de retorno (apud ÁLVARES, 1990).



Mas, para além do preconceito e do próprio destino designado pela sociedade às mulheres, não podemos deixar de destacar o que a própria Eneida diz sobre sua escolha:

O casamento não dera certo, infelizmente. Agora sentia o dever de baixar uma cortina, gesto que aprendi sozinha. Até hoje, quando sinto e sei que aquela situação em que estou vivendo ou aquela atitude que estou tomando é errada, ordeno a mim mesma: fecha a cortina, baixa a cortina. Cortina fechada, a ordem é recomeçar. Foi assim que em plena mocidade, mas já com muita experiência da vida, conhecedora do valor de todas as coisas, cheguei ao Rio de Janeiro (ENEIDA, 1989, p. 272-3).

Mas repito: mansa nunca fui. Nem humilde nem me deixando humilhar. Não houve nenhuma grandeza no que fiz na vida: adquirir uma ideologia. Tracei friamente meu caminho e fui por êle (sic), certa de estar certa. Benditos sejam Marx, Engels, Lenine e até o pobre do Stalin (ENEIDA, 1969, *apud* SANTOS, 2009, p.98).

No Rio de Janeiro, Eneida passou a frequentar o Restaurante Reis com um grupo de jovens intelectuais – que já conheciam sua produção como escritora – para discutirem um programa de estudos sobre o marxismo. Dentre as primeiras leituras programadas estavam informações biográficas e narrativas sobre Marx e Engels. Inicialmente, a leitura mostrou-se agradável, porém, quando Eneida debruçou-se sobre a análise filosófico-político-social, sentiu-se perdida. Nise da Silveira, que ficou conhecida no cenário carioca como a “dama do inconsciente”, recém-formada em medicina e residente no Hospital da Praia Vermelha, organizou novo programa de leitura que permitisse a compreensão da nova integrante do grupo.

Toda minha formação era apenas literária. E foi ela, com suas mãos que jamais deixei de abençoar, com sua cabeça hoje toda branca de cientista, quem me traçou um programa de leitura. Tens de ler lentamente, não como se estivesse lendo, mas principalmente estudando; quando não entenderes tomarás nota; nós te explicaremos as dúvidas (ENEIDA, 1989, p.274).

Aquele grupo que se reunia todas as noites para jantar no Reis – quem já esqueceu o Restaurante Reis, que teve parte tão ativa na vida intelectual da cidade em certa época? Os môços de ontem, aqueles môços recém-formados alguns, ainda estudantes outros, todos inteligentíssimos, tomaram-me sob sua proteção. Inicialmente passei por um verdadeiro exame de conhecimentos. Foram experimentados meus sentimentos. Tudo eu sentia e afirmava na certeza de que eram amigos, preocupados em me tornar uma pessoa útil. Começaram a gostar de mim. Precisas estudar marxismo, falou um, os outros apoiaram e daquela companhia diária foi nascendo em mim a curiosidade que depois tornou-se amor, pela ideologia comunista (ENEIDA, 1989, p.273).



Foi em contato com esse grupo que “a escritora que veio do Pará”, como era chamada pelos novos amigos, leu pela primeira vez *O Manifesto Comunista* de Karl Marx e Engels; naquele momento, viu-se diante dos princípios do materialismo histórico e dialético, da luta de classes, da doutrina da mais-valia e da teoria da evolução socialista. Eneida, então, filiou-se ao Partido Comunista.

A primeira vez que li *O Manifesto Comunista* de Marx e Engels, fui tomada de um entusiasmo tão grande que cada uma de suas palavras repercutia profundamente dentro de mim, e acordava tarde da noite, para repetir mentalmente certas frases. O que ontem me parecia tão difícil, caía em mim como uma bênção. Aquêles dois homens diziam, numa linguagem especial, tudo o que eu queria saber, eu sentia, sem saber definir-me (ENEIDA, 1989, p. 274).

Peço licença e desculpas ao leitor, primeiramente para interromper a narrativa da trajetória de Eneida, e segundo por não trazer a crônica completa, ainda que a mesma tenha contribuído na reconstituição de sua trajetória. Mas, mesmo incompleta, ela nos permite compreender os pontos que foram abordados nas aulas.

Durante o inverno a sala era tão úmida, tão fria que enregelava mãos e obrigava os pés a manter um constante sapateado; no verão a sala era quente, tão quente que parecia querer matar-nos sufocadas a qualquer momento.

Os dias – no inverno como no verão – se arrastavam pesados, longos, sem monotonia, pois nossa constante preocupação era inventar formas para que eles não fossem parecidos. Enchíamos com coragem e alegria todas as horas: ginástica, estudos, conversas, cânticos, passeio. Tão pequeno o espaço que possuíamos para caminhar, e o ruído dos tamancos cortava-o, ferindo o lajedo; as saudades impressas nos olhos (ENEIDA, 1987, p.130).

[...] Éramos vinte e cinco mulheres prêsas políticas numa sala da Casa de Detenção, Pavilhão dos Primários, 1935, 1936, 1937, 1938. Quem já esqueceu o sombrio fascismo do Estado Novo com seus crimes, perseguições, assassinatos e desaparecimentos, torturas?

De um lado e de outro da sala enfileiradas, agarradas uma às outras, vinte e cinco camas. Quase prêsas ao teto alto, quatro janelas fechadas por umas tristes e negras grades. Encostadas à parede, uma grande mesa com dois bancos. Ao fundo da sala, os aparelhos sanitários. Por mais que fosse a nossa luta para mantê-los limpos desinfetados, nunca conseguíamos fugir do cheiro forte que exalavam.

Vinte e cinco mulheres, vinte e cinco camas, vinte e cinco milhões de problemas. Havia louras, negras, mulatas, morenas; de cabelos escuros e claros; de roupas caras e trajas modestos. Datilógrafas, médicas, domésticas, advogadas, mulheres intelectuais e operárias. Algumas ficavam sempre, outras passavam dias ou meses, partiam algumas vezes voltavam, outras nunca mais vinham (ENEIDA, 1987, p.132-3).



[...] Foi nessa tarde que tenho gravada na memória que ela entrou na Sala das Mulheres. Nunca esquecerei seu ar de espanto nem aqueles sapatos que haviam sido brancos. Estavam manchados de terra ou de sangue? Nunca esquecerei o vestido sujo, as mãos trêmulas, os cabelos brancos revoltos. [...] Aproximamo-nos. Tínhamos sempre o cuidado de fazer o reconhecimento e o nosso próprio interrogatório: de onde vem, que fez, por que foi prêsa, seu nome, etc. Muitos etc. [...] Um de nós adiantou-se e disse-lhe: - Eu sou comunista.

Foi êsse o grito que aquela mulher despertou. Agarrou-se à companheira, beijou-lhe o rosto e pôs-se a exclamar com grandes lágrimas descendo pelo rosto alquebrado:

- Camarada, minha camarada!

A pausa na narrativa biográfica de Eneida possibilitou primeiramente construirmos a personagem, que é narradora e personagem, com informações que não estão na crônica, mas que certamente nos permitem lê-la com outros olhos. Sigamos, agora, par as abordagens realizadas em sala de aula, em particular as injunções de gênero que o texto sugeriu.

Após a construção na narrativa coletiva e a leitura da crônica, a turma era dividida em grupos de quatro alunos, que elaboravam perguntas sobre a vida e/ou obra da autora para serem respondidas pelos demais grupos. Era nesse momento que sutilmente elaborava as minhas perguntas também, uma vez que era a mediadora.

Nessa aula em específico as injunções de gênero ganharam destaque: primeiramente, levantei a questão das escritoras no cenário paraense, que embora existissem em número expressivo, permaneciam à margem. Um sinal desse processo de invisibilização foi a maior felicidade, para os alunos, em identificar a produção dos autores homens.

Em seguida, um aluno, em tom de denúncia, chamou atenção para o fato de Eneida ter deixado aos cuidados do pai seus dois filhos. Naquele instante ecoava na sala de aula a acusação moral, que pesou no julgamento de sua produção intelectual, desmerecendo o ideal que escolheu trilhar, como se à mulher não fosse dado o direito de escolher viver aquilo que acreditava. Assim, embora estivéssemos falando da década de 1930, nota-se ainda hoje o peso moral que recai sobre as escolhas que contrariam aquilo que se espera de uma mulher, principalmente se for casada e mãe.

Tangenciamos a história oficial sobre as características do Estado Novo,



e como muitas histórias ficam de fora, e eis mais uma vez a importância do texto literário enquanto documento social. Os alunos, por sua vez, comentaram fatos corriqueiros que seus avôs mencionavam sobre antigos governos do estado do Pará; que a criminalidade era combatida com mãos de ferro; porém pouco se esclarecia sobre os métodos empregados se para manter a ordem.

A saída das mulheres do espaço privado, do ambiente doméstico, para a dupla jornada de trabalho no espaço público rendeu um profícuo diálogo, já que os próprios alunos exemplificaram com o cotidiano de suas mães, sendo essa a realidade de uma grande parcela delas. Pensar os espaços em uma perspectiva de gênero possibilitou que analisassem-se as classificações que somos levados a fazer, desde a infância, do que é “de menino” e o que pertence ao “mundo das meninas”.

No pouco tempo destinado às nossas aulas, na corrida contra o tempo, antes do “horário bater”, não foi possível diluir dicotomias, nem desconstruir a classificação dicotômica heteronormativa que nos orienta desde a infância. Porém, pude perceber a flexibilidade desse olhar a partir do relato das aulas de Educação Física, nas quais os alunos passaram a questionar a ‘divisão’ existente nas modalidades esportivas a partir do sexo biológico.

Infelizmente, no final do ano de 2013, com minha aprovação no mestrado, pedi demissão, pondo fim à minha ação extramuros. Em virtude da dinâmica da própria academia, perdi contato com os alunos, e alguns dos colegas não fazem mais parte do corpo docente, o que me impossibilitou obter informações de possíveis mudanças, no que diz respeito ao comportamento deles diante das situações que surgem em sala de aula, ou mesmo à posterior dinâmica das aulas de redação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A responsabilidade que pesa ao educador vai muito além do conteúdo programático; é a de estar em um espaço privilegiado, que possibilita despertar os alunos para perspectivas outras. Neste relato chamo atenção inicialmente para a (in) visibilidade da produção literária local, em contraposição aos cânones, ou seja, para a



desvalorização frente à literatura do eixo Sudeste/Sul. Isso se verifica facilmente nos livros didáticos, nos quais a produção literária apresentada é, na sua maior parte, de autoria de escritores que estão localizados nessas regiões.

Mas, além de privilegiar a produção de algumas regiões em detrimento de outras, observa-se também que esses cânones diferenciam a produção por gênero. Por esse motivo, escolhi expor a experiência com Eneida de Moraes inclusive destinando espaço considerável à sua biografia, produzida com as informações trazida pelos alunos para sala de aula – narrativa de uma escritora que afrontou a sociedade de sua época por acreditar em uma causa maior, da busca por uma sociedade mais democrática.

A escolha da crônica “Companheiras” também não se deu de forma aleatória. Sua leitura nos põe diante de “heroínas” que, mesmo não atendendo aos padrões dos superpoderes de Hollywood, lutaram contra um sistema opressor. Algumas delas tinham como arma a escrita, como é o caso de Eneida. Mais uma vez, portanto, enfatizo a importância do diálogo entre os estudos antropológicos e a produção literária, uma vez que retratam fragmentos de uma história que não está presente nos relatos oficiais.

A possibilidade de ter estabelecido esta dinâmica em sala de aula, com alunos do Ensino Fundamental, me fez refletir sobre a emergência de ações interdisciplinares que busquem fazer uso do espaço privilegiado de debate que são as salas de aula. Mantendo-se a cuidado de aproximar a discussão à faixa etária dos alunos, esse espaço nos permite dialogar com diferentes perspectivas teóricas.



REFERÊNCIAS

- ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. **Saias, laços e ligas: construindo imagens e lutas**. Um estudo sobre as formas de participação política e partidária das mulheres paraenses. 1990 Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.
- FERNANDES, FLORESTAN. **A função social da guerra na sociedade tupinambá**. Prefácio: Roque Barros Laraia – 3ª edição – São Paulo: Globo, 2006.
- GADAMER, Hans-George. **Verdade e Método II**. São Paulo: Editora Vozes, 2002.
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1978.
- GEERTZ, Clifford. **Obras e Vidas: o antropólogo como autor**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
- JURANDIR, Dalcídio. **Chove nos Campos de Cachoeira**. 3ª Ed. Belém: Cejup, 1991. 294p. Corrigida
- MARINHO, Carla Figueiredo. **ENEIDA de Moraes para mulheres, sobre mulheres, a mulher ‘Dita’: contornos da imagem do feminino em Eneida, “a escritora que veio do Pará”**. 2016. 220p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Pará, Belém.
- MAUÉS, Raymundo Heraldo. Religião e medicina popular na Amazônia: A etnografia de um romance. **Revista ANTHOPOLÓGICAS**, ano 11, volume 18 (2): 153-182, 2007. <http://www.revista.ufpe.br/revistaanthropologicas/index.php/revista/article/view/146/13>
- MENEZES, Bruno de. **Batuque**. Belém: [s.n], 2005. 113p.
- MORAES. Eneida de. **Aruanda – Banho de Cheiro**. Ed. Especial. Belém: CejupSecult, 1997. 306p.
- MUZART. Zahidé Lupinacci. A questão do cânone. In: RODRIGUES, C; BORGES, L; RAMOS, T.R.O. (Org.). **Problemas de Gênero**. (Coleção ensaios brasileiros contemporâneos) Rio de Janeiro: Furnarte, 2016. 504 p.
- PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 20, n. 42, p.377- 391, jul./dez.2014.
- SANTOS, Eunice Ferreira dos. **Eneida memória e militância política**. 1ª Ed. Belém: GEPEM, 2009.
- SOUSA, Inglês de. **Contos Amazônicos**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2005. 142p.

Recebido em: 23/01/2019

Aceito para publicação em: 29/04/2019



SOBRE VIOLÊNCIAS, VIVÊNCIAS E RESISTÊNCIAS: EDUCAÇÃO, GÊNERO E CURRÍCULO¹

On violence, experiences and resistance: education, gender and curriculum

Andressa Caroly

Licenciada em Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Brasil.

E-mail: andressacaroly18@gmail.com

Thiago Luz

Licenciado em Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Brasil.

E-mail: thiagovinicius.poa@hotmail.com

Áltera, João Pessoa, v. 2, n. 9, p. 37-54, jul./dez. 2019

ISSN 2447-9837

¹ Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF. A versão apresentada na 31ª RBA estava inserida na modalidade “Pôster”, não sendo necessário a escrita de um artigo completo, posto isso, o presente artigo é fruto de um aprofundamento teórico maior e fornece um detalhamento das atividades da Oficina antes suprimido.

RESUMO:

Os debates acerca de temas como gênero, sexualidades e identidades dos sujeitos há muito tempo vêm sendo negligenciados pelo currículo vigente e formal da escola (SILVA, 1999). Sendo assim, o presente texto apresenta uma oficina temática desenvolvida com estudantes da Educação para Jovens e Adultos/EJA do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS. A oficina ocupou-se da temática relativa à violência de gênero contra mulheres *cis*, *trans* e *travestis*. Este trabalho pretendeu visibilizar a discussão acerca das diversas formas de apagamentos, silenciamentos e violências incutidas sobre as diversas formas de ser mulher. Além disso, buscou também evidenciar formas de resistências a essas violências.

PALAVRAS-CHAVE:

Educação. Violência de Gênero. Currículo. Resistência.

ABSTRACT:

Discussions about subjects such as gender, sexuality, and subject identities have long been neglected by the school's formal curriculum (SILVA, 1999). Thus, the present text presents a thematic workshop developed with students of the Educação de Jovens e Adultos/EJA of the Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS. The workshop dealt with the issue of gender-based violence against *cis* women, *trans* woman, and *travestis*. This work aimed to make visible the discussion about the different forms of erasures, silencings and violence embodied in the different forms of being a woman, in addition, it sought to evidence forms of resistance to this violence.

KEYWORDS:

Education. Gender Violence. Curriculum. Resistance.



INICIANDO O TRABALHO, OU ROMPENDO COM A NEUTRALIDADE

Os debates sobre educação, processos de aprendizagem e escolarização são permeados por disputas epistemológicas, ideológicas, científicas e culturais. As/os docentes que atuam no campo educacional sabem muito bem disso e, até onde imaginamos, não pretendem eliminar essas disputas – salvo em alguns casos, claro – mas antes, proliferar os debates, os métodos e as possibilidades do fazer educacional.

Uma pergunta que parece perpassar toda a história da educação no Brasil e que, atualmente, coaduna as inquietações de pais, mães, gestores(as), diretoras(es), docentes e teóricos(as), ou seja, todas(os) as/os envolvidas(os) é: que tipo de Educação as escolas devem oferecer aos jovens? Conforme Silva (1999), em distintos períodos históricos, diferentes teorias foram utilizadas para responder a essa problemática: a teoria clássica, com ênfase em uma educação tecnicista e voltada para o mercado de trabalho, a teoria crítica, com foco em uma educação emancipatória e libertadora e a perspectiva pós-crítica/pós-moderna com ênfase nos questionamentos sobre metanarrativas, que abriu espaço para discussões como gênero, raça/etnia, regionalidade e sexualidade.

Posto isso, a proposta aqui apresentada alia-se à perspectiva pós-crítica, trazendo como fio condutor das análises/propostas uma ação pedagógica reflexiva que busca o tempo todo escapar aos essencialismos, aos discursos hegemônicos, heteronormativos, violentos e potencializadores de ações violentas. Nesse sentido, a oficina temática apresentada aos estudantes e que será esmiuçada neste artigo não pôde lançar mão de explicações homogêneas, causais e generalistas. Pelo contrário, entende-se que planejar é, antes, assumir uma postura desconfortável; é negar o mito da neutralidade – embora esse tema tão caro aos docentes comprometidos com a eliminação de disparidades e desigualdades esteja retornando, a exemplo do movimento Escola sem Partido; é situar-se, é assumir o risco dos engendramentos sempre suspensos e perigosos do discurso (UBERTI, 2018).

As discussões apresentadas estão, pois, circunscritas à Educação para os Direitos Humanos e para o desenvolvimento de uma formação cidadã e crítica das e dos jovens. Conforme o Plano Nacional de Educação para os Direitos Humanos (2007),



para que se garanta um ensino fundamentalmente implicado com a construção de uma escola mais cidadã e eticamente comprometida, percebe-se que:

[...] é importante garantir dignidade, igualdade de oportunidades, exercício da participação e da autonomia aos membros da comunidade escolar. Democratizar as condições de acesso, permanência e conclusão de todos(as) na educação infantil, ensino fundamental e médio, e fomentar a consciência social crítica devem ser princípios norteadores da Educação Básica. É necessário concentrar esforços, desde a infância, na formação de cidadãos(ãs), com atenção especial às pessoas e segmentos sociais historicamente excluídos e discriminados. (BRASIL, 2007, p. 31).

O exercício de planejamento dessa oficina com alunos e alunas da Educação para Jovens e Adultos, portanto, buscou evidenciar a importância de uma ação pedagógica reflexiva e atenta às implicações de suas narrativas. Assim, as propostas didáticas aqui destacadas pretenderam enfatizar os processos de construção e legitimação do discurso violento e das violências contra mulheres *cis*, *trans* e travestis que podem acontecer no espaço escolar, assumindo uma perspectiva sociológica/antropológica engajada no combate a essas múltiplas violências de gênero e na enfatização de possibilidades de resistência. Ou seja, buscou-se efetivar a proposta de que planejar “é produzir uma visão política e um espaço de luta cultural” (CORAZZA, 1997, p. 124).

EDUCAÇÃO É TRANSGRESSÃO: A OFICINA, SEUS MÉTODOS E SUAS IMPLICAÇÕES

A oficina se fundamentou na concepção de que os atos violentos contra as mulheres, muitas vezes, não são ações isoladas ou extraordinárias de um indivíduo doente; em outras palavras, as violências contra as mulheres se constituem não apenas enquanto um fenômeno social esparsos, delimitado e contingencial, mas estão enraizadas em uma cultura que proporciona e legitima um ambiente extremamente hostil e violento para a maioria delas.

A escola, por sua vez, enquanto elemento específico de uma determinada sociedade, está imersa em seus componentes políticos, econômicos, sociais e culturais.



Por isso, é urgente que os debates de gênero estejam inseridos no espaço escolar na tentativa de construir uma escola, uma sala de aula e um currículo questionadores, reflexivos, autocríticos e comprometidos com a desconstrução de essencialismos e discursos violentos – que acabam por se inserir em uma rede de produção de verdades (FOUCAULT, 2008) que potencializam e legitimam ações violentas.

A oficina temática proposta foi intitulada de “Violência contra a mulher cis, trans e travesti: cotidiano, currículo e o que a educação tem a ver com isso”. Foi dividida em quatro encontros/módulos noturnos, com cerca de duas horas de duração que ocorreram nos dias 19 e 26 de setembro e 10 e 17 de outubro de 2017. Os encontros contaram com a presença de 12 estudantes da modalidade de ensino EJA, sendo três mulheres cisgêneras negras, cinco mulheres cisgêneras brancas, três homens cisgêneros brancos e um homem cisgênero negro. Os/as estudantes tinham entre 19 e 45 anos e eram oriundos e oriundas do município de Porto Alegre e região metropolitana.



Logo UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e Colégio de Aplicação.

Oficina 2 – 2017/2

Violência Contra a Mulher Cis, Trans e Travesti: Cotidiano, Currículo e o que a Educação tem a ver com isso

Debatedora – Andressa Caroly, Licencianda em Ciências Sociais/UFRGS

Debatedor – Thiago Luz, Licenciando em Ciências Sociais/UFRGS

Data dos 4 encontros: 19 e 26/09; 10 e 17/10

Descrição da Oficina: A oficina visa trazer para o campo da Educação o debate de Gênero, em uma perspectiva plural não homogeneizante, com enfoque na Violência de Gênero e suas reverberações no cotidiano escolar.

Figura 1 - Cartaz de divulgação da oficina que ficou fixado nos murais da escola
Fonte: Compilação dos autores.

O primeiro encontro/módulo da oficina, realizado no dia 19 de setembro de 2017, foi aberto com uma rodada de apresentações na qual nós, enquanto articuladores, apresentamos a ideia, o cronograma e o que nos motivou a propor a oficina. Em

linhas gerais, referenciamos-nos aos dados de violência contra as mulheres e observamos que a escola, muitas vezes, se alheia a esses debates, ao apresentá-los como impertinentes ao seu ambiente. Dessa maneira, procuramos justificar e reafirmar a importância daquele espaço.

Além disso, propusemos aos estudantes alguns objetivos que gostaríamos de alcançar ao término de nossos encontros: a) desmistificar o cotidiano e desnaturalizar argumentos, atitudes e comportamentos prejudiciais, violentos e opressores; b) analisar os diversos tipos de violência contra as mulheres; c) repensar a categoria de mulher universal; d) romper com posições deterministas; e) estimular a construção argumentativa das/dos estudantes; e f) proporcionar espaço de reflexão e construção de resistências.

Ademais, como muito bem lembra Haraway (1995) sobre a importância da produção de um conhecimento corporificado e localizado, apresentamo-nos enquanto estudantes de Ciências Sociais, mais fortemente ligados às áreas de Educação e Antropologia; e também enquanto uma mulher cisgênera¹ branca e um homem cisgênero branco. Com essas informações, nós nos posicionávamos e situávamos especificamente enquanto sujeitos e pesquisadora/pesquisador.

Ao final dessa primeira etapa, iniciamos uma roda de apresentação com as/os estudantes ali presentes. Perguntamos seus nomes, em qual ano do EJA estavam, se já participaram de alguma discussão/atividade sobre gênero ou sexualidade, o porquê da escolha da oficina e se achavam a temática importante/relevante. Poderiam ainda acrescentar qualquer outra informação que quisessem compartilhar com as/os presentes. O intuito da apresentação foi conhecer que histórias de vida estavam preenchendo o espaço do Colégio de Aplicação.

Após as apresentações, iniciamos o cronograma da oficina. A primeira atividade foi a leitura coletiva do poema “Os meninos da minha escola me pareciam maus”, de Hilan Bensusan. Nesse poema, de caráter biográfico, Hilan narra alguns momentos de sua infância escolar e, conseqüentemente, as violências que presenciou no cotidiano do colégio que frequentava, dentre as quais, a violência de gênero:

¹ O conceito de cisgeneridade e, conseqüentemente, o conceito de transgeneridade foram apresentados/trabalhados no decorrer dos encontros com as/os estudantes, assim como outros marcadores sociais relevantes para as discussões que ali reverberaram.



Os meninos da minha escola me pareciam torpes [...]
E eram homens, não mulherzinhas; não faziam coisas de mulherzinhas não gostavam de quem parecia mulherzinha e, talvez para provar isso, falavam em comer as mulherzinhas, o que me parecia coisa canibal. (Como é possível, eu pensava, que estes meninos asseados queiram devorar gente?)
Eles ensinavam às meninas encabuladas que eram elas as mulherzinhas, ensinavam com as mãos, com os lábios, com os olhos. E quem estivesse com uma mulherzinha sem beliscá-la, tornava-se também mulherzinha, era contagioso, parecia.
Hoje eu me pergunto: aonde estão os meninos maus da minha escola?
Eles hoje estão casados com alguém que saiba como ser uma mulherzinha. E eles ensinam seus filhos e filhas quem deve mandar e quem serve para admirar.
Ainda têm muito medo de, por distração, parecerem mulherzinhas [...].
(BENSUSAN, 2018, p.17-18.)

Esse primeiro momento de leitura tinha como foco evidenciar, justamente, a que ponto a violência está presente na escola, negando, portanto, o pressuposto de que na escola deva-se apenas ensinar português e matemática. Por outro lado, a narrativa revela que os comportamentos violentos não se restringem a agressões físicas, socos ou chutes, mas se constituem, também, enquanto atitudes inferiorizantes do Outro – no caso do poema, das meninas e das atitudes atreladas a elas.

Na sequência, aproveitando o ensejo do poema sobre “Hoje eu me pergunto: aonde estão os meninos maus da minha escola?”, foi realizada a apresentação do vídeo “Não tira o batom vermelho”² da comunicadora social e vlogger Julia Tolezano, conhecida na internet como Jout Jout. O vídeo parte de relatos autobiográficos e de histórias de amigas próximas, como é o caso da narrativa que inspira o título: o namorado de uma amiga de Júlia pede para que ela retire o batom vermelho, pois está com “cara de puta”. Jout Jout nos apresenta, então, a ideia de relacionamento abusivo, ou seja, relacionamentos nos quais violências morais, psicológicas, patrimoniais e físicas estão presentes.

Esses dois materiais didáticos utilizados em sequência na oficina, portanto, tinham a função de demonstrar como a violência contra mulheres é sistemática. Em outras palavras, atitudes violentas já estão presentes na escola e, conseqüentemente, se não forem repensadas, debatidas, analisadas e desnaturalizadas, continuarão se perpetuando na vida adulta, a exemplo dos relacionamentos abusivos.

² Disponibilizado online em 2015, faz parte do canal no YouTube de Júlia, intitulado *JoutJout Prazer*. O vídeo está disponível no endereço eletrônico: <<https://www.youtube.com/watch?v=I-3ocjJTPHg>>.



Ao final dessas apresentações, um momento de debate foi proposto para as/os estudantes, a partir das questões: “você estavam familiarizados(as) com a ideia de relacionamento abusivo?” e “você já imaginaram que a escola também pode ser um local de violência?”. Além dessas duas perguntas, foi disponibilizado espaço de fala para que as/os presentes fizessem as considerações que achassem necessárias. Esse espaço foi totalmente aproveitado pelas/pelos estudantes através de relatos de suas próprias vivências e de discussões sobre os materiais.

O segundo encontro/módulo da oficina, realizado no dia 26 de setembro de 2017, teve como centralidade a desestabilização da categoria universal de mulher, e foi dividido em dois momentos. No primeiro momento, propusemos o seguinte questionamento aos estudantes: “desde o início da oficina estamos pensando a violência contra a mulher em diferentes formas e contextos; mas, afinal, o que é *ser mulher*”? Instigadas/Instigados a citar algumas características que atribuíam à categoria de mulher, as/os estudantes elencaram diferenças de corpo, vestuário, atitudes e comportamentos. Em seguida, expusemos mais dúvidas: “será que esse *ser mulher* sempre foi o mesmo? Será que em todos os lugares do mundo as mulheres são iguais umas às outras?”. A partir dessa segunda etapa de questões, iniciamos a reflexão com as/os estudantes de que não existe somente uma possibilidade de ser mulher no mundo, mas que existem mulheres brancas, mulheres negras, mulheres norte-americanas, mulheres latinas, mulheres indígenas, mulheres com deficiência, e elas têm vivências diferentes. Assim, quando utilizamos a categoria universalista de mulher, podemos estar invisibilizando outras formas de ser mulher e, conseqüentemente, produzindo violências.

Após essa reflexão, iniciamos o segundo momento do encontro, no qual apresentamos e discutimos os conceitos de cisgeneridade e transgeneridade. O feminismo e as discussões de gênero que propomos se alicerçam, pois, em perspectivas *trans-includentes* e *interseccionais*³, já que diferentes experiências estão sujeitas a diferentes formas de violência. Essa etapa previu a contextualização dos termos *cis* e *trans*: pessoas *cisgêneras* são pessoas que se identificam com o sexo que lhes foi

³ Em uma perspectiva interseccional gênero e raça, por exemplo, não podem ser analisados enquanto categorias isoladas. Sendo assim, no encontro de número três analisamos essa imbricação.



assignado ao seu nascimento, ao passo que pessoas *trans* são pessoas que não se identificam com o sexo que lhes foi assignado ao seu nascimento, ou seja, que lhes foi imposto pela biomedicina e pela sociedade.

Evidenciamos, ainda, que o uso dos termos *cis* e *trans* se dá enquanto um mecanismo de retirada de nomenclaturas normalizadoras e preconceituosas como “mulher de verdade”, “normal” e “anormal”; logo, seu objetivo central é o de alargar as bases do feminismo clássico, ao propor um transfeminismo, a partir do qual categorias universais, homogeneizantes e patologizantes são desconstruídas e problematizadas. Nesse sentido, utilizamos os estudos históricos de Michel Foucault e Thomas Laqueur⁴ nos quais ambos os pesquisadores destacam que, em diferentes sociedades e períodos históricos, os sujeitos e corpos eram significados, pensados e classificados de diferentes maneiras; por conseguinte, a história nos mostra que o modo de *ser mulher* de nossa sociedade é contingencial.

Utilizamos como material didático para leitura coletiva o texto de Amara Moira, pesquisadora, mulher travesti e doutora em literatura pela UNICAMP, intitulado “Travesti ou mulher trans: tem diferença?”⁵. Nesse texto Amara discute as violências que pessoas *trans* e mulheres travestis sofrem quando nos baseamos unicamente em premissas biológicas para discutir identidades e vivências, ou quando lançamos mão, por exemplo, do argumento de que “quem tem vagina é mulher e quem tem pênis é homem”. Nas palavras de Amara:

A primeira consequência é centrar o debate sobre transgeneridade no genital em si ao invés de na criação que recebemos por conta dele. Ou seja, dar a entender que o xis da questão está no corpo, ter ou não ter pênis/vagina, e não na impossibilidade de vivermos de acordo com o gênero com que nos identificamos. Ninguém nasce querendo fazer cirurgia, tratamento hormonal, depilação a laser e, se boa parte de nós recorre a essas intervenções, é por termos sido condicionadas a acreditar, desde muito cedo, que era necessário transformar nossos corpos para podermos viver nosso gênero, para podermos nos reconhecer e ser reconhecidas nesse nosso gênero. (MOIRA, 2017, n.p.)

⁴ *História da Sexualidade I: a vontade de saber*, de Michel Foucault (2017) e *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*, de Thomas Laqueur (2001).

⁵ Texto escrito em 2017 por Amara em sua coluna no site *Mídia Ninja* e disponível no endereço eletrônico: <<http://midianinja.org/amaramoira/travesti-ou-mulher-trans-tem-diferenca/>>.



Além disso, Amara discute as categorias *trans* e *travesti* e as diferenças que se costuma elencar entre uma e outra:

Travesti e mulher *trans* são palavras sinônimas, o que não quer dizer que signifiquem o mesmo. Cada uma tem sua história e, ao ser acionada, ativa uma série muito particular de sentidos: transexual é palavra criada pelo saber médico, que responsabiliza o corpo e desculpa o indivíduo (“corpo errado”, “mente feminina”, “sofrimento”, etc), tornando mais fácil sua aceitação pela sociedade, ao passo que *travesti* ainda está muito associada ao universo da prostituição precária, da marginalização [...]. Ao invés de propor ou buscar distinções, talvez fosse o momento de analisarmos esses sentidos que a sociedade projeta sobre as duas palavras, tentando identificar as razões dessas projeções e romper com essas narrativas que nos engessam, violentam. (MOIRA, 2017, n.p.)

De forma arriscada e incipiente, nosso objetivo nesse segundo módulo, como exposto anteriormente, foi o de questionar os determinismos, concordando com a proposição de Butler (2015, p. 27) segundo a qual “[...] talvez o sexo sempre tenha sido gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nula” – a biologia, o sexo, o corpo e as classificações também são culturais, localizadas, contextuais, assim como a política por trás dessas categorias.

No terceiro encontro/módulo da oficina, realizado no dia 10 de outubro de 2017, focou-se em apresentar às e aos estudantes dados quantitativos sobre violência contra as mulheres no Brasil. Nessa apresentação utilizamos dados de domínio público obtidos através do Balanço Anual do Disque 180⁶, do ano de 2016⁷, da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres com recortes de raça, geração e região. Todavia, esse balanço não contempla as especificidades das pessoas *trans* e de mulheres *travestis*. Devido a isso, utilizamos os dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais/ANTRA⁸, que além de produzir relatórios sobre a quantidade de mortes e violências contra pessoas *trans* e mulheres *travestis*, disponibiliza *online* um mapa

⁶ O Disque 180 foi criado em 2003, pela Lei nº 10.714/03 e funciona como um disque-denúncia no qual mulheres de todo Brasil podem relatar casos de violência que estejam sofrendo, assim como buscar informações sobre seus direitos. O número é o mesmo para todo o Brasil e não se restringe às mulheres, pois qualquer pessoa pode, por exemplo, denunciar uma situação de violência.

⁷ Existem dados mais atualizados sobre violência contra as mulheres, porém quando realizamos a oficina, no ano de 2017, os dados mais atualizados eram os de 2016, disponíveis em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/ligue-180-central-de-atendimento-a-mulher/balanco-anual-180_2016.pdf>.

⁸ Dados disponíveis em: <<https://antrabrazil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-as-sassinatos-2017-antra.pdf>>.



demonstrando onde cada uma dessas mortes/violências aconteceu⁹.

Os dados do Balanço Anual do Disque 180 que utilizamos na apresentação para os/as jovens evidenciam, por exemplo, que,

[...] somente no ano de 2016, a Central realizou 1.133.345 (um milhão cento e trinta e três mil trezentos e quarenta e cinco) atendimentos, fato que resultou numa média de 94.445 atendimentos/mês, e 3.096 atendimentos ao dia. Essa quantidade foi 51% superior ao número de atendimentos realizados no ano de 2015 (749.024). (BRASIL, 2016, p. 3)

O Balanço Anual também apontou para o fator de raça intrínseco às violências, pois “[...] outro dado importante é que dos relatos de violência em que foi informada a cor da vítima, 60,53% das violências foram cometidas contra mulheres negras” (BRASIL, 2016, p. 4). Logo, esses dados demonstram a importância de abordagens interseccionais quando lidamos com casos de violência, aliando, assim, análises de gênero e de raça.

Como forma de ilustrarmos que a violência de gênero não se restringe a agressões físicas, apresentamos os dados que demonstram que do total de denúncias para o Disque 180 “50,70% se referiram à violência física; 31,80%, violência psicológica; 6,01%, violência moral; 1,86%, violência patrimonial; 5,05%, violência sexual; 4,35%, cárcere privado; e 0,23%, tráfico de pessoas”. Ou seja, há diversas formas de violência que as mulheres podem experimentar ao longo da vida – muitas vezes sem se dar conta de que sofrem violências.

Passamos, então, aos dados relativos às pessoas *trans* e mulheres travestis, compilados pela ANTRA:

No ano de 2017, lembrando incansavelmente da subnotificação desses dados, ocorreram 179 Assassinatos de pessoas Trans, sendo 169 Travestis e Mulheres Transexuais e 10 Homens Trans. Destes, encontramos notícias de que apenas 18 casos tiveram os suspeitos presos, o que representa 10% dos casos (MAPA DOS ASSASSINATOS DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO BRASIL, 2018, p.14).

Esses dados levaram a ANTRA a concluir, de forma alarmante, que “[...] chegamos a estimativa de que a cada 48h uma pessoa Trans é assassinada no Brasil e que a idade média das vítimas dos assassinatos é de 27,7 anos” (MAPA DOS ASSASSINATOS DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO BRASIL, 2018, p.16). Além disso, é importante pon-

⁹ Mapa disponível em: <<https://www.google.com/maps/d/viewer?ll=-13.072303542292511%2C-42.23556529999996&z=5&mid=1yMKNg31SYjDASoN-ZwH1jJoapFQ>>.

tuarmos sobre a forma com que esses casos são entendidos pela justiça brasileira, ou seja, se são investigados e analisados enquanto crimes de ódio motivados por transfobia, ou apenas entendidos enquanto crimes corriqueiros¹⁰.

Ao final da apresentação dos dados anuais de violência, iniciamos uma segunda atividade nesse encontro, no qual buscamos ilustrar formas de violência que não são físicas, mas que nem por isso são menos violentas, problemáticas e não deixam marcas na vida das mulheres. Para tanto, utilizamos três materiais didáticos: o primeiro foi a ação #ESSEÉMEUPROFESSOR desenvolvida por pesquisadoras e estudantes do Departamento de Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Essa ação recolheu denúncias de constrangimentos que estudantes mulheres sofreram em salas de aula por seus professores, transformando-as em cartazes que foram espalhados pelos *campi* da Universidade.

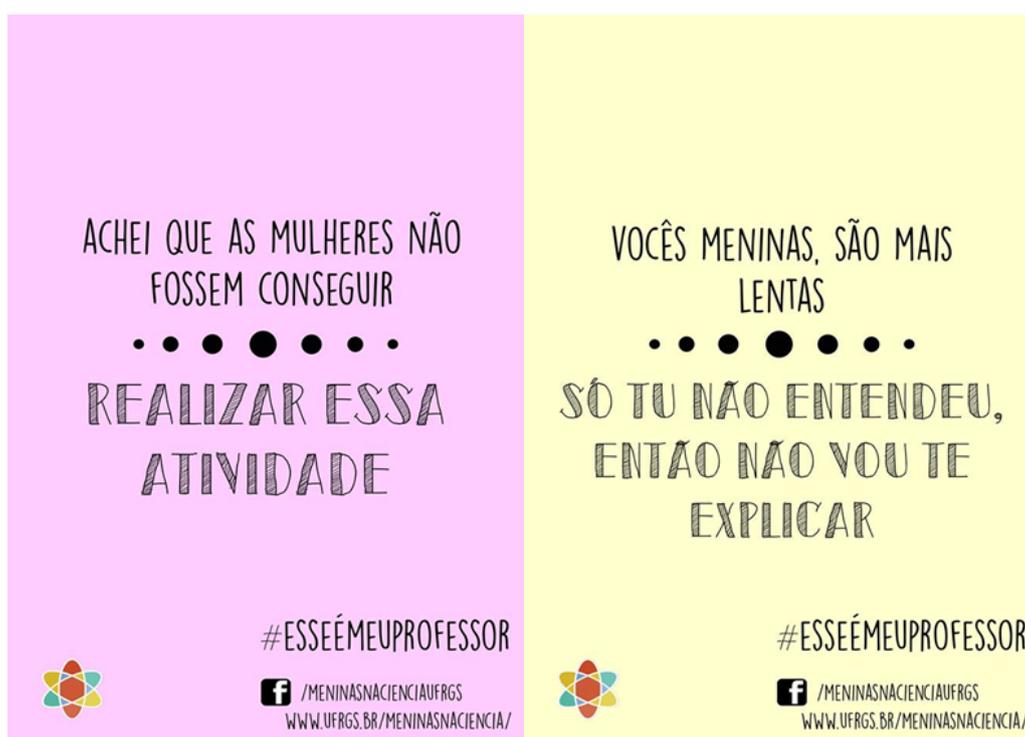


Figura 2 – Cartazes da Ação #ESSEÉMEUPROFESSOR
Fonte: Site *Meninas na Ciência*.¹¹

¹⁰ Esse ponto é fundamental, pois em inúmeras ocasiões a mídia e os departamentos de investigação se dirigem às vítimas pelo seu nome de nascimento, conseqüentemente não reconhecendo sua identidade enquanto mulher *trans*, ou mulher travesti – fato que parece apontar para uma transfobia estrutural.

¹¹ Essa ação faz parte de um projeto maior desenvolvido por docentes mulheres do Departamento de Física da UFRGS intitulado *Meninas na Ciência*. Maiores informações sobre o projeto e suas ações estão disponíveis no endereço eletrônico: <<https://www.ufrgs.br/meninasnaciencia/>>.

Com esses dois cartazes propusemos aos estudantes a reflexão de se imaginarem enquanto jovens discentes que recentemente entraram na Universidade, mas que logo de início se depararam com frases como essas pronunciadas por professores em sala de aula. A ideia era que percebessem como uma aparente brincadeira, ou piada, se trata de uma forma de constrangimento e, conseqüentemente, de violência, que pode afetar a vida das jovens estudantes logo no início de sua graduação. Utilizamos esses cartazes como forma de demonstrar que a violência também está inserida dentro da academia, e não apenas em regiões marginalizadas da sociedade.

O segundo material didático foi a charge da cartunista e mulher *trans* Laerte Coutinho na qual se evidencia um ato transfóbico e a culpabilização da pessoa por ter sido vítima desse ato violento. Ou seja, existe nesse caso uma dupla agressão, pois além do ato violento em si, a vítima também foi entendida enquanto culpada em decorrência de sua não-adequação aos padrões socioculturais normatizados.



Figura 3 – Charge da cartunista Laerte¹²
Fonte: Site Itaú Cultural

Por fim, utilizamos a “pirâmide da violência”, um gráfico desenvolvido pela artista e ativista feminista Asheley Fairbanks, conhecida no *Twitter* como @ziibing. Nessa ilustração, traduzida para o português pelo coletivo feminista intitulado “Não aguento quando”, a artista demonstra como “pequenos” atos de nosso cotidiano também constituem violências que podem, muitas vezes, ocasionar a morte de mulheres – justamente por estarem inseridos em um sistema estruturalmente violento.

¹² Charge disponível em: <https://www.itaucultural.org.br/ocupacao/laerte/oa-laerte/?content_link=3>.



Figura 4 – Pirâmide da violência desenvolvida por @ziibiing¹³ e traduzida para o português pelo coletivo feminista “Não aguento quando”
 Fonte: Site Não aguento quando

A oficina foi finalizada com o quarto encontro/módulo no dia 17 de outubro de 2017. Centralizamos, então, o debate em torno das formas de resistência a essas violências discutidas até o momento, apresentando às e aos estudantes legislações específicas cujo objetivo é o enfrentamento à violência de gênero contra as mulheres. Posto isso, identificamos duas formas de combate às violências; sendo a primeira delas a macropolítica, dialogamos com as/os estudantes sobre coletivos feministas, legislações nacionais e internacionais.

No âmbito das legislações nacionais, apresentamos: a Lei 11.340/06 conhecida como Lei Maria da Penha, cujo objetivo é o de criar mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra as mulheres; a Lei 13.104/15, conhecida como Lei do Femicídio, a qual tipifica o crime de feminicídio, ou a morte de uma pessoa em decorrência de seu gênero feminino; e a Lei 10.741/03, que institui o Disque 180. Nos atentamos também ao artigo 5º da Constituição Federal Brasileira, de 1988, no qual fica explícito que todas as pessoas têm os mesmos direitos, sem distinções de qualquer natureza,

¹³ O perfil da artista e ativista assim como a imagem original estão disponíveis no endereço eletrônico <<https://twitter.com/ziibiing>>.

seja de gênero, raça, etnia, religião, orientação sexual etc. Em âmbito internacional, referimo-nos à Declaração Universal dos Direitos Humanos, outro mecanismo cuja finalidade é reafirmar a igualdade entre todas e todos sem qualquer distinção.

A segunda forma de resistência às violências discutida foi o âmbito da micro-política, ou seja, as ações que todas e todos nós podemos desempenhar em nosso cotidiano: não reproduzir estereótipos de gênero, evitar piadas preconceituosas e discriminatórias – pois nada é “apenas uma piada” –, respeitar as identidades e por conseguinte o nome social das mulheres *trans* e travestis, repensar nossas posturas diárias, denunciar casos de violência que presenciarmos, educar nossos(as) filhos/filhas para que respeitem todas e todos, e ouvir antes de julgar.

Ao longo da oficina alguns/algumas estudantes solicitaram materiais adicionais com os quais pudessem se aprofundar nessa discussão. Pensando nisso, ao final desse encontro disponibilizamos uma lista com alguns nomes de séries, filmes, livros, canais no *YouTube* e músicas que dialogavam com a temática da oficina.

CONCLUINDO, OU MELHOR, ABRINDO NOVOS CAMINHOS

No decorrer da oficina “Violência contra a mulher *cis*, *trans* e travesti: cotidiano, currículo e o que a educação tem a ver com isso”, o que nos motivou foi romper com a normatização centrada na figura do homem branco, ocidental, heterossexual, cisgênero e de classe média, ou seja, fazer proliferar dentro da sala de aula formas de existência que desviam dessa norma. Foi um desafio imposto por nós mesmos, enquanto futura professora e futuro professor, repensar as práticas pedagógicas na tentativa de desestabilizar as hegemonias culturais e sociais do campo educacional, desarticular violências cotidianas e articular espaços democráticos, seguros, igualitários e equitativos.

Buscando romper com as clássicas teorias que postulam sobre o que deveria ser o currículo, nosso desafio foi demonstrar que o currículo pode e deve ser entendido enquanto um componente fluído da educação, ou, nas palavras de Gauthier (2002, p. 144), mostrar a urgência “de experimentar no currículo, de experimentar com o cur-



rículo, de fazê-lo entrar em novos agenciamentos, sem procurar conformá-lo a uma definição prévia”.

Ocupávamos o espaço do Colégio de Aplicação, também, enquanto agentes políticos, comprometidos com a eliminação de discrepâncias e violências individuais e institucionais; estávamos disputando espaço com os saberes educacionais cristalizados, pleiteando novos discursos sobre existências, corpos e processos de aprendizagem, pois, como nos lembra Foucault, p.10) “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta [...]”.

Ao ocuparmos materialmente a sala onde a oficina aconteceu durante os quatro encontros, almejávamos empoderar discursos marginalizados e subalternizados, e foi imensamente gratificante percebermos a potência que as discussões com as/os estudantes tiveram, pois todas e todos demonstraram um imenso engajamento nas atividades e nos debates, apesar de nosso medo inicial de fracasso.



REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017**. ANTRA, 2018. 121p. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>>. Acesso em: 17 de dez. 2018.

BENSUSAN, Hilan. Os meninos da minha escola me pareciam maus. In: BEDIN, L.; MARQUES, D. (Org.). **A hora do pesadelo: paixões distópicas em educação**. Porto Alegre: Sulina, 2018, p. 13-21. ISBN 978-85-205-0821-3.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. **Balanco anual 2016**. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, 2016. 22p. Disponível em: <https://assets-compromissoeatitude-ippg.sfo2.digitaloceanspaces.com/2017/06/Balanco-Anual-180_2016.pdf>. Acesso em: 13 de dez. 2018.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH)**. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007. 76p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192>. Acesso em dez. 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 287p. ISBN 9788520006115.

CORAZZA, Sandra Mara. Planejamento de Ensino como estratégia de política cultural. In: MOREIRA, A. F. (Org.). **Currículo: questões atuais**. Campinas: Papirus, 1997. Pp. 103-143. ISBN 8530804422.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 26 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008. 295p. ISBN 9788570380746.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 24 ed. São Paulo: Loyola, 2014. 74p. ISBN 9788515013593.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. (Vol. 1). São Paulo: Paz e Terra, 2017. 176p. ISBN 8577532941.

GAUTHIER, Clermont. Esquizoanálise do currículo. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 143-156, jun./jul. 2002. ISSN 01003143.

HARAWAY, Donna. saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, 1995, p. 07-41.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. 313p. ISBN 8573162449.

LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade – O “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (Org.). **Corpo, Gênero e Sexualidade – Um Debate Contemporâneo na Educação**. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 43-53. ISBN 9788532629142.



MOIRA, Amara. Travesti ou mulher trans: tem diferença? **Mídia Ninja**, 2017. Não paginado. Disponível em: <<http://midianinja.org/amaramoira/travesti-ou-mulher-trans-tem-diferenca>>. Acesso em: 15 de dez. 2018.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias de currículo**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. 154p. ISBN 9788586583445.

UBERTI, Luciane. Experiências didáticas nas licenciaturas. In: CAROLY et al (Org.). **Docência e Transgressão: potência singular ao planejar**. Porto Alegre: Cirkula, 2018, p. 19-31. ISBN 9788567442891.

Recebido em: 20/01/2019

Aceito para publicação em: 30/05/2019



**REFLEXÕES ANTROPOLÓGICAS SOBRE A EXTENSÃO: O PROJETO DE
REALIZAÇÃO DO 18º CONGRESSO MUNDIAL DA IUAES NA UFSC¹**

***Anthropological reflections on extension: the Support project for the 18th
IUAES World Congress at UFSC***

Simone Lira da Silva

Professora Substituta Departamento de Antropologia UFSC, Brasil.

E-mail: simoneliradasilva@gmail.com.br

Miriam Pillar Grossi

Professora Titular do Departamento de Antropologia da UFSC, Bolsista 1 B CNPq, Presidenta ANPOCS (gestão 2019/2020), Coordenadora geral do Instituto de Estudos de Gênero (IEG - UFSC), Coordenadora do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS-UFSC), Brasil.

Email: miriamgrossi@gmail.com

Maria Luiza Scheren

Graduanda em Antropologia – UFSC, Brasil.

E-mail: mluizascheren@gmail.com

Caroline Amábile Vale dos Santos

Graduação em Relações Internacionais -UFSC, Brasil.

E-mail: carolamabileee@gmail.com

Gabriela Alano Tertuliano

Graduanda em Ciências Sociais – UFSC, Brasil.

E-mail: tertu.gabi@gmail.com

Filipe Tchinene Calueio Angolano

Graduado em teologia, em segurança do trabalho (Uniasselvi) e em Relações internacionais (UFSC), mestrando em Desenvolvimento Regional FURB, Brasil.

E-mail: ecalueio@gmail.com

Áltera, João Pessoa, v. 2, n. 9, p. 55-82, jul./dez. 2019

ISSN 2447-9837

¹ Trabalho apresentado no GT 54 Políticas, etnografias e campos da extensão universitária na antropologia brasileira, na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF. Agradecemos os comentários das coordenadoras, Luciana Gonçalves de Carvalho (Ufopa) e Luciana de Oliveira Chianca (UFPB) e dos debatedores e participantes do respectivo GT.

RESUMO:

Este artigo reflete sobre o potencial pedagógico que projetos de extensão oferecem à aprendizagem da Antropologia em espaços fora da sala de aula. Neste trabalho, apresentamos o projeto de extensão “Apoio e realização do 18º Congresso Mundial da IUAES (International Union of Anthropological and Ethnological Sciences)”, realizado na Universidade Federal de Santa Catarina entre 16 e 20 de julho de 2018 em Florianópolis, coordenado pela professora Miriam Pillar Grossi. O objetivo do projeto era proporcionar apoio às atividades relativas à organização do referido congresso e formar estudantes na organização de eventos bem como inseri-los de forma diferenciada no campo de saber das ciências humanas e sociais, mais especificamente da Antropologia. Refletimos neste artigo sobre o potencial pedagógico desta ação de extensão, trazendo relatos das experiências de aprendizado de nossa equipe multidisciplinar (composta por estudantes dos cursos de graduação em Antropologia, Ciências Sociais, Relações Internacionais, Letras e Museologia).

PALAVRAS-CHAVE:

Extensão. Antropologia. Ensino. Pesquisa. Internacionalização.

ABSTRACT:

This article reflects on the pedagogical potential of extension projects. The project offered the learning of anthropology in spaces outside the classroom. In this work, we present the project of extension: “Support and realization of the 18th World Congress of the IUAES (International Union of Anthropological and Ethnological Sciences)”, held at the Federal University of Santa Catarina from July 16 to 20, 2018 in Florianópolis, coordinated by the teacher Miriam Pillar Grossi. The objectives of the project were to provide support for the activities of organizing the congress and to train students in the organization of events as well as to insert them in a differentiated way in the field of knowledge of the social sciences, more specifically of anthropology. We will reflect on the pedagogical potential of this extension action, bringing reports of the learning experiences of our multidisciplinary team (composed of undergraduate students in Anthropology, Social Sciences, International Relations, Literature and Museology).

KEYWORDS:

Extension. Anthropology. Teaching. Research. Internationalization.



INTRODUÇÃO

Analisamos neste artigo os impactos do projeto de extensão cujos objetivos foram a organização e a realização do 18º Congresso Mundial da IUAES (*International Union of Anthropological and Ethnological Sciences*), que ocorreu entre 16 e 20 de julho de 2018, em Florianópolis, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Refletimos sobre o processo de aprendizagem proporcionado pelo projeto de extensão à equipe multidisciplinar, composta por estudantes dos cursos de graduação em Antropologia, Ciências Sociais, Relações Internacionais, Letras e Museologia; bem como sobre a importância dessa atividade na articulação de redes acadêmicas internacionais da Antropologia brasileira.

Entendemos, a partir dos princípios desenvolvidos pelo Grupo de Estudos sobre Educação, Metodologia da Pesquisa e Ação (GEEMPA)¹, que a aprendizagem é um processo necessariamente reflexivo, produzido pela formulação e pelo teste de hipóteses, e que articula o indivíduo com o social,. Assim, munidos de lentes das teorias educacionais pós-construtivistas, traçamos algumas reflexões sobre a construção do conhecimento – teórico e prático – proporcionado pela experiência de atuação da equipe de bolsistas da secretaria na organização do 18º Congresso mundial da IUAES na UFSC.

Adotamos para a escrita uma estratégia dialógica e multivocal para incluir no texto diferentes pontos de vista e análises realizadas por cada estudante envolvido/a no projeto de extensão. Entendemos por perspectiva dialógica os modelos de escritas analisados por James Clifford (2011) e que ressaltam precisamente aqueles elementos discursivos entre dois ou mais indivíduos. Embora James Clifford (2011) ressalve que a escolha por um texto inspirado em romances polifônicos possa se configurar também em outras formas de autoridade, identificamos nesse tipo de narrativa uma possibilidade de elencar a pluralidade de vozes envolvidas nesse processo de produção de conhecimento, principalmente porque alguns/algumas dos/as interlocutores/as, nesse caso, também eram autores/as.

Essa narrativa, construída coletivamente, implicou no desenvolvimento de uma metodologia de escrita, que se caracterizou por diferentes temporalidades. Articulamos períodos destinados a aprofundar, em reuniões presenciais, os tópicos a serem abordados no texto, com períodos destinados à escrita. Como metodologia de

¹ História, metodologia, produtos e livros do GEEMPA podem ser consultados em <<https://geempa.com.br/o-geempa/>>.



escrita coletiva, utilizamos a plataforma Google Docs², que permite a várias pessoas escreverem à distância um texto comum.

Atribuímos a cada autor/a a responsabilidade de desenvolver um dos temas definidos para serem abordados no artigo. Esses temas estavam de acordo com as atividades específicas desenvolvidas pelos/as autores/as no decorrer da organização do evento, ou com aquelas com as quais tiveram maior grau de envolvimento em função de suas aptidões individuais e mesmo de suas áreas de formação. Neste sentido, os estudantes de graduação que são coautores deste texto escreveram a partir das diferentes responsabilidades que assumiram na secretaria do *18th IUAES World Congress*. Este processo se deu respeitando seus diferentes graus e áreas de formação, treinando-os/as no processo de escrita acadêmica. Parte das contribuições enviadas por membros da equipe que não participaram até o final da escrita do artigo continuam no texto em forma de depoimentos³.

O texto possui a seguinte estrutura: no item 2, apresentamos a IUAES (*International Union of Anthropological and Ethnological Sciences*), seus congressos e a constituição da equipe responsável pela organização da 18ª edição. No item 3, “O que se faz na organização de um congresso Mundial também é um ato político”, discorreremos sobre como foram a organização e a tomada de decisões das principais atividades que estavam sob o encargo da equipe que trabalhou no projeto de Extensão. Na sequência, a parte mais extensa do texto aborda as análises elaboradas pelos envolvidos no projeto de extensão sobre sua própria atuação e a forma como o processo de aprendizado foi possibilitado por essa experiência. Trata-se de uma reflexão sobre diferentes aspectos: trabalho em equipe, desenvolvimento de autonomia, contato com o outro, formação profissional e formação no campo de Antropologias mundiais.

² O Google doc é um pacote de aplicativos, disponibilizados gratuitamente e que pode ser acessado por todos que possuam uma conta gmail. Esse aplicativo dispõe de ferramentas de produção e edição textual que funcionam de forma síncrona e assíncrona, permitindo que várias pessoas possam fazer edições no texto ao mesmo tempo. Todos os usuários podem ver as alterações sendo realizadas mesmo a quilômetros de distância.

³ Agradecemos as colaborações, revisões e feedback dados ao texto pelos colegas dos núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS) e Núcleo de Estudos de Povos Indígenas (NEPI), em especial Leonardo de Miranda Ramos e Alexandra Eliza Vieira Alencar. Também agradecemos as contribuições recebidas dos coordenadores e colegas que participaram do Grupo de Trabalho 54 da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia onde este texto foi apresentado inicialmente em dezembro de 2018. E, principalmente, agradecemos os depoimentos e debates proporcionados pelos colegas Ivi Porfírio e Gabriel Dario Lopez Zamora Durante o estágio no projeto e também na fase inicial de elaboração deste artigo.



O 18º CONGRESSO MUNDIAL DA IUAES NO BRASIL

História da IUAES e seus congressos

O *Congresso Mundial da IUAES* foi realizado pela primeira vez em 1934, em Londres, mas ainda não se chamava *IUAES World Congress*. Desde então, normalmente tem sido realizado a cada cinco anos, com diferentes denominações. Antes do Brasil, os últimos congressos mundiais haviam ocorrido em 2013 em Manchester (Inglaterra) e em 2009 em Kunming (China). Esta foi a primeira edição do *IUAES World Congress* em um país da América do Sul, tendo sido realizado anteriormente na América do Norte (México, Filadélfia, Chicago, Williamsburg, Quebec e Vancouver).

A IUAES, uma das mais antigas organizações científicas mundiais nos campos das humanidades, reúne cientistas e instituições que trabalham com antropologia e etnologia, arqueologia e/ou linguística – os quatro campos da Antropologia, segundo o modelo criado por Franz Boas no início do século XX nos Estados Unidos. Seu objetivo é aumentar o intercâmbio e a comunicação entre acadêmicos de todas as regiões do mundo, em um esforço coletivo para expandir o conhecimento humano⁴.

A história dos congressos mundiais de Antropologia envolve inúmeras articulações e uniões. Apesar de existir desde 1934 e ter realizado um segundo evento em 1938, será em 1948, após o final da 2ª Guerra Mundial, que a *International Union of Anthropological and Ethnological Sciences* se articulou com o grupo que organizava os congressos e eles passaram a se intitular *International Congress of Anthropological and Ethnological Sciences* (ICAES). O próximo congresso está previsto para 2023 em Bhubaneswar, Índia. Em sua história, o evento aconteceu nas seguintes cidades e países:

⁴ Essas informações foram retiradas da página oficial da IUAES disponível em: <<https://iuaes.org/index.html>>. Acesso em 22 out. 2018.



	Cidade/País	Ano	Cidade/País	Ano	
1°	Londres/ Reino Unido	1934	10°	Delhi/ Índia	1978
2°	Copenhague/ Dinamarca	1938	11°	Quebec e Vancouver / Canadá	1983
3°	Bruxelas/ Bélgica	1948	12°	Zagreb/ Iugoslávia	1988
4°	Vienna/ Austria	1952	13°	Cidade do México/ México	1993
5°	Filadélfia/ Estados Unidos	1956	14°	Williamsburg/ Estados Unidos	1998
6°	Paris/ França	1960	15°	Florença/ Itália	2003
7°	Moscovo/ Rússia	1964	16°	Kunming/ China	2009
8°	Tóquio/ Japão	1968	17°	Manchester/ Reino Unido	2013
9°	Chicago/ Estados Unidos	1973	18°	Florianópolis/ Brasil	2018

Tabela 1. País e ano de realização dos IUAES World Congress

Fonte: Criada pelos autores com base em dados publicados pelo site da IUAES (<https://iuaes.org/congresses/index.html>).

A organização do 18th IUAES World Congress no Brasil

O *18th IUAES World Congress* foi sediado no Brasil pela UFSC, instituição pública e gratuita, cujo objetivo é de “promover o ensino, a pesquisa e a extensão”⁵. Portanto, o projeto cumpriu com o papel social da instituição, na medida em que facilitou a ocupação de espaços públicos, democratizando a difusão do conhecimento. A candidatura para que o *18th IUAES World Congress* acontecesse na UFSC foi feita em 2013 pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA), representada pela Prof^a Dr^a Miriam Pillar Grossi, vice-presidente da IUAES, ex-presidente da ABA e professora titular do departamento de Antropologia da UFSC.

Para a organização do congresso na UFSC, foram constituídas 24 comissões organizadoras⁶ compostas por professores/as, estudantes de graduação e pós-graduação, bem como outros membros da comunidade acadêmica. O envolvimento da comunidade acadêmica foi, portanto, indispensável. Todos/as, atuaram no sentido

⁵ Informações sobre a UFSC estão disponível em: <<http://estrutura.ufsc.br/>>, Acesso em: 22 out. 2018.

⁶ Além da coordenação geral e da secretaria, havia outras 24 comissões organizadoras: Comissão infraestrutura, Comissão de tradução, Comissão de Programação, Comissão Editorial, Comissão de Monitoria, Comissão de Comunicação, Comissão de Cultura, Comissão de Festa, Comissão Instalações Artísticas, Comissão de Experiências Antropológicas, Comissão de Bem-Estar, Comissão de Crianças, Comissão de Alimentação, Comissão de Hospedagem Solidária e Alternativa, Comissão Lançamento de livros, CDs, DVDs, revistas, Comissão da Licenciatura Indígena, Comissão de articulação com comunidades indígenas, quilombolas e ciganas, Comissão feira de artesanato, Comissão de organização do encontro da rede global de antropologia feminista, Comissão acessibilidade, Comissão coordenadores/as pré e pós eventos, Comissão Universidade do Estado de Santa Catarina, Comissão Instituto Federal de Santa Catarina, Comissão audiovisual e mostra de fotografias.



de integrar a produção científica das instituições de ensino e pesquisa ao contexto social – a razão de ser dos projetos de extensão. Esse exercício foi, em si, uma forma de produzir conhecimento sobre as diferenças culturais, sobre o que era o congresso, sobre a Antropologia no Brasil e no mundo e sobre as dinâmicas e nuances dos processos políticos desse campo de produção científica.

Já em julho de 2017 constituiu-se uma primeira equipe de secretaria, composta de quatro pessoas – uma pós-doutoranda, uma graduada em Ciências Sociais e dois estudantes de graduação em Antropologia e Ciências Sociais que, com a Profa. Miriam Grossi, organizaram o espaço físico e os equipamentos necessários para o desenvolvimento do projeto; trabalharam na identidade visual do congresso; escreveram projetos para agências financiadoras; elaboraram as normas de submissão de trabalhos e inscrição; contrataram a empresa que forneceria a web página para o congresso; estabeleceram diversas articulações políticas entre a diretoria da IUAES e da ABA; planejaram e adaptaram o cronograma do congresso.

A equipe de bolsistas da secretaria foi formada no início do primeiro semestre de 2018, com a seleção, pela coordenação local do congresso, de sete bolsistas, alunos e alunas de graduação da UFSC. No decorrer do semestre, outras seleções foram realizadas para atender a novas demandas, derivadas da saída de alguns membros da equipe. Durante o ano de 2018, passaram pela secretaria treze bolsistas. Devido ao grande fluxo de trabalho, os/as novos/as integrantes foram rapidamente integrados/as à rotina e estimulados/as a buscarem autonomamente resolver as demandas que chegavam por e-mail e as dificuldades técnicas na elaboração dos diversos materiais de divulgação do congresso, tais como cadernos de programação, folders das atividades, elaboração de tabelas de distribuição das atividades por sala e horários de trabalhos dos monitores.

Entendemos que houve uma proposta educacional muito clara – e muito cara – na formação da equipe de bolsistas: ampliar o escopo de envolvidos/as a fim de possibilitar o seu contato direto com o pensamento antropológico mundial na atualidade; isto é, difundir o conhecimento de maneira democrática por meio do intercâmbio cultural e da formação de redes internacionais de pesquisadores/as. Os depoimentos a seguir relatam ações cotidianas do trabalho dos/das estudantes bolsistas na secretaria do *18th IUAES World Congress*, que ilustram os resultados desse projeto de extensão.



O QUE SE FAZ NA ORGANIZAÇÃO DE UM CONGRESSO MUNDIAL TAMBÉM É UM ATO DE POLÍTICA ACADÊMICA

A equipe da secretaria esteve à frente de um número impressionante de demandas como: a) atendimento aos congressistas; b) gerenciamento do sistema de inscrição e do banco de dados com os trabalhos enviados para avaliação; c) produção do material de informação divulgado no site do congresso; d) encaminhamento à comissão de tradução de textos e mensagens em língua estrangeira; e) contato com as embaixadas brasileiras no exterior para facilitar a liberação dos vistos; f) atendimento às solicitações de uma enorme equipe que compunha as comissões organizadoras g) organização e programação do evento e dos trâmites junto às gráficas para a produção das programações impressas; h) priorização, durante o congresso, do atendimento presencial e individualizado do público; i) e, no pós congresso, organização dos artigos que compuseram os quatro volumes de anais do evento⁷ e escrita dos relatórios de prestação de contas para agências financiadoras e para as associações promotoras do evento.

Nas páginas seguintes tentamos relatar como algumas dessas funções foram executadas pela equipe e como cada uma delas potencializou o processo de ensino e aprendizagem que extrapolam os limites das salas de aula. Também perpassam o próximo item a formação e a constituição de novas políticas acadêmicas de inclusão e democratização do conhecimento.

Gerenciamento dos e-mails

O atendimento aos congressistas por meio do endereço de e-mail secretariat@iuaes2018.org foi a atividade que, de longe, ocupou a maior parte de nosso tempo. Este atendimento foi iniciado em julho de 2017 e recebemos 10.897 mensagens entre 01/07/2017 e 02/11/2018. Foram respondidas individualmente 6819 mensagens, que exigiam muitas vezes um tempo considerável de nossa equipe, uma vez que grande parte delas provinha do exterior e exigia respostas em inglês, espanhol e francês, as 3 línguas estrangeiras oficiais do congresso.

Uma parte significativa dessas mensagens, um pouco mais do que 3 mil, veio como respostas automáticas às nossas Newsletters e a mensagens repetidas, erro

⁷ Os Anais do congresso, com revisão e formatação realizada pela equipe, podem ser acessados no endereço: <https://www.pt.iuaes2018.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=766>. Devido ao grande volume de páginas, o arquivo foi dividido em 4 volumes organizados pela ordem alfabética do primeiro nome do autor principal de cada artigo.



comum quando a mensagem era enviada pela plataforma de contato do site. Mesmo assim, o seu gerenciamento implicava em ter alguém responsável por identificar e deletar tais mensagens de erro.

As principais demandas recebidas por e-mail eram: a) pedidos por prorrogação de prazos de inscrição e de submissão de trabalhos; b) dúvidas sobre como fazer o pagamento e sobre a submissão de trabalhos completos; c) envio de trabalhos fora do prazo para serem incluídos na programação; d) pedidos de reservas de espaço para reuniões de diversas comissões, grupos ou redes; e) solicitação de recibos/declarações de pagamento e certificados; f) pedidos de carta de aceite para requerimento de vistos; g) dúvidas sobre a cidade, clima, hotéis e locomoção; g) problemas para efetuar o pagamento (aos estrangeiros só foi permitido pagamento via Paypal); h) solicitações de reembolso de inscrições; i) pedidos por auxílio de custos; j) pedidos de alterações na programação do congresso, tais como fusão de painéis, ampliação do número de sessões e data/horário das mesas, e inclusão de novos integrantes.

A resposta aos e-mails envolvia muito tempo e habilidade de negociação com as pessoas que estavam do outro lado da rede. Uma parte significativa das interações envolvia solicitações bastante complexas de alteração das regras acadêmicas do congresso. Conseguir se posicionar de forma a permitir a presença de todos os interessados e manter minimamente o já acordado com as outras milhares de pessoas inscritas era sempre um equilíbrio difícil de obter. Caroline, uma de nossas estagiárias, relata um desses casos em que esteve mais diretamente envolvida, para dar uma dimensão da complexidade de tradução cultural que as respostas aos e-mails exigiam:

Um participante de país africano, ao receber e-mails da secretaria com a finalidade de divulgar o evento, acreditou que se tratava de um convite específico à pessoa dele. Esse mal-entendido fez com que acreditasse que todos os seus custos de viagem e hospedagem seriam pagos pelo congresso. Houve uma intensa troca de mensagens para desfazer o mal-entendido e, ao mesmo tempo, instruir o congressista sobre o edital de financiamento internacional, no qual ele poderia ganhar auxílio financeiro para hospedagem e alimentação. Mesmo após ser aprovado no edital de financiamento de hospedagem e alimentação, o participante insistia que o congresso deveria realizar o custeio das passagens. Felizmente, devido à desistência de um dos pesquisadores africanos que estava sendo financiado, foi possível atender a demanda do participante, meses depois de seu pedido inicial. (Caroline, estudante de Relações Internacionais).

Administração e gerenciamento das inscrições

Diretamente ligados às respostas aos e-mails estavam a administração e o gerenciamento dos dados de inscrições e submissões de trabalho, todas realizadas pelo



sistema do site, desenvolvido pela empresa Dype Soluções – com a qual a Associação Brasileira de Antropologia trabalha há vários anos⁸. No entanto, em diferentes países do mundo houve obstáculos para o acesso do formulário e do próprio sistema, seja pela dificuldade de tradução dos dados que precisavam ser preenchidos, seja pelo tipo de site que cada país permite ser acessado. Além disso, as diferentes taxas de inscrição, resultantes dos acordos realizados entre a ABA e a IUAES, não eram compreensíveis para os congressistas.

No sentido de ajudar as pessoas a fazerem suas inscrições, diversas medidas foram tomadas. A divulgação das formas de inscrições foi realizada através da página do congresso (<https://www.pt.iaaes2018.org/?lang=pt-br&liberado>), do sistema de Newsletter e das redes sociais (<https://www.facebook.com/iaaesbrazil/>). Além de material com o passo a passo de como se inscrever, também foram elaborados vídeos de orientação. Esse material foi disponibilizado online⁹ e seus endereços encaminhados nas mensagens enviadas aos/às congressistas. O somatório das visualizações desses materiais ultrapassa 1500 acessos.

A equipe também realizou a inscrição de muitas pessoas por conta de dificuldades técnicas do próprio sistema ou por estarem em países que não permitiam o acesso a sites como o nosso. Pesquisadores/as da China e da Rússia foram os que tiveram maiores problemas, tanto na realização da inscrição, quanto no seu pagamento. Além de realizarmos a submissão online dos trabalhos enviados por e-mail, também alteramos o prazo de pagamento para que esses/as pesquisadores/as pudessem pagar suas inscrições durante o congresso, presencialmente.

Esse trabalho não era uma mera rotina administrativa, tratava-se antes de tudo de decisões políticas para atender a uma série de reivindicações de um público que se sentiu inicialmente excluído do congresso. Estudantes, por exemplo, questionavam os valores cobrados, já que seria realizado em uma universidade pública brasileira. Desse tipo de demanda se originou o edital de seleção de monitores, que previa a isenção das inscrições para as pessoas que se dispusessem a monitorar o evento.

Também havia reivindicações de populações nativas e minorias étnicas para poderem participar do congresso, o que defrontava a Antropologia com seu maior desafio contemporâneo: não estudamos apenas na aldeia, estudamos também com a aldeia e nesse momento a aldeia frequentemente nos estuda. O volume organizado por Ribeiro e Scobar (2012) parte da premissa de que a globalização permitiu que “os objetos de estudo” da Antropologia, os povos nativos do planeta, passassem

⁸ Mais detalhes sobre a empresa acessar <https://www.dype.com.br/>.

⁹ Os vídeos tutoriais produzidos para auxiliar no processo de inscrição podem ser encontrado online nos seguintes endereços <https://www.youtube.com/watch?v=4IMmwC1JWas&t=11s> e <https://www.youtube.com/watch?v=bnieIqAyoH8>.



à posição de sujeitos. Será? Se sim, qual a real amplitude disso? Dar voz aos nossos objetos de estudos, algo tão defendido do ponto de vista político de nossa disciplina, estava completamente fora dos padrões de organização de eventos desse porte historicamente. Novamente, intensos diálogos entre a coordenação local e associação responsável pelo congresso foram travados até que finalmente se decidiu, dois meses antes do congresso, criar uma nova modalidade de inscrição, *Native and ethnic-minority population*, que não só permitia a participação de pessoas autodeclaradas pertencentes a populações nativas e minorias étnicas com ou sem formação universitária, como também era isenta de taxas.

Para muitos de nós, essas mudanças geravam transtorno e trabalho duplicado, mas aos poucos, fomos nos dando conta de sua importância, percebendo como a função administrativa era a menor das questões em jogo quando se tratava da elaboração desses documentos. Essas regras tinham por finalidade incluir novos atores sociais dentro da Antropologia mundial. A comissão organizadora do congresso também assumiu uma postura política de inclusão de estudantes de graduação e pós-graduação das instituições de ensino superior brasileiras, assim como a inclusão de profissionais da área da Antropologia recém-formados ou com condições financeiras reduzidas – tudo através de editais de financiamento e de isenção da adesão. A dispensa de pagamento foi aplicada a todos os estudantes que se prontificaram a atuar como monitores (aproximadamente 300 estudantes) durante o congresso e a todos os que se autodeclararam povos nativos ou minoria étnicas (78 pessoas). Já os editais de financiamento de hospedagem e alimentação beneficiaram em torno de 80 pessoas, entre brasileiros e estrangeiros.

Programação e escala de horários das atividades do congresso

Outro exemplo de como a organização foi constantemente permeada por negociações políticas no interior do campo da Antropologia pode ser visto na forma como foram formuladas as regras de submissão e aceite de trabalhos. Inicialmente, essas diretrizes foram criadas seguindo padrões identificados em outros congressos da área e tendo como principal propósito induzir o estabelecimento de diálogos internacionais. Assim, os painéis abertos precisavam, obrigatoriamente, ser coordenados por pesquisadores/as doutores/as, sócios/as da ABA ou da IUAES e vinculados/as a instituições de diferentes nacionalidades.

Logo no início dos trabalhos, quando o site foi aberto para as apresentações dessas propostas, recebemos uma série de reclamações de colegas brasileiros/as so-

bre a inacessibilidade do congresso, já que a nem todos os antropólogos brasileiros eram associados à ABA ou possuíam condições financeiras para arcar com os valores das inscrições em dólares. Isso gerou internamente uma movimentação para conseguir junto a ABA uma chamada extra para novos sócios e para criar formas de isentar ou diminuir as taxas.

Concessões também foram realizadas principalmente no cronograma de inscrição de atividades e nas normas de organização de seus horários. Essa foi a obrigação que mais exigiu da equipe no mês que antecedeu o evento. Pelo cronograma, após a comissão de programação ter estipulado as datas para cada atividade, os coordenadores deveriam entrar no sistema e distribuir as apresentações ou até mesmo solicitar alterações, quando necessárias. Quando estes não faziam essa atribuição de horários, o sistema aceitava automaticamente as seções escolhidas pela comissão de programação.

Apesar dessa rotina administrativa prever que a programação poderia ser fechada com meses de antecedência, na prática o trabalho se estendeu até o dia do congresso. Alguns dias antes da abertura, e muito tempo depois do prazo destinado às/aos coordenadoras/es para atribuírem data e horário as suas sessões, a secretaria recebeu a ligação de uma coordenadora de Painel Aberto solicitando a alteração da data de realização das sessões de apresentação em seu painel, justificando a excepcionalidade da necessidade de alteração. Depois de conseguirmos reorganizar os horários conforme solicitado, foi avisado que a alteração não constaria no programa impresso, pois este já tinha sido encaminhado para a gráfica. A coordenadora aceitou a proposta alegando que todos os que precisavam estar presentes eram do grupo envolvido no painel e ela se encarregaria de fazer o comunicado. A secretaria, por sua vez, divulgou online a alteração no Painel. Nos dias seguintes, contudo, a coordenadora entra novamente em contato, bastante descontente, dizendo que precisávamos alterar também o programa impresso, pois os pesquisadores de uma das sessões (todos oriundos de países orientais) não aceitavam a possibilidade de a sessão deles não constar corretamente nos programas em papel. Depois de muitas ligações e e-mails, a coordenadora brasileira entendeu que a melhor solução era manter a programação que já havíamos mandado para a gráfica também na realização do painel.

Essa demanda ilustra várias questões recorrentes na organização do congresso: o status dos/as pesquisadores/as envolvidos/as, a pouca familiarização com as dimensões culturais e numéricas de um evento dessa magnitude e, o que consideramos principal, nesse caso, o choque cultural entre os/as pesquisadores/as. Como o evento exigia apresentação de pesquisadores/as de países diferentes em todas as atividades, muitos grupos ou redes fechadas precisaram incorporar novos membros.



Assim, para o grupo de brasileiros/as que já se conheciam há mais tempo e tinham de longa data as redes onde podiam divulgar as alterações do painel, não ter o horário correto na programação impressa não era visto como um problema; no entanto, para o grupo de estrangeiros isso era algo completamente fora de questão.

Como muitos dos alunos que compunham a equipe eram estudantes de Ciências Sociais ou de Antropologia e, portanto, conheciam e admiravam alguns dos pesquisadores que faziam tais demandas, era inevitável que os acontecimentos descritos nesse tópico e no anterior despertassem uma série de reflexões sobre as relações de poder que permeiam o campo. Mais do que simplesmente evidenciar que a discussão sobre o outro por vezes não era feita dentro dos muros da academia, ou seja, evidenciar a dificuldade de relativizar a própria forma de fazer antropologia com outras instituições e políticas acadêmicas, também ficavam claras as hierarquias naturalizadas no campo e acionadas em momentos específicos por alguns pesquisadores para auferir maior destaque a suas trajetórias individuais. As solicitações de alteração das normas e os pedidos de concessões também evidenciaram o status que o pesquisador atribui a si mesmo – e que por vezes a própria organização do congresso endossava, ao acolher tais requisições.

Portanto, esse ambiente de trabalho também favorecia que os estudantes tomassem conhecimento das diferentes Antropologias mundiais e refletissem criticamente sobre como apenas uma parcela do campo, por saber agenciar certas redes, se torna hegemônica no cenário mundial. Por outro lado, a postura da comissão organizadora de expandir o congresso para um público que a princípio estava impossibilitado de fazer parte dele (estudantes, populações nativas, minorias étnicas, rede feminista) evidenciou como cada pequena tabela, cada resposta a e-mail e cada um dos dados estatísticos que produzimos para operacionalizar ou justificar as propostas da comissão organizadora tinham um grande potencial político para a construção do campo da Antropologia.

Produção textual: site, redes sociais e tradução

Desenvolver habilidades em comunicação e elaboração de texto foi muito importante para todos/as da equipe. Inicialmente, tentou-se montar uma comissão de comunicação com profissionais da área para elaborar esse material. O trabalho consistia em alimentar os quatro sites do congresso, um para cada idioma: inglês, português, francês e espanhol. À medida que esse grupo perdeu alguns membros, passamos a fazer as atualizações apenas no site em inglês e em português. Os textos



começaram a ser elaborados pelos estagiários da secretaria e por professores da comissão organizadora, contando ainda com a ajuda da comissão de tradução.

Embora as publicações, tanto no site como nas redes sociais, fossem preferencialmente divulgadas nos dois idiomas mais usados pelo congresso, o inglês e o português, também tivemos forte comunicação em espanhol devido à grande presença de antropólogos latino-americanos no congresso. Nosso objetivo era alcançar o maior número de participantes, ao facilitar o entendimento de atividades, cronogramas e outros trâmites.

Além disso, também foi mantido um canal de comunicação através de redes sociais que nos ajudava a compreender algumas necessidades mais gerais dos congressistas, tais como apresentação de materiais no congresso, estadia e transporte em Florianópolis. Uma dessas demandas gerou a iniciativa da “Hospedagem Solidária”, desenvolvida com a finalidade de localizar anfitriões em Florianópolis que se disponibilizassem a receber visitantes em casa. Para fazer a comunicação entre essas pessoas, criamos um grupo no *Facebook*, reunindo todos os interessados. Assim, quando alguém mostrava disponibilidade em receber alguém e outra pessoa precisava de hospedagem, indicávamos um ao outro, para que pudessem combinar entre si como ficaria melhor a visita para ambas as partes.

Nossa equipe também contava com uma estagiária do curso de Letras – Inglês, Larissa Martins Lannes, que juntamente ao coordenador da comissão de tradução, Leonardo de Miranda Ramos, foi nossa principal consultora para a elaboração de textos e respostas mais complexas. Esses estudantes certamente tiveram um crescimento considerável em suas habilidades como tradutores ao longo dos meses de organização. As traduções elaboradas pela Larissa eram sempre elogiadas, nos e-mails, pela formalidade e gentileza de suas respostas e, durante o congresso, pelos auxílios que prestou em algumas traduções simultâneas.

Para além do conhecimento de outro idioma, essa tarefa exigiu de cada membro da equipe muito profissionalismo para responder com solicitude e gentileza às demandas, que nem sempre tinham esse tom. As redes sociais por vezes mascaram as relações, tornando-se um ambiente onde facilmente opiniões são expressas de forma violenta e descompromissada com a verdade. Enquanto representantes de instituições importantes da Antropologia como a ABA e a IUAES, tínhamos a obrigação de responder sempre que situações e mal-entendidos eram expostos de forma leviana em nossas redes sociais. Encontrar a melhor forma de fazer isso sempre foi um aprendizado coletivo e contínuo de controle das emoções e das formas de comunicação.



Assessoria na obtenção de vistos

Desde a criação da Organização das Nações Unidas (1948-1949), o Brasil foi um dos incentivadores das relações diplomáticas não-secretas e do bilateralismo nas relações internacionais como base do progresso, da democracia e do desenvolvimento (SARDENBERG, 2013). Isso fazia com que a diplomacia brasileira seguisse a regra de emissão de visto para países que exigissem visto de brasileiros.

Nesse sentido, pensando nos trâmites legais a serem seguidos, a partir da exportação de dados preenchidos pelos/as próprios/as participantes no momento da inscrição, foi feito um levantamento de dados sobre embaixadas e regulamentação jurídica de cada um dos países com inscritos/as no congresso. Com base nas nacionalidades encontradas, elaboramos uma tabela com o idioma, a relação diplomática com o Brasil, a necessidade ou não do visto, além de endereço, e-mail e contato da embaixada ou do consulado brasileiro no país¹⁰. Para os países com enorme extensão territorial, como China, Índia, Estados Unidos da América, Rússia e Canadá, foi indicado mais de um consulado, tidos como pontos estratégicos, para submissão dos requerimentos de vistos.

A fim de agilizar essa demanda, a coordenação geral do congresso foi a Brasília para audiência com o Ministério de Relações Exteriores (Itamaraty) em busca de soluções. A ajuda do Itamaraty foi fundamental na obtenção de informações necessárias à carta convite e na agilidade em fornecer vistos a todos/as que dele necessitavam; uma lista com os nomes também foi encaminhada às comissões diplomáticas do Brasil em cada país de nacionalidade dos/as congressistas. Contudo, em função de peculiaridades da relação diplomática de cada país com o Brasil, as cartas e listas sofreram muitas atualizações e modificações. A divergência dos nomes dos inscritos foi um dos principais problemas. Em alguns países orientais, por exemplo, é comum adotar um nome ocidental para interagir mais facilmente no mundo acadêmico internacional; no entanto, ele nem sempre é reconhecido em seu país de origem e não consta no passaporte. Esse tipo de situação ocorreu com muitos/as congressistas de origem chinesa, indiana, africana, taiwanesa e tibetana. Além disso, havia casos como o da China, onde o/a pesquisador/a só recebe o passaporte depois de o governo autorizar a sua saída, dificultando a emissão da carta convite que seria usada para a obtenção de visto, já que o número do passaporte é um dado requisitado nela. A solução encontrada nesses casos foi de encaminhar a carta convite duas vezes para esses congressistas, uma com os dados exigidos pelo Estado chinês para autorizar a viagem do/da congressista, e outra, depois de obter o número de passaporte, com

¹⁰ A tabela com essas informações ficou disponível para todos os congressistas no site em inglês: <https://www.iuaes2018.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=599>.



os dados exigidos pelo governo brasileiro para conceder o visto. Esse tipo de solução exigiu trabalho dobrado pela secretaria, uma vez que todas as cartas precisavam de reconhecimento em cartório da assinatura da coordenadora geral do evento para aceite pelas embaixadas brasileiras no exterior.

Como pode-se imaginar, houve um intenso e contínuo trabalho nesse sentido, além do permanente diálogo travado nos mais diversos idiomas, usando como intermediário o inglês. Foram elaboradas mais de 600 cartas convites. Tais atividades proporcionaram uma experiência única aos membros da organização do evento, sobretudo aos/às estudantes do curso de Relações Internacionais. Isso porque, através do exercício dessas funções, foi possível ver, na prática, a realidade do Brasil no cenário internacional; isto é, se por um lado o grau de dificuldade (em termos de procedimentos burocráticos) dos/as participantes para a obtenção do visto evidenciava o tipo de relação que o Brasil mantém com os demais países, por outro lado essa relação também se traduzia em termos de aproximação cultural. Dessa forma, a equipe da secretaria foi colocada em meio a essas tensões sociais entre diferentes nacionalidades (ou mesmo entre regiões diferentes de uma mesma nacionalidade), o que possibilitou o aprimoramento de suas capacidades interpessoais internacionalmente.

ANÁLISE DOS ESPAÇOS DE CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO NA PRÁTICA

Tendo descrito um pouco dos bastidores do trabalho da secretaria na organização do 18 ° Congresso Mundial da IUAES, trazemos a seguir algumas ponderações que cada membro da equipe de bolsistas elaborou sobre os aprendizados proporcionados por essa experiência. Trata-se, portanto, menos de uma análise coletiva e mais das subjetividades nesse processo; uma vez que cada um tenta, a partir de seus diferentes graus de formação, elaborar reflexões sobre a teoria vista em aula e sua relação com a experiência prática no projeto de extensão. Para evidenciar a polifonia dessas falas, destacamos em citação recuada os depoimentos individuais.

Da insegurança à autonomia: um aprendizado coletivo e compartilhado

Como já mencionamos anteriormente, vários/as bolsistas e estagiários/as passaram pelo projeto durante o ano de 2018. Cada novo membro, portanto, precisava ser inserido na rotina de trabalho de forma rápida e proativa. Para que isso ocorresse, toda a equipe era envolvida. A estratégia adotada foi inserir todos/as os/as bolsistas



em uma sala coletiva de trabalho, de forma que, após receber sua primeira tarefa, o novo membro já participasse de todas as discussões e demandas que surgissem durante o dia, e pudesse solicitar auxílio à professora que os acompanhava naquele momento ou ao/à colega da mesa ao lado.

Outra forma de tentar fazer com que todos/as soubessem o que cada um estava fazendo e quais eram as prioridades do dia foi a criação de uma tabela na qual cada função era especificada no início do dia e o/a próprio/a estudante marcava o que conseguia resolver. Na grande maioria das vezes essa distribuição das atividades era realizada pela professora responsável, mas os/as estudantes também poderiam solicitar ajuda aos/às colegas em alguma demanda, se precisassem.

Além disso, realizamos reuniões semanais, quando cada um podia compartilhar quais foram suas principais atividades, dificuldades e soluções encontradas. Essas reuniões quase sempre estavam acompanhadas de muito café e alimentos; não raro, almoçamos todos/as juntos/as na sala em anexo. Esse talvez tenha sido o ambiente que mais proporcionou a confiança que a equipe precisava para conseguir desenvolver a autonomia necessária na tomada das decisões. Conhecendo os/as colegas e as reações que teriam ou as contribuições que poderiam dar, era mais fácil se sentir à vontade para perguntar, sugerir e até mesmo tomar alguma decisão quando necessário.

Na sequência, apresentamos alguns relatos sobre o processo de inclusão de novos membros:

A oportunidade de atuar em uma bolsa concedida pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) surgiu quando eu estava concluindo o primeiro semestre da graduação em Antropologia na UFSC. A bolsa visava aos trabalhos da secretaria geral do 18º Congresso Mundial de Antropologia. Comecei as tarefas solicitadas com muita insegurança, mesmo tendo muita curiosidade e interesse em participar da organização do congresso. Eu era apenas uma aluna do primeiro semestre da graduação em Antropologia e aproveitei a oportunidade para atuar principalmente em demandas que envolviam a comunicação e divulgação do evento, o contato com congressistas e a organização de materiais para o congresso. Atividades que continuei a exercer nos meses que se seguiram ao congresso (Maria Luiza Scheren, brasileira, estudante de da 2ª fase de Antropologia na UFSC).

Maria Luiza Scheren expressa a ambiguidade entre saber e não saber lidar com novas situações – o que a secretaria do congresso exigia de toda a equipe de bolsistas – sentimento também expresso por Ivi Porfírio.

Quando me inscrevi na monitoria do 18º Congresso Mundial da IUAES, não fazia ideia sobre do que se tratava o congresso, pois recém estava completando a 1ª fase em Ciências Sociais e tinha feito até então apenas a matéria de Introdução a Antropologia. Nesse momento, não percebia a magnitude do congresso. Por não ter conhecimentos sobre o que tratava o evento,



quase desisti de integrar a monitoria, mas ao participar em uma das reuniões de monitores compreendi que essa oportunidade seria única para minha formação. A partir desse dia, a minha motivação só aumentava. Por não ter um conhecimento prévio sobre o que ocorreria no evento, participei apenas como monitora de um Open Panel, OP 091. Feminismos Globais e Queer - Reflexões de Gênero e Sexualidade sobre Globalização, Neoliberalismo e Desenvolvimento. Mas a apresentação que me interessava acabou não acontecendo; apesar disso, continuei assistindo as outras apresentações, e nessas apresentações acabei conhecendo apresentadores/as, aos/às quais elogiei seus artigos. Conversamos bastante e, no fim do evento, tive a oportunidade de levar eles para conhecer uma casa noturna alternativa de Florianópolis. Acho improvável ter novamente uma oportunidade semelhante nos próximos anos de meu curso de graduação (Ivi, brasileira, estudante de Ciências Sociais).

Ao longo do processo de preparação ao congresso, desenvolviam-se práticas cada vez mais autônomas na resolução dos problemas que se apresentavam. Nos dois casos acima, ambas as estudantes estavam no primeiro semestre de graduação de seus respectivos cursos. Aos poucos, no entanto, a partir do convívio com os demais colegas com diferentes níveis de experiências, foram construindo um conhecimento coletivo que trazia segurança para o trabalho de ambas e as inseriu em um ambiente de aprendizado mais horizontal. A autora do primeiro relato se tornou a principal responsável pelas comunicações via *Facebook* e site no mês que antecedeu o evento; e a segunda teve sua atuação como monitora muito bem avaliada por suas supervisoras e passou, no momento seguinte ao congresso, a atuar na secretaria e ser parte importante da administração dos artigos enviados para a composição dos anais e da entrega de certificados.

Participar das atividades da secretaria como processo de aprendizado

Além da autonomia, o trabalho no projeto proporcionou que conhecimentos anteriores, práticos e acadêmicos, fossem constantemente acionados para a execução das atividades propostas. No cotidiano da secretaria, emergiram habilidades em diversas áreas como conhecimento de línguas, sistemas de informática, design gráfico e produções textuais. Muitas ideias e soluções para problemas práticos eram descobertas nas conversas e trocas realizadas durante o cafezinho do grupo. Todo tipo de conhecimento se tornava colaboração e solução. Vejamos como uma das estudantes descreveu essa descoberta:

Ingressei como parte da secretaria da IUAES no fim do segundo semestre como graduanda de Ciências Sociais, primeiro semestre letivo de 2018. No início, eram trabalhos aleatórios e demandas urgentes, até o momento em que nossas habilidades de escrita e conhecimento nas mais diversas áreas (não só de nossa graduação) foram reconhecidas. No meu caso,



por exemplo, foram a agilidade na construção e administração de dados de planilhas, arquivos e na tradução de e-mails na língua inglesa, tarefas onde pude desenvolver melhor minhas habilidades. De fato, nunca me dei conta de que tinha estas habilidades ou até mesmo que minhas horas gastas em eletrônicos seriam úteis em um congresso mundial. Em integração com a secretaria, fui chamada para auxiliar outra comissão organizadora, nas Experiências Antropológicas, com a função de administrar os dados e inscritos em cada uma das 21 experiências oferecidas pelo congresso. Por ser uma atividade que envolvia dezenas de pessoas, acabei fazendo parte desta comissão organizadora de grandes proporções. (Gabriela, brasileira, estudante de 3ª fase Ciências Sociais).

Cada estudante foi percebendo, no decorrer do processo, o quanto eram fundamentais as experiências e os conhecimentos anteriores para o desenvolvimento coletivo do trabalho, e sobretudo para encontrar possibilidades de resoluções para as demandas surgidas na organização. Esses relatos são importantes para a nossa equipe, porque foi através deles que elaboramos a reflexão de que o ensino não é uma forma mecânica de transmissão de conhecimento oral ou escrito. Também foi a partir desses relatos que nos demos conta de que o projeto de extensão proporcionou uma melhor compreensão de como a prática e o convívio com o outro permitem construir o conhecimento de forma coletiva.

Frequentemente, levantavam-se discussões e aprendizados teóricos – obtidos pelos/as estudantes em sala de aula – que serviam para a resolução de problemas práticos. Maria Luiza, por exemplo, relaciona a discussão que tivemos sobre aprendizagem compartilhada com conceitos trabalhados na disciplina de Antropologia da Educação que estava cursando:

Como já mencionado, o espaço de participação coletiva é criado e ainda assim, guiado. Os objetivos e metodologias abriam espaço para discussões, mas ainda assim existem parâmetros e concepções nas quais nos baseamos para desenvolver o nosso trabalho. Essa possibilidade de desenvolver certa autonomia dentro do que é orientado pelos responsáveis do projeto, faz pensar o conceito de educação da atenção, apresentado por Ingold (2010). Existem rotas com sinalização de como proceder, porém, o conhecimento é constituído conforme se percorre esse trajeto fazendo a própria interpretação do que é sinalizado, logo, o aprendizado não se trata do conhecimento comunicado, mas sim do conhecimento que se obtém ao se considerar o que é orientado (INGOLD, 2010, p.19), (Reflexões teóricas de Maria Luiza Scheren, brasileira, estudante de 2ª fase de Antropologia).

Além do aprendizado coletivo da autonomia, a necessidade de sair da zona de conforto linguístico para entender e se fazer entender nos encontros proporcionados pelo congresso facilitou a descoberta de habilidades linguísticas e de contato cultural, que até então eram desconhecidas ou consideradas sem serventia. Dois relatos são particularmente reveladores da importância que o choque cultural e, principalmente, linguístico teve nessa descoberta.



Um exemplo de como percebi minhas habilidades comunicacionais foi no guichê da secretaria onde eram providenciados vários tipos de auxílio como: o cadastramento dos participantes que efetuaram o pagamento de sua inscrição no momento do credenciamento, resolução de dúvidas quanto ao congresso, venda de passes do restaurante universitário e jantar por adesão, explicações sobre especificidades da cultura brasileira para os estrangeiros etc. Havia duas filas, uma para estrangeiros e outra para brasileiros. Todos nós falávamos inglês e espanhol, alguns bem, outros nem tanto. No momento em que era perceptível que nossa tentativa de comunicação não estava sendo compreensível, era necessário localizar algum de nossos colegas para que o mesmo pudesse traduzir e facilitar o diálogo. E quando não havia ninguém para agilizar nossos esclarecimentos, o método mais utilizado era a mímica. Apesar do Brasil ser composto por muitos migrantes que chegaram ao nosso país em diferentes momentos e incentivados por variadas políticas de migração, no momento do contato com o outro ficava visível a identidade brasileira. A relação nós x outro, estava sempre posta e por conta disto, era inevitável observar as diferenças étnicas comparando com os indianos, chineses, italianos, alemães, poloneses, dentre outros presentes no congresso. Além do idioma, os trajés coloridos e exuberantes das indianas nos chamavam a atenção, a simpatia das chinesas, a curiosidade nos olhos dos alemães foram algumas formas marcantes de diferenças culturais que notei durante o evento. Um exemplo desta interetnicidade é a forma como nós brasileiros cumprimentamos um ao outro, um beijo no rosto seguido de um abraço é uma das características marcantes do que é fazer parte desta cultura. Herdado do colonizador português, o “homem cordial” nomeado pelo autor de *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda, foi uma das atitudes que mais causaram espanto e curiosidade por conta da “[...] lhanza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro [...]”. (HOLANDA, 1995, p. 146) (Gabriela, brasileira, estudante de 3ª fase de Ciências Sociais).

A reflexão de Gabriela a introduz em um importante debate dentro das ciências sociais: a construção do conhecimento sobre a diversidade e a alteridade. É claro que, em um primeiro momento, o que salta aos olhos de nossa equipe e dos congressistas que vieram para o Brasil são os sinais diacríticos que reforçam as diferenças constitutivas de cada nacionalidade ou etnia. Por sinais diacríticos, nos referimos, assim como Barth (2011), às diferenças entre si que os próprios atores consideram como significativas. Embora as diferenças possam mudar, permanece a dicotomia entre “eles” e “nós”, marcada pelos seus critérios de pertencimento. Barth enfatiza que grupos étnicos são categorias atributivas e identificadoras empregadas pelos próprios atores; conseqüentemente, têm como característica organizar as interações entre as pessoas.

Os/as antropólogos/as presentes no 18º Congresso Mundial da IUAES não estão fora de sua cultura. Conseqüentemente, as interações foram marcadas pelo frequente acionamento desses sinais, tanto pela organização do evento, ao fazer questão da presença de feiras indígenas, atividades culturais e religiosas que evidenciaram a diversidade étnica brasileira para os visitantes; quanto por nossos visitantes, que não



hesitaram em expressar suas diferenças pelos trajes e pelas exposições que trouxeram para o congresso.

A forma como esses encontros, estranhamentos e trocas se dava também fica evidenciada no relato de Ivi.

Tive a oportunidade de socializar meus conhecimentos com estudantes de cursos que difere totalmente da minha realidade acadêmica, como Gastronomia, Nutrição, Enfermagem, Letras e Pedagogia, que também atuavam no congresso no setor de monitoria. Ao decorrer do evento, os congressistas, conversavam e buscavam informações conosco, não apenas do evento, mas também sobre a cidade, como câmbios, paradas de ônibus, hotéis, pontos turísticos entre outras informações. Esses momentos foram desafiadores, pois uma grande parte dessas pessoas não falava português. Foi nesse momento que eu senti na pele o que o título do congresso nos diz “Mundo de Encontros”. Uma dessas situações me marcou bastante e imagino que tenha marcado a todos os presentes. Um homem indiano, que apesar de entender que não falávamos fluentemente inglês, ficou falando com a nossa equipe por cerca de duas horas e meia. Foi um diálogo que cativou e integrou toda a equipe. Como ali tinha pessoas que realmente não falavam inglês, as palavras iam passando de um por um, em busca de tentar entender o que o homem estava nos falando. Ele descrevia sua cultura, suas crenças e seu modo de vida. Apesar das dificuldades conseguimos compreender boa parte do que ele nos falou (Ivi, brasileira, estudante de 2ª fase de Ciências Sociais).

O congresso recebeu inscrições de antropólogos/as de 92 nacionalidades diferentes, das quais 54 compareceram. Inevitavelmente, o amplo contato com pessoas de todo o Brasil e do mundo teve um impacto considerável na reflexão teórica das/os jovens estudantes.

Como já foi descrito em tópicos anteriores, atendíamos a dúvidas e solicitações via e-mail e telefone, de participantes brasileiros/as e estrangeiros/as, nos meses de organização. Nessa fase, o estranhamento se dava em termos da dificuldade com a língua e com as exigências de diferentes estruturas de instituições acadêmicas, que necessitavam de suportes e documentos desconhecidos para a realidade brasileira. Durante o congresso, novamente o idioma foi um grande diferenciador entre os grupos, mas também todos o eram os aspectos visuais que expressavam essas diferenças. Para alunos de Ciências Sociais e Antropologia, ter a oportunidade de experimentar tal processo de estranhamento é de valor inestimável. O relato seguinte talvez seja o que mais expressa a importância dessa experiência por proporcionar um exercício de observação e de articulações teórico-metodológicas por parte dos estudantes de antropologia.

Permito-me discorrer sobre meu ingresso na equipe como esta experiência tornou-se uma experiência de campo antropológico. Desde o momento em que a coordenação do projeto entrevistou-me, no processo de seleção, para formar parte da equipe, ficou claro que seria um trabalho onde



se articularam vários saberes, não exclusivamente pertencentes a um viés teórico antropológico. Os e as estudantes que participaram do processo educativo pedagógico para organizar o 18º congresso da IUAES, viveram esta experiência como parte de um processo de aprendizado etnográfico, que se tornou muito significativo para todos/as.

Entendemos etnografia como um processo de aprendizagem onde o/a antropólogo/a mergulha com predisposição de aprender, observando, educando sua atenção e aprendendo dentro do seu campo. Nem sempre sabendo que já está em campo como ensina Ingold “Pois observar não é objetificar; é atender as pessoas e coisas, aprender com elas, e acompanhá-las em princípio e prática. Com efeito, não pode haver observação sem participação – ou seja, sem uma composição íntima, na percepção como na ação, entre observador e observado” (INGOLD, 2016, p. 108). Colocando etnografia não só como um processo de escrita na qual se realiza uma extraordinária descrição narrativa onde interagem pontos relevantes enxergados pelo/a antropólogo/a, mas sim um fazer etnográfico que está ali entanto existe aprendizagem, o/a estudante de antropologia previamente carregado de uma bagagem teórica acumulada no seus anos de estudo - dificilmente existe uma etnografia que não carrega um mínimo de teoria - se adentra no lugar, em outras palavras, o que aqui é manifestado é que a etnografia está acontecendo quando o/a pesquisador/a está aprendendo junto com seu objeto de pesquisa, quando é educado/a.

Encontramos também neste “campo” as análises que apontam para o fato de que a etnografia está cada vez mais difusa e que ela muda e se amplia segundo o antropólogo ou acadêmico que a escreve. Como aponta Mariza Peirano (2014) “as concepções do que é etnografia variaram. Arte, para Evans-Pritchard, fonte de comparação, para Radcliffe-Brown, origem da teoria etnográfica, para Malinowski, hoje é o método genérico da antropologia” (PEIRANO, 2014).

De meu ponto de vista, para nós estudantes de antropologia em formação, nenhuma atividade que inclua relações carregadas de aprendizagem com outros sujeitos é vista sem um valor a ser etnografado e mais ainda numa atividade que representou meses de intenso aprendizagem e criação de vínculos. (Dario, estudante de 8ª fase de Antropologia).

Por fim, concluímos essa parte com a reflexão de Maria Luiza:

Trabalhar na secretaria e organização de um evento nas dimensões de um congresso da IUAES, é ter a oportunidade de ver e entender a antropologia na prática. Atuamos na organização de um evento mundial da nossa área e esta foi uma oportunidade única para os/as alunos/as dos semestres iniciais da graduação em Antropologia, Ciências Sociais e áreas afins interessados em antropologia. A possibilidade de trabalhar coletivamente, não só com colegas destes cursos, mas também com professores/as e profissionais destas áreas, fez com que cada um/as refletisse a sua maneira sobre, como se constrói o conhecimento. Vivemos a experiência de uma construção de saberes e aprendizados compartilhados de várias formas, diferente do modelo mais presente em nossa formação, de aprendizado unilateral, onde apenas os/as professores/as ensinam e os/as alunos/as aprendem. Convivendo com professoras e professores ligados a diferentes comissões aprendemos trabalhando juntos/as, sem hierarquias (Maria Luiza Scheren, brasileira, estudante da 2ª fase de Antropologia).

Os relatos acima demonstram como a aprendizagem se estabeleceu na inte-



ração entre os/as participantes, não no ato individualizado. A distribuição do conhecimento se produz conforme as interações acontecem dentro de um contexto e através de ações sociais práticas (ALMEIDA, 2014). A colaboração entre os membros da equipe se deu através de experiências, habilidades e influências obtidas fora do espaço do congresso, mas que contribuíram significativamente para a produção coletiva.

Segundo a releitura das teorias construcionistas de Piaget e Vigotski feita pelo Grupo de Estudos sobre Educação, Metodologia da Pesquisa e Ação (GEEMPA, 2010), o conhecimento se constrói e não é captado de fora para dentro; ele é incorporado à dimensão social presente nos fenômenos da aprendizagem. Como afirma Esther Pillar Grossi em entrevista para a revista do Instituto Humanas UNISINOS, aprender é mais do que estar informado, “aprender é raciocinar, selecionar informações para estabelecer juízos e raciocínios” (GROSSI, 2008).

Podemos também relacionar a aprendizagem no projeto de extensão com os conceitos de participação periférica legítima e aprendizagem situada, propostos por Jean Lave e Etienne Wenger (1991). Para os autores, ao falarmos sobre participação periférica legítima, devemos considerar que o domínio do conhecimento e a destreza exigem plena participação sociocultural dos estudantes em uma comunidade. Para que o processo de aprendizagem seja legítimo, ele deve, então, levar em consideração essas vivências externas ao ambiente de ensino (LAVE, WENGER, 1991).

Entendemos também que a crescente autonomia alcançada por cada um/a ao longo do processo foi um aprendizado situado, ou seja, um “aprender fazendo”, que acontece rotineiramente em função das atividades realizadas, nos diferentes meios sociais e culturais nos quais se vive. Segundo Gudolle, Antonello e Flach (2012), a aprendizagem pode ser construída a partir das práticas de trabalho e das formas como os aprendizes adquirem práticas e se relacionam com os mais experientes no ambiente de trabalho.

Nesse contexto, a pedagogia não-diretiva, fundamentada por Georges Snyders (1971) e atualmente sustentada pelo linguista e filósofo Noam Chomsky, torna-se realidade a cada vez que éramos acionados a tomar uma importante decisão – por exemplo, ao responder a um e-mail de um alto *chair* da IUAES, da WCAA ou da ABA – ou quando precisávamos decidir sobre qual seria o tratamento adequado a um/a colega congressista que viajou milhares de quilômetros para fazer marco na história do congresso.



A formação teórica no campo das Antropologias Mundiais

Uma preocupação que antecedeu e acompanhou a organização do congresso foi a formação da equipe que atendia na secretaria; para isso, foram criados encontros periódicos que ficaram conhecidos como “seminários da secretaria”. De frequência quinzenal, os seminários tinham duração prevista de uma hora, normalmente entre 13h e 14h. Os/as facilitadores/as de cada edição eram previamente escolhidas/os, assim como o tema e o/a autor/a a serem trabalhados, o que permitia realizar a divulgação com antecedência.

Os seminários tinham como foco refletir sobre as dinâmicas socioculturais, políticas e de poder que permeiam a produção antropológica. Assim como Gustavo Lins Ribeiro e Arturo Escobar (2012) têm tentado re-historicizar a Antropologia, nós também buscamos a substituição das antropologias hegemônicas, produzidas dentro do contexto colonial, por antropologias heteroglóssicas, ou seja, que contemplem a diversidade social (gênero, regionalidade, classe, etnia) dos contextos específicos de sua produção. Aqueles autores igualmente buscaram contextualizar as antropologias que derivam dos novos desafios impostos à disciplina: diversificação de tecnologias informacionais, intensificação das migrações as novas relações entre nativos e pesquisadores. Nesse sentido, os/as alunos/as envolvidos/as no projeto foram orientados/as a identificar entre os/as congressistas autores/as de renomes locais em diferentes contextos geopolíticos para comporem o programa de leitura dos seminários da secretaria.

A metodologia de pesquisa e apresentação dessas outras histórias da Antropologia foi criada por Leonardo de Miranda Ramos, principal idealizador e pesquisador dos autores estudados. Os seminários tinham um papel pedagógico inovador para a formação em História da Antropologia sob uma perspectiva decolonial e feminista, buscando aprimorar e inovar o referencial teórico sobre gênero, raça e classe (RAMOS, 2018). Até o final do segundo semestre de 2018, foram apresentados nos seminários autores/as como: Gloria Wekker, Amita Baviskas, Faye Harrison, Mara Viveiros Vigoya, Mwenda Ntarangwi, Suzana Rostagnol, Soheila Mirshams Shahshahani, Kabengele Munanga e Patrícia Castañeda. A revisão dessas obras também foi elaborada por Ramos (2018) na apresentação acima mencionada.

Segundo Faye Harrison (2016), o campo antropológico tem se dado conta de que o conhecimento é possível além das epistemologias do Norte e as abordagens críticas estão se abrindo para uma gama mais ampla de pensadores, reconfigurando e democratizando a teoria antropológica. Seguindo a proposta de colocar em diálogo as Antropologias do Sul Global, o projeto de seminários da secretaria buscou abran-



ger diferentes autoras/es e discussões que ajudam a tecer o diálogo de uma “era pós antropológica, onde não existe uma única antropologia” (RAMOS, 2018, p. 5).

Assim, a ideia de apresentar essas diferentes formas do fazer antropológico buscava proporcionar diferentes referências para estudantes em formação, fora de um eixo hegemônico de produção de conhecimento. Entendemos, portanto, que os seminários proporcionaram essa abertura e a democratização das teorias estudadas, encorajando diálogos inter-hemisféricos, que além de dar o suporte anterior ao congresso, possibilitaram também a abertura de diálogos sobre diferentes vertentes da disciplina, cumprindo com o seu objetivo pedagógico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que as práticas desenvolvidas no projeto de extensão permitiram o exercício de aprendizado descrito pelas teorias pós-construtivistas. O projeto proporcionou o protagonismo do/a estudante no processo de aprendizagem, estimulando o seu discernimento sobre a postura que deveria adotar frente a cada situação nova que lhe era apresentada. Mais do que informar sobre as Antropologias Mundiais, o congresso permitiu ao/à estudante elaborar seus próprios julgamentos, reflexões e formas de ação dentro desse campo do conhecimento em específico. Tais habilidades não se restringem às informações obtidas durante o congresso, mas poderão ser aplicadas novamente no futuro.

Além disso, a extensão, como um dos tripés da formação universitária, proporciona não só a visibilidade e a representatividade da universidade para a comunidade, mas também o inverso: a apropriação de uma aprendizagem coletiva e a inclusão social, com um compromisso socialmente permeável na relação entre a teoria e a práxis. Mais do que aprender, extensão significa deixar aprender.

A extensão é também a identidade crucial de uma educação popular. A pedagoga Maria Lúcia de Arruda Aranha (2010) considera que a educação popular, antes de tudo, deve ser universal, leiga, gratuita e, portanto, de competência do Estado. Deve ser oferecida de maneira não-elitista, de forma que o próprio povo deve se tornar o sujeito do processo. A democratização da educação passa como um princípio necessário em todo e qualquer Estado democrático e de direito, pois a educação é um elemento de Estado.

Esse congresso teve como alicerce a visibilidade da Antropologia produzida no Sul Global e, por conseguinte, a inclusão de congressistas oriundos/as de países



do Sul Global. Internamente, isto é, no Brasil, essa integração teve a pretensão de albergar a camada periférica do universo acadêmico, ou seja, desde a/o estudante nos primeiros anos de sua graduação até a recém-doutora ou recém-doutor. A extensão foi a ponte mais concreta entre o objetivo dessa inclusão e sua efetividade. No decorrer do texto, argumentamos que o congresso se configurou como uma atividade de extensão e serviu como base para a formação de jovens estudantes e para a democratização do ensino superior.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Elizabeth Guzzo de. Aprendizagem situada. **Texto Livre: Linguagem e Tecnologia**, [s.l.], v. 7, n. 1, 31 jul. 2014. Quadrimestral. Faculdade de Letras da UFMG. <http://dx.doi.org/10.17851/1983-3652.7.1.177-184>. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/textolivres/article/view/6097>>. Acesso em: 8 out. 2018.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Editora Moderna, 2010.
- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FE-NART, Jocelyne. **Teorias de Etnicidade**. 2º ed. São Paulo: Ed Unesp, 2011.
- CLIFFORD, James. **A experiência Etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.
- DYPE SOLUÇÕES. Disponível em: <<https://www.dype.com.br/>>. Acesso em: 5 nov. 2018.
- GEEMPA (Grupo de Estudos sobre Educação, Metodologia da Pesquisa e Ação). **Aula-entrevista: caracterização do processo rumo à leitura e à escrita**. Porto Alegre: GEEM-PA, 2010.
- GEEMPA (Grupo de Estudos sobre Educação, Metodologia da Pesquisa e Ação). **Site**. Disponível em: <<https://geempa.com.br/>>. Acessado em: 15 out. 2018.
- GROSSI, Esther Pillar. O método pós-construtivista. [Entrevista concedida a] Márcia Junges e Patricia Fachin. **Revista do Instituto Humanitas UNISINOS**. Online, edição 281, 10 novembro de 2008. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2304&>. Acesso em: 04 nov. 2018.
- GUDOLLE, Lucas Socoloski; ANTONELLO, Claudia Simone; FLACH, Leonardo. Aprendizagem situada, participação e legitimidade nas práticas de trabalho. **Ram – Revista de Administração Mackenzie**, [s.l.], v. 13, n. 1, p.14-39, fev. 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1678-69712012000100002>. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1678-69712012000100002&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 8 out. 2018.
- HARRISON, Faye. Theorizing in ex-centric sites. In. **Anthropological Theory**, v. 16, n. 2-3, p. 160–176, 2016.
- HOLANDA, Buarque Sérgio. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- INGOLD, Tim. Chega de etnografia! A educação da atenção como propósito da antropologia. **Educação**. Porto Alegre, v. 39, n. 3, 2016, p. 404-411.
- INGOLD, Tim. Da transmissão de representações à educação da atenção. **Educação**, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 6-25, abr. 2010.
- INTERNATIONAL UNION OF ANTHROPOLOGICAL AND ETHNOLOGICAL SCIENCES. IUAES. **Site oficial**. Disponível em: <<https://iuaes.org/index.html>>. Acesso em: 22 out. 2018.



IUAES 2018 Brasil World of Encounters. Registration Tutorial for 18^o IUAES World Congress Brasil. **Youtube**. Publicado em 08 de jan de 2018. 3min e 33s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4lMmwC1JWas&t=11s>>. Acesso em: 5 nov. 2018.

IUAES 2018 Brasil World of Encounters. IUAES 2018 - Where are the submission forms? **Youtube**. Publicado em 23 de fev de 2018. 27s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bn1elqAyoH8>>. Acesso em: 5 nov. 2018.

LAVE, Jean. WENGER, Etienne. **Aprendizaje Situado. Participación Periférica Legítima**. Nova York: Cambridge University Press, 1991.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014.

RAMOS, Leonardo de Miranda. **Outros olhares sobre a história da antropologia: experiências pedagógicas de formação na preparação do 18th IUAES World Congress**. Trabalho aceito no GT 54 Políticas, etnografias e campos da extensão universitária na antropologia brasileira, coordenado por Luciana de Oliveira Chianca (UFPB), na 31^a Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF (no prelo).

RIBEIRO, Gustavo Lins & ESCOBAR, Artur (Org.). **Antropologias Mundiais: transformações da disciplina em sistemas de poder**. Brasília: Editora UnB, 2012.

SARDENBERG, Ronaldo Mota. **O Brasil e as Nações Unidas**. Brasília: Ed. Ideal, 2013.

SNYDERS, Georges. **Pedagogia Progressista**. Paris: Presses Universitaires de France, 1971.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Site**. Disponível em: <<http://estrutura.ufsc.br/>>. Acesso em: 22 out. 2018.

18th IUAES World Congress Secretariat web page. **Orientations and Contacts for Embassies** Disponível em: <https://www.iaaes2018.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=599>. Acesso em: 5 nov. 2018.

18th IUAES World Congress Secretariat web page. **Anais do congresso**. Disponível em: <https://www.pt.iaaes2018.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=766>. Acesso em: 5 mar. 2018.

Recebido em: 21/10/2019

Aceito para publicação em: 10/06/2019





**A EXTENSÃO JUNTO AO GRUPO CULTURAL JONGO DA SERRINHA: UM
ESPAÇO DE FORMAÇÃO E CONHECIMENTO**

***Extension with the Jongo da Serrinha Cultural Group: a space for training
and knowledge***

Carla Costa Dias

Professora Associada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil.

E-mail: carla.ebaha@gmail.com

Áltera, João Pessoa, v. 2, n. 9, p. 83-106, jul./dez. 2019

ISSN 2447-9837

RESUMO:

A extensão nas universidades públicas pode ser pensada no contexto da reestruturação da política de expansão do ensino superior no país. Como coordenadora do projeto de extensão desenvolvido junto ao Grupo Cultural Jongo da Serrinha, no bairro de Madureira, no Rio de Janeiro, pude acompanhar o processo de mudança vivido pelos estudantes que participaram, ao se reconhecerem afrodescendentes a partir do contato com a tema. A partir de alguns de seus depoimentos, este artigo pretende refletir sobre o papel da extensão universitária e sua institucionalização, para permanência de estudantes na universidade – principalmente dos que ingressaram no contexto das políticas de ação afirmativa.

PALAVRAS-CHAVE:

Extensão. Jongo. Identidade.

ABSTRACT:

University extension at public universities can be looked upon in the context of reorganization of the higher education expansion policy in the country. As coordinator of the extension project developed among the Cultural Group Jongo da Serrinha, in Madureira, Rio de Janeiro, I was able to follow closely the change process experienced by the engaged students while identifying themselves as Afro-descendants upon confrontation with the subject. Through the medium of reports from participating students, this article intends to reflect on the role of university extension by the means of its institutionalization in order to ensure higher completion rates, mainly from incoming students in the context of affirmative action policies.

KEYWORDS:

Extension. Jongo. Identity.



INTRODUÇÃO

Lecionando anteriormente na universidade privada, em outubro de 2009 me concurrei na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pude, então, conhecer a chamada extensão universitária e desse modo registrar o projeto que desenvolvia com a Associação Quilombo Campinho da Independência; assim como estruturar o trabalho com o Grupo de Jongo da Serrinha. A partir dessa última experiência extensionista junto ao Grupo Cultural Jongo da Serrinha, no bairro de Madureira, Zona Norte do Rio de Janeiro, este artigo busca fazer uma reflexão sobre as potencialidades da extensão para a formação acadêmica.

O projeto foi registrado em 2010 e desde então recebe apoio institucional da Universidade através de seus editais de fomento. Já nesse mesmo ano, os primeiros bolsistas do curso de História da Arte, no qual leciono as disciplinas de Arte e Antropologia e de Arte Afro-brasileira, começaram a desenvolver atividades com as crianças na Escola de Jongo. No ano seguinte, elaboramos a proposta do Centro de Memória e a submetemos ao edital PROEXT/MEC. A iniciativa foi contemplada nas três edições subsequentes desse edital, primeiro como projeto e depois integrando um programa. Esse apoio foi expresso, principalmente, em bolsas para estudantes. No total, passaram pelo projeto 31 estudantes, sendo que alguns participaram das ações durante todo o período de sua graduação.

Na primeira parte, o artigo trata da institucionalização da Extensão na UFRJ em diálogo com a Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão. Na segunda parte, apresento o projeto, desenvolvido com base no trabalho de campo antropológico; e para refletir sobre o papel da extensão na formação universitária, trago relatos de alguns estudantes/bolsistas que participaram em diferentes momentos do programa¹.

O objetivo deste texto é ainda refletir sobre o papel da extensão para a inserção do estudante na universidade. O trabalho diz respeito à afirmação de uma identidade afro-brasileira, uma identidade em processo, construída pelos estudantes negros e negras, possibilitada pelas ações extensionistas.

¹ Esses textos foram escritos pelos estudantes para compor um livro que pretendemos publicar.



O lugar da extensão, na universidade pública principalmente, coloca um desafio para a antropologia e para os pesquisadores/docentes no que diz respeito à formação de profissionais críticos qualificados, mas também à formação da prática do trabalho de campo. A antropologia pode contribuir para a atividade extensionista no planejamento e na elaboração conjunta de seus objetivos, na medida em que o último pode ser um desdobramento de um trabalho de campo prévio, como foi o caso que será apresentado neste artigo.

A CONSTRUÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL E NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

A extensão universitária é uma prática acadêmica histórica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, tendo sido institucionalizada em 1985 com a criação de uma sub-Reitoria, que na ocasião elaborou o documento “Da Extensão Universitária – versão preliminar, uma proposta em discussão”, apresentado ao Conselho Universitário em agosto de 1986. A história da extensão na UFRJ é, portanto, a história de sua democracia, assim como a do país: a Constituição de 1988 sublinha o papel social da universidade pública ao reconhecer o seu tripé formador: ensino – pesquisa – extensão. Desde então, a última tem trilhado o caminho da institucionalização, embora com muitas resistências, mas também com significativos avanços².

O I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras foi realizado em 1987 na Universidade de Brasília (UnB). O evento foi um marco desse processo, principalmente pela criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX), que se constituiu como entidade voltada para a definição e a constru-

² Nesse processo destacam-se várias iniciativas, como: a criação do Congresso Anual de Extensão da UFRJ em 1999; a criação do Programa Institucional de Bolsas de Extensão; a criação da Plenária de Coordenadores de Extensão em 2011 – atual Plenária de Extensão (quinzenal); a adoção do Sistema de Informação e Gestão de Projetos (Sigproj-MEC) para o registro das ações de extensão da UFRJ e a realização dos editais de fomento em 2012; a regulamentação da inclusão da extensão nos currículos dos cursos de graduação, com a aprovação da Resolução CEG 02/2013; a aprovação de regulamentação para os cursos de extensão da UFRJ em 2016; a criação do Edital de Registro Único de Ações de Extensão (RUA), com edição semestral, com a definição das respectivas diretrizes para registro em 2016; a criação do Módulo Extensão no Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA) em dezembro de 2016; e a criação do Programa de Fomento Único de Ações de Extensão (Profaex) unificando todos os editais de fomento existentes anteriormente a 2017.



ção da política de extensão, propondo diretrizes e articulando e integrando as instituições de educação superior, seus dirigentes e os demais agentes da sociedade civil³.

Nesse fórum definiu-se que:

A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. A extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados/acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; e a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade. (I Encontro de Pró-Reitores de Extensão, 1987, p. 11).

Esse foi um marco relevante para a elaboração da Política Nacional de Extensão Universitária, que foi publicada no ano de 2012⁴. Através de representantes da sua Pró-Reitoria de Extensão, a UFRJ participou ativamente do debate para a construção do campo, no marco de um projeto pedagógico que pensa a extensão de forma integrada à formação discente, distante da perspectiva assistencialista. O princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, percebido como um processo interdisciplinar amplo, que envolve dimensões múltiplas e promove a transformação de outros setores da sociedade, compõe assim o tripé que sustenta a universidade pública (FORPROEX, 2012, p. 28).

O contexto da reestruturação do ensino superior, da política de expansão do acesso promovido pelo REUNI e do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, lançado em 2007, também contribuiu para pensar a implementação

³ “O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras é uma entidade voltada para a articulação e definição de políticas acadêmicas de extensão, comprometida com a transformação social para o pleno exercício da cidadania e o fortalecimento da democracia. São membros natos do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, com direito a voz e voto, os Pró-Reitores de Extensão e titulares de órgãos congêneres das Instituições de Ensino Superior Públicas Brasileiras. Semestralmente o FORPROEX se reúne para debates e anualmente elege sua coordenação nacional.” (RENEX, Rede Nacional de Extensão. Sobre o FORPROEX e a RENEX. 21 nov. 2016. Disponível em <https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/apresentacao/forproex-e-renex>. Acesso em: 20 jan. 2019).

⁴ Cf. FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, maio de 2012. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2020.



da extensão nas universidades públicas. A meta quantitativa colocada pelo Plano pressupõe mecanismos de inclusão social, permitindo e garantindo a igualdade de oportunidades no acesso e na permanência de todos.

Com a expansão ocorrida graças à política nacional de democratização do ensino, na UFRJ foram criadas 90 habilitações em graduação e 25 programas de pós-graduação. Nesse mesmo período, a extensão se institucionalizou, envolvendo um número crescente de estudantes e, em 2017, tornou-se exigência para integralização dos créditos nos currículos de graduação. A Resolução do Conselho de Ensino de Graduação (CEG) n. 02/2013 regulamenta o registro e a inclusão dessas atividades nos currículos dos cursos de graduação da UFRJ⁵:

Art. 10 - A realização de atividades de extensão é obrigatória para todos os estudantes dos cursos de graduação da UFRJ, devendo estar previsto um mínimo de dez por cento de carga horária em atividades de extensão nos respectivos currículos, em relação ao total de créditos a serem cursados.

§ único – A presente resolução reconhece e valida as atividades de extensão já previstas nos currículos da UFRJ, e cria a possibilidade do seu registro no histórico escolar do estudante no formato RCS/EXT - Requisitos Curriculares Suplementares de Extensão, ou disciplinas de extensão (UFRJ, 2013, p. 1).

Portanto, a integralização das ações de extensão nos currículos como créditos em todos os cursos da UFRJ, no âmbito da graduação, tem sido uma prioridade; de forma que essa modalidade expandiu muito entre 2015 e 2018. Há um crescente envolvimento dos estudantes, dos docentes e dos técnicos-administrativos no desenvolvimento das ações, uma vez que a preparação das condições para a exigência da obrigatoriedade da extensão nos currículos mobilizou toda a universidade – gerando, inclusive, inúmeros conflitos, resultado das disputas de campos disciplinares e de concepção de universidade.

Para a efetivação dessa política na UFRJ, a Plenária de Extensão, realizada quinzenalmente, foi o espaço de discussão e integração acadêmica dos centros e unidades, todos com representantes presentes. O trabalho na Plenária⁶ tornou possível a formação progressiva de uma comissão experiente de avaliadores ad hoc da exten-

⁵ O documento de 1987 já indicava a necessidade de a extensão ser convertida em créditos curriculares para os estudantes e em pontos na carreira de docentes e técnicos.

⁶ Em junho de 2019 o Consuni aprovou a resolução de alteração do Regimento da Universidade criando o Conselho de Extensão Universitária – CEU.



são que compartilham concepções, produzem e modificam instrumentos de avaliação da extensão, de forma coletiva e consensual, a partir do debate democrático e intenso sobre a avaliação e o acompanhamento dos programas, projetos, cursos e eventos de extensão.⁷ A integração entre o ensino e a extensão assume, então, como seu objetivo central a formação integral do estudante.⁸

A política nacional de extensão, nas universidades públicas, contou com o apoio do Programa de Extensão ProExt - parceria entre o Ministério da Educação (MEC), o Ministério da Cultura (MinC) e o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), até 2016, quando foi interrompido. Com o objetivo de apoiar programas e projetos de extensão universitária, o ProExt permitiu que muitas ações se estruturassem e se institucionalizassem por meio de editais de fomento. Além de recursos de custeio e capital, bolsas para estudantes foram especialmente privilegiadas na avaliação positiva das propostas.

O ProExt tinha como objetivo fomentar ações de extensão em consonância com as políticas públicas em diversas áreas organizadas em vinte linhas temáticas, demonstrando a expansão das atividades extensionistas no cenário nacional. Uma das áreas contempladas no edital e desenvolvida com o apoio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) era a de Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, com ênfase no patrimônio imaterial e memória social⁹.

⁷ A regulamentação da extensão via FORPROEX, ProExt/MEC e editais específicos dentro das próprias universidades possibilitaram a esta consolidar-se, adquirir reconhecimento e ampliar seu espaço no interior das IES. Incrocci e Andrade (2018, p. 210) destacam o “crescimento dos investimentos em atividades extensionistas em comparação com outros, no âmbito universitário, desde 2008. O aumento de quase 19 vezes no financiamento e de 36 vezes no número de projetos submetidos, demonstra que os pesquisadores das IES têm direcionado seus esforços ao desenvolvimento de projetos de extensão ao observarem que a extensão tem trazido resultados válidos ao acúmulo de capital. Afinal, quanto mais recursos esses captam para suas universidades por meio de financiamento, maior o seu reconhecimento no domínio do campo científico”.

⁸ A extensão tem impacto de maior adesão dos estudantes às atividades universitárias e de formação acadêmica, melhorando seu desempenho geral impactando positivamente nos dados principais de referência ao reduzir o tempo de retenção e a taxa de evasão dos cursos de graduação. (UFRJ, PDI 2018)

⁹ A Linha Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro é a quinta Linha Temática de maior expressão do ProExt em número de projetos aprovados de 2009-2016, totalizando 227 no período (INCROCCI; ANDRADE, 2018 p. 202).



O PROJETO NA SERRINHA: IDENTIDADE E RECONHECIMENTO

O jongo é uma forma de louvação aos antepassados, consolidação de tradições e afirmação de identidades. Ele tem raízes nos saberes, ritos e crenças dos povos africanos, principalmente os de língua bantu. São sugestivos dessas origens o profundo respeito aos ancestrais, a valorização dos enigmas cantados e o elemento coreográfico da umbigada. (Dossiê IPHAN, 200, p. 14)

O jongo é uma herança cultural trazida da África pelos negros bantus, da região do Congo-Angola, para as fazendas de café do Vale do Paraíba durante o período da escravidão. Com a Abolição, muitos libertos migraram para a então capital do país, o Rio de Janeiro, formando as primeiras favelas cariocas. No Rio de Janeiro, o processo de marginalização espacial de grande parte da população também levou a uma marginalização das identidades desses grupos. O Morro da Serrinha, em Madureira, na zona norte, é uma destas favelas centenárias da cidade do Rio e o único núcleo tradicional de jongo da cidade. A Serrinha é parte do cenário do subúrbio carioca e representa, no imaginário da cidade, um lugar de produção da cultura popular urbana afrodescendente. Samba e jongo são as referências mais famosas da cultura produzida no local. Dessa forma, a comunidade carrega a particularidade de ser a casa de dois importantes ritmos e, inevitavelmente, de várias personalidades jongueiras e sambistas¹⁰.

Considerado como o ritmo “pai do samba”, o jongo quase foi extinto durante o século passado. Trata-se de uma dança de roda, de umbigada, acompanhada pelo som de dois tambores, um grave (caxambu) e um agudo (candongueiro). Na década de 1980, Darcy Monteiro, músico apoiado por sua mãe Joana, respeitada Mãe de Santo local, decide criar um grupo artístico para difundir o jongo e ensinar para crianças e jovens. A inserção das crianças na roda de jongo certamente é um elemento que leva em consideração as transformações do tradicional ritmo afro-brasileiro. O ritmo, segundo relatos, era restrito aos “cabeças brancas”, sendo, portanto, uma dança limitada aos mais velhos. Com a entrada dos jovens no jongo, o conhecimento é transmitido, a fim de que seja preservado pelas novas gerações. Darcy Monteiro ou Mestre Darcy, como é conhecido por toda a comunidade, ao criar o grupo artístico,

¹⁰ No bairro de Madureira, precisamente na Serrinha, nasceu a Escola de Samba Império Serrano.



ainda introduziu no jongo um terceiro tambor, solista, reproduzindo células rítmicas. Acrescentou, também, instrumentos de harmonia.

Em 2005, o Jongo do Sudeste foi registrado como Bem Cultural de Natureza Imaterial pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no Livro de Registro das Formas de Expressão, a partir da pesquisa desenvolvida pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular.¹¹ O inventário buscou as expressões de origem africana relacionadas à cultura do café e da cana-de-açúcar na região Sudeste.

Foi observada uma variedade de representações musicais, coreográficas e simbólicas que, de modo geral, estão compreendidas nas mesmas categorias analíticas – jongo, tambu, caxambu, tambor e batuque – que guardam elementos comuns e também particularidades conjunturais nos diferentes contextos onde são cultivadas: periferias metropolitanas e de pequenas cidades e comunidades rurais. (IPHAN, 2007, p. 13).

A comunidade do Morro da Serrinha participou do processo, sendo um dos grupos visitados. O inventário destaca a forma da dança característica da comunidade.

O jongo da Serrinha consolidou uma sequência de passos bastante característica. Os dançarinos movem-se em círculo até que dois deles se dirigem ao centro da roda, espontaneamente, onde executam um solo coreográfico. fazem-no até que outro integrante da roda substitua uma das pessoas do par solista, aproximando-se com movimentos graciosos. (IPHAN, 2007, p. 34).

Hoje, o “Centro Cultural Jongo da Serrinha” (ou “a Casa do Jongo”) realiza atividades de ensino e exibição desse ritmo, tendo como base pedagógica a cultura afro-brasileira e as tradições e memórias da Serrinha. As oficinas de jongo, cultura popular, dança afro, canto, teatro, vídeo, fotografia e as oficinas com os griôs¹² estão permanentemente estimulando a participação de crianças e jovens a vivenciar e conhecer possibilidades da expressão e da identidade negra e periférica através da

¹¹ Foram visitadas sete comunidades jongueiras no estado do Rio de Janeiro e contatadas outras cinco do Estado de São Paulo, além de duas no estado do Espírito Santo (IPHAN, 2007, p. 19)

¹² Griot, transformado no Brasil em griô, é um termo francês que indica aqueles que contam as histórias da comunidade, que preservam suas tradições, que transmitem oralmente os saberes ancestrais, os conhecimentos de uma comunidade. No Centro Cultural da Serrinha, Tia Maria tinha um encontro com as crianças. Foi essa oficina que inspirou o projeto submetido ao edital Interações Estéticas da Funarte em 2010 que possibilitou a produção do livro Cantos e Contos (DIAS; CÔRTEZ, 2011) com as histórias que ouvimos de Tia Maria, Lazir Sinval, Deli Monteiro e Luiza Marmello, principais integrantes do grupo de Jongo da Serrinha.

arte, buscando na dinâmica das manifestações populares uma ressignificação de suas práticas.

O jongo é uma forma de expressão afro-brasileira que integra percussão de tambores, dança coletiva e práticas de magia. É praticado nos quintais das periferias urbanas e em algumas comunidades rurais do sudeste brasileiro. Acontece nas festas de santos católicos e divindades afro-brasileiras, nas festas juninas, nas festas do Divino, no 13 de maio da abolição da escravatura. É uma forma de louvação aos antepassados, consolidação de tradições e afirmação de identidades. [...] São sugestivos dessas origens o profundo respeito aos ancestrais, a valorização dos enigmas cantados e o elemento coreográfico da umbigada.¹³

A parceria da universidade com a comunidade do Jongo na Serrinha se iniciou com o “Prêmio Interações Estéticas em Pontos de Cultura da Funarte/Minc/2009”, quando se propuseram experimentações plásticas e o registro das atividades em desenhos, fotos, vídeos e textos relacionados às práticas das crianças que participavam do projeto Escola do Jongo. A partir desse prêmio, os vínculos permaneceram e esses laços deram origem ao “Cantos e Contos – a Memória Viva do Jongo da Serrinha”, novamente contemplado com o prêmio Interações Estéticas (2010) e também apoiado pelo Programa de Extensão e pelo Programa de Iniciação Artística e Cultura, ambos da UFRJ.

O projeto de extensão foi produto desse compromisso afetivo que estabelecemos a partir dessa convivência anterior com o Grupo de Jongo da Serrinha; e pretendeu contribuir para a construção do imaginário da comunidade, para a sua relação com a herança cultural, e para a valorização da identidade e da história local, trazendo a temática da diáspora africana e a história da África.

A elaboração conjunta do projeto de extensão e a inscrição nos editais de fomento contaram, desde o início, com a participação de estudantes do recém-criado curso de História da Arte¹⁴. O projeto, denominado “Preservando e Construindo a Memória do Jongo da Serrinha”¹⁵ foi contemplado primeiro no âmbito dos editais

¹³ Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/JongoCertidao.pdf>>. Acesso em 26 de dezembro de 2019.

¹⁴ Leciono no curso de História da Arte, da Escola de Belas Artes, as disciplinas Arte e Antropologia e Arte Africana e Afro-brasileira desde 2009.

¹⁵ Nome do projeto registrado no SigProj em 2010. Em 2016 o projeto foi desmembrado e o que estava registrado passou para a coordenação de Renato Mendonça Barreto, professor da Escola de Educação Física e dançarino do Grupo Jongo da Serrinha, que já atuava na equipe. Constituímos dois eixos de

próprios da Universidade e em 2011 foi aprovado e contemplado com recursos, na modalidade projeto, no ProExt/MEC¹⁶. Em 2013, já na modalidade Programa¹⁷, foi contemplado mais uma vez, o que possibilitou a continuidade e a ampliação do trabalho, das relações sociais com os moradores da Serrinha e, principalmente, com os estudantes e seus interesses em conhecer e participar. Assim começou a extensão no curso de História da Arte, com muita pesquisa e trabalho de campo. Joana Pinho, estudante da segunda turma (2010) do curso de História da Arte/UFRJ, destaca a motivação para o ingresso na equipe do projeto:

[...] Fora a primeira vez na graduação que tivera contato, dentro de um mesmo grupo de trabalho, com pessoas de unidades diferentes da Escola de Belas Artes. Mas de longe, o que mais me impressionou no Projeto foi que seu objetivo básico era colaborar com a preservação e valorização da memória, da cultura e dos patrimônios locais da comunidade da Serrinha, sobretudo aqueles relacionados ao Jongu e que isso havia partido de uma demanda identificada pela própria comunidade. (Joana Pinho, Historiadora da Arte, ex-bolsista PROEXT).

Além de estudantes do curso de História da Arte, participaram do projeto alunos de diversos cursos da Universidade, como: Comunicação, História, Comunicação Visual, Museologia, Educação Física, Pintura, Educação Artística e Serviço Social, alguns por períodos mais curtos, um ano ou dois; outros permaneceram durante toda a graduação, colaborando para a formação dos novos participantes e compondo o corpo do laboratório, o grupo de pesquisa que ensaiava se formar. Durante esses anos, participaram cerca de 30 estudantes. A equipe era formada, também, por professores de alguns dos cursos mencionados, além de uma pesquisadora local, Lazir Sinval, integrante do Grupo de Jongu. Como *informante privilegiada*, sua participação na equipe do projeto foi fundamental para a realização das atividades de pesquisa de campo e levantamento do material dos acervos pessoais e familiares.

atuação e um outro projeto foi criado com os mesmos princípios norteadores, porém com diferentes objetivos e metodologias. O projeto de memória passou a ser chamado “Patrimônio, Identidade e Memória: A Serrinha”.

¹⁶ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8158-resultado-final-edital-no4-proext2011-pdf&category_slug=junho-2011-pdf&Itemid=30192>.

¹⁷ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11404-resultadofinal-proext2013&category_slug=agosto-2012-pdf&Itemid=30192>.





Imagem 1 (à esq.) – Grupo Jongo da Serrinha, 13 de maio de 2013, na antiga sede.

Imagem 2 (à dir.) – Roda de Jongo na cerimônia de “entrega da chave” do imóvel para construção da Casa do Jongo.

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2013.

O trabalho de campo nos permitiu progressivamente conhecer e construir uma relação de confiança e colaboração. O ritmo também era imposto pelos conflitos vividos na comunidade, com o tráfico de drogas e a polícia. Por vezes, passávamos mais de um mês sem poder frequentar o território.

A extensão envolveu um conjunto de ações em parceria com o Grupo Cultural Jongo da Serrinha, que já buscava realizar ações de memória. Pensar e elaborar coletivamente um projeto para criação do Centro de Memória do Jongo na Serrinha era nosso desafio. Esse processo foi pensado a partir da direção dos moradores, artistas e educadores vinculados à comunidade jongueira, de modo a preservar e valorizar a cultura e os patrimônios locais.

Um viés da museologia social pressupõe o engajamento aos movimentos emancipatórios da sociedade e a disseminação dos conteúdos próprios dessa museologia, a fim de cooperar para a aquisição, a preservação, a documentação e a difusão do patrimônio cultural de diferentes grupos que se impelem à escrita, na primeira pessoa do plural, de suas histórias e memórias.

Nesse sentido, o exercício da cidadania passa pelo reconhecimento e pela va-

lorização da identidade e do patrimônio: cidadãos plenos só podem se constituir a partir desse reconhecimento. Como já dissemos, no Rio de Janeiro, o processo de marginalização espacial de grande parte da população também levou à marginalização das identidades dessas populações, de suas manifestações culturais e artísticas, de suas formas de expressão e de sua paisagem cultural, dentro do modelo que se construiu do “ser carioca”.

Assim, através das oficinas elaboradas a partir dos princípios da Nova Museologia¹⁸, como memória e cidadania, inventário participativo, cartografia social, história oral, educação patrimonial, conservação de documentos, genealogia e cartografia, o grupo pôde levantar questões sobre os temas relevantes no processo de registro de sua atividade cultural. Tais oficinas, igualmente, promoveram a reflexão, por parte do grupo, a respeito da sua própria trajetória social e seu acervo cultural.

Além dessas, outras oficinas foram realizadas a partir das demandas da comunidade e dos participantes do projeto, como as relativas às questões de gênero e geração. As propostas foram estruturadas de maneira a permitir que a comunidade tivesse seu espaço de fala assegurado. As oficinas realizadas com tutoria dos estudantes corresponderam a um momento privilegiado de trocas de saberes e experiências.

¹⁸ A museologia social tem suas origens na Mesa Redonda de Santiago do Chile, realizada pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM/UNESCO) em 1972, onde foi defendida a ideia de que o museu deve contribuir para a superação das desigualdades sociais. Foi a partir desse evento que começou a se configurar a nova museologia, que afirmam a função social da instituição museu e o caráter global de suas intervenções, participando assim da formação da consciência da comunidade a qual serve e desempenhando um papel decisivo na educação da mesma, e por fim no seu desenvolvimento. A Museologia Social diz respeito a apropriação comunitária e coletiva da produção e gestão do próprio patrimônio. Cf: XV CONFERÊNCIA Internacional do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM). Declaração MINOM Rio. 2013. Disponível em: <<http://www.minom-icom.net/files/declaracao-do-rio-minom.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2020.





Imagens 3 e 4 – Oficinas de legenda e cartografia.
Fonte: Acervo do projeto, 2012.



Imagem 5 – Entrevista na casa de Tia Ira.
Fonte: Acervo do projeto, 2012.

Durante os anos de trabalho e convivência com moradores e representantes do Grupo Cultural Jongô da Serrinha, muitas imagens foram produzidas, nas diversas situações e eventos; assim, apresentações de jongo e de samba, procissões, encontros no terreiro, entrevistas e o cotidiano periférico foram fixados no acervo do projeto. Esses registros foram captados com o intuito de colaborar com a construção de uma memória narrada pelos próprios moradores, jongueiros e sambistas da comunidade da Serrinha.

Entrevistamos vários moradores e personalidades locais relacionadas ao samba e ao jongo, indicados por Lazir, que inclusive agendou algumas: Tia Maria, Ira, Felino Feliciano, Igina, Hélio e Molequinho foram alguns dos entrevistados¹⁹. A história da Serrinha foi sendo reconstruída pela narrativa da memória de cada um – como fragmentos de uma memória coletiva. A cada visita para entrevista, recolhíamos os álbuns de fotografias, documentos, recortes de jornal, enfim, todo o suporte de memória que era invocado na narrativa. Cada um dos participantes buscava ouvir, a partir da sua própria história, as histórias contadas pelos outros. Dessa maneira, as lembranças reunidas compõem um acervo de memória coletiva, para acesso das novas gerações.

As entrevistas foram gravadas em vídeo e depois transcritas. Procurávamos ouvir e registrar todos os encontros e eventos em imagens fotográficas e em filme. As gravações em vídeo foram realizadas sem um planejamento técnico específico, sem um roteiro fixo ou uma estrutura de gravação pré-determinada. As entrevistas eram feitas por uma equipe de no mínimo três pessoas e geralmente duravam todo o dia, algumas vezes entremeadas por almoços, lanches e cerveja.²⁰ Cada encontro na casa de cada família era uma vivência particular para nós. Algumas vezes foi preciso retornar para ver os álbuns de família, os documentos, recortes de jornal – enfim, as lembranças guardadas. Em algumas ocasiões levamos o scanner para digitalizar esses arquivos, em outras, recolhemos para digitalizar na universidade.

Além dos encontros familiares, participamos de muitos eventos, entre os quais

¹⁹ Tia Maria, Felino Feliciano, Tio Molequinho, Tia Lazir, que participaram do projeto, faleceram.

²⁰ Um dos “produtos do projeto” foi um vídeo de 14 minutos, construído para ser utilizado pela comunidade jongueira da Serrinha. Alguns personagens que entrevistamos e gravamos, já faleceram. Disponível em: <https://youtu.be/cQ1Gz1LsrQc>.



a Procissão/Carreata de São Jorge, realizada todos os anos no mês de abril. Durante 3 anos estivemos na van organizada por Deli Monteiro e acompanhamos, dia a dia, as paradas e festejos. Essa foi uma experiência inédita na trajetória dos alunos que entraram no projeto. Analice Paron, estudante de comunicação que acompanhou a carreata ficando responsável pela câmera fotográfica do projeto, ficou bastante mobilizada com as imagens que pode registrar, nesta e em outras ocasiões.

Além das oficinas, foram realizadas inúmeras visitas a campo onde pudemos acompanhar e participar de atividades propostas pelo Grupo de Jongo. Participamos de suas ações pedagógicas realizadas na Casa do Jongo e em escolas da rede pública, municipal e estadual, na cidade do Rio de Janeiro e em outros municípios. As ações nas escolas, resultantes de um projeto inscrito em edital da Secretaria de Cultura pelo Grupo de Jongo, foram lembradas por Deise Pimenta, estudante de Serviço Social na época, que criou vínculos fortes com o grupo e acompanhou algumas dessas atividades.

[...] Neste sentido, a extensão universitária nos possibilitou conhecer a realidade da favela e também acompanhar a convite dos coordenadores da Escola do Jongo um projeto que consistia em levar o grupo de Jongo às escolas municipais para apresentação de jongo e contações de histórias para crianças de escolas públicas. (Deise Pimenta, Assistente Social, ex-bolista ProExt).

Os resultados desse projeto têm sido disponibilizados para o Grupo Cultural Jongo da Serrinha e parte deles compõe o museu virtual disponível na página do grupo, que reúne todo o material digitalizado e identificado²¹. Imagens e textos recontam, a cada dia, as narrativas que fundam a existência e a permanência dos sujeitos, agentes de novas histórias. Assim, também fez parte dos nossos objetivos contribuir para a sustentabilidade do grupo. O acervo pessoal e as imagens familiares são como registros históricos; portanto, seu resgate é significativo para a compreensão dos processos de construção de uma memória social, uma vez que o uso dessas imagens permite a criação de um rito de memorização e integração das gerações. As lembranças evocadas por esses registros apresentam aos mais jovens uma experiência que eles não viveram mas da qual fazem parte, corroborando para incorporarem a sua história nessa memória coletiva.

²¹ Disponível em: <<http://museu.jongodaserrinha.org/>>.



DISCUSSÃO: O LUGAR DA EXTENSÃO NA FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

[...] educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a ‘sede do saber’, até a ‘sede da ignorância’ para ‘salvar’, com este saber, os que habitam nesta. Ao contrário, educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais (FREIRE, 1983, p. 15).

A recente política de acesso à universidade para as camadas populares modificou de forma contundente todas as instituições de ensino superior (IES): as políticas de ações afirmativas²² estão contribuindo para a democratização da universidade (MACHADO, 2013), além de serem uma importante ferramenta contra o racismo e a discriminação racial nas IES e na sociedade em geral. A adoção do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)²³, ademais, possibilitou alterações sem precedentes na composição social dos/as estudantes universitários, embora os estudos ainda sejam incipientes.

Na UFRJ, a adesão às políticas de ação afirmativa ocorreu em 2012, através do sistema de cotas. As cotas utilizadas no processo de acesso foram destinadas a estudantes provenientes de escolas públicas, a estudantes de renda familiar inferior a 1,5 salário mínimo e a estudantes pretos, pardos e indígenas. A partir do concurso de acesso de 2013,²⁴ pudemos acompanhar a transformação que ocorreu de modo visível: a UFRJ se tornou mais negra, indígena, diversa, conformando um corpo discente mais próximo à diversidade cultural, étnico-racial e social do país. Na fala dos estudantes participantes do projeto, é possível perceber a consciência desse lugar ocupado e conquistado, como vemos no trecho abaixo:

²² Até 2008, 51% das universidades públicas estaduais e 41,5% das universidades públicas federais brasileiras haviam adotado alguma ação afirmativa. Para saber mais sobre a rede de pesquisadores criada para avaliação das ações afirmativas para negros e indígenas no ensino superior, ver: <www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br> (SANTOS, 2012).

²³ O ENEM possibilitou uma intensificação da mobilidade regional. Na UFRJ, no curso que leciono, podemos observar a presença de estudantes de vários estados e regiões do país; já que é possível concorrer às vagas, através do Sistema de Seleção Unificada (SISU), sem o deslocamento prévio.

²⁴ No texto da Resolução nº 21/2012, passou-se a “III – Destinar 51,8% (cinquenta e um vírgula oito por cento) das vagas de cada um dos grupos resultantes após a aplicação do percentual definido no inciso II [referente aos 15% de vagas em 2013 e 25% de vagas a partir de 2014 para estudantes com renda *per capita* menor ou igual a 1,5 salário mínimo, por curso/opção, aos autodeclarados pretos, pardos e indígenas, de acordo com a Lei nº 12.711, de 29/9/2012, o Decreto nº 7.824, de 11/10/2012 e a Portaria Normativa nº 18-MEC, de 11/10/2012”.



[...] Meu ingresso na UFRJ se deu por meio de ações afirmativas, naquele mesmo ano a UFRJ tinha acabado com o vestibular tradicional e passou a fazer o uso da nota do ENEM, destinando 40% das vagas para o Sisu (Sistema de Seleção Unificada). Ou seja, tratava-se de um momento de mudança, onde alunos negros, pobres e periféricos inseriram-se no ensino superior e mudava a cara das universidades públicas brasileiras. (Gabrielle Nascimento, historiadora da arte, ex-bolsista Proext, 2018).

Nesses dez anos de atuação docente na universidade pública em suas três instâncias acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão), pude acompanhar transformações significativas nos estudantes a partir do seu ingresso:

[...] Hoje sou Assistente Social formada pela UFRJ e afirmo que o papel da extensão da universidade pública é nos formar cidadãos e sermos atuantes no que prima à extensão universitária: estender-se ao outro para construções de pontes entre saberes que gerem mudanças reais na sociedade. (Deise Pimenta, assistente social, ex-bolsista ProExt).

A extensão universitária corrobora para o incremento de uma política de redução das desigualdades sociais por ser o espaço onde a ação afirmativa se exerce, na medida em que inclui o diálogo mais horizontal entre seus participantes, dentro e fora da universidade. Nesse sentido, os movimentos sociais têm, cada vez mais, atuado junto à universidade pública, reivindicando pautas e ocupando espaços de diálogo. É importante, portanto, enfatizar o princípio da interação dialógica ao se falar sobre a extensão universitária, pois essa prerrogativa preconiza e reforça o entendimento de que a ação, o conhecimento, o serviço e/ou o produto do fazer extensionista devem acontecer em permanentes troca, diálogo e interação – com o lado de fora da universidade e com quem se estabelece uma relação de parceria.

Incorporar os pressupostos da interação dialógica ao fazer extensionista implica não só reconhecê-los como fundamentais a essa prática, mas também em assumir como prerrogativa metodológica a existência de múltiplos protagonistas e perspectivas que constituem cada proposta. Por esse ângulo, acredito que conseguimos dar um passo importante na UFRJ e em nosso fazer coletivo de construção da extensão²⁵.

“Preservando e construindo a memória do Jongo da Serrinha” não é apenas o título do projeto de extensão, mas constituía uma premissa pedagógica na qual

²⁵ Em 2016 ingressei na Pró-Reitoria de Extensão, onde pude acompanhar e participar da construção da política de extensão da UFRJ, como integrante da equipe de gestão.



estávamos inseridos: a noção de que, para se preservar e se construir a memória desse grupo tradicional, era preciso fazê-lo de modo interdisciplinar, interprofissional, assegurando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; e, sobretudo, garantindo a interação dialógica entre os sujeitos partícipes desse projeto – concebido e planejado em interação com a comunidade do Jongu da Serrinha, desde o início.

Como já apontamos, a exclusão de grande parte da população desse processo de construção identitário faz parte também do processo que os excluiu social e economicamente, tornando-os, durante muito tempo, invisíveis e/ou indesejáveis. O apagamento de sua memória, de suas manifestações culturais e de sua paisagem é, ao mesmo tempo, reflexo e condição da segregação. É desse contexto que estratégias de identificação do patrimônio podem atuar como importantes elementos no empoderamento de populações, dando voz a grupos tradicionalmente excluídos e, com isso, inserindo-os de maneira mais influente no jogo democrático.



Imagens 6 e 7 – Bolsistas com as crianças da Escola de Jongu Figura
Fonte: Acervo do projeto, 2013.



Imagem 8 – Parte da equipe do projeto.
Fonte: Acervo do projeto, 2014.

A parceria com o Grupo Jongo da Serrinha possibilitou a construção de um verdadeiro laboratório de interação comunidade/universidade onde pudemos aplicar e rever metodologias de produção de conhecimento. A extensão é um ponto de intersecção produtor de um saber local (GEERTZ, 2009): “local”, aqui, tem o sentido de “particular” e, em sua particularidade, nos permite atingir de forma mais qualificada o universal. Nessa experiência, todos os envolvidos se transformaram, como podemos ver no depoimento a seguir:

[...] Participar de todo esse processo foi sim um grande exercício para o olhar. E foi bem mais do que isso. Ter sido bolsista do projeto de extensão Patrimônio, Identidade e Memória: A Serrinha, colaborou intrinsecamente para a fotografia que eu estou me tornando hoje. Concluí a graduação em Comunicação Social da UFRJ e, atualmente trabalho como fotojornalista.

Procuro, todos os dias, me lembrar que cada um que passa pelas lentes que uso é um ser único, detentor de uma história, que faz parte de outras histórias. Que esse ser carrega uma ancestralidade que deve ser respeitada, que ele merece ser ouvido antes do clique. Uma boa foto não procura trazer a essência do momento, mas refletir a experiência que está inserida em algum contexto. (Analice Paron, jornalista, ex-bolsista ProExt).

As entrevistas e as trocas com a comunidade do jongo e do samba provocaram nos estudantes uma postura autorreflexiva, própria da etnografia. Ao tratarem da identidade, percebemos que eles mesmos são levados a refletirem sobre e a afirmarem uma identidade étnica, muitas vezes não antes assumida. Os estudantes puderam se reconhecer negros, encontrar sua herança e construir seu pertencimento. Assim, o acesso à memória do outro possibilitou a construção de sua própria memória, que é também coletiva. A experiência do projeto na trajetória dos alunos foi significativa para a construção de sua identidade, como pode ser visto no trecho abaixo, extraído do relatório de uma das participantes:

O interesse em fazer parte do projeto de extensão “Preservando e construindo a Memória do Jongo da Serrinha” surgiu, inicialmente, devido à influência que o jongo teve na reafirmação e resgate da minha identidade. Nasci na cidade de Campinas – SP e durante todo o tempo em que morei naquela cidade, até meus dezanove anos, acreditava não pertencer a mim a identidade afro-brasileira. Depois de mudar para o Rio de Janeiro, com a entrada na universidade, passei a me reconhecer e assim se fez a necessidade de resgate da identidade que me foi negada até então. Além de me reconciliar com minha imagem, entre outras coisas, surgiu a vontade de buscar onde nasci os lugares que me pertencem, no sentido de compartilhar comigo a ancestralidade. (Mayara, estudante de História da Arte, ex-bolsista).

Construir a extensão como o lugar do trabalho de campo, o lugar onde os estudantes podem, sim, realizar sua formação, sua práxis: para além de realizar um trabalho final onde a teoria pode ser finalmente confrontada com a dimensão plena da vida social, do diálogo e da tradução, a extensão pode ser esse campo formativo. A indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão proposta pode ser lida como uma potência criada entre o espaço universitário e a comunidade, uma vez que assegura uma via de mão dupla de diálogo, de aprendizagem.

A sociabilidade construída no trabalho de campo permitiu a vivência de processos reflexivos por meio dos quais cada um pôde se ver no outro, se identificar e se reconhecer também como pertencente ao mundo acadêmico. Quando a uni-



versidade, negada a grande parte da população pelo racismo estrutural reproduzido nas lógicas de acesso ao ensino superior, se reduz a instrumento de manutenção e consolidação da posição do indivíduo na estrutura social, se constitui como lugar de reprodução da classe dominante (BOURDIEU, 2013). Os estudantes que ingressam por meio de ações afirmativas enfrentam no ambiente universitário lutas diárias, inclusive em relação aos conteúdos formativos. As questões que trazem e os debates que apresentam, portanto, modificam a sala de aula.

A participação no projeto contribuiu muito para a minha formação intelectual e, principalmente, acadêmica. As discussões teóricas da Antropologia tem sido a base da minha perspectiva como pesquisadora no que concerne à preservação de práticas culturais ameaçadas, nas interpretações das narrativas visuais e na compreensão das memórias e histórias compartilhadas. [...] Por fim, gostaria de destacar que o grande desafio e principal objetivo é a “conquista” do nosso lugar no ensino superior. Desejo faculdades mais plurais, inclusivas e coloridas. Que haja mais projetos de extensão que possibilitem a integração dos alunos negros. Desejo ver empoderados todos os negros universitários e aqui, em especial, os negros das artes. (Gabrielle Nascimento, historiadora da arte, ex-bolsista Proext).

As palavras de Gabrielle expressam a potência do lugar da extensão nas universidades públicas – lugar do reconhecimento, do compartilhamento, lugar de si. Assim, um universo antes controlado de estudantes, vindos em sua maioria de escolas particulares, detentores de um capital cultural e social partilhado por muitos docentes, agora se transforma no palco da diversidade manifestada em múltiplas expressões e linguagens. Pensar uma universidade inclusiva, diversa, aberta às transformações e ao diálogo é urgente.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. **O Senso Prático**. trad. Maria Ferreira, 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2013. 471p. ISBN 978-85-326-3928-8.

DIAS, Carla da Costa. **Preservando e Construindo a memória do Jongo da Serrinha**. Formulário-Síntese da Proposta – SIGProj Edital PROEXT 2011. Ministério da Educação Secretaria de Educação Superior. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8158-resultado-final-edital-no4-proext2011-pdf&category_slug=junho-2011-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 30 jan. 2020.

DIAS, C.; CÔRTEZ, C. A. **Cantos e Contos: Jongo da Serrinha**. Rio de Janeiro: EBA Publicações, 2011. 48p. ISBN 978-85-87145-39-0.

FERREIRA, Ricardo Franklin. **Afrodescendentes: identidades em construção**. São Paulo: EDUC; Rio de Janeiro: Pallas, 2000. 188p. ISBN 85-347-0231-4.

FORPROEX. **Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão**. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006. 100p. (Coleção Universitária). Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Indissociabilidade-e-Flexibilizacao.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2020.

FORPROEX. **Política Nacional De Extensão Universitária**. Manaus, maio de 2012. Disponível em: <<http://extensao.ufrj.br/images/BIBLIOGRAFIA/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>>. Acesso em: dez. 2018.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983. ISBN 978-85-7753-222-3.

GANDRA, Edir. **Jongo da Serrinha: do terreiro aos palcos**. Rio de Janeiro: GGE: Unirio, 1995. 206 p.

GEERTZ, Clifford. **O Saber Local** – Novos ensaios em antropologia interpretativa. 11ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009. 366p. ISBN 978-85-326-1932-7.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Trad. Maria Célia Santos. Petrópolis: Vozes, 1995. 236p.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, 2ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998, 102 p.

INCROCCI, L. M. de M. C.; ANDRADE, T. H. N. O fortalecimento da extensão no campo científico: uma análise dos editais ProExt/MEC. **Soc. estado**. Brasília, v. 33, n. 1, p. 187-212, abr. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922018000100187&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 jan. 2019.

IPHAN. **Jongo do Sudeste**. Dossiê IPHAN 5. Brasília: IPHAN, 2007. 92 p. ISBN 978-85-7334-047-1.

MACHADO, Elielma A. Dentro da Lei: As políticas de ação afirmativa nas universidades. In: PAIVA, Angela Randolpho (org.). **Ação Afirmativa em Questão**. 1º ed. Rio de Janeiro: Pallas. 2013. 432p. ISBN: 978-85-347-0512-7.



NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org.). **Extensão Universitária**: diretrizes conceituais e políticas – Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1987 – 2000. Belo Horizonte: PROEX/UFMG, 2000.

SANTOS, Jocélio Teles dos Santos (org.). **Cotas nas Universidades – análise dos processos de decisão**. Salvador: CEAO, 2012. 288p. ISBN 978-8588070-15-8.

UFRJ. **Resolução CEG N. 02/2013**. Publicada no BUFRJ nº 24, 13 jun. 2013, que regulamenta o registro e a inclusão das atividades de extensão nos currículos dos cursos de graduação da UFRJ. Disponível em: <https://xn--extenso-2wa.ufrj.br/images/Creditacao/CEG2013_02.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2020.

Recebido em: 08/02/2019

Aceito para publicação em: 08/08/19



**PESQUISA ACADÊMICA, PRODUÇÃO DE IMAGENS E EXTENSÃO
UNIVERSITÁRIA. NOTAS SOBRE UMA EXPERIÊNCIA REALIZADA NO CAMPUS
DA UFPB – CAMPINA GRANDE (1977 A 1984)**

***Academic research, image production and college extension.
Notes on an experiment that took place at the UFPB Campus – Campina
Grande (1977 to 1984)***

José Roberto Pereira Novaes¹

Doutor pelo Instituto de Economia da Unicamp, professor aposentado da
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Brasil.

E-mail: roberto.novaes.beto@gmail.com.

Áltera, João Pessoa, v. 2, n. 9, p. 107-137, jul./dez. 2019

ISSN 2447-9837

¹ Coordenador do Projeto de Extensão: “Educação através das Imagens” (UFRJ).

RESUMO:

O artigo considera como atividades de *extensão universitária* todo um conjunto de pesquisas que se desdobraram em produção de filmes documentários e de apresentações teatrais, utilizados em atividades de formação, de mobilização para participação em lutas por acesso e permanência na terra e por melhores condições de trabalho assalariado. A ideia é refletir sobre uma experiência do Grupo de Estudos e Assessoria Sindical (Geas), que teve lugar na UFPB, Campus Campina Grande, no final da década de 1970 e início dos anos de 1980, enquanto uma modalidade de extensão universitária que pode contribuir para ultrapassar as fronteiras que separam o mundo universitário e a sociedade, marcada pela concentração fundiária e pela superexploração da força de trabalho. Sem o objetivo de oferecer um receituário com definições e caminhos a seguir, o artigo enfatiza a importância da produção de vídeos-documentários como expressão de uma modalidade de trabalho de extensão – pautada no paradigma participativo – que conecta estudiosos da área de ciências humanas e ativistas de sindicatos e movimentos sociais.

PALAVRAS-CHAVE:

Extensão. Vídeo documentário. Movimento sociais. Conflito agrário.

ABSTRACT:

This article considers as *college extension* activities a group of research that includes the making of documentary features and theatrical presentations used as development activities, as a calling to participate in the fight for access and land rights and better paid working conditions. The idea is to ponder about a Study Group and Union Consulting (GEAS) experience, that took place at UFPB, Campina Grande Campus, by the end of the 1970's and beginning of the 1980's, as a college extension category that can contribute to cross the limits dissociating the college universe from the surrounding society, marked by land concentration and extreme exploitation of the workforce. The goal is not to offer a set of definitions and paths to follow, the article highlights the importance of video documentaries production as expression of an extension activity category – based on the inclusive paradigm – that connects researchers of Human Sciences as well as union and social movement activists.

KEYWORDS:

Extension. Documentary video. Social movements, Agrarian conflict.



INTRODUÇÃO

Integrar as atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária continua sendo um considerável desafio na área das ciências humanas. O presente artigo, ancorado em uma experiência de um grupo de professores e alunos da UFPB realizada entre os anos de 1977 e 1984, tem a finalidade de contribuir para a discussão sobre os desafios e as possibilidades da extensão universitária apoiada na produção de conhecimento nas áreas de Economia, Sociologia e Antropologia.

Com esse objetivo, em um primeiro momento será apresentado um rápido painel sobre a expansão da UFPB na segunda metade dos anos de 1970, década de significativas transformações econômicas na cidade e no campo da Paraíba. Em seguida, serão apresentadas quatro situações em que os esforços de disseminação de resultados de pesquisas acadêmicas resultaram em atividades de extensão universitária junto aos grupos sociais atingidos por excludentes dinâmicas de especulação imobiliária, concentração fundiária e exploração da força de trabalho.

Entre as atividades desenvolvidas na ocasião, destacaremos dramatizações teatrais e documentários cinematográficos vistos aqui como meios/linguagens eficazes para disseminar informações qualificadas; para promover o debate público e, por fim, para realizar um tipo de extensão universitária que – pautada em um paradigma participativo – reconheça a importância de conjugar diferentes tipos de fazeres e saberes para promover equidade e efetivar direitos sociais.

CONFLITOS SOCIAIS NA PARAÍBA: APROXIMAÇÕES ENTRE UNIVERSIDADE E SOCIEDADE

Como se sabe, no Brasil, nos primeiros anos após o golpe civil-militar de 1964, intervenções em muitas universidades resultaram em afastamento de professores e alunos considerados “subversivos”. Além disso, nos anos seguintes, vários expedientes foram utilizados com o objetivo de diminuir o espírito crítico; de valorizar um tipo de formação técnica voltada exclusivamente para as demandas do mercado de



trabalho e, também, para segmentar as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Em contraposição, na segunda metade dos anos 1970, em um momento de luta pela redemocratização do país, quando anunciava-se o fim do regime militar, renovou-se a discussão sobre o sentido da extensão como um dos meios de aproximação entre universidade e sociedade. Naqueles anos, em várias universidades do país, grupos de pesquisadores – não necessariamente utilizando a designação “extensão universitária” – construíam relações de cooperação com movimentos sociais emergentes que, nas cidades e no campo, resistiam aos processos de exclusão social em curso (cf. MARTINS, 1981 e MACHADO, 1985).

Nessa ocasião, em um processo de expansão implementado pelo então reitor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, a UFPB recebeu professores doutores vindos de universidades brasileiras e estrangeiras, muitos deles retornando ao país após um período de exílio¹. Foi nesse contexto que se estruturaram os Programas de Pós-Graduação em Economia e em Sociologia Rural no Campus de Campina Grande, nos quais entraram em pauta os seguintes objetivos: renovar grades curriculares; priorizar temas locais para estudo e pesquisas e, também, valorizar atividades de extensão universitária. O desafio era justamente integrar *ensino, pesquisa e extensão* como dimensões constitutivas da formação acadêmica na graduação e na pós-graduação.

Importante lembrar que naquele mesmo momento a Paraíba passava por um processo de mudanças sociais profundas. Com a criação do Proálcool em 1975, o apoio governamental e os grandes investimentos propiciaram a expansão da agroindústria canvieira. Tal expansão – ocorrida sobretudo no Litoral e no Brejo Paraibano – produziu concentração fundiária e passou a ameaçar a reprodução da pequena produção familiar, produtora de alimentos. Naquele cenário, moradores de grandes propriedades e pequenos proprietários passaram a ser ameaçados de expulsão de suas terras de trabalho (GARCIA JR, 1989).

Simultaneamente, na região sertaneja os grandes latifundiários se apropriaram de recursos públicos para substituir a produção de algodão pela pecuária ou para substituir o algodão mocó pelo algodão herbáceo (em virtude da baixa produtividade

¹ Sobre a expansão da Universidade Federal da Paraíba e sobre as repercussões da chegada de “professores de fora” na Universidade e na vida cotidiana na cidade de Campina Grande, ver Potengy (2007).



e dos altos custos de combate às pragas e doenças que danificavam as plantações tradicionais). No Sertão Paraibano, essas novas alternativas de exploração econômica desestruturaram as relações de parceria² no interior dos latifúndios e intensificaram a expulsão dos trabalhadores do campo para as cidades.

Assim, no litoral, no brejo e no sertão a terra valorizada favoreceu a especulação, as negociatas e os acessos aos recursos públicos. Esse processo, em nome da “modernização” e do “progresso”, gerou violência, perseguição e mortes de trabalhadores. Em certas áreas, a violência patronal se traduziu em ameaças de sequestro de familiares, incêndios criminosos nas casas e nos roçados, despejos violentos, sem garantias de direitos, e mortes.

Contudo, nesse mesmo cenário, lutas de resistências também ganharam visibilidade. Para fazer face aos conflitos agrários, trabalhadores ameaçados organizaram acampamentos em praças públicas, ocuparam prédios públicos, participaram de caminhadas e romarias. Aglutinados em torno de Comunidades Eclesiais de Base³ e/ou associados em Sindicatos de Trabalhadores Rurais, aqueles que resistiam à expulsão contavam com o apoio de setores da Igreja Católica, de Comissões de Direitos Humanos e do Centru⁴. Nesse processo, também alunos e professores da UFPB colaboravam como “assessores” do movimento sindical e como “colaboradores” de organismos ligados à Igreja Católica.

Ao falar sobre conflitos de terra na Paraíba, nunca é demais destacar a atuação do setor progressista da Igreja Católica. Inspirados pelas diretrizes do Concílio Vaticano II e dos Encontros de Puebla e Medellín, expressando conceitos da Teologia da Libertação, os bispos D. José Maria Pires e D. Marcelo Carvalheira incentivaram trabalhos de pastorais rurais e urbanas, bem como apoiaram a criação de Comissões de Direitos Humanos e Educação Popular nos seus territórios diocesanos⁵.

² No Sertão Paraibano, a parceria consistia em um contrato – na maioria das vezes informal – entre o proprietário da fazenda e os trabalhadores que se responsabilizavam pela produção de algodão, cujo “pagamento” seria feito com parte da produção.

³ Sobre a configuração das CEBs, ver Regina Novaes (1997).

⁴ O Centru (Centro de Educação e Cultura dos Trabalhadores Rurais), entidade criada em 1979, sob a coordenação do líder rural maranhense Manoel da Conceição – retornado de anos de exílio –, funcionou nos estados da Paraíba, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte e do Maranhão com o objetivo de apoiar e organizar as lutas dos trabalhadores do campo.

⁵ Em João Pessoa, na Arquidiocese, destacou-se o Centro de Direitos Humanos que contou com pro-

Um exemplo da atuação dos Bispos católicos ficou registrado no Jornal A União (06/01/1980), que trouxe fotos e informou que cinco bispos – entre eles, D. Marcelo, D. José Maria Pires e D. Helder Câmara – “tangeram o gado na fazenda Alagamar”, município de Salgado de São Felix, na Paraíba. Tratava-se de um cenário de intenso conflito pela posse da terra. O fazendeiro havia soltado o gado para destruir a plantação dos moradores. O gesto simbólico dos bispos afastando o gado teve repercussão e certamente contribuiu para a desapropriação da área em 1980, ainda no governo militar. Segundo estudo de Cantalice (1980), mais de 350 famílias foram beneficiadas e puderam permanecer na terra.

Também as resoluções do III Congresso da Contag (Confederação Nacional de Trabalhadores da Agricultura), realizado em Brasília, em 1979, tiveram repercussões na Paraíba. Por um lado, tais resoluções recomendaram aos trabalhadores assalariados do campo a substituição das lutas individuais (nas quais um trabalhador aciona seu patrão na justiça) por lutas coletivas, baseadas na Lei n. 4.330⁶. Por outro lado, no caso da luta pela reforma agrária, recomendavam organizar ações coletivas exigindo o cumprimento da legislação vigente, com a desapropriação de terras que não cumpriam sua função social, com base no Estatuto da Terra (1964).

Dessa maneira, tanto a atuação dos bispos e de entidades da Igreja Católica quanto as resoluções do III Congresso da Contag impulsionaram a renovação das direções sindicais, já que atuações conservadoras passaram a ser questionadas. Registraram-se então vitórias de oposições sindicais mais dispostas a enfrentar novos desafios, cujas lideranças, posteriormente, vieram a participar da construção do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR – CUT).

Em resumo, na primeira metade dos anos 1980, na Paraíba as lutas por terra e pelas melhorias nas condições de trabalho se traduziam em demandas pela reforma

fessores da UFPB e com o reconhecido trabalho do advogado Vanderley Caixe. Em Guarabira, o Sedup (Serviço de Educação Popular), localizado na Diocese de Guarabira, sob a criativa coordenação da Irmã Valeria Rezende, contou com uma ativa equipe de agentes de Pastorais provenientes de diferentes movimentos de Igreja.

⁶ A Lei n. 4.330 era chamada por setores de oposição à direção da Contag de “lei anti-greve” pois exigia que o sindicato cumprisse várias etapas burocráticas: a greve só poderia ser desencadeada depois de esgotadas todas as possibilidades de negociação com a classe patronal; e mantida, se não houvesse acordo, até o julgamento pela justiça. Se a greve continuasse, tornava-se ilegal e o sindicato ficava sujeito a punições.

agrária e por direitos trabalhistas. Contribuindo com esse processo, grupos de pesquisa e extensão ligados à UFPB forneciam informações úteis a) para formular argumentos nas petições levadas à Justiça, a fim de evitar despejos; b) para questionar propostas de acordos muito aquém dos direitos estabelecidos por lei e c) para qualificar os argumentos dos trabalhadores na disputa de versões dos fatos junto à opinião pública.

Assim, um ano após os acontecimentos de Alagamar, um grupo de professores e alunos dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e Economia criou o Geas (Grupo de Estudos e Assessoria Sindical). A criação desse grupo, em 1980, foi um dos desdobramentos de um processo de discussão crítica e propositiva sobre uma determinada concepção de extensão universitária. O trabalho do Geas se pautou em duas premissas: a) inserida na área das ciências humanas, a “extensão universitária” deve supor produção e disseminação de informações e conhecimento crítico e b) a extensão universitária ganha mais eficácia quando se realiza de maneira articulada com organizações, movimentos sociais, entidades de apoio e iniciativas da sociedade civil.

Assim sendo, é importante notar que – desde o início – o Grupo se integrou a uma rede pré-existente de pessoas e entidades cujo “trabalho de base” foi essencial para o reconhecimento e a visibilidade das lutas em questão. Nesse sentido, tratava-se de uma relação de troca de saberes e experiências de trabalho entre a Universidade (professores e estudantes) e os diferentes atores envolvidos em movimentos sociais.

Ao mesmo tempo, para demarcar seu lugar específico nessa rede, tratava-se tanto de se dedicar a atividades de produção de informações quanto de buscar meios adequados para fazer circular as informações entre os atores envolvidos nos conflitos. Por esse caminho, as atividades de extensão tomam uma dimensão relevante ao mesmo tempo para a formação acadêmica dos pós-graduandos e para a qualificação do debate público.

Para continuar a refletir sobre o trabalho do Geas, serão apresentadas a seguir quatro situações em que a pesquisa voltada para o conhecimento acadêmico viabilizou experiências de extensão universitária que – incluindo a produção de vídeos documentários e de peças teatrais – favoreceram a ampliação da participação social e alimentaram o debate público.



O QUE EU CONTO DO SERTÃO É ISSO: A DEMANDA DE PESQUISA E AS IMAGENS CONTRADITÓRIAS.

Em 1978, o Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPB de Campina Grande recebeu uma demanda da reitoria da Universidade e da Secretaria de Abastecimento do Estado: realizar uma pesquisa sobre cooperativismo e mudanças na estrutura produtiva da produção de algodão no Sertão da Paraíba.

Essa pesquisa, com financiamento assegurado, se tornou uma oportunidade de aprofundar as relações da academia com os movimentos através da extensão universitária. Tendo como tema “as mudanças nas relações de trabalho no interior dos latifúndios e a migração de trabalhadores do campo para a cidade”, a pesquisa foi realizada seguindo os parâmetros e exigências da produção acadêmica. Após revisão bibliográfica e visitas a campo, os professores envolvidos⁷ na pesquisa buscaram encontrar caminhos para que esses resultados chegassem ao debate público e fossem apropriados pelos segmentos sociais excluídos dos benefícios da chamada “modernização” agrícola.

Interessante notar aqui que a localização do Campus da UFPB, em Campina Grande, no bairro de Bodocongó, teve uma particular importância nesse processo. Nesse bairro, nos anos 1970, ao lado da Universidade, destacava-se tanto um condomínio de casas novas - conhecido como “Conjunto dos Professores” - como um outro conjunto de casas de paredes de barro, de construção rústica, que ficou conhecido como “Pedregal” ou “favela do Pedregal”.

Da janela do prédio do Departamento de Economia, podíamos observar um ponto de ônibus e um fluxo de pessoas que saíam do Pedregal no início do dia e para lá voltavam no final do dia. Ao mesmo tempo, bem perto do ponto de ônibus, ficava um bar frequentado por estudantes e professores da Universidade. E foi nesse bar – às vezes também frequentado por violeiros e repentistas – que ficamos sabendo que entre os moradores do Pedregal havia várias famílias que vinham do sertão após

⁷ Participaram da pesquisa (e, posteriormente, do Geas) os professores: Maria Rita Assunção, Francisco José da Costa Alves, João Otávio Paes de Barros e José Roberto Pereira Novaes. Também no trabalho de extensão se destacou o Prof. Fernando Garcia da Economia. E, no Mestrado de Sociologia, participaram as professoras Gisélia Potengy, Edgar Malagodi e Regina Novaes, bem como as alunas Cristina Zavaris, Neide Miele e Marilda Menezes (que depois tornaram-se professoras universitárias).



perder o acesso à terra para seus roçados.

Assim, contando com a ajuda de estudantes que participavam de Pastorais ligadas à Igreja Católica ou trabalhavam em entidades que assessoravam os movimentos por moradia urbana, começamos a ouvir e a registrar histórias do surgimento da favela e as trajetórias de vida de seus moradores.

A vida em família, o sofrimento, a seca, a fome enfrentada no sertão, as exigências dos donos das terras eram temas constantes de conversação. Assim ficamos sabendo que uma parte dos moradores do Pedregal tinham trabalhado como “parceiros”⁸ no interior dos latifúndios, cuidando da plantação de algodão. Muitos se referiam ao conflito que tinham quando o gado do proprietário destruía as roças, quando ficavam endividados e eram expulsos da propriedade, sem direitos e com violência. Vínculos com parentes ou amigos foram importantes para que chegassem ao Pedregal.

Foi nesse contexto que surgiu a ideia de fazer um filme documentário que pudesse ser um instrumento para dar continuidade à pesquisa, para divulgar seus achados e para provocar debates sobre a situação dos trabalhadores. Com o objetivo de prosseguir a pesquisa e de realizar o documentário, entrevistamos trabalhadores, dirigentes sindicais e agentes pastorais tanto na região sertaneja quanto entre moradores do Pedregal. Com essas entrevistas, foi elaborado um relatório de pesquisa, entregue para as entidades financiadoras.

Essa atividade de pesquisa teve desdobramentos no ensino e na extensão. Na dimensão acadêmica seus resultados repercutiram em disciplinas voltadas para a compreensão de dinâmicas socioeconômicas locais e regionais, na ampliação da bibliografia dos cursos, no desenvolvimento de novas pesquisas, na produção de artigos, dissertações⁹ e teses, bem como em participações em congressos e seminários.

Por outro lado, o trabalho de extensão contou com a realização do documentário *O que eu conto sobre o sertão é isto*, sobre o qual falaremos a seguir. De início, é importante lembrar as dificuldades tecnológicas para a realização das filmagens.

⁸ Sobre a relação de parceria no Sertão, ver nota 2.

⁹ Ver pesquisas e dissertações de Costa Alves (1978), Assumpção (1979) e Barros (1989). Os autores, na ocasião professores da Pós-Graduação em Economia (UFPB, Campus Campina Grande), faziam parte do Geas.

Na época não estavam disponíveis os equipamentos em VHS, tínhamos que fazer a filmagem em película de 16 mm. Além disso, era complicado encontrar uma câmera e um profissional para operar esse tipo de equipamento.

Por isso mesmo nos aproximamos de José Umbelino Brasil, Braúlio Tavares e Romero de Azevedo, paraibanos envolvidos com a produção cultural local, com cinema e com os movimentos cineclubistas na cidade de Campina Grande. Foram eles que encontraram as soluções para a superação dos problemas técnicos. A partir daí, elaboramos um projeto e conseguimos recursos na própria Universidade. Ao transformar nossa pesquisa acadêmica em um documentário nos equipamos para – através da extensão universitária – fazer a necessária devolução de nosso trabalho aos dirigentes sindicais e trabalhadores da região.

Com nossos parceiros da área de cinema acima citados, fizemos uma revisão dos trabalhos produzidos pelos cineastas paraibanos: ganhamos experiência com a linguagem cinematográfica e, assim, deixamos de pensar as imagens como mera ilustração dos textos acadêmicos. Com eles, aprendemos muito sobre roteiro, argumento e trilha sonora.

Nesse contexto, definiu-se a ideia chave do documentário: de contrapor duas interpretações sobre a mesma realidade. No confronto das narrativas de um grande proprietário de terra, latifundiário, e de um trabalhador sertanejo, foram produzidas imagens e inseridos outros personagens. Os resultados da pesquisa seriam a base para a construção do argumento do filme.

O desafio foi encontrar dois personagens cujas narrativas sintetizassem os argumentos recolhidos nas entrevistas realizadas na pesquisa com trabalhadores, dirigentes sindicais, latifundiários e proprietários de usinas de beneficiamento de algodão. Assim, fomos para as filmagens, em busca dos personagens.

Na cidade de Pombal, Alto Sertão paraibano, encontramos um personagem para expor o pensamento dos latifundiários: o padre Levi se prontificou a colaborar com o projeto da Universidade. Ele era padre, grande proprietário de terra na região e candidato a deputado estadual. Além disso, fazia um programa de rádio e era muito conhecido na região. A primeira entrevista foi realizada em sua casa; ele foi entrevistado numa rede estendida na varanda. Depois, filmamos sua propriedade. O padre



tinha habilidade com as palavras, sua fala era concisa e os argumentos consistentes.

Depois dessas entrevistas, fomos em busca do dirigente sindical para falar sobre os mesmos temas da entrevista do padre fazendeiro. Nesse momento, o apoio de agentes pastorais da Igreja e de dirigentes sindicais foi fundamental para a escolha do personagem/trabalhador. Como foi lembrado, naquele momento, o setor progressista da Igreja Católica estava empenhado em “dar voz a quem não tem voz” e, assim, por indicação do Movimento de Evangelização Rural (MER), chegamos a um sindicalista no município de Cachoeira dos Índios, também na região do Alto Sertão da Paraíba.

Ele aceitou o convite e nos fez uma única exigência: não queria que sua imagem aparecesse no filme por razões óbvias, uma vez que ainda estávamos vivendo sob o regime militar. É a voz dele que aparece no filme, contrapondo-se à narrativa do padre Levi. Finalizadas as filmagens no sertão, a equipe se deslocou de novo para a periferia de Campina Grande, para a favela do Pedregal, no bairro de Bodocongó. Lá entrevistamos uma senhora indicada pelos estudantes que acompanhavam através da Igreja os movimentos por moradia na cidade de Campina Grande.

Expulsa da terra, com toda sua família, essa senhora não fez objeção para dar entrevista. Queria contar sua trajetória de vida, falar sobre seu sofrimento e, nesse contexto, reafirmar que o “sertanejo é um forte”. Sua última frase da entrevista, de quase uma hora, foi: “o que eu conto do Sertão é isso”, a frase que deu nome ao documentário.

O filme foi concluído. Fazer cópias das matrizes em 16mm era inviável por razões técnicas e financeiras. Na verdade, havia apenas três matrizes do documentário. Uma delas foi depositada na cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, onde existia sala climatizada para melhor conservação de filmes em película. A outra cópia foi entregue aos cineclubes de Campina Grande para exibição em circuitos, mostras e festivais de cinema (o que, sem dúvida, contribuiu para, em 1979, o filme ter sido premiado pelo Júri do Festival de Cinema Jornal do Brasil/Shell, realizado no Rio de Janeiro). A terceira matriz ficou na coordenação do Programa de Mestrado em Economia para atender demandas dos movimentos sociais e para exibição nos sindicatos, comunidades e igrejas.



A cada etapa superada, surgiam novas dificuldades a serem enfrentadas. Agora tratava-se de pensar na distribuição e na exibição do documentário para os trabalhadores através dos movimentos sociais. Os problemas operacionais começaram na própria Universidade. Na UFPB, no campus de Campina Grande, existia um único projetor para exibição em 16mm. Geralmente esse projetor apresentava defeito (o principal era a lâmpada queimada). O conserto era demorado, por conta da lentidão do trâmite de solicitação de reparo e pela inexistência do produto no comércio local – a peça de reposição tinha que vir de São Paulo.

Com essa única cópia em película que ficou na pós-graduação realizamos nossas atividades de extensão atendendo a solicitações para exibição nos sindicatos, nas igrejas. Essas requisições eram encaminhadas por telefone ou carta para a Coordenação do Mestrado ou diretamente ao Geas. Geralmente, a exibição era realizada nos sindicatos de trabalhadores rurais, em dia de feira na cidade. A divulgação do dia e local da exibição era realizada com bastante antecedência para convocação dos trabalhadores. Atraídos pelo cinema no Sindicato, os trabalhadores chegavam em grande número.

Na verdade, muitos vinham com a expectativa de assistirem a mais uma sessão de slides sobre difusão de tecnologia na agricultura, patrocinada pelos técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), pois eram frequentes essas exposições nos sindicatos. Outros já chegavam intrigados: afinal a convocação não se referia ao sistema produtivo, mas sim ao filme *O que eu conto do sertão é isso*. Mas, de fato, durante a exibição, todos ficavam surpresos ao se depararem com o embate entre o latifundiário (padre) e o trabalhador (sindicalista).

O embate entre opiniões divergentes sobre as condições de trabalho e sobre a expulsão dos trabalhadores do campo para a cidade prendia a atenção. Os trabalhadores não ficavam passivos diante daquele confronto: aplaudiam quando o argumento do sindicalista se contrapunha ao do padre latifundiário, e criticavam as ideias do último. Alguns diziam que nem sabiam que tinham alguns dos direitos enunciados pelo sindicalista.

Depois da sessão, as conversas se prolongavam e se estendiam também para o espaço da feira. Os dirigentes sindicais que organizavam a exibição divulgavam o



conteúdo do filme para sindicatos de outros municípios. Assim, foi crescendo o interesse pela exibição do documentário na região até que a Federação dos Trabalhadores da Agricultura da Paraíba (Fetag-PB) agendou uma exibição do documentário com a presença de dirigentes sindicais de várias regiões do estado.

A partir da projeção na Federação, as solicitações passaram a ser feitas também pelos sindicalistas localizados na região do Brejo Paraibano¹⁰. Além disso, o documentário foi exibido em atividades de extensão universitária e de outras organizações sociais que atuavam nas periferias de Campina Grande e de outras cidades do estado. Dessa maneira, iniciamos e fomos aprimorando o trabalho de extensão que, alavancado pelo uso das imagens, além de divulgar resultados de pesquisa e provocar reflexão sobre a realidade, também motivou ações de resistência.

CAMPO DE BATALHA: IMAGENS SOBRE EXPULSÃO DO CAMPO E DEMANDA POR MORADIA.

Mais uma vez vale lembrar que, nos anos 1980, Campina Grande, por ser uma cidade polo da região, atraiu grande contingente de migrantes que vinham em busca de oportunidades de emprego. Muitos chegavam com recursos e alugavam casas nos becos, nas periferias; outros iam para “áreas de ocupação” em busca de moradia, questão que se tornou crucial na cidade.

Naquela época, Campina Grande passava por um processo de crescimento com a chegada de novas indústrias, bancos e dinamização do comércio local. Esse novo arranjo propiciou a expansão horizontal da cidade, a transformação das áreas rurais em urbanas, a valorização e a especulação com a terra urbana. As roças de onde os pequenos agricultores retiravam seu sustento, localizadas na periferia da cidade, foram destruídas. As terras foram griladas e os pequenos produtores perderam seus direitos de propriedade e de posse: passaram a ser invasores, sujeitos à

¹⁰ Com a evolução tecnológica na área do cinema foi feita uma telecinagem do documentário, ou seja, uma conversão da matriz de 16mm para uma matriz beta. Esta mudança permitiu a reprodução de cópias em DVD, ampliando a capacidade de distribuição e exibição do documentário em VHS. *O que eu conto do Sertão é isso* foi relançado no III Seminário Anual do projeto CAPES/Procard, realizado em 02/06/2004, na Universidade Federal da Paraíba. Esse documentário se encontra disponível no Youtube em: <<https://youtu.be/M2L3iUeWoLA>>. Acesso em: 20 jan. 2020 às 16:40.



desapropriação e à violência do aparato policial nos cumprimentos de reintegração da posse da terra. A violência policial e as arbitrariedades do poder judiciário transformaram vários bairros da cidade em campos de batalha. Por fim, a gravidade da situação atraiu a imprensa local: rádios, jornais e televisão diariamente faziam cobertura destes acontecimentos, muitas vezes culpabilizando “os invasores”.

Como já foi dito, nos anos 1980, Pastorais da Igreja Católica também apoiaram movimentos pela moradia na cidade de Campina Grande. Foi nesse cenário que Paulo Afonso de Brito e José Rodorval Ramalho – estudantes que participavam do Geas e que também participavam de trabalhos desenvolvidos pela Igreja – nos sugeriram a produção de um documentário sobre os efeitos dos processos de expulsão do campo nas periferias da cidade.

Mais uma vez a ideia era tanto exhibir o filme e provocar discussão nas áreas de ocupação quanto dar maior visibilidade social à violência empregada pelo aparato policial nos mandados de reintegração de posse. Diante dessa situação, ampliava-se o papel da pesquisa acadêmica para produzir informações que ajudassem a esclarecer e sensibilizar a opinião pública. Mas o projeto do novo documentário tinha algumas condicionantes que o diferenciavam da produção anterior. Neste caso, tínhamos o acesso às comunidades em conflito através dos estudantes que militavam nos movimentos. Mas não tínhamos recursos para realizar a pesquisa e nem para fazer o documentário.

A Universidade não tinha equipamento e nem verba para apoiar essa proposta. Mas, mesmo nessas condições adversas, voluntariamente iniciamos um mapeamento dos conflitos. E, por outro lado, acionando os mesmos parceiros da área de cinema, conseguimos ter acesso ao material bruto das gravações feitas pela televisão local nas áreas de conflitos que, de maneira geral, eram descartados na edição dos jornais locais. Esse descarte permitia a reutilização da fita pela empresa para a gravação de outras reportagens.

Assim, construímos um banco de imagens sobre as lutas pela moradia na cidade de Campina Grande. Para a realização do documentário com essas imagens, agreamos entrevistas gravadas com moradores. A edição do documentário foi realizada em parceria com a produtora MP2 Produções, do Rio de Janeiro. O documentário,



intitulado *Campo de Batalha* (1982), foi distribuído e exibido nas áreas de conflitos, nas igrejas, na Universidade, sobretudo por meio das atividades dos estudantes que acompanhavam a luta pela moradia.

Enfim, essa segunda experiência do uso da imagem na educação, realizada no âmbito da Pós-Graduação em Economia e Sociologia da UFPB, respondeu a circunstâncias e urgências que motivaram uma pesquisa cuja realização, divulgação e produção de imagens só se fizeram possíveis na medida em que foram acionadas cumplicidades e redes de cooperação externas à universidade.

TEATRO NO SINDICATO: JOVENS BOLSISTAS ENCENAM SITUAÇÕES DE CONFLITOS TRABALHISTAS

As ideias de “devolução dos resultados da pesquisa” e de “troca de saberes” – muito presentes em formulações sobre “pesquisa participante” (BRANDÃO, 1982) – também faziam parte do ideário do Geas. Por isso mesmo, quando, em 1981/82, as diretorias dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais dos municípios de Alagoa Grande, Bananeiras e Solânea (cidades localizadas no Brejo Paraibano) demandaram ao Geas um trabalho com os jovens, filhos de trabalhadores filiados ao sindicato, o desafio foi logo aceito.





Figura 1 - Ensaio da peça de teatro, realizado pelos jovens, bolsistas do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, 1983. Sindicato Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande.

Esses jovens, na época, recebiam uma pequena bolsa para desenvolver atividades no sindicato, na parte administrativa, na convocação e na organização de reuniões ou mesmo para participar dos cursos técnicos que os sindicatos ofereciam. Depois de um período de discussões com as diretorias dos três sindicatos, optou-se por organizar um grupo de teatro e montar uma peça em cada sindicato, que abordasse os problemas trabalhistas na região¹¹.

Cada grupo era composto por dez jovens, selecionados pelos diretores de cada sindicato. A primeira atividade consistia em reuniões com o presidente do sindicato para se conhecerem os problemas trabalhistas que ali chegavam. Coube ao gru-

¹¹ Era época da preparação da campanha salarial dos trabalhadores da cana, ao mesmo tempo que do emprego da violência patronal para gerar medo. Nesse contexto, os trabalhadores que recusavam as propostas de “acordos” feitas pelos patrões procuravam o sindicato em busca dos seus direitos trabalhistas.

po da Universidade realizar uma pesquisa na imprensa sobre as notícias e denúncias trabalhistas que ocorriam naqueles municípios. Tais notícias eram lidas e discutidas pelos jovens, que assim foram tomando consciência da realidade. Os arquivos dos sindicatos foram consultados conjuntamente pelos bolsistas e pesquisadores.

Nas leituras e reuniões, os problemas da região foram mapeados pelos bolsistas para a construção dos argumentos e do roteiro da peça do teatro. Constatou-se a existência de duas usinas de açúcar nas proximidades, e ainda que os seus canaviais se expandiram sobre as áreas da pequena produção (rendeiros e pequenos proprietários) ou mesmo sobre os roçados dos moradores das usinas. Constataram também a concentração da propriedade, seja pela expansão da cana, seja pela expansão da pecuária, estimulada pelos incentivos altamente subsidiados pelo governo.

Os jovens foram percebendo que as mudanças na forma de pagamento do arrendamento da terra prejudicavam os trabalhadores. Nos contratos, ou acordos informais, os trabalhadores tinham que entregar a terra, depois do segundo ano, com o pasto formado para o gado. E a renovação do contrato ou acordo só poderia ser feita se houvesse na propriedade área disponível para a realização do mesmo processo anterior. Pastos formados iam preenchendo, assim, todos os espaços da propriedade.

Esse expediente provocou expulsão dos trabalhadores da terra sempre em condições desfavoráveis: sem pagamento de direitos, mediante acordos lesivos ou mesmo pelo emprego da violência. Muitos foram buscar moradia na periferia das cidades da região. Outros procuravam os sindicatos em busca de seus direitos.

O processo de montagem da peça teatral, que retratava essa situação, durou aproximadamente três meses, com um encontro e ensaio do grupo por semana, geralmente aos sábados. As apresentações foram realizadas nos três sindicatos, para os seus sócios e os grupos de jovens de outras cidades (as organizações patrocinavam o transporte dos jovens para assistirem as apresentações dos outros grupos). Os jovens também foram apresentar seu espetáculo para os dirigentes sindicais em João Pessoa, na sede da Federação de Trabalhadores Rurais da Paraíba (Fetag-PB), em bairros, distritos e sedes de sindicatos das cidades da região.

Nessas ocasiões, muitas vezes, as dramatizações provocaram discussões acaloradas entre dirigentes sindicais (ou mesmo entre pessoas do público) sobre o papel



dos sindicatos em aceitar ou rejeitar acordos propostos pelos donos da terra. Registraram-se também ocasiões nas quais o desempenho dos jovens na representação de situações de conflito foi tão convincente que algumas pessoas entravam nos sindicatos e, não percebendo que se tratava de uma encenação, interferiam argumentando contra ou a favor do que era dito.

Em suas encenações, os jovens incentivavam os trabalhadores a rejeitar acordos lesivos e “botar questão na Justiça”. Uma de suas inspirações vinha do município de Alagoa Grande onde, por meio de ações movidas pelo sindicato, trabalhadores lograram sucesso em muitos processos trabalhistas levados à Justiça. Não por acaso o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande foi se tornando uma referência na luta dos trabalhadores da região (e, conseqüentemente, tornou-se alvo de muita violência patronal, como veremos adiante).

Naquela conjuntura, ao lado de outras iniciativas, as encenações dos jovens também contribuíram para o questionamento de lideranças sindicais acomodadas ou submetidas ao poder patronal, fortalecendo novas lideranças que despontavam sobretudo em regiões de conflito. No decorrer do tempo, em consonância com o avanço das lutas sociais que ocorriam em todo país, novas lideranças populares – geralmente formadas no âmbito das pastorais progressistas – ganharam eleições nos sindicatos de trabalhadores rurais em municípios da zona canavieira da Paraíba (Litoral e Brejo) e substituíram diretorias mais acomodadas.

No cômputo geral, podemos dizer que o trabalho desenvolvido por setores progressistas da Igreja Católica teve importância fundamental na organização de oposições sindicais rurais na Paraíba. A esse trabalho se somou nossa atividade de extensão. Valendo-se da potencialidade da linguagem teatral, essa experiência de extensão universitária se caracterizou por produzir e divulgar informações, bem como por estimular um tipo de reflexão que favoreceu a renovação das diretorias sindicais.

Por fim, cabe salientar ainda que o trabalho com os bolsistas – que incluía também o ensino de procedimentos de pesquisa para os jovens participantes – foi anos depois lembrado por alguns deles que, posteriormente, se envolveram profissionalmente em atividades de pesquisa em entidades da sociedade civil, em espaços eclesiais ou mesmo universitários.



ATÉ QUANDO?: IMAGENS PARA AMPLIAR A MOBILIZAÇÃO COLETIVA DE CANAVIEIROS

O material selecionado nos jornais para o trabalho com os jovens nos sindicatos também trazia informações sobre precarização do trabalho assalariado na cana e sobre o descumprimento dos direitos trabalhistas. Naquele contexto, a mobilização e as greves dos canavieiros em Pernambuco, desde 1979, e dos trabalhadores canavieiros do Rio Grande do Norte (1982) também repercutiam nas notícias que circulavam na Paraíba.

De fato, no início dos anos 1980, já se vivia na Paraíba a expectativa de uma Campanha Trabalhista (baseada na Lei n. 4.330) para a qual os sindicatos já preparavam a pauta de reivindicação a se negociar com os usineiros. Essa preparação era realizada em reuniões com dirigentes sindicais dos municípios localizados no Brejo Paraibano, com apoio de entidades ligadas à Igreja Católica e de professores da UFPB.

Na realidade, desde o final da década de 1970, agentes pastorais e dirigentes sindicais da região do Brejo Paraibano já vinham se envolvendo com questões referentes aos direitos trabalhistas na lavoura de cana de açúcar. Na região, a grande referência era o Sindicato de Alagoa Grande, presidido por Margarida Maria Alves¹²: quando era procurada pelos trabalhadores, a diretoria do sindicato buscava evitar fazer acordos desfavoráveis aos trabalhadores e, quando a classe patronal recusava a pagar integralmente os direitos trabalhistas, encaminhavam-se esses processos para a Justiça.

Nesse cenário, junto a outras entidades ligadas aos movimentos sociais, o Geas passou a prestar um serviço permanente de assessoria ao movimento sindical que atendia a convocação da Contag para implementar a campanha salarial dos trabalhadores da cana no Nordeste. Na Paraíba, esse processo ganhou força com o apoio das pastorais da Igreja, pelos Centros de Defesa dos Direitos Humanos, pelo Centru e por grupos de estudantes e professores da UFPB.

Tais entidades – reunidas no âmbito da Fetag-PB (Federação de Trabalhadores

¹² Margarida Maria Alves foi assassinada em 1983, na porta de sua casa em Alagoa Grande, por capangas a mando dos usineiros e grandes proprietários da região. Sobre o assassinato de Margarida ver Novaes, R. R. (1983).



da Agricultura da Paraíba) – participaram de um fórum voltado para a organização da campanha salarial com a perspectiva de paralização total dos trabalhos no corte da cana. Cabe informar que, naquela altura, grupos de cortadores de cana das usinas da Paraíba já realizavam paralizações pontuais do trabalho para reivindicar melhores salários. Ou seja, havia ambiente propício para ampliar a participação dos trabalhadores nas campanhas salariais desencadeadas pela Contag no Nordeste.



Figura 2: Panfleto elaborado pelo CENTRU sobre os direitos dos trabalhadores canavieiros, distribuído na campanha trabalhista da Paraíba – 1983.

Nesse momento de preparação, foi bastante importante a divulgação dos resultados da pesquisa realizada pelo professor Paulo Adissi, da Engenharia de Produção da UFPB, Campus João Pessoa, que fornecia informações qualificadas sobre as distorções nas medições da metragem e do peso da cana cortada e o impacto disso nos salários dos trabalhadores. Essas distorções, quando quantificadas, causaram indignação e revolta nos trabalhadores.

Também nesse contexto, os sindicalistas da região do Brejo Paraibano demandaram ao Geas e ao Serviço de Educação Popular (Sedup), Diocese de Guarabira, a produção de um documentário para exibição e discussão com os trabalhadores nos sindicatos. O uso de imagens cinematográficas foi pensado como uma inovação pedagógica eficaz para aprofundar as discussões sobre exploração da força de trabalho e para motivar que os trabalhadores participassem na formulação de demandas para a pauta de reivindicação a ser apresentada aos usineiros da região.

O Sedup tinha os equipamentos de filmagem, a ilha de edição e um excelente profissional, na área de cinema, José Barbosa (que, anos depois, prestou concurso na Universidade e tornou-se professor da UFPB¹³). A Universidade não tinha equipamentos, mas podia oferecer resultados de pesquisas com as informações necessárias para a construção dos argumentos e do roteiro. As filmagens (captação das imagens e realização de entrevistas) com trabalhadores da cana foram realizadas em vários municípios do Brejo Paraibano, nos locais de trabalho e de morada. Nesse cenário foi produzido um documentário intitulado *Até Quando?* (1981) que, retratando o processo de precarização do trabalho na cana, convocava os trabalhadores a colaborar com a construção da pauta de reivindicação que seria apresentada publicamente durante a Campanha Salarial.

Esse filme foi exibido em sindicatos, igrejas e periferias das cidades onde se concentravam os trabalhadores temporários. As exibições faziam parte da programação da campanha trabalhista na Paraíba. Dessa maneira, ancorado em pesquisas acadêmicas, o documentário tornou-se um suporte fundamental em nossas atividades de extensão contribuindo para que um maior número de trabalhadores se inte-

¹³ Cabe lembrar aqui outros profissionais e agentes pastorais do Sedup Guarabira que participaram de todo o processo, fizeram o Mestrado em Sociologia em Campina Grande e que, hoje, doutores, são professores universitários na Paraíba: Giuseppe Tosi, Orlandil Moreira, Maria da Conceição Cardoso.

rasse de seus direitos, preparando-se para participar da campanha.

Quando, em 1984, a Campanha Salarial foi finalmente realizada na Paraíba, a reação patronal foi violenta, mas não foi suficiente para evitar paralizações parciais do corte da cana em muitas usinas. Já em algumas usinas houve paralisação total e as chaminés deixaram de expelir fumaça, sinalizando a interrupção da moagem da cana por falta de matéria prima. Ou seja, a greve obteve sucesso¹⁴.

Por esse caminho, a extensão universitária se fez por grupos de professores, pesquisadores e estudantes da UFPB que assessoraram os sindicatos em seu trabalho de mobilização de associados. Além disto, professores também assessoraram diretamente dirigentes sindicais nas mesas de negociação com os representantes da classe patronal, realizadas sob mediação na Justiça do Trabalho. Nas negociações da pauta de reivindicação, o “respaldo científico” era incluído na argumentação dos dirigentes sindicais.

Por outro lado, também é preciso fazer notar que os representantes da classe patronal também exibiam a seu favor “dados científicos” fornecidos por seus próprios assessores, que se apresentavam como especialistas provenientes de pós-graduações nacionais e internacionais. Assistia-se assim a um confronto entre saberes acadêmicos, demonstrando como disputas entre classes e grupos sociais também podem se reproduzir no interior da universidade.

PARA CONCLUIR: ALGUNS APRENDIZADOS DE UMA EXPERIÊNCIA DE “EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA”

Para melhor compreender a modalidade da extensão universitária descrita no presente artigo, é importante lembrar ainda dois eventos. Por um lado, o seminário intitulado *Realidade Nordestina* (1979) inaugurou uma significativa presença de lideranças sindicais e comunitárias no espaço universitário. Por outro lado, o evento

¹⁴ Maria Valéria Rezende, então coordenadora do Sedup, tornou-se escritora reconhecida nacionalmente. Em um de seus primeiros livros, intitulado *Vasto Mundo*, publicado pela Editora Beca (2001), no conto *Aurora dos Prazeres* – em linguagem de ficção – faz um registro de uma das situações dessa greve de canavieiros da Paraíba.

intitulado *Encontro de Canavieiros* ilustra a presença e a colaboração de professores e alunos da Universidade em atividades que se davam no espaço sindical.

Realidade Nordestina: lideranças sindicais ocupam o espaço universitário

O objetivo era proporcionar reflexões, por meio de apresentação e discussão de trabalhos acadêmicos, sobre a realidade agrária na região e as mudanças em curso no Nordeste. Com apoio da Fundação Ford, esse encontro foi organizado pelos Programas de Pós-Graduação de Sociologia e Economia e contou com a presença de pesquisadores nacionalmente reconhecidos por seus trabalhos sobre o Brasil rural na área das Ciências Humanas¹⁵.

À primeira vista tratava-se de mais um evento realizado em moldes universitários. Entretanto, a composição dos participantes guardava uma particularidade. No público presente, ao lado de professores, e estudantes de graduação e pós-graduação estavam – em número significativo – trabalhadores rurais, dirigentes sindicais, agentes pastorais e trabalhadores ativistas na área de direitos humanos que, ativamente, participaram das discussões, complementando, concordando ou questionando o que era apresentado em cada mesa redonda ou nos grupos de trabalho.

Certamente, naquele encontro, houve divergências entre teorias e olhares diferenciados sobre a mesma realidade. Contudo, isto não impediu que pesquisadores e sindicalistas se apropriassem – cada qual à sua maneira – das informações apresentadas e dos debates em grupo. Assim sendo, no que diz respeito ao objetivo do presente artigo, vale destacar a possibilidade de a extensão funcionar como uma ponte entre a universidade e os segmentos sociais que normalmente não têm acesso a ela.

Encontro de Canavieiros: a Universidade vai ao espaço sindical

O *Encontro de Canavieiros* foi organizado pelo movimento sindical e pelo Geas, em parceria com o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi), Programa Movimento Camponês, coordenado pela antropóloga Neide Esterci. Seu objetivo era refletir sobre e avaliar as Campanhas Salariais dos Canavieiros no Nordeste.

¹⁵ Entre eles, Moacir Palmeira, Lygia Sigaud e Afranio Garcia Jr. (Museu Nacional /UFRJ); José de Souza Martins (USP), José Graziano da Silva e Nazaré Wanderley (UNICAMP).



O encontro reuniu trabalhadores e sindicalistas de regiões canavieiras de três estados do Nordeste; sindicalistas de outras regiões do país; diretores da Contag; advogados trabalhistas, representantes dos Centros de Defesa dos Direitos Humanos, agentes pastorais e representantes do Centru.

Realizado em João Pessoa (1985), esse Encontro foi marcado pela primeira aparição pública da líder camponesa Elizabeth Teixeira, depois de uma vida clandestina de longa perseguição política feita pelo regime militar, após a morte de seu marido João Pedro Teixeira, líder das Ligas Camponesas da Paraíba. Nesse encontro, Elizabeth se reencontrou com sua história e reafirmou seu compromisso com a luta de defesa à reforma agrária estabelecendo uma linha de continuidade entre o passado e o presente¹⁶.

Do ponto de vista dos estudiosos da questão agrária, o Encontro – realizado de acordo com regras próprias ao movimento sindical – se tornou um campo de pesquisa privilegiado para ampliar a compreensão sobre as demandas e os atores constituídos no bojo das transformações socioeconômicas então em curso nas regiões canavieiras do Nordeste. Do ponto de vista dos sindicatos e dos movimentos sociais, o Encontro ofereceu a oportunidade para que fosse feito, com a contribuição dos pesquisadores, um balanço das conquistas e um mapeamento dos persistentes obstáculos que tinham pela frente.

O relatório final do Encontro, publicado pelo Cedi (1985), hoje se constitui em um documento histórico útil tanto para as pesquisas acadêmicas que necessitem re-visitatar o debate passado nos anos 1980, quanto para a consulta de ativistas que hoje se empenham na continuidade às lutas sociais que se iniciaram naqueles anos. Ou seja, trata-se de um documento que pode ser utilizado tanto como fonte de pesquisa quanto como subsídio do passado para orientar quem tem urgência de compreender o presente.

¹⁶ Sobre o depoimento de Elizabeth Teixeira nesse encontro, ver Cedi (1985).



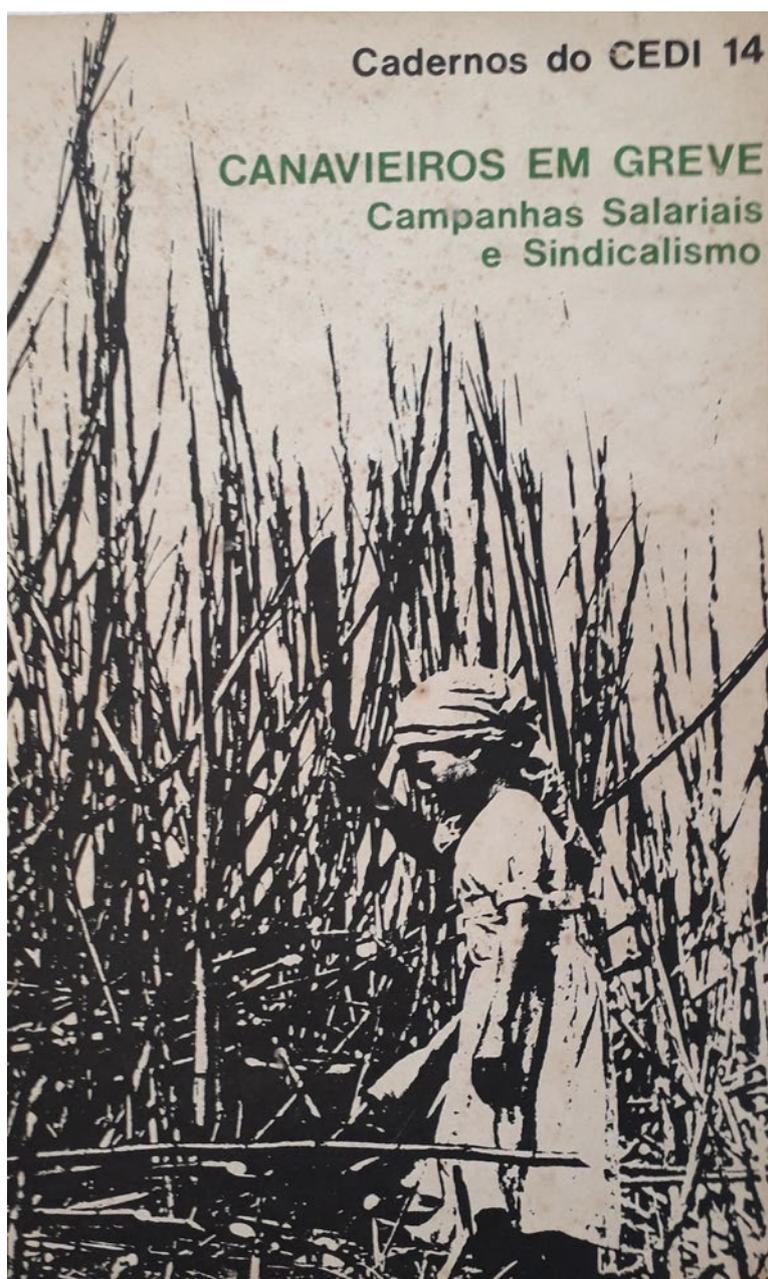


Figura 3 - Capa da Revista do CEDI.

Com efeito, o *Encontro de Canavieiros* evidencia que a modalidade de extensão universitária realizada pelo Geas também pressupõe que a academia vá aos espaços das lutas sociais. Nesse sentido, não se trata apenas de uma “devolução”. Trata-se de uma via de mão dupla que cria situações de grande potencialidade para gerar novos conhecimentos teóricos e práticos.

Nota final: aprendizados

Nesse artigo considerei como atividades de *extensão universitária* todo um conjunto de pesquisas que se desdobraram em produção de filmes documentários e de apresentações teatrais que foram utilizados em atividades de formação e de mobilização para participação em lutas para permanência na terra, em campanhas salariais e em mesas de negociação entre representantes de patrões e trabalhadores.



Figura 4 - Jornal: O NORTE

Seminários e encontros também foram citados como expressão de uma modalidade de trabalho de extensão que envolve estudiosos e ativistas, tanto no espaço universitário quanto nos espaços sindicais. E, ainda, em todos os exemplos citados, busquei demonstrar que a extensão universitária ganha mais sentido e eficácia quando identifica e trabalha conjuntamente com outras organizações e entidades de apoio que atuam no mesmo campo.

Contudo, a descrição dessas atividades não foi feita de modo a oferecer um receituário com definições e caminhos a seguir. Ao contrário, a experiência aqui retratada deve ser vista apenas como uma modalidade, entre outras, de extensão universitária. Certamente são muitos e plurais os caminhos para ultrapassar fronteiras que separam o mundo universitário e a sociedade circundante. Mas, no âmbito do Geas, a atividade de extensão – vista como um elo entre a universidade e a realidade social – foi vista como oportunidade de produzir conhecimento sobre e com os segmentos mais vulneráveis da sociedade.

É verdade que o caminho escolhido pelo Geas foi, muitas vezes, questionado por professores da mesma UFPB que, em nome da objetividade científica, defendiam a “neutralidade da pesquisa acadêmica” e questionavam sua articulação com as demandas dos segmentos excluídos dos direitos de cidadania. Entretanto, em todo trabalho desenvolvido, para nós ficou evidente que a aproximação entre pesquisa e movimentos populares não compromete a qualidade e o rigor inerente à reflexão acadêmica, muitas vezes crítica aos próprios movimentos estudados.

Com efeito, a meu ver, do ponto de vista das ciências humanas, essa modalidade de extensão universitária trouxe novas oportunidades de explicitar divergências entre teorias e práticas – o que é positivo, pois sem problematizações e sem divergências corre-se o risco de decretar a estagnação do conhecimento. Do ponto de vista dos sindicatos e movimentos voltados para a luta pela terra e por melhores condições de trabalho, a aproximação da Universidade também foi uma forma de lograr reconhecimento e encontrar argumentos para desnaturalizar os mecanismos que justificam a falta de acesso à terra rural e urbana e a exploração da força de trabalho.

Por outro ângulo, em situações de conflitos sociais, essa modalidade de extensão na área de ciências humanas não só favorece a articulação entre formação



teórica e práxis social como também é desafiada a encontrar meios para sua disseminação entre os atores sociais envolvidos. No caso dos trabalhadores da Paraíba, por exemplo, era grande o número de analfabetos ou de pouca habilidade para leitura; de nada lhes adiantaria, portanto, os clássicos relatórios de pesquisa. Foi nesse contexto que o Geas aceitou o desafio de comunicar conhecimento acadêmico por meio de linguagens artísticas.

Naquele contexto, dramatizações e documentários cinematográficos – por conta de sua própria e peculiar exigência de integração entre o “saber acadêmico” e outros saberes presentes na sociedade – permitiram aproximações geradoras de múltiplos aprendizados acionados no processo de construção de cidadãos em condições de reivindicar seus direitos.

Em resumo, podemos dizer que, aglutinando ações que se faziam de maneira individualizada e difusa naquele campus da Universidade, a experiência do Geas contribuiu para a construção de pontes entre saberes socialmente separados. Isso porque em nossas atividades de extensão universitária, buscando levar os achados da pesquisa para um público que está distante da linguagem da academia, usamos linguagens artísticas que (por envolverem imagens e histórias de vida) incorporaram saberes e fazeres de homens e mulheres que protagonizavam as situações de conflito.

Essa foi nossa aposta na UFPB, campus de Campina Grande. No interior da Universidade, tal modalidade de extensão contribuiu para formar alguns profissionais/cidadãos que, com capacidade de desenvolver o pensamento crítico, hoje atuam em espaços de pesquisa e mobilização. Ao mesmo tempo, foi a riqueza dessa experiência que, posteriormente, inspirou o *Projeto Trabalho e Educação através de Imagens*, que desenvolvi junto ao Departamento de Economia da UFRJ.

Nos anos 2000, em atividades de extensão, pude perceber que tanto os vídeos-documentários produzidos no âmbito da UFPB quanto outros produzidos posteriormente na UFRJ continuam sendo eficazes suportes para promover, entre trabalhadores brasileiros, reflexões críticas e tomadas de posição sobre a não-efetivação de direitos.

Na verdade, vídeos-documentários que misturam *informações de pesquisas*



acadêmicas, imagens da realidade e depoimentos de personagens locais podem ser vistos como um resultado palpável da chamada “troca de saberes”. A meu ver, na área de ciências humanas, a mistura desses três ingredientes é indispensável para a realização de uma modalidade de extensão universitária que aposta na comunicação entre diferentes setores da sociedade como terreno de ampliação da participação social em moldes democráticos – o que, sem dúvida, reafirma a vocação e a importância das universidades públicas no Brasil.



REFERÊNCIAS

- ALVES, Francisco. **Fatores de Crescimento das Cidades do Sertão da Paraíba**. 1978. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção). COPPE, UFRJ, Rio de Janeiro.
- ASSUMPÇÃO, Maria Rita. **Desenvolvimento do Polo de Comércio de Algodão na Paraíba**. 1979. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Sistema e Computação) – COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro.
- BARROS, J. O. P. O desenvolvimento no Semi-Árido do Nordeste. **Revista Arius**, Campina Grande, 1989.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa Participante**. Editora Brasiliense, 1982.
- CANTALICE, Dulce. Penetração do Capitalismo no Campo - Um estudo de caso: Alagamar. **Cadernos do CEAS**. Salvador, n. 65, 1980.
- CEDI. Canavieiros em Greve: Campanhas Salariais e Sindicalismo. **Cadernos do CEDI** São Paulo, n. 14, dez. 1985.
- GARCIA Jr, Afrânio Raul. **Terra de Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. A respeito de movimentos sociais - rápida incursão sobre problemas teóricos na produção brasileira. In: MACHADO DA SILVA, L.A. et al. (Org.). **Movimentos Sociais, para além da dicotomia Rural Urbano**. Recife, Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro, 1985.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**, Ed Vozes, 1981.
- NOVAES, José Roberto. O Algodão no Sertão Paraibano. **Cadernos de Mão de Obra Volante**. IV Encontro Nacional, Botucatu, SP, 1978.
- NOVAES, José Roberto. Cooperativismo: Acumulação de Capital e Mudança Social. In: LOUREIRO, Maria Rita (org.). **Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil**, Editora Cortez, SP, 1980.
- NOVAES, José Roberto. Margarida Maria Alves, Uma Líder Sindical. **Revista da ABRA**, Campinas, 1983.
- NOVAES, José Roberto. Campanha Salarial e Sindicalismo. **Caderno CEDI**, n. 14, Rio de Janeiro, 1985.
- NOVAES, José Roberto. Campanha salarial dos Canavieiros no Nordeste: Velhos e Novos Desafios. **Revista Proposta**, n. 42, FASE, Rio de Janeiro, 1989.
- NOVAES, Regina Reyes. “Fala Margarida”, **Revista Tempo e Presença**. Rio de Janeiro, n. 186, 1983.
- NOVAES, Regina Reyes. **De Corpo e Alma**. Catolicismo, classe sociais e conflito no Campo. Grafia Editorial: Rio de Janeiro, 1987.
- POTENGY, Gisélia. Modernização e Cotidiano: memórias campinenses. **Vivência**, n. 32, p. 11-21. Dossiê Subjetividade e Práticas Institucionais (org: Magda Dormenstein). Editora UFRN, 2007.
- REZENDE, Maria Valéria. **Vasto Mundo**. São Paulo: Editora Beca, 2001.

FILMOGRAFIA

O QUE eu conto do Sertão é isso. Direção: José Roberto Novaes et al. Produção: Universidade Federal da Paraíba, Campus de Campina Grande, 1978. 16mm. Disponível em: <<https://youtu.be/M2L3iUeWoLA>>. Acesso: 22 jan. 2020.

CAMPO de Batalha. Direção: Ainda Marques, José Roberto Novaes. Produção: Centro Ecumênico de Documentação e Informação e UFPB, Campus de Campina Grande. 1982.

ATÉ Quando? Direção: José Barbosa et al. Produção: Serviço de Educação Popular – SEDUP – Guarabira – PB.1981/82.

Recebido em: 07/02/2019
Aceito para publicação em: 26/10/2019



O CINE-BIXA E NOSSOS DIÁLOGOS SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

The Cine-Bixa and our dialogues on sexual and gender diversity: an experience report

Luciana Ribeiro de Oliveira

Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais - DCS/UFPB; Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia - PPGA/UFPB, Brasil.

E-mail: lulucaribeiro@ig.com.br.

Ana Valeria Salza de Vasconcelos

Doutoranda em Antropologia no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - PPGAS/UFSC, Brasil.

E-mail: anasalza@gmail.com.

Antonio Cesar Matos de Santana

Graduado em Geografia na UVA, Brasil.

E-mail: cesarformiguinhaskt@gmail.com.

Flavio Brito Rodrigues

Graduando em Ciências Sociais na UFPB, Brasil.

E-mail: flavio2016.3@outlook.com.

Robinson Pierre Pereira da Silva Junior

Graduando em Psicologia na UFPB, Brasil.

E-mail: pierrepsique@gmail.com.

Wertton Luis de Pontes Matias

Mestrando em Antropologia no Programa de Pós-Graduação em Antropologia PPGA/UFPB, Brasil.

E-mail: wertton@gmail.com.

Áltera, João Pessoa, v. 2, n. 9, p. 138-154, jul./dez. 2019

ISSN 2447-9837

RESUMO:

O texto a seguir se caracteriza por ser um relato de experiência do projeto de extensão Cine-Bixa (2018/FLUEX/UFPB), que tem como objetivo realizar exposições/intervenções fílmicas sobre diversidade sexual e de gênero em espaços e instituições dentro e fora da Universidade. Intenta-se, através das atividades realizadas, criar novas possibilidades de diálogo, reflexão crítica e mudança social na busca de um melhor viver e conviver entre pessoas LGBTQI+ e não-LGBTQI+. A partir de uma perspectiva metodológica de intervenção pela educação e compreendendo essa última enquanto instrumento de transformação social e libertação da opressão (FREIRE, 1996), que promova o acolhimento às diversidades que nela circulam e dela fazem parte (LOURO, 2013), é que o Cine-Bixa se delinea. O projeto é recente, sendo criado no ano de 2018, mas já nos é possível visualizar algumas reflexões teóricas iniciais a partir das observações “de perto e de dentro” (MAGNANI, 2002; 2009) realizadas nas exposições/intervenções ocorridas. Isso também nos posiciona com olhares atentos de pesquisadores para os fenômenos que surgem no movimento em execução.

PALAVRAS-CHAVE:

Extensão. Educação. Gênero. Sexualidade.

ABSTRACT:

The following text is characterized as an experience report of the Cine-Bixa extension project (2018 / FLUEX / UFPB), which aims to make filmic exhibitions / interventions on gender and sexual diversity in spaces and institutions inside and outside. from the university. Through the activities carried out, it is intended to create new possibilities for dialogue, critical reflection and social change in the search for a better life and coexistence between LGBTQI + and non-LGBTQI + people. From a methodological perspective of intervention by education and understanding education as an instrument of social transformation and liberation from oppression (FREIRE, 1996), which promotes the acceptance of the diversities that circulate and are part of it (LOURO, 2013), is that Cine Bixa is outlined. The project is recent, being created in 2018, but we can already visualize some initial theoretical reflections from the “close and inside” observations (MAGNANI, 2002; 2009) made in the exhibitions / interventions that took place. This also positions us with watchful eyes from researchers to the phenomena that arise in the running movement.

KEYWORDS:

Extension. Education. Genre. Sexuality.



O projeto de extensão Cine-Bixa da Universidade Federal da Paraíba foi criado em 2018 com a finalidade de fomentar espaços de exibição fílmica, dentro e fora do ambiente da Universidade, que tratem de questões relacionadas à diversidade sexual e à identidade de gênero. Objetiva-se, a partir do compartilhamento de informações, experiências e emoções entre a população LGBTQI+ e não-LGBTQI+, provocar reflexões críticas que se movam em direção a possíveis mudanças sociais.

Fundamentado numa perspectiva metodológica de intervenção pela educação e compreendendo esta última enquanto instrumento de transformação social e libertação da opressão (FREIRE, 1996), o projeto Cine-Bixa foi pensado a partir da ideia de intervenções audiovisuais como dispositivo educativo facilitador da apreensão do conhecimento de forma reflexiva e crítica. Trata-se de um dispositivo local de transformação social para estimular outras reflexões, emoções e ações que se movem no sentido inverso das situações de violência e de violação de direitos a que a população LGBTQI+ ainda passa cotidianamente.

Com a proposta de uma exibição mensal que inclui estudo, planejamento, divulgação e avaliação posterior de nossas ações, o Cine-Bixa se faz presente a partir das demandas que surgem, seguindo a fluidez própria da dinâmica cotidiana do espaço acadêmico, sempre aberto para modificações esperadas e inesperadas dos planejamentos iniciais. O trabalho acontece de forma coletiva e colaborativa: cada um se coloca disponível a partir de suas habilidades e conhecimentos diversos. Cientistas sociais, psicólogos, antropólogos e fotógrafos são aqui os principais atores e atrizes por trás do telão. Os filmes exibidos podem ser de curta, média e/ou longa metragem (produção local, nacional ou internacional), todos com temáticas de gênero e sexualidade e escolhidos a partir da demanda que surge para o debate proposto e também a partir do público a que se destina.

Importante lembrar que a universidade, como espaço educativo, tal como aponta a educadora Guacira Lopes Louro (2013) deve promover acolhimento às diversidades que nela circulam e dela fazem parte. Pensando assim, a proposta deste projeto se justifica a partir de uma necessidade local da instituição em promover debates e reflexões sobre e com a população LGBTQI+ na perspectiva de combater vivências cotidianas de violências por que passam os estudantes LGBTs dentro e fora da instituição, na busca de um bem-viver e conviver.



O Cine-Bixa se baseia na teoria *queer* que surge para melhor compreender os sujeitos LGBTQI+: corpos socialmente considerados “estranhos” que provocam e fascinam. *Queer* seria um jeito de pensar a partir daqueles que desafiam as normas regulatórias da sociedade, que causam desconforto social e provocam ambiguidades que constroem e/ou reconstroem de forma subversiva as suas identidades em uma sociedade opressiva e heteronormativa (LOURO, 2013; BUTLER, 2017). A respeito dessas construções e reconstruções subversivas, a antropóloga Larissa Pelúcio Silva (2012) afirma que elas seriam a possibilidade de acionamento de um recurso subalterno de sobrevivência. Falar de saberes subalternos, lembremos, não é simplesmente dar voz aos que foram privados de fala mas, sim, pensar em outras formas de linguagem – no caso deste trabalho, a do corpo identitário socialmente rejeitado e da sexualidade não padronizada na heterossexualidade cisgênera.

A linguagem fílmica surge, assim, como uma proposta provocativa e capaz de incitar a reflexão e o debate crítico não-violento. Tratar de forma aprofundada essas exposições como intervenções fílmicas se apresenta como o grande desafio do Cine-Bixa, focado ao mesmo tempo numa educação que se propõe a ser transformadora e libertadora (FREIRE, 1996); e na reflexão dos fundamentos educativos que o cinema desperta a partir de aspectos sensíveis e criativos, considerando as imagens como possíveis produtoras de sentido (ALMEIDA, 2017).

O termo “bixa” (com “x”) presente no título do projeto, surge exatamente da proposta de transformar, de forma transgressora e irreverente, algo com tons socialmente pejorativos (o suposto xingamento “bixa”), em resistência e militância. Uma “militância do marginal”, que desestabilize a ordem e fuja de processos normalizados; que questione a “naturalidade” da regulação sexual e do dispositivo heteropatriarcal; tal como destaca Perlongher (1997), quando aponta para a necessidade de se questionar a ordem de forma subversiva a partir dos discursos das minorias. Não se trata de integrar as minorias, e sim de questionar a ordem que produz os binarismos: homem X mulher; heterossexual X homossexual; cisgênero X transgênero; normal X patológico.



Como proposta de análise pós-extensão, pretende-se transformar a experiência de nossas exposições/intervenções fílmicas em textos, “descrição densa” (GEERTZ, 1989), a partir de uma perspectiva etnográfica “de perto e de dentro” (MAGNANI, 2002; 2009). Assim sendo, a partir do viés teórico e de ação acima descrito, até o momento, realizamos três exposições/intervenções fílmicas. Essas serão descritas a seguir não só como relatos de experiência no projeto, mas também, e principalmente, como dados de reflexão teórico-crítica para se pensar as problemáticas da diversidade sexual e de identidade de gênero que urgem serem refletidas nos espaços dentro e fora da universidade.

A primeira exposição/intervenção do Cine-Bixa ocorreu em maio de 2018 no evento de lançamento do livro “Etnografias Urbanas: espaço, imagem e diferença na cidade” do Grupo de Estudos e Pesquisas em Etnografias Urbanas (GUETU) no Mofado Estúdio Bar, localizado no centro da cidade de João Pessoa (Figura 1). O referido bar é caracterizado por um público jovem e também de meia idade, majoritariamente masculino e heterossexual, de roqueiros e punks. A proposta de participação surgiu a partir do convite dos membros do GUETU (alguns também participantes do Cine-Bixa) e teve como objetivo provocar o estranhamento e a conseqüente reflexão dos frequentadores do bar no que se refere a práticas homoeróticas. A proposta foi construída em conjunto: integrantes do Cine-Bixa e do GUETU; e a partir da perspectiva de Perlongher (1997) de pensar identidades sexuais móveis, sem classificações fixas etiquetadas em seus corpos. Assim, a visualização de práticas homoeróticas num bar socialmente classificado como de público heterossexual exporia outras possibilidades, memórias, sensações, desejos, e medos próprios do contato com outras realidades – estas, não tão distantes assim das vivências cotidianas.



Figura 1 – Flyer de divulgação da primeira exibição do Cine-Bixa no Mofado Studio Bar.
Fonte: Divulgação do GUETU.

A partir dessa primeira proposta, foram exibidas cenas de filmes eróticos clássicos (com imagem e sem som) no espaço da parede de entrada do bar, no primeiro ambiente, onde ocorre a venda de bebidas (Figura 2) e onde, também, a circulação de pessoas é mais intensa. De início, na penumbra da noite, e com o som alto, as cenas praticamente não eram percebidas pelos frequentadores. Aos poucos, com sua repetição, como num *looping*, por toda a noite, alguns olhares de estranhamento e inquietação começaram a surgir, como se notassem algo “fora dos padrões” heteronormativos do próprio contexto do bar, tomado naquele dia tanto pelos seus costumeiros frequentadores, mas também por “uma galera toda alternativa”, tal como definiu para nós uma das clientes ao se referir às pessoas da universidade que ali estavam para o evento de lançamento do livro.

Ficamos (nós, do Cine-Bixa) a observar as pessoas que paravam para ver as cenas na parede do bar. A sequência de olhares e comentários a respeito das cenas exibidas começou então a ficar gradativamente mais intensa, alternando entre sentimentos de repulsa, constrangimento, curiosidade, contemplação e vibração. Bocas abertas, risos nervosos, cochichos e dedos apontados em direção às imagens se tornaram cenário comum no espaço do bar. Aos poucos fomos conversando com as pessoas e tentando estabelecer diálogos sobre as cenas e o que eles pensavam a res-

peito. Flávio, estudante da graduação de ciências sociais e extensionista do projeto, descreve suas percepções:

Percebi que as pessoas mais jovens pareciam as mais incomodadas, fui em algumas mesas, encontrei alguns conhecidos, acabei ouvindo diversos comentários. Observei um homem que bebia sozinho de pé ao lado de uma mesa de frente para a parede onde rolavam as cenas, era um homem de meia idade, careca, usava jaqueta preta, parecia ser frequentador do bar, ele olhava fixamente para as imagens franzindo as sobrancelhas, depois olhava inquieto e constrangido ao redor, voltava os olhos ao copo de cerveja, bebia grandes goles, retornava à tela meio que desacreditando no que via, olhava a sua volta, mas não via nenhum manifesto explícito de indignação diante daquilo, então ele continuava bebendo sua cerveja e olhando pra tela e, cada vez mais, parecia aceitar ou se conformar com o que via (Flávio, diário de campo pessoal, anotações sobre a exibição/intervenção Cine-Bixa, 04/05/18).



Figura 2 – Primeiro ambiente do bar, onde vendem-se as bebidas – local onde os filmes foram exibidos. Fonte: Acervo pessoal de Luciana Ribeiro (04/05/18).

Vale destacar que optamos por utilizar filmes eróticos com cenas de sexo entre homens recortados de várias películas de filmes clássicos internacionais das décadas de 60 e 70 (Figura 3). A partir dessa triagem inicial, foi feita uma edição em que só algumas cenas foram adicionadas à versão final do filme exibido no bar com uma duração de apenas trinta minutos, que ia se repetindo continuamente. Essa repetição

pareceu ter um interessante efeito em alguns espectadores que pareciam esperar a cena já assistida, seja para verificar detalhes ou para apresentá-la a um espectador menos atento que ainda não a tinha visto.



Figura 3 – Ambiente do Mofado Studio Bar onde ocorre a venda de bebidas e local onde os filmes foram exibidos (na parede ao fundo).
Fonte: Acervo pessoal de Wertton Luis (04/05/18).

O editor, fotógrafo e colaborador César Matos alega que foi desafiador realizar esse momento de edição e montagem dos filmes, visto que, por ele se definir como homem heterossexual, muitos amigos o julgaram ao verem-no assistindo as cenas homoeróticas e realizando o trabalho de edição em seu estúdio. Ele conta:

Fui bastante questionado por alguns amigos que diziam em tom jocoso que eu havia “saído da caixa”. Acredito que se houvessem cenas eróticas entre/com mulheres, o filme seria aceito mais facilmente, ainda mais num bar como o Mofado. Acredito também que meus amigos não ficariam me zoando e me julgando tanto (César Matos, diário de campo pessoal, anotações sobre a exibição/intervenção Cine-Bixa, 04/05/18).

A respeito das questões homofóbicas surgidas na intervenção, Pierre, estudante da graduação de Psicologia e extensionista do projeto, comenta que:

Foi possível identificar algumas reações homofóbicas evidenciadas por meio de gestos, mímicas e comentários do público mais cativo do bar. Porém, apesar dos estranhamentos e do choque visual provocado em muitos que ali estavam, ninguém chegou a se manifestar contra a exibição de fato, nem para nós organizadores, nem para o dono do bar (Pierre, diário de campo pessoal, anotações sobre a exibição/intervenção Cine-Bixa, 04/05/18).

A nossa escolha por não abrir para um debate coletivo e sim por realizar as intervenções corpo a corpo, no miúdo, mesa a mesa, se justificava pelo espaço, que era um bar aberto de grande circulação, com pessoas consumindo bebidas alcoólicas ao som de músicas em alto volume. Acreditávamos que não teríamos como dar conta de um debate coletivo maior diante de tantas variáveis.

Encerramos a atividade com a certeza de que foi, sem dúvidas, uma primeira intervenção desafiadora; e esperamos poder ter provocado reflexões para além das paredes “mofadas” (licença poética para o trocadilho) e heteronormativas do Mofado Studio Bar.

A segunda exibição/intervenção do Cine-Bixa ocorreu em julho de 2018 em um auditório da UFPB (Figura 4). Novamente, foi uma ação em conjunto mas, dessa vez, uma tripla parceria: o Cine Bixa; o grupo de familiares “Mães pela Diversidade” de Pernambuco e da Paraíba; e a I Semana de Ciências Sociais (sendo a atividade do Cine incluída na programação da Semana), organizada pelo Centro Acadêmico de Ciências Sociais Florestan Fernandes. A proposta se constituiu pela exibição do filme *Transamérica*¹, seguida de debate com a convidada Gi Carvalho (coordenadora do grupo Mães pela Diversidade de Pernambuco). O longa-metragem foi escolhido a partir da proposta de conversarmos sobre as dinâmicas e os conflitos entre pessoas LGBTQs e suas famílias.

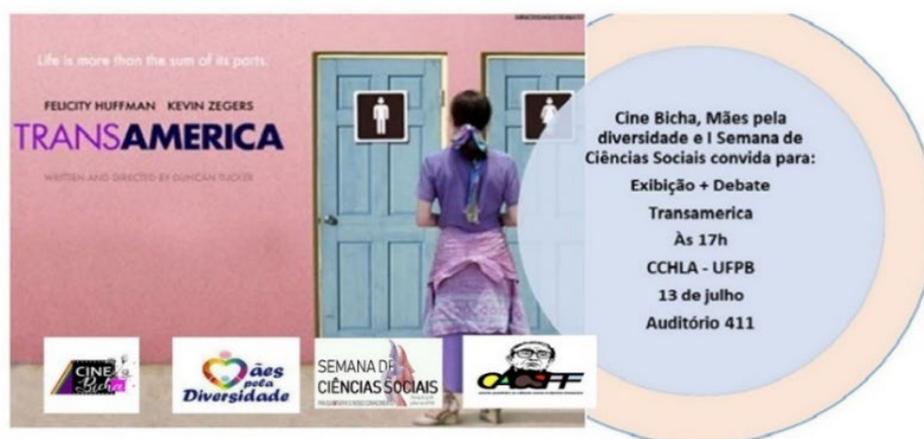


Figura 4 – Flyer de divulgação da segunda exibição do Cine-Bixa no Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPB.

Fonte: Arte elaborada por Ana Valéria Salza de Vasconcelos (consultora/tutora do projeto de extensão).

¹ *Transamérica* (103 minutos, gênero drama, direção de Duncan Tucker) é um filme independente norte-americano de 2005, um *road movie* (filme cuja história se desenrola durante uma viagem de estrada).

Transamérica conta a história de Bree, uma transexual que deseja fazer uma cirurgia de redesignação sexual e, nas vésperas da cirurgia, descobre que tem um filho adolescente. Apesar de falar sobre questões bem contundentes no que se refere aos conflitos familiares e sociais que uma pessoa transexual pode vir a passar, o filme representa com tons de humor e sátira o cotidiano da Bree, o que acaba por lhe dar contornos mais leves, assim como ao consequente debate.

O filme retrata os conflitos e as rejeições familiares que Bree enfrenta especificamente enquanto pessoa transexual, mas acaba também por refletir o cotidiano vivenciado por muitas pessoas LGBTQI+. Levando em conta que grande parte do público presente nessa exibição se constituía de pessoas LGBTQI+, o filme provocou lembranças das relações familiares de muitos dos presentes, fato que ficou claro durante o debate com o grupo de familiares “Mães pela Diversidade”.

A fala da Gi Carvalho girou entre questões relacionadas à vivência familiar com relação aos filhos LGBTQI+. Gi falou das diferentes emoções que podem surgir desde o momento de descoberta até o momento de aceitação, uma “saída do armário” por que passam também as famílias no que se refere à condição sexual do/a filho/a e/ou à sua identidade de gênero. Discorreu sobre as dificuldades e resistências de mães e pais em assumirem socialmente seus filhos e, conseqüentemente, o silêncio que os ronda, sustentado pelo receio de rejeição e violência social ou familiar. Gi também falou de sua experiência como mãe de uma jovem lésbica e suas buscas por informações para melhor compreender sua filha, além de sua consequente entrada na militância do movimento social “Mães pela Diversidade” para poder ajudar outras mães e pais de pessoas LGBTQI+ que se encontrem em momentos de sofrimento e incompreensão. Segue um de seus relatos no momento do debate:

Porque eu acredito que a vivência familiar da pessoa LGBTQI+ com esse aspecto de resistência da família, de falar para a família, para os amigos, ou de falar para a sociedade que tem um filho LGBT é tão grande, mas tão grande, que quando a gente se dá a mão, ela se sente fortalecida para encarar isso de fato, pra num almoço de domingo virar a mesa e dizer ‘meu filho é LGBT e você, a partir de hoje, você não vai mais fazer piadinhas sobre ele’ (Gi Carvalho, debate Cine-Bixa registrado em vídeo, 13/07/18).



O discurso de Gi (Figura 5) também se guiou em torno de defender e explicar sua “militância afetiva” (termo nosso), esclarecendo que o fato de ela não ser uma pessoa LGBTQI+ não a impede de militar do “outro lado”, do lado do afeto, como mãe. Gi apontou as dificuldades da militância e, principalmente, de agregar outras famílias à luta de seus filhos – por medo de que os próprios pais ou seus filhos vejam a sofrer sanções sociais. A debatedora aponta que o receio de se tornar visível parece ser o maior dos entraves dessa militância afetiva, especificamente no estado da Paraíba.



Figura 5 – Debate com Gi Carvalho (Mães pela Diversidade PE e PB, à esquerda) e Luciana Ribeiro (Cine-Bixa/UFPB, à direita).

Fonte: Acervo pessoal Wertton Luis (13/07/18).

A atividade também contou com a participação ativa dos extensionistas voluntários (Figura 6), que puderam iniciar e fechar a atividade com falas em que apresentavam o Cine-Bixa (já com ares iniciais de pertencimento ao projeto), possibilitando a feitura de um trabalho visivelmente colaborativo desde seu planejamento à sua execução. A esse respeito, Pierre, estudante de psicologia e extensionista do projeto, conta:

Me senti feliz em ter participado e pude ver o quanto este modelo de intervenção possibilita uma ampliação da nossa percepção sobre os fenômenos psicossociais e onde eles estão ancorados (Pierre, diário de campo pessoal, anotações sobre a exibição/intervenção Cine-Bixa, 13/07/18).



Figura 6 – Início da atividade, com apresentação do Cine-Bixa e informações sobre a Semana de Ciências Sociais. Da esquerda para direita, Luciana Ribeiro, Wertton Luis e Pierre Júnior.
Fonte: Acervo pessoal do docente e colaborador Oswaldo Giovannini (13/07/18).

Ao final, alguns participantes, que haviam levado bandeiras com as cores do movimento LGBTQI+ (Figura 7), também comentaram sobre questões de transfobia e homofobia que vivenciam diariamente no cotidiano das suas relações sociais e familiares e que também foram tratadas no filme *Transamérica*. Eles e elas se mostraram encantados com a posição da convidada Gi Carvalho como mãe e militante ativa das causas LGBTQI+ e questionaram: “Você nos adota?”².

Por fim, durante o debate fomos convidados pelo Centro de Cidadania LGBT de João Pessoa (presente na plateia), para participar da Semana da Visibilidade Lésbica e Bissexual que aconteceria no mês seguinte. O convite marca nossa proposta de sermos um projeto de extensão que trabalha com exibição fílmica, mas também com intervenção, pensando sempre a partir de uma forma fluida e propositiva, dentro e fora da Universidade e em parceria com outras atividades, outros grupos, eventos e instituições que possam nos convidar.

² Toda a atividade desse debate foi filmada para integrar o arquivo de mídias do Cine-Bixa e para a feitura de um pequeno *take* divulgando a atividade nas redes sociais. O *take* da segunda exibição do Cine-Bixa se encontra disponível para visualização no seguinte endereço: <<https://www.youtube.com/watch?v=QdccJFuwJg&feature=youtu.be>>. O Cine-Bixa também possui uma página no Facebook para divulgação permanente das atividades: <<https://www.facebook.com/cinebixa/>>. No Instagram, o perfil pode ser localizado pelo usuário: @cinebixa.



Figura 7 – Momento final da segunda exibição do Cine-Bixa em que algumas pessoas da plateia desejaram tirar fotos com Gi Carvalho.

Fonte: Acervo pessoal de Rayanne Carvalho, filha da Gi (13/07/18).

A terceira exibição/intervenção do Cine-Bixa ocorreu, então, em agosto de 2018 no CCLGBT (Centro de Cidadania LGBT) de João Pessoa, integrando a Semana da Visibilidade Lésbica e Bissexual organizada pela Prefeitura (Figura 8). Exibimos *Gosto mais do que Lasanha*³, seguido de debate com a diretora do filme e também coordenadora do Cine-Bixa Luciana Ribeiro, e com a convidada Mc Gabí. A escolha pelo filme se norteava pela proposta do evento: debater sobre visibilidade lésbica e bissexual. Assim, o filme traria à baila a possibilidade de pensar as vivências das mulheres lésbicas dentro das prisões, seus cotidianos e suas afirmações identitárias a partir das suas sexualidades.

Vale destacar que refletir sobre a temática da lesbianidade e da bissexualidade sob a perspectiva da visibilidade é pensar não só a partir de uma militância política mas também de uma busca do rompimento do tabu social da heterossexualidade compulsória. Segundo Jules Falquet (2012), uma das grandes contribuições das lésbicas é a inversão completa da perspectiva naturalista do senso comum sobre sexo, gênero e sexualidade, questionando a naturalidade com que a heterossexualidade é tratada.

No filme *Gosto mais do que Lasanha*, é possível visualizar uma quebra da hete-

³ *Gosto mais do que Lasanha* (41 minutos, gênero documentário, direção de Luciana Ribeiro) é um filme etnográfico brasileiro que trata a respeito de um grupo de mulheres lésbicas e homens transexuais que se juntam dentro de um presídio feminino em Recife/PE para ver os jogos do Brasil na Copa do Mundo de 2014.

rossexualidade compulsória em muitos dos discursos das e dos personagens que, ao se afirmarem como mulheres “gays”, ou mesmo, como “homens” ou “menininhos”, aparentam uma lógica diferente do que se define hoje como transexualidade. Afir-mam, de forma aberta, fluida e bem-humorada, que são mulheres que gostam de mulheres (tal como dizem as personagens Sal e Bia), tanto ou mais do que lasanha ou maconha. Dizem que são mulheres que são homens hoje, mas que amanhã podem “não estar tão a fim de ser homem” (tal como afirma a personagem Tambra).



Figura 8 – Flyer de divulgação da terceira exibição do Cine-Bixa no CCLGBT (Centro de Cidadania LGBT) de João Pessoa. Fonte: Arte elaborada pelo próprio Centro.

A questão da visibilidade lésbica também surge na fala de MC Gabí, convidada do debate (Figura 9). Ela traz com muita propriedade a sua vivência “enquanto mulher preta, periférica e sapatão”, como ela mesma se referiu, para falar dos estigmas e preconceitos relacionando a essas mulheres – experiência que acaba sendo muito semelhante às das mulheres que participam do filme.

As ideias no debate foram compartilhadas com o público (todos LGBTQI+) que compareceu espontaneamente ao local, e com alguns usuários e trabalhadores do Centro que estavam presentes. No debate, a fala circulou livremente pelas pessoas. O extensionista Pierre avalia a atividade:

Foi uma experiência boa e leve. Participar desse evento fortaleceu o Cine-Bixa por ter ampliado a rede que possibilita as nossas ações fora do espaço da universidade e, com isso, atingir uma parcela mais diversa da sociedade. Cheguei no local antes de qualquer outra pessoa além da organização do evento, quando me dei conta, eu já estava explorando o Centro de Cidadania LGBT, tirando fotos e imensamente feliz por estar ali como também pessoa LGBT (Pierre, diário de campo pessoal, anotações sobre a exibição/intervenção Cine-Bixa, 29/08/18).



Figura 9 –Momento do debate do filme *Gosto mais do que Lasanha* no CCLGBT.
Fonte: Acervo pessoal de Wertton Luis (29/08/18).

À medida que o filme avançava, foi possível observar algumas risadas em decorrência do clima descontraído. Não se percebeu nenhuma reação de estranheza ou de natureza preconceituosa, o que já se esperava tendo em vista o *lócus* e o público da nossa intervenção.

A atividade se encerra novamente com um convite da plateia para o projeto de extensão Cine-Bixa: dessa vez, para realizar uma exibição/intervenção em uma unidade estadual de internamento para meninas adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa na Paraíba. O convite outra vez espontâneo aponta para um caminho de visibilidade do Cine-Bixa, mas também para a necessidade, por parte de outras instituições, de inserirem em seus espaços o debate junto à universidade sobre gênero e diversidade sexual.

Por fim, mas sem encerrar a discussão, destacamos que o projeto Cine-Bixa é bem recente e está em plena execução. Embora tenha completado apenas três exposições/intervenções (no momento de escrita deste artigo), já é possível visualizar, no entanto, que sua proposta não se fecha no espaço universitário – ela se expande e se interconecta com outros espaços e instituições que demandam um debate mais aprofundado sobre questões de gênero e sexualidade na busca de um melhor viver e conviver com a diversidade. O exercício etnográfico realizado por nós, integrantes do projeto, de observar, anotar e analisar nossas intervenções tem sido fundamental para transformarmos nossas experiências em texto e, conseqüentemente, pensarmos criticamente as problemáticas da diversidade sexual e da identidade de gênero atreladas aos espaços educacionais e institucionais.



REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Rogério de. **Cinema e Educação: fundamentos e perspectivas**. Belo Horizonte: Educação em Revista. n.33, e153836, 2017.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- FALQUET, Jules. **Romper o tabu da heterossexualidade: contribuições da lesbianidade como movimento social e teoria política**. Cadernos de Crítica Feminista. Ano VI. N. 5 – dezembro/2012.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v.17, n. 49, jun. 2002.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. A etnografia como prática e experiência. **Horizontes antropológicos**. Porto Alegre, vol. 15, n. 32, jul./dez. 2009.
- PERLONGHER, Néstor. **Prosa Plebeya**. Ensayos 1980-1992. Buenos Aires: Ediciones Colihue, 1997.
- SILVA, Larissa M. Pelúcio. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. **Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar**. São Carlos, v. 2, n. 2, p. 395-418, 2012.

Recebido em: 19/09/2018.

Aceito para publicação em: 14/09/2019.





GÊNERO E CINEMA NA REDE: O FEITO POR ELAS COMO FERRAMENTA DE REFLEXÃO¹

Gender and cinema on the web: Feito por Elas as a tool for reflection

Isabel Wittmann

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo²
Email: iwittmann@gmail.com

Áltera, João Pessoa, v. 2, n. 9, p. 155-181, jul./dez. 2019

ISSN 2447-9837

¹ Uma versão anterior desse trabalho foi apresentada, sob o mesmo título, no GT 54- Políticas, etnografias e campos da extensão universitária na antropologia brasileira, na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, que ocorreu em Brasília de 9 a 12 de dezembro de 2018.

² O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

RESUMO:

Embora mulheres tenham trabalhado com cinema desde sua invenção, suas presenças são minimizadas na história e hoje ainda ocupam espaços reduzidos nessa indústria. O *Feito por Elas* – projeto que conta com sítio, *podcast*, newsletter e redes sociais – foi criado com o intuito dar visibilidade às profissionais e suas obras e fomentar o debate acerca da igualdade de gênero. Tomando o cinema como tecnologia de gênero, trata-se de um projeto que articula pesquisadoras das áreas de Antropologia, bem como de Letras e Comunicação, para, por meio da crítica de cinema, utilizando redes sociais e *podcasts*, abordar de maneira educativa as múltiplas sobreposições entre arte, em especial audiovisual, e os campos políticos abarcados por gênero, corpo, sexualidade e feminismo. A iniciativa, de caráter extramuros e interseccional, pretende alcançar um público não necessariamente acadêmico, permitindo que o debate se amplie. Este artigo visa a compartilhar a história do projeto, seus métodos e resultados obtidos após três anos.

PALAVRAS-CHAVE:

Feito por Elas. Cinema. Gênero. *Podcast*.

ABSTRACT:

Although women have worked in film since its invention, their presences are minimized in history and even today they still have a reduced space within this industry. *Feito por Elas* – project with its own website, *podcast*, newsletter and social media - was created intending to give visibility to the female professionals and their works and to foment debate on gender equality. Taking cinema as a technology of gender, it is a project that articulates researchers of the areas of Anthropology, as well as those of Literature and Communication, to, through film critic, using social networks and *podcasts*, to approach in an educative way the multiple overlaps between art, in particular audiovisual and political fields like gender, body, sexuality and feminism. The extra-mural and intersectional initiative aims to reach a non-necessarily academic audience, allowing the debate to widen. This article aims to share the history of the project, its methods and results obtained after three years.

KEYWORDS:

Feito por Elas. Cinema. Gender. *Podcast*.



O *Feito por Elas*¹ é um projeto que visa à discussão e à divulgação do trabalho de mulheres no cinema, uma vez que se percebe, como será explicitado posteriormente, um apagamento sistêmico dessas obras na história do cinema, assim como uma exclusão constante das profissionais em diversas áreas da indústria. Iniciado em 2016 e com uma equipe composta por acadêmicas e profissionais da crítica, o projeto abriga crítica de cinema, notícias e discussões, divulgadas por meio de seu sítio, de um *podcast* e de redes sociais, ampliando a visibilidade dos temas abordados e mantendo comunicação com o público.

A EXCLUSÃO FEMININA DA HISTÓRIA DO CINEMA

O nascimento do cinema é marcado na data de 28 de dezembro de 1895, quando os irmãos Lumière exibiram alguns curtas, incluindo o famoso *A Chegada de um Trem à Estação de La Ciotat* (1895), a um público pagante em Paris. Tratava-se de uma variedade de documentários de curta-metragem, registros do cotidiano, portanto. Seus filmes foram distribuídos rapidamente para diversos países e em 1896 a tecnologia já era utilizada por outras pessoas. Alguns nomes ficaram famosos, enquanto outros foram quase completamente apagados da história – entre eles, o da francesa Alice Guy². Seu *A Fada do Repolho* (1896), pode ser considerado o primeiro filme com roteiro da história (COUSINS, 2003, p. 25). Com menos de um minuto de duração, a película mostra, de maneira lúdica, uma fada em trajes vitorianos retirando bebês de repolhos, mostrando como eles nasceriam. Guy, que foi a primeira mulher a dirigir um filme,

Fez experiências com efeitos sonoros e visuais e até pintou filmes diretamente à mão. A maior parte de seus filmes subsequentes foi de épicos bíblicos, e ela criou um dos primeiros estúdios cinematográficos, o *Solax*, no Estado de Nova York, para onde emigrara em 1907. No total, considera-se que tenha dirigido cerca de setecentos filmes de curta-metragem, incluindo *westerns* e filmes de suspense (COUSINS, 2003, p. 26).

¹ Sítio do projeto disponível em <<https://feitoporelas.com.br>>.

² Cf. FEITO por Elas #13: Alice Guy. Apresentadoras: Angélica Hellish, Isabel Wittmann, Stephania Amaral e Michelle Henriques. **Feito por Elas**, 21 dez 2016. Podcast. Disponível em: <<https://feitoporelas.com.br/feito-por-elas-13-alice-guy/>>. Acesso em 15 jun. 2019.



Destacam-se, portanto, a inventividade, a visão de negócios e a grande quantidade de filmes dirigidos por Alice Guy, mas não apenas isso; sua carreira não só foi a mais prolífica, como também a mais longa dentre os pioneiros do cinema. O já citado Louis Lumière, por exemplo, parou de dirigir filmes em 1900, e o renomado Georges Méliès, em 1913, de acordo com dados do sítio *Internet Movie Database* (IMDB). Alice Guy seguiu até 1920, com quase duas décadas e meia de direção. Ainda assim, ela é, conforme destaca o pesquisador Mark Cousins, “pouco reconhecida”³ (COUSINS, 2003, p. 26). A falta de reconhecimento é patente quando verificamos que seu nome não é listado nos manuais de história de cinema – quando muito, é citada com outras funções, que não a direção. Em *Tudo Sobre Cinema*, por exemplo, a única vez em que se faz referência à diretora é quando se discorre sobre a carreira de outro cineasta, Louis Feuillade, explicando que ele “ingressou na indústria cinematográfica escrevendo roteiros para Alice Guy, então diretora artística da maior produtora francesa da época, a *Gaumont Pictures*” (KEMP, 2011, p. 25). Essa ausência acaba se mostrando irônica dado o título do volume.

Alice Guy é um exemplo; mas outras diretoras pioneiras também são muitas vezes omitidas na historiografia do cinema. Lois Weber⁴, por exemplo, era em 1918 uma das pessoas, senão a pessoa mais bem paga do mundo pelo trabalho de direção. Seus filmes se valiam de sua experiência anterior como assistente social para abordar temas que não estavam em voga no realismo romântico de então, como o preconceito religioso, a pena de morte e o aborto (COUSINS, 2003, p. 82). Outro exemplo é Ida Lupino⁵, britânica que migrou para os Estados Unidos e recusou os salários dos grandes estúdios para trabalhar em seus próprios projetos; de maneira semelhante ao caso de Alice Guy, foi resumida em *Tudo Sobre o Cinema* em uma frase, que lhe

³ Em 2011, Alice Guy foi incluída postumamente como membra do Sindicato dos Diretores da América (*Directors Guild of America- DGA*), conforme anunciado no sítio da própria entidade (DGA. 2011 DGA Honors Photo Gallery. **Directors Guild of America**, 2011. Disponível em: <<https://www.dga.org/News/Guild-News/2011/November/2011-DGA-Honors-photo-gallery.aspx>>. Acesso em 17 jan. de 2019.).

⁴ Cf. FEITO por Elas #64: Lois Weber. Apresentadoras: Isabel Wittmann, Stephania Amaral, Michelle Henriques e Samantha Brasil. **Feito por Elas**, 5 dez 2018. Podcast. Disponível em: <<https://feitoporelas.com.br/feito-por-elas-64-lois-weber/>>. Acesso em 15 jun. 2019.

⁵ FEITO por Elas #30: Ida Lupino. Apresentadoras: Isabel Wittmann, Stephania Amaral, Michelle Henriques, Camila Vieira e Samantha Brasil. **Feito por Elas**, 16 ago. 2017. Podcast. Disponível em: <<https://feitoporelas.com.br/feito-por-elas-30-ida-lupino/>>. Acesso em 15 jun. 2019.



retira também a profissão de cineasta: “a atriz Ida Lupino é a primeira mulher a dirigir um filme *noir*, *O Mundo Odeia-me* (KEMP, 2011, p. 169)⁶, referindo-se ao filme lançado em 1953.

Um dos livros mais populares dentre os almanaques sobre cinema, *1001 Filmes Para Ver Antes de Morrer*, de Steven Jay Schneider, menciona *O Bígamo* (1953), dirigido por Lupino, como “uma das inesperadas obras-primas dirigidas por um curtíssimo período por Ida Lupino” (SCHNEIDER, 2008, p. 275). Apesar disso, as demais diretoras citadas anteriormente não são mencionadas no volume. Mais do que isso: de todos os filmes listados nas diferentes edições do livro, atualizado anualmente, num total de 1.222, apenas 54 são dirigidos por mulheres, conforme compilado por Erica Jennings em uma lista chamada “All the films directed by women from all the editions of 1001 movies you must see before you die” na rede social *Letterboxd*⁷.

Algumas iniciativas buscam trazer essas e outras mulheres para os holofotes, resgatando partes da história do cinema que foram deixadas para trás. Diversos relatos de mulheres pioneiras no cinema, não apenas diretoras, mas também outras profissionais, podem ser conferidos, por exemplo, no documentário *E a Mulher Criou Hollywood* (2016), dirigido por Clara Kuperberg e Julia Kuperberg. No Brasil, o livro *Feminino e Plural – Mulheres no Cinema Brasileiro* (HOLANDA; TEDESCO, 2017), traz artigos que recontam parte da história do nosso cinema destacando o trabalho das mulheres, do cinema mudo ao contemporâneo. Além dele, foi lançado em 2019 o *Mulheres Atrás das Câmeras – As cineastas brasileiras de 1930 a 2018*, organizado por Luiza Lusvarghi e Camila Vieira.

É interessante notar que todas as iniciativas mencionadas partem de outras mulheres. Quando os livros que são considerados referência para a área são escritos por homens e neles são escolhidos quais filmes e quais cineastas merecem reconhecimento, pode-se dizer que há um controle da narrativa do que é importante para a história e do que não é; e esse controle acaba por revelar um viés de gênero.

⁶ O *Feito por Elas*, justamente para minimizar esse apagamento, já produziu programas sobre as três cineastas.

⁷ Disponível em: <<https://letterboxd.com/annapaquin/list/all-the-films-directed-by-women-from-all/>>. Acesso em: 13 fev. 2020.



AS EXCLUSÕES CONTEMPORÂNEAS

Embora o debate em torno da presença feminina na indústria do cinema tenha se intensificado nos últimos anos, as dificuldades, de caráter sistemático, ainda permanecem. O sítio *Women and Hollywood*, criado em 2007 por Melissa Silverstein, compila anualmente dados sobre a presença feminina no cinema, com o objetivo de “educar, defender e debater a diversidade e a inclusão de gênero em *Hollywood* e na indústria global de cinema”⁸. Levando-se em conta os duzentos e cinquenta filmes com maior bilheteria nos Estados Unidos no ano de 2018, apenas 8% foram dirigidos por mulheres, segundo levantamento encontrado no sítio⁹. Houve uma queda em relação a 2017¹⁰, ano em que 11% dos filmes de maior bilheteria tiveram direção feminina. Por outro lado, mulheres foram produtoras em 26% deles, montadoras em 21%, roteiristas em 16%, compositoras em 6% e fotógrafas em 4%¹¹, o que, embora sejam números ainda bastante baixos, é uma melhora em relação ao ano anterior.

Ainda de acordo com o sítio, em se tratando das personagens, entre os 100 filmes com maior bilheteria nos Estados Unidos no ano de 2017, apenas 24% dos protagonistas e 34% dos personagens com fala eram mulheres. Quando isolados os filmes dirigidos por mulheres, o número de protagonistas femininas sobe para 45%. Ou seja, é possível inferir que a presença feminina na autoria¹² e no controle do filme aumenta, também, a representatividade de mulheres no resultado final.

⁸ WOMEN and Hollywood. Tradução minha. Disponível em: <<https://womenandhollywood.com/>>. Acesso em 16 jan. 2019.

⁹ “2018 Statistics”. Disponível em: <<https://womenandhollywood.com/resources/statistics/2018-statistics/>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

¹⁰ “2017 Statistics”. Disponível em: <<https://womenandhollywood.com/resources/statistics/2017-statistics/>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

¹¹ A fotografia ainda é uma das áreas de maior domínio masculino no cinema. A saber, em 2018, a 90ª edição do *Oscar*, prêmio anual conferido pela *Academia de Artes e Ciências Cinematográficas*, foi a primeira a ter uma mulher indicada ao prêmio de melhor fotografia: Rachel Morrison, pelo filme *Mudbound: Lágrimas Sobre o Mississipi* (2017), da diretora Dee Rees. Cf. HUTCHINSON, Pamela. ‘Ever heard of a woman cameraman?’: why female cinematographers get overlooked. **The Guardian**, 25 jan. 2018. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/film/2018/jan/25/woman-cameraman-snubbed-mudbound-rachel-morrison-nominated-oscar>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

¹² A ideia de autoralidade vem da crítica de cinema. A revista francesa *Cahiers du cinema*, entre as décadas de 1950 e 1960, defendia que pessoas que dirigiam filmes eram artistas de suas obras (AUMONT et al, 1999, p. 110).



Desse número reduzido de mulheres com protagonismo, há que se destacar a representação étnico-racial: 68% das personagens femininas com fala eram brancas, 16% eram negras, 7% eram latinas e 7% eram asiáticas. Esses índices mostram uma ligeira melhora no que diz respeito à diversidade em relação a 2016: a porcentagem de personagens brancas caiu 8%, enquanto a de mulheres negras subiu 2%; a de latinas, 4%; e a de asiáticas, 1%.

Ainda nos Estados Unidos, Martha Lauzen realizou uma pesquisa, financiada pelo *Center for the Study of Women in Television and Film*¹³, que busca, entre outros resultados, destacar a relação entre a presença de uma mulher na direção de um filme e o quanto isso afeta na contratação de profissionais em outras posições. Quando analisados os 500 filmes com a maior bilheteria do ano de 2018, 13% daqueles dirigidos exclusivamente por homens têm mulheres roteiristas, 19% têm montadoras, 3% têm fotógrafas e 7% têm compositoras. Quando pelo menos uma das pessoas que dirige o filme é uma mulher, os números se alteram drasticamente: 71% dos filmes passam a ter mulheres roteiristas, 47% têm montadoras, 19% contratam fotógrafas e 24% compositoras (LAUZEN, 2019, p 6). Pode-se concluir, portanto, que a presença feminina em uma posição de comando e tomada de decisão em relação à obra cinematográfica beneficia as mulheres que trabalham na indústria como um todo, aumentando a sua participação em diversas esferas de trabalho atrás das câmeras, além do aumento já citado de mulheres presentes no próprio filme.

No Brasil, a Agência Nacional de Cinema (ANCINE) publicou em 2018 o *Anuário Estatístico do Cinema Brasileiro* que informa as seguintes estatísticas: dos 463 longas-metragens lançados nos cinemas em 2017, 160 são brasileiros; e desses, 15,5% têm direção exclusivamente feminina (ANCINE, 2018a, p. 31). Já em seu relatório *Diversidade de Gênero e Raça nos Longas-Metragens Brasileiros Lançados em Salas de Exibição 2016*, que aplica a intersecção entre cor/raça e gênero, apreende-se que dos 142 filmes nacionais lançados nos cinemas em 2016, 107 (75,4%) foram dirigidos por homens brancos. Dentre os demais, 28 (19,7%) foram dirigidos por mulheres brancas,

¹³ LAUZEN, Martha M. *The Celluloid Ceiling: Behind-the-scenes employment of women on the top 100, 250, and 500 films of 2018*. **Center for the Study of Women in Television & Film**. 2019. Disponível em: <https://womenintvfilm.sdsu.edu/wp-content/uploads/2019/01/2018_Celluloid_Ceiling_Report.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.



3 por pelo menos um homem e uma mulher, ambos brancos (2,1%), 3 por homens negros (2,1%) e nenhum por uma mulher negra (ANCINE, 2018b, p. 9). O cruzamento de dados de raça e gênero complexifica o cenário apresentado, uma vez que, se é possível perceber a exclusão sistêmica de mulheres na direção, as mulheres brancas ainda conseguem mais espaço do que homens negros, enquanto mulheres negras são completamente excluídas do cenário comercial do cinema¹⁴.

Quando se trata dos filmes com as maiores bilheterias, geralmente se fala daqueles com os maiores orçamentos, já que a verba disponível para publicidade influencia o desempenho comercial do filme. Mulheres que dirigem filmes têm dificuldade de conseguir grandes financiamentos e não é à toa que, conforme o sítio *Women and Hollywood*, o gênero cinematográfico que concentra o maior número de diretoras seja o documentário, com mulheres dirigindo, em 2018, 33% daqueles que aparecem entre os 500 filmes com maior bilheteria de 2018, uma vez que documentários são, em geral, os filmes menos custosos.

Entre as pessoas que dirigiram filmes longas-metragens com atores (excluindo-se, portanto, documentários e animações) e com orçamentos maiores do que cem milhões de dólares, até o momento há apenas cinco mulheres, quando excluídas as co-direções: Kathryn Bigelow¹⁵, com *K-19: The Widowmaker* (2002); Lana e Lilly Wachowski¹⁶, com *O Destino de Júpiter* (2015); Patty Jenkins, com *Mulher-Maravilha*

¹⁴ O processo de exclusão é tamanho que, enquanto Cléo de Verberena foi a primeira mulher branca a dirigir um filme no Brasil, *O Mistério do Dominó Preto*, lançado em 1931, e Gilda Abreu, também uma mulher branca, fez enorme sucesso com o filme *O Ébrio*, lançado em 1946, *Amor Maldito* foi o primeiro filme brasileiro dirigido por uma mulher negra a ser lançado nos cinemas, apenas em 1984. Depois dele passaram-se trinta e quatro anos para que outro filme com direção de uma mulher negra tivesse lançamento comercial: em 2018, o documentário *O Caso do Homem Errado* (2017), dirigido por Camila Moraes. Além dele, foi lançado no mesmo ano *Café com Canela* (2017), de Glenda Nicácio, que divide a direção com Ary Rosa.

¹⁵ Kathryn Bigelow é, também, uma das cinco mulheres a conseguirem uma indicação ao Oscar de melhor direção em noventa e dois anos do prêmio. Além dela, foram indicadas Lina Wertmüller em 1977 com *Pasqualino Sete Belezas* (1975), Jane Campion em 1994 com *O Piano* (1993), Sofia Coppola em 2004 com *Encontros e Desencontros* (2003) e Greta Gerwig em 2018 com *Lady Bird: A Hora de Voar* (2017). A diretora foi indicada em 2010 pelo filme *Guerra ao Terror* (2008) e com ele se tornou a única mulher a receber o prêmio.

¹⁶ As diretoras também são as únicas mulheres transgênero da lista. Lana Wachowski veio a público falar de sua transgeneridade em 2012, sendo creditada como a primeira cineasta transgênero de Hollywood. Já Lilly foi chantageada e escreveu a respeito da sua experiência como mulher transgênero em 2016, antes que algum tabloide o fizesse primeiro (Cf. WITTMANN, Isabel. *Sense8- Uma análise. Revista LumeScope*, 10 jan. 2018. Disponível em: <<https://lumescope.com/2018/01/10/sense-8-uma-analise/>>. Acesso em 20 jan. 2019.).

(2017) e Ava DuVernay com *Uma Dobra no Tempo* (2018) – todas no século XXI, e essa última sendo a única mulher negra¹⁷. Isso acontece porque os estúdios tratam filmes dirigidos por mulheres como “apostas” – termo utilizado, por exemplo, pelo sítio *The Hollywood Reporter* para se referir a Patty Jenkins¹⁸, diretora de *Mulher-Maravilha* que já havia dirigido *Monster: Desejo Assassino* (2003), um filme com orçamento modesto mas grande sucesso, que rendeu o Oscar de melhor atriz para Charlize Theron (THE HOLLYWOOD, 2017).

Em se tratando do protagonismo, uma pesquisa realizada por *Creative Artists Agency* e *shift7* que analisou os 350 filmes de maior bilheteria dos Estados Unidos de 2014 a 2017, separando-os por faixa de orçamento, mostra que aqueles protagonizados por mulheres tiveram melhor desempenho comercial que os protagonizados por homens, em todas as faixas¹⁹. Além disso, todos os filmes que tiveram uma bilheteria superior a 1 bilhão de dólares desde 2012 passam no *Teste de Bechdel*²⁰, tendo, portanto, pelo menos alguma representatividade feminina. Isso demonstra que o público que frequenta o cinema está interessado em narrativas com protagonismo feminino (CREATIVE, SHIFT7, 2018)²¹.

Em resumo, geralmente as mulheres que trabalham na direção sofrem dificuldade de financiamento e conseguem apenas se vincular a projetos com menores recursos. Como resultado, lançam muitos filmes independentes ou de menor orça-

¹⁷ WELK, Brian. 9 Women Who Have Directed Movies with \$100 Million Budgets. *The Wrap*, Los Angeles, 7 mar. 2018. Disponível em: <<https://www.thewrap.com/9-women-who-have-directed-movies-with-100-million-budgets-photos>>. Acesso em 8 mar. 2018.

¹⁸ THE HOLLYWOOD Reporter. **#WonderWoman: Warner Bros. is gambling \$150M with a filmmaker whose only prior big-screen credit was an \$8M indie.** 31 mai. 2017. Twitter: @THR. Disponível em: <<https://twitter.com/THR/status/869950875606720513>>. Acesso em 18 jan. 2019.

¹⁹ CREATIVE Artists Agency; SHIFT7. **Female-led films outperform at box office for 2014-2017.** 2018. Disponível em <<https://shift7.com/media-research>>. Acesso em 13 de janeiro de 2019.

²⁰ O *Teste de Bechdel* surgiu dos quadrinhos *Dykes to Watch Out For*, de 1985, criados por Allison Bechdel, e contém apenas três “regras”: 1) o filme precisa ter duas personagens que sejam mulheres (às vezes se adiciona a essa regra que elas precisam ter nome); 2) que conversem entre si e 3) sobre algo que não seja um homem. Ou seja, passar no teste não implica na qualidade do filme nem da representação das personagens mulheres, apenas no fato de que elas são suficientemente desenvolvidas para existirem por si mesmas e não por um outro personagem masculino.

²¹ Um debate sobre esses e outros dados da situação das mulheres no mercado do cinema está disponível no *podcast Chutando a Escada 87- As Mulheres no Cinema* (CHUTE #87: As Mulheres no Cinema. Entrevistadora: Débora Figueiredo Mendonça do Prado. Entrevistada: Isabel Wittmann. **Chutando a Escada**, 18 dez. 2018. Podcast. Disponível em: <<https://chutandoaescada.com.br/2018/12/18/chute-087-mulheres-no-cinema/>>. Acesso em 16 jan. 2019.).



mento com anos de hiato entre eles. Por outro lado, a presença feminina na direção aumenta a chance de outras profissionais serem contratadas e de que o filme tenha protagonistas mulheres. Como já foi dito, o protagonismo de mulheres, por sua vez, aumenta o lucro que um filme potencialmente tem²².

Hoje alguns projetos nacionais visam à discussão do problema de exclusão pautada em gênero no cinema e a relação entre cinema e feminismo. Destaco o *Mulher no Cinema*, sítio criado em 2015 por Luísa Pécora que abrange a presença feminina no cinema em geral, gerando conteúdo como notícias, críticas e entrevistas. As fotógrafas, por sua vez, criaram o DAFB – Coletivo de Diretoras de Fotografia do Brasil, que foi “criado para organizar xs profissionais do mercado e fortalecer e estimular a nossa participação nesse segmento”²³. As profissionais da crítica, por sua vez, criaram o *Elviras – Coletivos de Mulheres Críticas de Cinema*, com o objetivo de indicar críticas para júris e novos nomes para as associações de críticos²⁴. Por fim, há o grupo fechado no Facebook chamado *Mulheres do Audiovisual Brasil*, cuja descrição explica que

O principal objetivo do Grupo é promover a diminuição da enorme desigualdade de gênero no setor, por meio de debates, troca de informações, apoio e organização das profissionais mulheres no setor audiovisual, com possíveis ações no sentido desse objetivo²⁵

Além dessas iniciativas, outras tem aparecido:

Em 2016, vimos o feminismo ganhar força no cinema e expandir-se ainda mais. Cineclubes pipocaram por todo o país, como Academia das Musas (RS), Quase Catálogo, Cineclube Delas e Facção Feminista (RJ), Aranha (BH) e A Hora e a Voz da Mulher no Cinema (SC); coletivos formaram-se, como o DAFB – Coletivo de Diretoras de Fotografia do Brasil (nacional), Somos Mais que 302 (SP) e Mulheres no Audiovisual (PE); e plataformas foram criadas a fim de visibilizar o trabalho e promover o contato entre mulheres, como a Mulheres Negras no Audiovisual Brasileiro (SANTOS; TEDESCO, 2017, p.1374)

²² Além do financiamento, outras dificuldades vinculadas ao preconceito de gênero são comuns em relatos de profissionais, como a exclusão em virtude da maternidade e o assédio sexual. Depoimentos a esse respeito podem ser encontrados no documentário *Half the Picture* (2018), dirigido por Amy Adrion e que conta com entrevista de várias das diretoras mais influentes de *Hollywood* nos últimos anos.

²³ DAFB Coletivos de Diretoras de Fotografia do Brasil. **Manifesto do coletivo das Diretoras de Fotografia do Brasil**. Disponível em: <<https://www.dafb.com.br/quem-somos>>. Acesso em 16 jan. de 2019.

²⁴ ELVIRAS Coletivo de Mulheres Críticas de Cinema. Disponível em: <<https://www.facebook.com/coletivoelviras/>>. Acesso em 16 jan. de 2019.

²⁵ MULHERES do Audiovisual Brasil. O endereço eletrônico foi omitido pois trata-se de um grupo fechado para profissionais da área.



Chama atenção como tantas dessas iniciativas tiveram seu início nos últimos cinco anos, mostrando que existem espaço e tempo propícios para o debate a respeito de gênero e cinema.

O WOMEN IN FILM E O 52 FILMES POR MULHERES

Dentre as iniciativas estrangeiras que juntam os temas “mulher” e “cinema”, se destaca a *Women in Film*, que, de acordo com informações obtidas em seu próprio sítio, “defende e promove as carreiras de mulheres que trabalham nas indústrias de telas – para alcançar paridade e transformar a cultura” (WOMEN, 2018, tradução minha). O projeto é pautado na ideia de que paridade de gênero, incluindo “igualdade de oportunidades, remuneração e representação, é uma exigência da sociedade civil saudável” (WOMEN, 2018, tradução minha). Para isso, possui programas educacionais, como de mentoria (que inclui ensino e consultoria profissional para jovens cineastas) e financiamento do trabalho de mulheres cineastas.

Uma das campanhas iniciadas pelo *Women in Film* foi o *52 Films By Women* ou *52 Filmes por Mulheres*. Trata-se de um desafio que consiste em, durante o período de um ano, assistir a um filme dirigido por mulher ou mulheres por semana, totalizando os 52 ao final do período. O objetivo é incentivar as pessoas a conhecerem e consumirem mais filmes de autoria feminina e ajudar a divulgar esses trabalhos, usando a *hashtag* adequada (*#52FilmsByWomen*) em suas redes sociais. No sítio da campanha, 13.203 pessoas se comprometeram com o desafio até o momento, mas é possível perceber que o engajamento informal pelas redes sociais pode ser ainda maior.

O FEITO POR ELAS

Foi inspirada pelo desafio *52 Filmes por Mulheres* que dei início ao projeto chamado *Feito por Elas*. Naquele momento os dados apresentados a respeito da baixa representatividade das mulheres no cinema já me inquietavam no exercício da atividade de crítica. Em 10 de setembro de 2015, por exemplo, escrevi, em uma coluna sobre figurino e direção de arte que assinava no sítio *Cinema em Cena*, sobre as roupas



usadas por mulheres em filmes de ação – o quanto não eram lógicas para as atividades que exercem e como eram diferentes daquelas usadas por homens nas mesmas situações²⁶.

O fato é que nesse momento a precária construção de personagens mulheres em narrativas *mainstream* me causava incômodo e eu dedicava alguma parte do meu tempo a comentar sobre esse aspecto da construção fílmica. Foi quando me dei conta de que o filme era o resultado de uma série de processos criativos e autorais que na maior parte das vezes não eram controlados por mulheres, como os dados sobre a porcentagem de profissionais mulheres atestam. Ou seja, se as narrativas envolvendo mulheres eram muitas vezes precárias, e as personagens mal desenvolvidas e pouco interessantes, talvez fosse possível pensar que isso se dá pelo fato de que quem controla essas narrativas, seja por meio da produção, do roteiro ou da direção, ainda são majoritariamente homens, conforme já explicitado.

Portanto, quando descobri o desafio *52 Filmes por Mulheres*²⁷, em 1º de outubro de 2015, aderi a ele, percebendo uma lacuna na minha formação. Se boa parte do cânone de grandes nomes da história do cinema é composto por homens, como conhecer as obras de grandes mulheres do cinema? O desafio me obrigou a buscar por esses filmes, ainda que de uma maneira iniciante, visando a minimizar os apagamentos históricos e sistêmicos mencionados anteriormente. Foi a partir do desejo de conhecer mais trabalhos de mulheres no cinema, especialmente diretoras, e com o intuito dar visibilidade às narrativas criadas por elas e fomentar o debate acerca da igualdade de gênero enquanto direito humano fundamental que iniciei o projeto *Feito por Elas* no começo de 2016, ao lado de Angélica Hellish²⁸.

²⁶ WITTMANN, Isabel. Personagens femininas e seus figurinos em filmes de ação. **Cinema em Cena**, Belo Horizonte, 10 set. 2015. Disponível em: <<http://cinemaemcena.cartacapital.com.br/coluna/ler/1912/personagens-femininas-e-seus-figurinos-em-filmes-de-a%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 11 jan.2019.

²⁷ De acordo com pesquisa realizada com ouvintes do *podcast* entre maio e junho de 2019, hoje 25,9% deles também realizam o desafio.

²⁸ O nome é um pseudônimo adotado por ela em suas atividades na internet.



A EQUIPE

Tendo em vista a importância da experiência e da subjetividade na construção da crítica cinematográfica, a equipe do *Feito por Elas* é constituída por mulheres com diferentes bagagens. Uma das criadoras do projeto foi Angélica Hellish, veterana em trabalhar na *internet* com cinema, criadora e apresentadora do programa *Masmorra-cast*, um *podcast* com mais de dez anos de existência sobre cinema alternativo. A outra criadora do projeto, junto com ela, fui eu mesma, Isabel Wittmann, como já disse, crítica de cinema, além de mestra em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas e doutoranda pela Universidade de São Paulo, onde pesquiso a relação entre gênero, corpo e humanidade em narrativas em torno de corpos femininos híbridos ou artificiais em filmes de ficção científica

Dentre as pessoas que já passaram pela equipe, a primeira a integrá-la foi Stephania Amaral, colega do sítio *Cinema em Cena*, onde foi *podcaster*, redatora e editora; foi crítica em outros meios e hoje é mestra e doutoranda em Estudos de Linguagens pelo CEFET-MG, com pesquisa sobre filmes brasileiros de terror realizados por mulheres. Na sequência, passou a integrar a equipe Camila Vieira: mestra pela UFC e doutora pela UFRJ em Comunicação, pesquisa sobre cinema brasileiro contemporâneo e trabalha como crítica, com experiência em curadoria de festivais. Com ela, entrou Samantha Brasil: mestra em Sociologia e Antropologia pela UFRJ, escreve textos críticos sobre cinema em alguns veículos. Em seguida, foi a vez de Michelle Henriques, criadora do projeto *Leia Mulheres* e pós-graduada em Literatura e Linguística. Depois dela, Ana Paula Alves Ribeiro, mestra em Ciências Sociais e doutora em Saúde Coletiva pela UFRJ, professora na UERJ e pesquisadora sobre as relações entre raça e etnia, local e imagem/cinema. Por fim, Raquel Gomes, que obtém o título na UFMG no curso de Jornalismo e que já trabalha há anos com jornalismo de cinema, realiza cobertura de festivais e redige críticas. Embora as participantes tenham um perfil acadêmico, a iniciativa pretende alcançar um público que não necessariamente o seja, graças ao caráter extramuros do projeto, permitindo que o debate se amplie.

A equipe atual é composta por quatro mulheres (Isabel Wittmann, Stephania Amaral, Camila Vieira e Raquel Gomes); temos, portanto, uma antropóloga, duas co-



municadoras e uma letróloga, todas com experiência anterior em crítica de cinema. Dessa forma, três são membras do já citado *Elviras – Coletivos de Mulheres Críticas de Cinema* (Wittmann, Amaral e Gomes) e duas são parte da *Associação Brasileira de Críticos de Cinema – Abraccine* (Wittmann e Vieira). Além disso, o grupo reúne pessoas que moraram ou moram em quatro das cinco regiões do Brasil (a exceção é o Centro-Oeste), deslocando o projeto do eixo Rio-São Paulo, que por vezes parece marcar muitas iniciativas.

Portanto, não apenas o material audiovisual coberto pelo projeto é “feito por elas”, ou seja, realizado por mulheres que trabalham com a sétima arte, como também o próprio projeto, cuja equipe é integralmente composta por mulheres. Cabe ressaltar a importância da autoria feminina de crítica de cinema na perspectiva de igualdade de gênero, já que hoje a maioria dos críticos é composta por homens. Ao consultar a listagem de membros da *Abraccine* em seu sítio, constata-se que dos 115, apenas 30 são mulheres e 85 são homens – a proporção é de quase três homens para cada mulher.

Outro estudo de Martha Lauzen, chamado *Thumbs Down 2018: Film Critics and Gender and Why it Matters*, tem como objetivo identificar críticas e críticos de cinema, e utilizou como base o *Rotten Tomatoes*, o principal agregador de críticas encontrado hoje na internet. O levantamento concluiu que homens compõem 68% das pessoas que escrevem críticas nos Estados Unidos, tanto em meio impresso como de radiodifusão ou *online*; ou seja, há pelo menos dois homens para cada mulher. Além disso, 71% dos textos críticos publicados são de autoria masculina (LAUZEN, 2018, p. 1).

Ademais, segundo ela, é mais provável que mulheres escrevam sobre filmes protagonizados por pessoas do gênero feminino: 51% dos filmes resenhados por elas têm uma mulher protagonista, contra 37% daqueles resenhados por eles (LAUZEN, 2018, p.4). As avaliações são, também, menos negativas: em uma escala padronizada de um a cem, os homens críticos classificam filmes com mulheres protagonistas com a nota média de 62, enquanto a média avaliativa das mulheres é de 74. Quando se trata de direção, 25% das críticas escritas por mulheres avaliam filmes realizados por mulheres, contra apenas 10% daquelas escritas por homens – porcentagem agravada pelo fato de que homens também são menos propensos a citar o nome da autora do



filme em seus textos (LAUZEN, 2018, p. 7).

É preciso refletir sobre o impacto que esse desequilíbrio na profissão acarreta para o público que consome críticas. Conforme citado anteriormente, quando mulheres dirigem filmes, aumenta a possibilidade de que estes sejam protagonizados por uma mulher. Mas quando homens escrevem as críticas, diminui a possibilidade de que esses filmes, tanto dirigidos como protagonizados por mulheres, sejam resenhados. E, quando o são, as avaliações têm maior chance de ocultar a autoria da obra e são mais duras, resultando em notas mais baixas. Por fim, a grande maioria dos críticos em todos os meios são homens. O resultado para o público que consome críticas de cinema é o apagamento da autoria feminina, reforçado pela percepção de uma qualidade inferior dos filmes. Por isso, também, justifica-se a importância de uma equipe composta por mulheres para analisar os filmes abordados no projeto.

O PROJETO E O PODCAST

O *Feito por Elas* trabalha em diversas frentes: na página do *Facebook* e no perfil do *Twitter* curamos e redigimos notícias e notas relacionadas a cinema, televisão, feminismo, representatividade, mulheres da indústria e seus filmes e outros temas relacionados; além de cobrirmos festivais e premiações. No *Instagram* são postadas fotos de diretoras e outras profissionais, bem como de filmes dirigidos por mulheres, de vencedoras em festivais e premiações, da cobertura desses eventos, entre outras. No *Letterboxd*, rede social própria para o cinema, compartilhamos a média das notas atribuídas pelas membras da equipe aos filmes analisados, bem como listas elaboradas com temas específicos. Por fim, é produzida uma *newsletter* quinzenal com dicas de lançamentos no cinema e de filmes disponíveis para *streaming* (dirigidos por mulheres ou com boa representatividade), sugestões de seriados, filmes e livros, *links* para o conteúdo que a equipe tem escrito e produzido fora do projeto, além de notícias e artigos interessantes sobre temas relacionados a cinema, televisão e representatividade.



O projeto não era abrigado em um sítio próprio²⁹, mas em 8 de março de 2019 foi lançada sua própria página³⁰, que passou a agregar todos esses conteúdos, acrescidos da coluna *Literatura com Elas*, sobre livros de autoria feminina; blogues pessoais de duas integrantes da equipe; calendário das próximas diretoras e seus filmes a serem discutidos em futuros programas; e um mapa marcando a origem da cada uma das diretoras que já foram abordadas.

Mas o destaque do projeto segue sendo o *podcast* de mesmo nome, *Feito por Elas*. Conforme Pablo de Assis e Lucio Luiz (2010), “Em linhas gerais, *podcasts* são programas de áudio ou vídeo ou ainda uma mídia de qualquer formato cuja principal característica é sua forma de distribuição direta e atemporal chamada *podcasting*” (LUIZ; ASSIS, 2010, p.1). De acordo com os autores:

A expressão “*podcasting*” vem da junção do prefixo “*pod*”, oriundo de iPod (nome do mais popular tocador de mídia digital, fabricado pela empresa norte-americana Apple Computer), com o sufixo “*casting*”, originado da expressão “*broadcasting*”, transmissão pública e massiva de informações que, quando feita através de ondas eletromagnéticas de rádio também pode ser chamado de radiodifusão (LUIZ; ASSIS, 2010, p. 1-2).

Ou seja, *podcasts* são programas que podem ser assinados pelos usuários por meio de um *feed RSS (Really Simple Syndication)* e assim recebidos automaticamente em um dispositivo à sua escolha, que pode ser um tocador de mp3 ou um celular, por exemplo.

O *Feito por Elas* é um *podcast* semanal, cujo primeiro episódio foi ao ar em 2 de julho de 2016. Os programas são disponibilizados em *feed* no sítio, acompanhados de sua descrição em texto e uma lista de filmes e outras mídias mencionadas no debate, para que os ouvintes possam acessar as referências. Eles também são compartilhados por meio do *Deezer*, *Soundcloud* e *Spotify* (ferramentas online específicas para

²⁹ O *Feito por Ela*, antes de ter seu sítio próprio, ficava abrigado no sítio do *Anticast*, uma rede de *podcasts* do qual fez parte (disponível em <<http://anticast.com.br/>>. Acesso em: 19 jan. 2019.). O *Anticast* realizou um concurso em 2016 para escolher um novo *podcast* para sua casa e acabou por abrigar dois: além do *Feito por Elas*, o *Salvo Melhor Juízo*, sobre direito. O resultado se deu pouco depois da publicação do primeiro episódio, que foi usado para concorrer, estando, portanto, quase desde o início na rede. Outros *podcasts* que compunham a rede são o homônimo *Anticast* (sobre cultura e política), *Visual+Mente* (que aborda *design*), *Não Obstante* (voltado para filosofia), *Projeto Humanos* (*storytelling* de histórias reais), *Três Páginas* (com dicas para escritores e aspirantes sobre como escrever melhor) e *É Pau É Pedra* (*podcast* colaborativo com temas diversificados)

³⁰ FEITO por Elas. Disponível em: <<https://feitoporelas.com.br/>>. Acesso em: 15 jun. 2019.



áudio) e no Youtube (com uma imagem estática representando o referido episódio e possibilitando a postagem do áudio como vídeo).

Assim como a crítica, a *podosfera*³¹ é um ambiente em que predomina a presença masculina. Em 2018 foi realizada a quarta edição da “PodPesquisa”³², uma espécie de censo sobre produtores de conteúdo e ouvintes de *podcasts*, feita pela Associação Brasileira de Podcasts (ABPod) e pela rádio CBN. Das 1390 pessoas que responderam à pesquisa como produtoras de conteúdo, 87,1% são homens e 11,9% são mulheres (ABPOD; CBN, 2018, p. 62). Por isso, a composição de uma equipe totalmente feminina também é um contraste³³.

MÉTODOS

Para a criação do *Feito por Elas*, parti da ideia de que o cinema seria uma tecnologia de gênero, nos termos de Teresa de Lauretis. Para ela, o gênero é o conjunto de resultados produzidos sobre os corpos, sobre comportamentos e relações sociais, sendo, portanto, ele mesmo, uma tecnologia política, originada de forma tecno-social e biomédica (LAURETIS, 1987, p. 3). Segundo a autora, pode-se pensar na forma como o gênero é representado em determinadas tecnologias, mas também na assimilação pelo público dessa mesma tecnologia, sempre partindo de uma experiência que é intrinsecamente relacionada à sua subjetividade (LAURETIS, 1987, p.15). Por isso,

[...] a leitura do espectador sobre o filme (incluindo respostas interpretativas e afetivas e estratégias cognitivas e emocionais) é mediada por sua existência em, e sua experiência de um universo particular de discursos sociais e práticas na vida diária (LAURETIS, 1987, p. 96, tradução minha).

³¹ Nome pelo qual é chamada a rede de *podcasts* e *podcasters* na internet.

³² ABPOD; CBN. **PodPesquisa 2018**. Disponível em: <<http://abpod.com.br/podpesquisa/>>. Acesso em: 21 out. 2018.

³³ Já existem algumas iniciativas para alavancar a presença de mulheres na produção de *podcasts*. Destaco *O Podcast é Delas*, de Domenica Mendes e Rodrigo Basso, que no mês de março impulsiona a hashtag #OPodcastÉDelas, incentivando a presença de pelo menos uma mulher na gravação de cada programa da *podosfera* e também disponibilizando durante o ano todo seu sítio, servidor, edição e hospedagem para mulheres que querem gravar um programa mas não têm experiência. Saliento ainda a hashtag #MulheresPodcasters, criada e difundida por Ira Croft, para ser usada em postagens no Twitter que mencionem programas que contem com mulheres em sua equipe, de maneira a ajudar na divulgação desses.

Dessa maneira, é possível concluir que, como outras tecnologias de gênero, o cinema não só reproduz o gênero a partir de elementos presentes na sociedade que o contextualiza, como o produz possibilitando que esses novos parâmetros sejam recebidos e reinterpretados por quem o assiste, partindo de seu repertório. Conforme Hans Belting:

Com efeito, a unidade fílmica passa pelo jogo coordenado das imagens cinematográficas com as “imagens virtuais” do espectador, que provêm tanto das suas recordações e dos seus sonhos como do seu treino medial no cinema. Dessa forma, repete-se o duplo sentido antropológico das imagens internas e externas, que reiteradamente ocupou a teoria do cinema (BELTING, 2014, p.60-61).

Nesse sentido, a ideia inicial era que o projeto pudesse se dedicar à discussão, à crítica e à divulgação do cinema realizado por mulheres, partindo das referências de cada participante, bem como de suas múltiplas experiências de trabalho e de vida, conforme Joan Scott (2001). O objetivo do *Feito por Elas*, portanto, é fomentar o debate em torno dessas produções cinematográficas, assim como contribuir para a ampliação de sua visibilidade; pois pretende abordar de maneira educativa algumas das múltiplas sobreposições entre arte, em especial audiovisual, e os campos políticos abarcados por gênero, corpo, sexualidade e feminismo. Para isso parto de uma abordagem interseccional a partir de Kimberlé Crenshaw, que a define assim:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Dessa forma, entendo que além da experiência de gênero, central para o projeto, a de classe, a de raça e etnia (ambas já explicitadas nos dados anteriores sobre financiamento de cinema), bem como a de sexualidade (essa, marcada pela dificuldade de encontrar dados concretos) são todas importantes para a análise fílmica, e que “experiências específicas de subordinação interseccional não são adequadamente analisadas ou abordadas” (CRENSHAW, 2002, p.174). Conforme Adriana Piscitelli, é possível dizer que essas intersecções não devem ser entendidas como uma hierarquia de opressões, mas como categorias articuladas (PISCITELLI, 2008). Por isso o

termo “mulher” não é utilizado no projeto como uma categoria que diz respeito a um sujeito universal.

A maior parte dos programas aborda a filmografia de uma diretora escolhida previamente, focando, em geral, em três de seus principais filmes, levando-se em conta o sucesso de público, de crítica e em premiações e festivais. As diretoras são escolhidas considerando-se suas origens, visando a abarcar, também, trabalhos que fujam ao predomínio estadunidense.

Do ponto de vista crítico, consideramos ainda o argumento de Laura Mulvey, que distingue três formas de olhar no cinema clássico:

[...] o da câmera que registra o acontecimento pró-fílmico, o da plateia, quando assiste ao produto final, e aquele dos personagens dentro da ilusão da tela. As convenções do filme narrativo rejeitam os dois primeiros, subordinando-os ao terceiro, com o objetivo consciente de eliminar sempre a presença da câmera intrusa e impedir uma consciência distanciada da plateia. (MULVEY, 2008, p.452).

No entendimento de Mulvey, os três são olhares masculinos. O que é proposto no *Feito por Elas*, então, são novas perspectivas, a partir das quais a câmera, ao representar uma mulher cineasta, possa romper com as tradições, buscando visões que não as conformadas pelo cinema clássico. Por sua vez, os novos olhares das personagens, conforme os dados já apresentados, aparecem em maior diversidade e criam, assim, novas narrativas. E o olhar do público se projeta na imagem captada e aprende a ver outros cinemas – levando-se em conta que, conforme Teresa de Lauretis, não existe o que se possa chamar de uma estética feminina *per se* (LAURETIS, 1985, p. 154). O *Feito por Elas* busca, dessa forma, possibilitar o debate e ampliar a discussão de obras que talvez em outros meios não fossem lembradas, virando o prisma da crítica para outros espaços e abrindo diálogo com o público no sentido de construir novos universos fílmicos.

Por fim, os programas se estruturam da seguinte forma: há uma breve biografia da profissional abordada, seguida por uma discussão de sua obra em geral. Essa etapa inclui a busca por entrevistas em que a cineasta comente sobre sua forma de trabalhar ou sobre características de seu cinema. Pela dificuldade anteriormente apresentada de encontrar obras sobre muitas das diretoras escolhidas, raras vezes



livros são utilizados para compor a biografia. Após isso, os filmes escolhidos são analisados pelas participantes do programa, em um processo de montagem (BELTING, 2014) constante e pessoal, que busca a interlocução com a imagem (WITTMANN, 2017). As conclusões de cada uma são apresentadas durante a gravação, em uma conversa informal sobre os filmes. Além desse formato, há programas temáticos, por exemplo, de Dia das Bruxas ou dos Namorados, abordando filmes de terror ou romance, respectivamente, dirigidos por mulheres. Os episódios temáticos podem abordar filmes de mais de uma cineasta que se encaixem no tema proposto. Finalmente, os programas podem incluir entrevistas com profissionais, além da crítica do filme ou do seriado sobre os quais se conversou.

ABRANGÊNCIA, IMPACTO E RESULTADOS

Durante os 43 meses de existência do *podcast Feito por Elas*, computados no momento da escrita deste artigo, foram lançados mais de 120 episódios, comentando ou analisando cerca de 300 filmes, realizados entre 1896 e 2020 e dirigidos por mais de 150 diretoras de todos os continentes. Além disso, foram realizadas entrevistas com 24 profissionais, entre elas diretoras, atrizes, fotógrafas e diretoras de arte. Com a diversidade de obras abrangidas, busca-se dar espaço para os conhecimentos específicos das membras da equipe, assim como convidadas, abordando, além da estética e da análise fílmica, as temáticas de gênero, feminismo, raça-etnia, *queer*, corpo e sexualidade (dentro e fora do filme), em uma perspectiva interseccional.

Além disso, no ano de 2017, foi criado o *Troféu Alice*, o prêmio de melhores do ano do *podcast*, tendo em mente que muitos sítios e veículos de mídia costumam elencar, no final do ano, os seus destaques. O nome é uma homenagem à Alice Guy e a premiação, incluindo as categorias, foi inspirada nos prêmios anuais do *Alliance of Women Film Journalists*³⁴ e do *Women Film Critics Circle Awards*³⁵, ambos estadunidenses.

³⁴ ALLIANCE of Women Film Journalists. **Site oficial**. Disponível em: <<https://awfj.org/>>. Acesso em: 30 jan. 2020.

³⁵ WOMEN Film Critics Awards. Disponível em: <<https://wfcc.wordpress.com/>>. Acesso em: 12/02/2020.



ses. A edição referente ao ano de 2017 premiou 21 filmes e conferiu menções a outros 30, em um total de 12 categorias, distribuídas entre o voto da equipe e voto popular da audiência³⁶. A edição de 2018 premiou 19 filmes e mencionou outros 15, dessa vez em treze categorias. A de 2019, por sua vez, agora com 14 categorias, premiou 19 filmes e mencionou mais 4.

Em termos de audiência, nos seis meses anteriores à redação deste artigo, os episódios tiveram uma média de quase 2.000 ouvintes nas duas primeiras semanas após sua publicação, ou seja, no intervalo até o lançamento do episódio seguinte³⁷. Recentemente os programas deixaram de ser quinzenais e passaram a ser semanais, ampliando esse número para perto de 1400 pessoas na semana de lançamento. A audiência média total por mês é de em torno de 10.000 pessoas, incluindo aí tanto os episódios lançados naquele mês como os anteriores, que continuam sendo acessados. Segundo pesquisa realizada com ouvintes entre maio e junho de 2019, 57,1% das pessoas que ouvem o *Feito por Elas* se identificam como mulher cisgênero, 0,9% são mulheres transgênero e 0,9% pessoas não-binárias. Enquanto isso, na PodPesquisa 2018, realizada com ouvintes desse tipo de mídia no Brasil, o número de mulheres cisgênero é de 15,3%, enquanto pessoas não-binárias correspondem a 0,1% e mulheres transgênero a 0,0% dos ouvintes pesquisados (ABPOD, CBN, 2018, p.1). Não é possível saber o porquê dessa diferença, mas posso especular que se trata do tema do programa: talvez para as mulheres e pessoas não-binárias interessadas em cinema, ouvir sobre filmes dirigidos e protagonizados por mulheres seja mais importante do que para os homens, embora eles ainda compareçam em número suficiente para mostrar que há interesse no programa.

A PodPesquisa não inquiriu dados sobre orientação sexual, raça e etnia de produtores e consumidores de *podcasts*. A equipe atual do *Feito por Elas*, por sua vez, tem duas participantes que se definem como bissexuais e duas como heterosse-

³⁶ O voto do público se dá por meio do preenchimento de uma planilha cujo *link* é disponibilizado nas redes sociais do *podcast*, além de divulgado previamente em um programa.

³⁷ De acordo com a PodPesquisa 2018, 40,2% dos *podcasts* produzidos no Brasil tem uma audiência de até 99 pessoas no intervalo até o programa seguinte, 29,2% tem audiência de 10 a 499 pessoas e 10,5% tem audiência de 500 a 999 pessoas. O *Feito por Elas* se enquadra no grupo com 1000 a 4999 ouvintes, que equivale a 11,7% dos *podcasts*. Programas com mais de 5000 ouvintes compõem os últimos 8,4% da conta (ABPOD; CBN, 2018, p.67).



xuais. Dentre as pessoas que acompanham o projeto, 65,2% se identificam como heterossexuais, 18,7% como bissexuais, 7,1% como lésbicas, 3,6% como gays, 2,7% como pansexuais, 0,9% como assexuais e o restante como “outro” ou prefere não responder. Em se tratando de questões de raça/etnia na equipe atual, duas integrantes se identificam como brancas e duas como pardas. Já o perfil de quem ouve o *podcast* é composto por 76,9% de pessoas brancas, 13,5% de pardas, 5,8% de pretas, 1,9% de amarelas, e 1,9% de “outro”.

A audiência total desde o lançamento do *podcast* já superou os 250.000 *plays* em episódios. Com esse desempenho, o programa geralmente está presente no Top 10 na categoria *TV e Cinema* na *iTunesBR*, ranking disponibilizado pela empresa *Apple* que avalia a tendência dos ouvintes em relação a cada categoria. Entre outros resultados obtidos, o *Feito por Elas* recebeu uma menção na *Revista Filme Cultura* nº 63, entre

[...] coletivos e portais de promoção, apoio e pesquisa sobre a relação entre cinema e gênero, e em especial, sobre a representação e a atuação das mulheres no audiovisual apresentando coletivos que partem da temática da mulher no audiovisual, com foco na promoção realização e crítica (TÁVORA, 2018, p. 106).

O *podcast* também foi escolhido pelo *Coletivo Não Me Kahlo* como uma das melhores contas feministas para seguir no *Twitter*³⁸; foi mencionado em reportagens do Portal IG³⁹, do *Nexo Jornal*⁴⁰, do *CineSet*⁴¹, da *Revista Continente*⁴², entre outros; além de ter colaborado, por meio de entrevistas, com estudantes em seus trabalhos acadêmicos.

³⁸ Não Me Kahlo. Disponível em: <<https://www.naomekahlo.com/single-post/As-melhores-contas-feministas-no-Twitter-segundo-nossas-seguidoras>>. Acesso em 17 out 2017.

³⁹ CAVALCANTI, Heloisa. Revolução nada silenciosa das mulheres no universo do *podcast*. *Gente- iG*, 08/03/2018. Disponível em: <<https://gente.ig.com.br/cultura/2018-03-08/podcast-mulheres.html>>. Acesso em: 8 de mar de 2018.

⁴⁰ LIMA, Juliana Domingos de. A campanha que estimula a participação feminina em *podcasts* brasileiros. *Nexo*, 24/03/2018. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/03/24/A-campanha-que-estimula-a-participa%C3%A7%C3%A3o-feminina-em-podcasts-brasileiros>>. Acesso em 24 de mar 2018.

⁴¹ HENRIQUES, Camila. Cinco *podcasts* sobre cinema que você precisa conhecer. *CineSet*, 12/04/2018. Disponível em: <<http://www.cineset.com.br/cinco-podcasts-sobre-cinema-que-voce-precisa-conhecer/>>. Acesso em 12/04/2018.

⁴² VERAS, Luciana. Questões de Gênero na Berlimale. *Revista Continente*, 07/03/2019. Disponível em: <<http://revistacontinente.com.br/edicoes/219/questoes-de-genero-na-berlimale>>. Acesso em 14 de junho de 2019.



Além disso, temos o *feedback* dos ouvintes, que nos enviam mensagens principalmente por *Twitter* e e-mail, comentando os episódios do *podcast*, mas também as notícias, e muitas vezes solicitando a produção de programas sobre determinadas cineastas que ainda não foram abordadas. A interação se tornou ainda mais frequente quando se criou um grupo no aplicativo de troca de mensagens *Telegram*, no qual, hoje, 105 pessoas conversam diariamente sobre cinema. As conversas, que já se desenrolam mesmo sem a mediação da equipe, mostram que a iniciativa foi capaz de criar um pequeno ecossistema de discussão de cinema, gênero e feminismo que alimenta a si mesmo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A última década tem sido de grande debate público, nacional e internacional, em torno das questões de gênero no cinema. Nesse sentido, interessa-me localizar o *Feito por Elas* em um contexto maior de iniciativas que estão abordando esses temas em diversas frentes, entre coletivos e sítios, voltados à militância, mas também à discussão midiática. O *Feito por Elas* nasceu, portanto, da vontade de abordar o cinema, utilizando notícias, imagens e a própria crítica como uma possibilidade para explorar temas de gênero, corpo e sexualidade; e para refletir sobre o contexto maior dos resultados artísticos, via linguagem e estética, mas também no que diz respeito à produção industrial e à exclusão pautada em gênero.

O projeto é fruto da possibilidade de pensar a crítica de cinema, aliada a uma mídia difundida na internet (o *podcast*) e às redes sociais, para realizar um trabalho que seja ao mesmo tempo de ativismo, em certa medida, e de discussão e divulgação das mulheres no cinema, conjugando os conhecimentos adquiridos pela equipe e dialogando com o grande público. Por sua vez, a equipe composta por mulheres mostra-se um diferencial, já que mulheres são minoria não só na *podosfera* como na crítica de cinema, o que ainda resulta em prejuízo às obras de mulheres realizadoras, que são avaliadas com rigor maior por homens que exercem a crítica.

Uma vez que parte da crítica que existe hoje não abarca muitas das grandes obras de autoria feminina já criadas na sétima arte, a conjugação de diferentes co-



nhcimentos e a abordagem interseccional permitem questionar um apagamento sistêmico e construir gradualmente um novo cânone do cinema; não perdendo de vista que o aumento da diversidade de filmes que alcançam o público também amplia a diversidade de narrativas com que ele tem contato.



REFERÊNCIAS

- ANCINE. **Anuário Estatístico do Cinema Brasileiro 2017**. Disponível em: <https://oca.ancine.gov.br/sites/default/files/repositorio/pdf/anuario_2017.pdf>. Acesso em: 23 out. 2018.
- ANCINE. **Diversidade de Gênero e Raça nos Longas-metragens Brasileiros Lançados em Salas de Exibição 2016**. Disponível em: <https://oca.ancine.gov.br/sites/default/files/repositorio/pdf/informe_diversidade_2016.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2018.
- AUMONT, Jacques. **A estética do filme**. 7ª edição. Tradução: Marina Appenzeller. Campinas: Papirus, 2009. 304p. (Coleção Ofício de Arte e Forma). ISBN 85-308-0349-3
- BELTING, Hans. **Antropologia da Imagem**. Tradução: Artur Morão. Lisboa, Portugal: KKYM+EAUM, 2014. ISBN 9789899768451.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n.1, p.171-188, jan.-jun. 2002. ISSN 1806-9584.
- COUSINS, Mark. **História do Cinema: dos clássicos mudos ao cinema moderno**. Tradução: Cecília Camargo Bartolotti. São Paulo: Martins Fontes, São Paulo, 2003. 511p. ISBN 978-85-8063-068-8.
- HOLANDA, Karla; TEDESCO, Marina Cavalcanti (Orgs.) **Feminino e Plural: Mulheres no cinema brasileiro**. 7ª edição. Campinas: Papirus, 2017. 240p. (Coleção Campo Imagético). ISBN 978-85-449-0265-3.
- KEMP, Philip (Ed.). **Tudo Sobre Cinema**. Tradução: Fabiano Moraes, Lívia Almeida, Paulo Polzonoff e Pedro Jorgensen. Rio de Janeiro: Sextante, 2011. 576p. ISBN 978-85-7542-668-5.
- LAURETIS, Teresa de. Aesthetic and Feminist Theory: Rethinking women's cinema. **New German Critique**, Durham, n. 34, p. 154-175, 1985.
- LAURETIS, Teresa de. **Technologies of Gender: Essays on theory, film and fiction**. Indianapolis: Indiana University Press, 1987. 151p. ISBN: 0-253-35853-1.
- LUIZ, Lucio; ASSIS, Pablo. O Podcast no Brasil e no Mundo: um caminho para a distribuição de mídias digitais. **Anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Caxias do Sul, set. 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-0302-1.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2019.
- LAUZEN, Martha M. The Celluloid Ceiling: Behind-the-scenes employment of women on the top 100, 250, and 500 films of 2018. **Center for the Study of Women in Television & Film**. 2019. Disponível em: <https://womenintvfilm.sdsu.edu/wp-content/uploads/2019/01/2018_Celluloid_Ceiling_Report.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.
- LAUZEN, Martha M. Thumbs Down: film critics and gender, and why it matters. **Center for the Study of Women in Television & Film**. 2018. Disponível em: <https://womenintvfilm.sdsu.edu/wp-content/uploads/2018/07/2018_Thumbs_Down_Report.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2019.



TÁVORA, Lina. No Brasil, aumentam as iniciativas. **Revista Filme Cultura**, Brasília, n. 63, p. 106-108, jan.-jun. 2018. ISSN 2177-3912. Disponível em: <<http://revista.cultura.gov.br/item/filme-cultura-n-63/>>. Acesso em 19 jan. 2019.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v.11, n.2, p. 263-274, jul-dez 2008. P.263-274. ISSN 1980-8194.

SCOTT, Joan Wallach. Experiencia. **La Ventana**, Guadalajara, n.13, p.42-73, jul 2001. ISSN 2448-7724.

SCHNEIDER, Steven Jay (Ed.). **1001 Filmes Para Ver Antes de Morrer**. Rio de Janeiro: Sextante, 2008. 960p. ISBN 978-85-99296-25-7.

SILVA, Camila Viera; LUSVARGHI, Luiza (orgs.). **Mulheres Atrás das Câmeras: as cineastas brasileiras de 1930 a 2018**. São Paulo, Brasil: Estação Liberdade, 2019. ISBN: 8574483087.

VERAS, Luciana. Questões de Gênero na Berlinale. **Revista Continente**, 7 mar. 2019. Disponível em: <<http://revistacontinente.com.br/edicoes/219/questoes-de-genero-na-berlinale>>. Acesso em: 14 jun. 2019.

WITTMANN, Isabel. Etnografia do/no Cinema: Algumas questões metodológicas e epistemológicas. **XII RAM 2017**, Posadas, de. 2017. Disponível em: <[http://ram2017.com.ar/control/docs/Artigo%20final%20\(link alterado para omitir autoria\).doc](http://ram2017.com.ar/control/docs/Artigo%20final%20(link%20alterado%20para%20omitir%20autoria).doc)>. Acesso em 17 jan. 2019.

FILMES

A CHEGADA de um Trem à Estação de La Ciotat [L'arrivée d'un train à La Ciotat]. Direção: Auguste Lumière, Louis Lumière. Produção: Auguste Lumière, Louis Lumière. 1895, (1 min.), mudo, PB.

A FADA do Repolho [La fée aux choux]. Direção: Alice Guy. Produção: León Gaumont. Gaumont, 1896, (1 min.), mudo, PB.

AMOR Maldito. Direção: Adélia Sampaio. Produção: João Elias; Adélia Sampaio. A.F. Sampaio Produções Artísticas, 1984, (76 min.), son., color.

CAFÉ com Canela. Direção: Glenda Nicácio; Ary Rosa. Produção: Ary Rosa, Glenda Nicácio; Ohana Sousa. Rosza Filmes Produções, 2017, (104 min.), son., color.

E A MULHER Criou Hollywood [Et la femme créa Hollywood]. Direção: Clara Kuperberg; Julia Kuperberg. Produção: Clara Kuperberg; Julia Kuperberg. Wichita Films, 2016, (52 min.), son, color.

ENCONTROS e Desencontros [Lost in Translation]. Direção: Sofia Coppola. IntFocus Features, 2003, (102 min.), son., color.

GUERRA ao Terror [The Hurtlocker]. Direção: Kathryn Bigelow. Voltage Pictures, 2010, (131 min.), son., color.



HALF the Picture. Direção: Amy Adrion. Produção: Amy Adrion, Jude Harris. Leocadia Films, 2018. (131 min.), son., color.

K-19: The Widowmaker. Direção: Kathryn Bigelow. Produção: Kathryn Bigelow, Edward S. Feldman, Sigurjón Sighvatsson, Christine Whitaker. Paramount Pictures, 2002, (138 min.).

LADY Bird: A Hora de Voar [Lady Bird]. Direção: Greta Gerwig. Produção: Lila Yacoub. Scott Rudin Productions, 2017, (94 min.), son., color.

MONSTER: Desejo Assassino [Monster]. Direção: Patty Jenkins. Media 8 Entertainment, 2003, (109min.), son., color.

MUDBOUND: Lágrimas Sobre o Mississipi [Mudbound]. Direção: Dee Rees. Produção: David Gendron; Poppy Hanks; Ali Jazayeri; Dee Rees; Jennifer Roth; Teddy Schwarzman; Daniel Steinman; Robert Teitel; Kyle Tekiela; George Tillman Jr.; Virgil Williams. Armory Films, 2017, (134 min.), son., color.

MULHER-Maravilha [Wonder Woman]. Direção: Patty Jenkins. Produção: Jon Berg; Jon Berg; Geoff Johns; Stephen Jones; Steven Mnuchin; Rebecca Steel Roven Oakley. Warner Bros., 2017, (141 min.), son., color.

O BÍGAMO [The Bigamist]. Direção: Ida Lupino. Produção: Robert Eggenweiter. The Filmakers, 1953, (80 min.), son., PB.

O CASO do Homem Errado. Direção: Camila de Moraes. Produção: Camila de Moraes; Mariani Ferreira. Praça de Filmes, 2017, (77 min.), son., color.

O DESTINO de Júpiter [Jupiter Ascending]. Direção: Lana Wachowski; Lilly Wachowski. Produção: Bruce Berman; Roberto Malerba. Warner Bros., 2015, (127 min.), son., color.

O ÉBRIO. Direção: Gilda de Abreu. Produção: Gilda de Abreu; Adhemar Gonzaga. Cinédia, 1946, (107 min.), son., PB.

O MISTÉRIO do Dominó Preto. Direção: Cléo de Verberena. Produção: César Melani. Épica Filmes, 1931, mudo, PB.

O MUNDO Odeia-me [The Hitch-Hiker]. Direção: Ida Lupino. Produção: Collier Young. RKO Radio Pictures; The Filmakers, 1953 (71 min.), mono, PB.

O PIANO [The Piano]. Direção: Jane Campion. Produção: Alain Depardieu. CiBy 2000, 1993 (121 min.), son., color.

PASQUALINO Sete Belezas [Pasqualino Settebellezze]. Direção: Lina Wertmüller. Produção: Arrigo Colombo; Lina Wertmüller. Medusa Distribuzione, 1975 (116 min.), son., color.

UMA DOBRA no Tempo [A Wrinkle in Time]. Direção: Ava DuVernay. Produção: Adam Borba; Douglas C. Merrifield. Walt Disney Pictures, (121 min.), son., Legend3D, 2018 (109 min.), son., color.

Recebido em: 20/01/2019.

Aceito em: 18/05/2019.





**ANTROPOARTE: UM PROJETO DE EXTENSÃO E A CONSTRUÇÃO DE
PESQUISAS ETNOGRÁFICAS ¹**

***AntropoArte: an extension project and the construction of
ethnographic research***

Caterine Reginensi
Professora Titular

Universidade Estadual do Norte Fluminense, Darcy Ribeiro, Uenf/CCH/LEE, Brasil.

E-mail: creginensi@gmail.com.

Áltera, João Pessoa, v. 2, n. 9, p. 182-200, jul./dez. 2019

ISSN 2447-9837

¹ Uma primeira versão deste texto foi apresentada na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA 2018), de 9 a 12 de dezembro de 2018, em Brasília (DF), no âmbito do GT 54 Políticas, Etnografias e Campos de Extensão Universitária na Antropologia. Agradeço às coordenadoras, Luciana Gonçalves de Carvalho e Luciana de Oliveira Chianca, pelos comentários e incentivos à publicação.

RESUMO:

Este trabalho deriva de uma pesquisa anterior (CNPq-PVE) realizada em várias favelas e conjuntos habitacionais na cidade de Campos de Goytacazes, situada na região Norte Fluminense. Focamos a pesquisa de extensão numa favela, chamada Margem da Linha, cujos moradores, em particular um grupo de jovens e suas famílias, vivenciaram períodos de remoção. Entre a experiência da imagem na etnografia e a performance, a pesquisa AntropoArte traz interessantes cruzamentos entre arte, política, processo de urbanização bem como acesso diferenciado à cidade. Este texto propõe uma reflexão crítica sobre a prática da etnografia a partir da experiência de pesquisa extensionista e sua metodologia. Por isso, vamos analisar duas produções realizadas pelo projeto citado: a construção de um mapa falado baseado em encontros, “Caminhando na favela da Margem da Linha”, e um documentário etnográfico que resgata o processo de oficinas de fotografia e a construção de uma performance.

PALAVRAS-CHAVE:

Etnografia. Extensão. Imagens. Práticas da cidade.

ABSTRACT:

This work drifts from a first survey (CNPq-PVE) that was held in several favelas and housing complexes in Campos de Goytacazes, a middle city, located in the northern region of Rio de Janeiro. We focused on extension research in a favela, called Margem da Linha whose residents, particularly a group of young people, experienced periods of removal. Between the experience of the image in ethnography and performance, the research AntropoArte brings interesting crosses between art, politics, urbanization process as well as differentiated access to the city. This text proposes a critical reflection on how to practice ethnography based on the experience of extension research and its methodology. Therefore, we will analyze two productions carried out by the cited project: the construction of a spoken map based on meetings, walking in the favela Margem da Linha and an ethnographic documentary that rescues the process of photography workshops and construction of a performance.

KEYWORDS:

Ethnography. Extension research. Images. Practices of the city.



INTRODUÇÃO

A cidade como cenário de oportunidades resume o questionamento inicial de uma pesquisa que desenvolvi como pesquisadora visitante do CNPq¹, realizada em vários lugares de favelas e conjuntos habitacionais na cidade de Campos dos Goytacazes, cidade média, situada na região norte fluminense². O desdobramento dela é o projeto de extensão AntropoArte e tem como palco uma favela, chamada Margem da Linha, cujos moradores, em particular um grupo de jovens, vivenciaram períodos de remoção.

Este texto propõe uma reflexão crítica sobre a prática da etnografia a partir da experiência de pesquisa extensionista e sua metodologia “a ser inventada em comum”. Por isso, vamos analisar duas produções realizadas pelo projeto citado: a construção de um mapa falado baseado em encontros, “Caminhando na favela da Margem da Linha”, e um documentário etnográfico que resgata os processos de oficinas de fotografia e de construção de uma performance.

CONTEXTO E PROTAGONISTAS

A origem da favela da Margem da Linha remonta à década de 1960, quando trabalhadores da Usina do Queimado iniciaram a ocupação das margens da linha férrea Rio-Campos em terras pertencentes à referida usina. Após a década de 1990, as terras da Usina do Queimado foram loteadas, dando origem à construção de hipermercados e condomínios residenciais verticais. Destaca-se a implantação do Boulevard Shopping, em 2009, que acelerou o processo de especulação fundiária. Em 2014,

¹ Pesquisa visitante CNPq 314049/2013-4, PPGSP/UENF, “A cidade como arena de oportunidades: Etnografia das margens da cidade, estética e partilha política do sensível”.

² Campos dos Goytacazes, cidade de meio porte, localizada na região norte fluminense, tem 463.731 habitantes. 418.725 (90,3%) desses habitantes moram em zona urbana e 15.777 moram em favelas. A municipalidade de Campos lançou, em 2009, o programa habitacional Morar Feliz, tendo como meta construir 10 mil casas populares para famílias que vivem em áreas de risco ambiental e/ou vulnerabilidade social. Esse programa foi financiado com recursos provenientes dos *royalties* do petróleo e contemplou, em 2012, 5.426 famílias, que foram distribuídas em 14 conjuntos construídos em 10 bairros periféricos da cidade.



2.196 pessoas residiam na favela da Margem da Linha, quando 312 famílias decidiram mudar para casas do programa habitacional Morar Feliz, implementado pela prefeitura de Campos. As “casinhas”, como os moradores costumam chamar o Morar Feliz, ficam situadas no distrito de Ururaí.

A pesquisa de extensão se alimentou de um conjunto de referências da antropologia urbana e visual e de autores que discutem algumas questões urbanas e/ou performance teatral (COLLIER Jr.; COLLIER, 2007; BARBOSA, 2016; COHEN CRUZ, 2010) mas, sobretudo, contou com a experiência de jovens, participantes do grupo de teatro Oriundo, um trabalho de investigação ainda em andamento.

Para a experiência de que trata este artigo, utilizaram-se dados do campo da pesquisa etnográfica anterior sobre a Margem da Linha; também levou-se em conta a dimensão devolutiva³ da pesquisa anteriormente realizada como pesquisadora visitante, que permitiu, entre outras experiências, montar uma apresentação com o grupo Oriundo, cuja maioria dos integrantes viveu o processo de mudança/remoção.

Por sua vez, a inserção da equipe de extensão⁴ na favela da Margem da Linha se deu através do Centro Juvenil São Pedro⁵, tendo em vista que na experiência anterior já se havia realizado trabalhos com a comunidade a partir desse Centro, de modo que se estabeleceu uma parceria.

Como se verá neste trabalho, a fotografia exerceu um papel central. Fotografias são registros precisos da realidade material, sugere John Collier Jr. e Malcolm Collier (2007). Observando as ruas da cidade, destaca-se a possibilidade de perceber as diferenças apresentadas por cada grupo urbano existente, constituindo assim um mosaico. Essa ideia, oriunda da abordagem ecológica da Escola de Chicago, busca a sistematização de métodos empíricos tendo como cenário as cidades norte-americanas, apresentadas como um amplo e complexo mosaico de posições geográficas

³ Ver a introdução do Dossiê que coordenei sobre as margens da cidade, na revista *Terceiro Milênio*, julho/dezembro de 2015, p. 13-19.

⁴ Duas bolsistas graduandas de Ciências Sociais (Gabriela Viana de Lima, Paolla Corrêa Azeredo) e três bolsistas de universidade aberta –uma moradora da própria comunidade e membro do grupo Oriundo (Giovana Gomes Monteiro), uma professora do Centro Juvenil São Pedro (Jovana Patrícia de Hora Barcelos) e um graduando em Arquitetura e Urbanismo (Douglas Moreira Barros).

⁵ Instituição não-governamental de assistência social, sem fins lucrativos, vinculada à Rede Salesiana de Ação Social (Resas), mantida pela Inspetoria São João Bosco (ISJB), e implementada na favela da Margem da Linha.

e grupos étnicos. Cada “peça” desse mosaico apresenta leis próprias. Por fim, caminhar, descrever e escrever o relato constrói a espinha dorsal da etnografia, para retomar a proposta de Hélio Silva (2009). Combinamos as observações, que captam instantes, pessoas e paisagens, com o registro fotográfico. Conforme Silva (2009), são momentos da etnografia que não podem ser confundidos: o olhar está em movimento, *travelling, travel, viagem*, lembra Silva (2009:175), e a fotografia capta e pára o movimento.

A fotografia, o teatro, a performance e a arte, de maneira geral, permitem, então, refletir sobre a vida social e sobre o cotidiano, funcionando muitas vezes como instrumentos de mobilização para as problemáticas políticas da contemporaneidade (COLLIER Jr.; COLLIER, 2007; BOAL, 1977).

Assim, tanto na pesquisa etnográfica anterior como na pesquisa de extensão, a fotografia foi adotada pelos pesquisadores no trabalho de campo como um dos recursos fundamentais; e permitiu um diálogo, no cotidiano, entre os investigadores e os jovens protagonistas que haviam, na grande maioria, vivido um processo de remoção, e que praticavam teatro (REGINENSI, 2015). As imagens produzidas por eles acabaram, assim, por substituir o caderno de anotações.



Figuras 1 e 2. Fotos que falam da Margem da Linha.
Fonte: Grupo Oriundo, abril de 2017.



Figura 3. Ensaio nos trilhos.
Fonte: Arquivo pessoal de C. Reginensi, maio de 2017.

Os diferentes registros fotográficos se misturaram e “as imagens que fazem falar” (BARBOSA, 2016) da Margem da Linha são recortes de tempo e espaço. Em primeiro lugar, aparecem os três marcadores espaciais e sociais, dos quais vários moradores falavam durante a primeira pesquisa e que foram reapropriados pelos jovens do grupo Oriundo: a linha do trem, as casas/edificações e a vegetação.

Essa experiência do cotidiano foi relatada a partir de cadernos de imagens que falam da rua, da ferrovia, dos muros. O esforço de descrição permite uma narrativa; nesse sentido, o trabalho etnográfico foi construído através de um conjunto de fotografias que alimenta a narrativa.

Por sua performance, os jovens artistas do grupo de teatro Oriundo enfatizam o caráter de uma exposição viva (REGINENSI, 2017), o que é usado para a contemplação (como é feito com uma obra de arte), para a educação científica (à maneira de um museu) e para entretenimento simples (como é o circo, por exemplo). Eles investem nessas várias dimensões de suas vidas cotidianas e estão na interseção entre arte, etnografia e espetáculo; e evidenciam o personagem construído, até mesmo imaginado, nessas exposições.

A paisagem em que esses jovens se encontram, a do seu *habitat* e do seu território vivido (a favela), e o fato de voluntariamente introduzirem elementos da cultura do samba lhes possibilita desempenhar sua performance em qualquer cena e em um *décor* mais ou menos nu. Somente corpos e vozes que falam, cantam ou se calam são expostos na encenação. No entanto, a arte da performance em específico e a arte em geral devem ser pensadas como um tecido dissensual (RANCIERE, 2008, p. 82-84): as situações reveladas na performance convocam a incerteza da realidade.

MAIS ALÉM DA PERFORMANCE: A CONSTRUÇÃO DE UM MAPA FALADO⁶

O mapa falado representa uma atividade do projeto AntropoArte e foi elaborado a partir de encontros com moradores em diferentes pontos da favela. No total foram 26 encontros, entre julho e outubro do ano de 2017, que permitiram a chamada construção de uma *caixa de palavras*. Os indivíduos abordados pelas ruas da favela eram convidados a falar, em algumas palavras ou curtas frases, sobre o lugar onde eles moram e sobre os espaços urbanos mais distantes que frequentam, nas adjacências da comunidade e na cidade de Campos dos Goytacazes. Podiam desenhar, se quisessem, numa folha branca, a favela Margem da Linha, o bairro e/ou a cidade

⁶ O trabalho, construído por Caterine Reginensi com o bolsista de Universidade Aberta Douglas Moreira Barros, foi publicado nos anais da RAM 2018.



de Campos dos Goytacazes. Na mesma folha, podiam marcar alguns equipamentos e edifícios que achavam importantes no cotidiano dos seus deslocamentos para ir trabalhar, estudar, visitar e comprar.

As entrevistas foram iniciadas durante a tarde de 17 de julho, próximo à Praça da Esperança, com quatro moradores. Durante uma delas, ouvimos uma das frases que marcaria todo o percurso que se sucederia: “a Margem é um morar feliz!”. A afirmação veio de um real defensor da permanência da comunidade, uma liderança, por trás do portão de sua casa, que é face permanente para a observação da rua: “[...] devem existir olhos para a rua, os olhos daqueles que podemos chamar de proprietários naturais da rua.” (JACOBS, 2011, p. 35).

No dia 3 de agosto, iniciamos as entrevistas num ponto um pouco mais adiante em relação à entrada da Margem da Linha, pela BR-101⁷. Perto da linha do trem, pudemos conversar primeiramente com um jovem que cortava o cabelo de outro; e, posteriormente, estabelecemos contato com um grupo de mulheres que estavam sentadas sobre os trilhos.

Foi naquele momento, aliás, que se percebeu uma das fronteiras na comunidade. A linearidade da favela da Margem da Linha constrói, de fato, elementos que podem ser chamados de margens ou considerados às margens da cidade de Campos dos Goytacazes. O trecho mais observado, situado no início da linha (no bairro que todos os moradores que encontramos chamam de Parque São Caetano) e perto do *shopping*, é diferente do trecho final, mais perto das localidades da Tapera e de Uruaí. Os moradores que querem ficar na Margem da Linha são os que estão morando perto de serviços, comércio, escolas... A configuração geográfica da antiga casa, portanto, influencia a escolha de mudar ou de ficar, e pode criar algumas fronteiras de diferenciação entre os moradores da Margem da Linha, como a diferença entre o Parque São Caetano, e o bairro da Tapera. Essa constatação faz pensar em como uma via expressa pode criar novos padrões e reorganizar concepções predecessoras. Um caso similar aconteceu no Catumbi, que antes se voltava para Santa Teresa e, posteriormente, foi aproximado ao então renegado Morro do Catumbi (VOGEL; MELLO;

⁷ Oficialmente denominada Rodovia Governador Mário Covas, a BR-101 conecta Touros, no Rio Grande do Sul a São José do Norte, no Rio Grande do Norte, passando por doze estados brasileiros. No trecho onde atravessa Campos dos Goytacazes, recebe o nome de Rio-Vitória.

MELLICA, 2017, p. 59-64).

De todo modo, com relação à atividade inicialmente proposta nas entrevistas, percebemos que na maioria das vezes o trabalho de campo terminou por gerar um certo desconforto nos entrevistados, que se negavam a produzir os desenhos por vergonha de como ficariam. Isso acontecia mesmo quando eram informados de que não era preciso saber desenhar.

Depois do trabalho realizado com os moradores, foi hora de voltarmos para o grupo Oriundo, no Centro Juvenil São Pedro. Com o grupo, realizamos uma aproximação semelhante: todos que se encontravam na biblioteca foram divididos em duas mesas grandes e forneceram respostas individuais àquelas questões, expressando assim o sentimento coletivo.

Escolhemos como metodologia distribuir papéis autocolantes para cada um dos jovens. O mesmo recurso havia sido usado com os adultos, que, por vezes, se envergonhavam devido à dificuldade para escrever ou por simplesmente não saberem escrever. Já o mapa falado foi feito a partir da associação dos lugares mais vezes citados pelos moradores da comunidade e pelos membros do Oriundo (de forma individual), bem como uma representação da influência daquilo para a existência do grupo como um todo. Esses lugares são os elementos da cidade que unem os membros, que permitem sua existência e permanência.

Com ânimos bem aflorados, foi concluída a oficina individual, sendo requerido que os entrevistados em conjunto escolhessem respostas para as mesmas perguntas, mas agora como um grupo, tais como: quais os locais importantes na cidade para o grupo Oriundo, como um todo? O que o grupo pensa da cidade? Nesse dia, a dinâmica contou com oito participantes.



Figuras 4 e 5. Entrevistados desenhando.

Fonte: Arquivo pessoal de Douglas Moreira Barros. Outubro de 2017.

No mapa, é possível perceber determinadas correlações entre palavras, o sensível e o espaço. O sensível se une numa percepção coletiva partilhada⁸ e coletada em uma via de mão dupla, mas que, ao mesmo tempo, abre margem para sentimentos individuais (RANCIÈRE, 2005, p. 15-16) e vivências únicas dentro de um território complexo. Através do mapa constatamos como os moradores percebem a cidade: nele, é visível a construção dos usos a partir de cada um dos grupos que contribuíram para a pesquisa.

⁸ A “constituição estética” se relaciona à partilha do sensível que dá forma à comunidade. Partilha significa duas coisas: a participação em um conjunto comum e, inversamente, a separação, a distribuição em quinhões. Uma partilha do sensível é, portanto, o modo como se determina no sensível a relação entre um conjunto comum partilhado e a divisão de partes exclusivas (RANCIÈRE, 2005, p. 7).

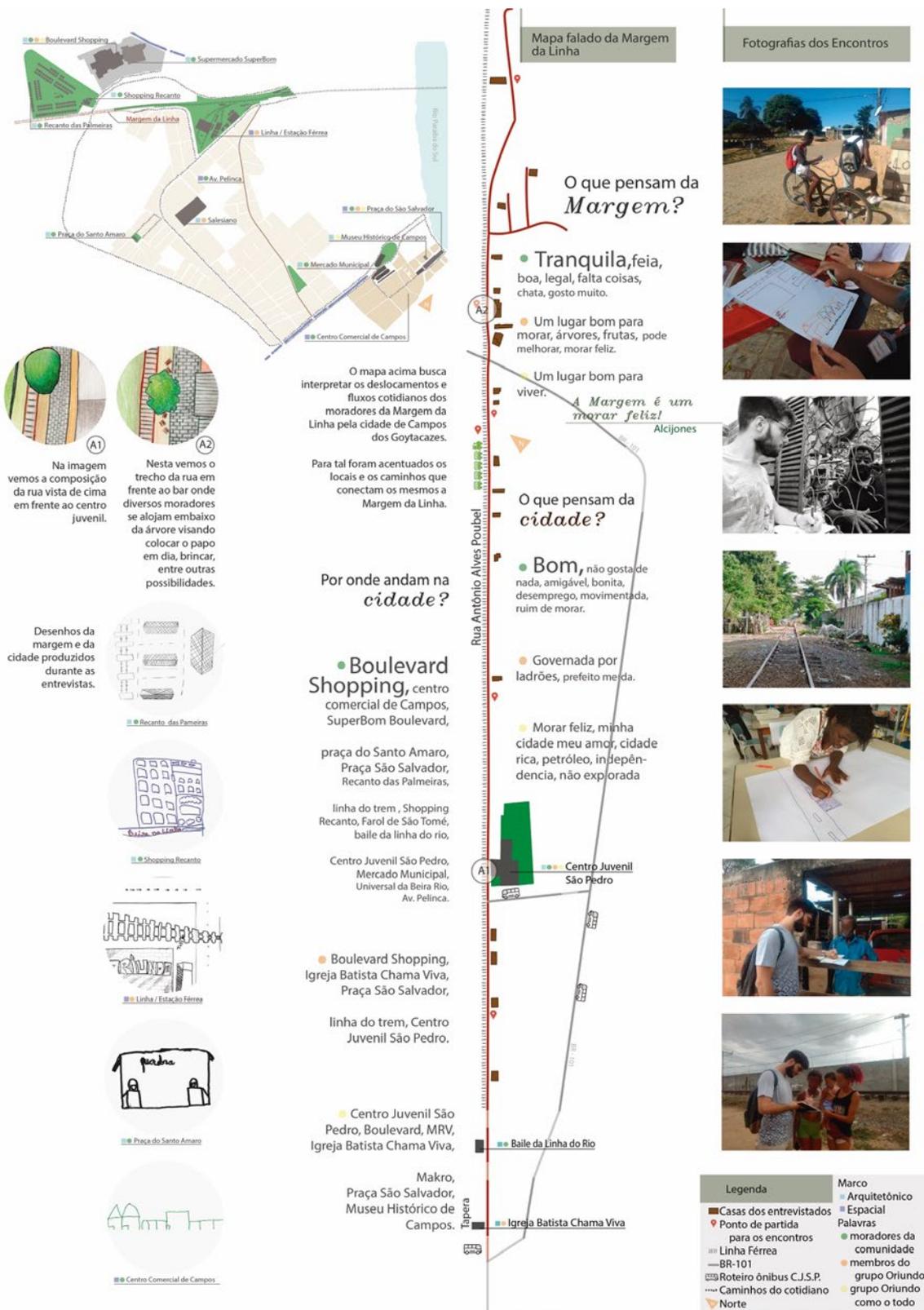


Figura 6. Mapa falado.
Fonte: Arquivo pessoal de Douglas Moreira Barros.

UM DOCUMENTÁRIO ETNOGRÁFICO E AS ETAPAS DE SUA CONSTRUÇÃO, O INÍCIO DE UM PROCESSO COLABORATIVO COM OS JOVENS

Uma cronologia – 2015/2016

A partir de janeiro de 2015, comecei a frequentar regularmente a favela da Margem da Linha. O olhar em movimento, como uma viagem, permitiu encontros, bate-papos, percursos e entrevistas, criando uma experiência a ser compartilhada. A fotografia, por sua vez, capta as pessoas, as paisagens, a rua, os aceiros, as casas, as marcas e os rastros.

Todas as intervenções planejadas pelo poder público e, em particular, pela Prefeitura, na cidade de Campos dos Goytacazes provocam transformações profundas na vida dos sujeitos. A convite do Centro Juvenil São Pedro, conheci a favela da Margem da Linha e, com ela, a situação das remoções, que afetaram os moradores do local. Descobri que a condição de mudança na qual se envolviam os moradores era muito complexa e decidi prestar atenção também a outros locais⁹.

A organização dos dados recolhidos a partir de janeiro de 2015, na favela da Margem da Linha, as observações repetidas e o registro de fotos permitiram discutir diferentes temáticas: os muros que cercam a comunidade e criam fronteiras internas, as casas e a rua, a vizinhança. A experiência do cotidiano durante a pesquisa como visitante foi relatada a partir de cadernos de imagens que falavam justamente da rua, da ferrovia, dos muros.

Ouvi de alguns moradores suas histórias de vida e com eles aprendi a construir não apenas a etnografia, mas questões que formaram a base da pesquisa de extensão e, mais tarde, o roteiro do documentário. O interesse em abordar as trajetórias de vida dos moradores captados no seu cotidiano e, por isso, “fazer variar o método”, foi essencial para construir uma etnografia que seja também um processo de documentação visual das realidades observadas.

Destaco ainda a importância de restituir o trabalho de pesquisa aos moradores¹⁰ de forma a ser pensado um espaço/tempo, durante a pesquisa, que deixasse

⁹ As primeiras observações foram realizadas, durante dois meses, nas favelas Lapa/Parque Califórnia e no conjunto habitacional Portelinha e no Novo Jockey, casas do programa Morar Feliz.

¹⁰ Esse trabalho de devolução foi particularmente bem-sucedido com a participação do fotógra-



surgir as expressões de morar e atuar nas margens urbanas. Vale ressaltar o trabalho da professora Antenora Siqueira (2015) problematizando as expressões artísticas urbanas à margem da cidade. Seu texto reflete sobre diferentes linguagens e expressividades que legitimam o pertencimento a um lugar de moradia, ao longo do tempo, e promovem projetos culturais que expressam estilos de vida urbanos. A favela constrói espaços de resistência aos preconceitos diversos que continuam a existir: um favelado é um ser estigmatizado, e assim emerge a figura do bandido. O território da favela, como um espaço da invisibilidade, não figura na cartografia da cidade ou, se aparece, se torna uma área de riscos que deve ser destruída. Mudar a imagem negativa persistente é o objetivo de ativistas que poderiam ser chamados, em referência a Gramsci (1978), de *intelectuais das margens*.

A PESQUISA ANTROPOARTE (2017-2018)

Foram realizadas diversas oficinas no Centro Juvenil, em 2016, com os temas: água e urbanização; grafite; e trajetos do cotidiano; além de uma performance, chamada *Poisson* (Peixe). Essas atividades formaram a base da construção da pesquisa de extensão AntropoArte, iniciada em abril de 2017.

O projeto de extensão universitária AntropoArte na Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)¹¹ tem por objetivo contribuir para uma reflexão sobre a qualidade dos espaços de uso coletivo da cidade contemporânea. A metodologia é inventada em comum, prevendo pesquisa em arte e antropologia, com o auxílio da fotografia, do cinema, da cartografia e da performance.

Para a atividade de oficinas de fotografia, nos inspiramos no trabalho de *setting* etnográfico, no sentido que Andrea Barbosa (2016, p. 193) explicita a partir da realização de oficinas de fotografias com jovens moradores de um bairro periférico

fo Vincent Rosenblatt, que conseguiu criar uma cenografia apropriada ao contexto de remoção e de produção sociocultural na Margem da Linha (REGINENSI, 2015). O fotógrafo profissional Vincent Rosenblatt, francês estabelecido no Rio, tem registrado bailes funk desde 2005: <<https://vincentrosenblatt.photoshelter.com>>.

¹¹ Ressalto que me concursei em dezembro de 2015, integrando o corpo docente da UENF em agosto de 2016.



de Guarulhos, o Bairro dos Pimentas.¹²

Igualmente influenciada por Jean Rouch¹³, antropólogo-cineasta, no momento de pensar a produção do documentário percebi a relevância de produzi-lo com os jovens de Oriundo. Essa antropologia compartilhada foi nossa guia, sem perder de vista o contexto da pesquisa, suas limitações e dificuldades¹⁴.

Dois momentos dessa construção serão apresentados: o roteiro e a escolha de um título; e o processo de edição. Em dezembro de 2017, realizamos uma oficina de roteiro na qual todos os participantes (bolsistas, professores e jovens do grupo Oriundo) se familiarizaram com a noção de roteiro como peça fundamental para a direção de uma obra audiovisual. Assistimos à projeção do filme *Pimentas nos olhos*¹⁵, realizado pelo LISA - Laboratório de Imagem e Som em Antropologia e pelo Grupo de Pesquisas Visuais e Urbanas da Unifesp. Enquanto isso, os bolsistas de ciências sociais do projeto começaram a leitura do trabalho de Bill Nichols (2005) para a introdução ao documentário, ou seja, para definir se seria realizado um documentário em primeira pessoa ou performático.

Não foi possível pensar em conjunto todas as situações a serem filmadas. Decidimos selecionar imagens feitas pelos jovens e por mim, somadas a mais alguns filmes (registros das performances realizadas em duas apresentações distintas: nos trilhos e no palco do centro de convenções da UENF). Dentre dez propostas apresentadas de títulos para o filme, os jovens do grupo Oriundo escolheram *Margem da Linha, o meu lugar*. O documentário foi pensado como etnografia a partir de dois olhares que se cruzam: um olhar estrangeiro (o meu, antropóloga com sotaque, parafraseando Claudia Fonseca, 2009) e o olhar dos jovens que moram na Margem ou na Tapera.

¹² Deve ser indicado que nossa pesquisa tem duração de um ano e dificilmente pode ser comparada à pesquisa da Andrea Barbosa, que organizou as oficinas durante quatro anos. Nosso desafio era de elaborar o olhar e construir narrativas por meio da fotografia, mas deixar uma expressão importante: a realização da performance.

¹³ Foram indicados filmes do cineasta/antropólogo tais como *Eu, um negro*. (1958). Disponível em: <<https://youtu.be/zgOIXRZVsOA>>. Acesso: nov. 2017. Legendado em português.

¹⁴ Conseguimos trabalhar de uma até duas horas por semana com o grupo Oriundo, nas tardes de quarta-feira. Oito entre doze dos jovens participantes moram a uma boa distância da Margem da Linha, nas casinhas de Tapera 3, e precisam pegar um transporte depois da atividade de teatro.

¹⁵ Disponível em: <<https://vimeo.com/lisausp/pimentasnosolhos>>.





Figura 7. Oficina de roteiro, a escolha de um título. Dezembro de 2017.
Fonte: Acervo C. Reginensi.

A dificuldade maior foi capacitar uma bolsista do projeto para editar o documentário. A Universidade e o Centro de Ciência Humanas não têm condições para contemplar os projetos de extensão que trabalham com imagens e cinema. Foi necessário achar um parceiro (prestador de serviço) exterior para finalizar o documentário no prazo de seis meses.

Em agosto de 2018, o documentário *Margem da Linha, o meu lugar* foi instalado na plataforma *Vídeo* em duas versões, uma em português sem legendas e outra com legendas em inglês.¹⁶

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de extensão é uma aventura humana, com momentos intensos a serem compartilhados. Nosso objetivo era revelar o potencial que as metodologias visuais detêm, tanto no momento de recolher as informações, como no desenvolvimento de um trabalho interdisciplinar e na construção de um processo de intervenções urbanas (MENEZES, 2011, p. 3). Assim, ao longo da pesquisa de extensão, se construiu um diálogo muito enriquecedor entre antropologia, arquitetura, urbanismo e arte, provocando, às vezes, alguns curtos-circuitos entre os membros da equipe. Mediante as questões expostas e a análise, fruto de uma coalizão de ciências, foi possível fazer um estudo multifacetado da etnografia e da cartografia da Margem da Linha, unidas à expressividade artística da performance.

Quanto à produção do documentário com os jovens, vale ressaltar, conforme Rosa Satiko e Carolina Caffé (2013, p. 357), que:

A produção visual e etnográfica trabalha com atores sociais e não profissionais, e tem como cenário o ambiente imprevisível e arriscado da própria vida. Trata-se, portanto, de um processo fundamentado na incerteza, na imprecisão, na resistência e no resíduo. O resultado de um trabalho desta natureza pode muitas vezes ser considerado impróprio para a apresentação ao grande público, para os veículos tradicionais de comunicação em massa como o rádio, o cinema e a televisão, ou mesmo para fins didáticos, pois o resultado obedece a um tempo e um objetivo investigado que muitas vezes não correspondem às técnicas de comunicação de massa, da arte e da educação.

Depois de um ano de pesquisa de extensão, começamos a perceber como é grande o desafio, principalmente no que se refere às possibilidades de produzir em comum e de compartilhar conhecimentos e conteúdos de pesquisa com os atores/protagonistas que interagem com os alunos e cientistas sociais. A busca de *agencia-*

¹⁶ Disponível em: <<https://vimeo.com/281308664>>. Senha de acesso: omeulugar.

mentos (DELEUZE; GUATTARI, 1980) traz permanentemente um repertório de questões: o que é escrever? O que fotografar e filmar com a experiência do outro? Não existem fórmulas nem respostas definitivas a partir dessa experiência curta, incompleta, insuficiente. O mais importante é a relação que se estabelece entre diferentes vozes que contam histórias.



REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Andrea. Fotografia, narrativa e experiência. In: BARBOSA A. et al. **Experiência da imagem na etnografia**. São Paulo: Terceiro Mundo, 2016.
- BOAL, Augusto. **O teatro do oprimido**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- COLLIER, John Jr.; COLLIER, Malcolm. **Visual Anthropology: Photography and research Method**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2007.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mille plateaux: capitalisme et schizophrénie**. Paris: Les Editions de Minuit, 1980.
- FONSECA, Cláudia. Trajetória de uma antropóloga com sotaque: entrevista com Cláudia Fonseca. **Horizontes antropológicos**. Porto Alegre, v. 15, n. 32, p. 331-352, dec. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010471832009000200014&lng=en&nrmiso>. Acesso em: abr. 2018.
- GRAMSCI, Antônio. **Carnets de prison**. Paris: Gallimard, 1978.
- SATIKO, Rosa H.; CAFFÉ, Carolina. Filme como etnografia compartilhada: em campo, na ilha, no ar. In: DAWSEY, J. et al. **Antropologia e performance. Ensaios na pedra**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2013, p. 339-360.
- JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- MENEZES, Marlucci. Das metodologias visuais a uma perspectiva interdisciplinar de abordagem das práticas sociais. **XV Congresso Brasileiro de Sociologia** – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil, 2011. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/317742672>> Acesso em: set. 2018.
- NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário**. Campinas: Papyrus Editora, 2005.
- RANCIÈRE, Jacques. **A Partilha do Sensível: Estética e Política**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2005.
- RANCIÈRE, Jacques. **Le spectateur émancipé**. Paris: La Fabrique, 2008.
- REGINENSI, Caterine. Etnografia das margens da cidade: A Margem da Linha em Campos dos Goytacazes. **Terceiro Milênio, Revista Crítica de Sociologia e Política**, 3 (2), 2015. 19-41 p.
- REGINENSI, Caterine. Não tem mais trem, mas tem ferrovia!: imagens e performance como etnografia de um lugar chamado a Margem da Linha, Campos dos Goytacazes, Norte Fluminense. GT N° 69: Entre arte e política: articulações contemporâneas em pesquisas antropológicas. **Libro de Actas. XII Reunión de Antropología del Mercosur** – Del 4 al 7 de diciembre de 2017. RAM 2017, Posadas, Misiones, Argentina, dez. 2017. 9525-9541 p.
- REGINENSI, C., BARROS, D. M. A experiência da imagem nos estudos etnográficos: aprendendo pela caminhada, fotografando e fazendo encontros. Anais **18th IUAES World Congress**, July 16th to 20th 2018 Federal University of Santa Catarina (Univer-



cidade Federal de Santa Catarina – UFSC), Florianópolis. ISBN 978-85-62946-96-7, pp.1014-1033

SILVA, H. R. S. A situação etnográfica: andar e ver. **Horizontes Antropológicos**, v. 15, n. 32, p. 171–188, 2009.

SIQUEIRA, Antenora M. Da Matta. A produção nas margens: a capoeira como processo de resistência, luta e arte. **Terceiro Milênio, Revista Crítica de Sociologia e Política**, vol. 3, n. 2, 2015, p. 145-160.

VOGEL, Arno.; MELLO DA SILVA, Marco Antônio; MELLICA, Orlando. **Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro**. 4 ed. Rio de Janeiro: Eduff, 2017.

Recebido em: 07/02/2019.

Aceito para publicação em: 19/08/2019.





ESPAÇO ABERTO

REPRESENTAÇÕES SOBRE A REFORMA AGRÁRIA NO BREJO PARAIBANO

Representations on agrarian reform in the Brejo Paraibano

Patrícia Alves Ramiro

Pós-doutorado pela EHESS.

Docente do Programa de Pós-graduação em Antropologia.

Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil.

E-mail: patriciaalvesramiro@gmail.com.

Maria Clara Lima de Menezes

Graduanda em Ciências Sociais Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil.

Voluntária CNPq/PIVIC 2017/2018.

E-mail: claraamenezess@gmail.com.

Caterine Soffiati

Graduanda em Ciências Sociais Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil.

Bolsista CNPq/PIBIC 2017/2018.

E-mail: caterinesoffiati@gmail.com.

Ana Victória Santos Batista

Graduanda em Ciências Sociais Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil.

Bolsista extensão PROBEX 2017.

E-mail: avictoria125@gmail.com.

Áltera, João Pessoa, v. 2, n. 9, p. 202-220, jul./dez. 2019

ISSN 2447-9837

RESUMO:

O presente artigo apresenta algumas das representações construídas para justificar as trajetórias vividas por homens e mulheres que passam, no final da década de 1990, da condição de trabalhadores assalariados da usina Santa Maria para a de assentados rurais de reforma agrária. Para tanto, nos valem de narrativas construídas por moradores de um dos assentamentos implantados, no ano 1997, nas terras desapropriadas da usina falida: o assentamento União, localizado no município de Areia, na região do Brejo Paraibano. As representações aqui presentes são parte de depoimentos ouvidos durante a execução de diferentes atividades (propostas de adaptação de algumas técnicas de práticas de extensão rural participativas), que permitiram a criação de momentos compartilhados de discussão e de interpretações sobre o passado e o presente; revelando, nas memórias individuais, o fio condutor para a compreensão das transformações coletivas vividas.

PALAVRAS-CHAVE:

Reforma agrária. Agroindústria açucareira. Brejo. Assentamentos rurais.

ABSTRACT:

This article presents some of the representations constructed to justify the trajectories lived by men and women who, in the late 1990s, changed from being salaried workers from the Santa Maria plant to those of rural agrarian reform settlers. To this end, we use narratives built by residents of one of the settlements established in 1997 on the expropriated lands of the failed plant: the *União* settlement, located in the municipality of Areia, in the region of Brejo, Paraíba. The representations presented here are parts of statements heard during the execution of different activities that proposed the adaptation of some participatory rural extension techniques that allowed the creation of collective moments of discussion and interpretations about the past and the present, having in the memories individual the guiding thread for understanding the collective transformations experienced.

KEYWORDS:

Agrarian reform. Sugar agribusiness. Brejo. Settlement.



INTRODUÇÃO

No início da década de 1990, o município de Areia¹, localizado na região do Brejo Paraibano, vivenciou mudanças intensas em sua estrutura fundiária em decorrência da falência da Usina Santa Maria, cujas terras foram desapropriadas para fins de reforma agrária. A usina, surgida na região no início da década de 1930, após vivenciar seu auge no período de programas públicos para estímulo da agroindústria na década de 1970, entrou em declínio nos anos 1990, decretando falência em 1992². Devido às pressões sociais e à crise na região, o governo federal criou dez assentamentos rurais de reforma agrária nas terras que pertenciam à Usina Santa Maria. Assim, os ex-trabalhadores assalariados passaram a ocupar a nova categoria de assentados de reforma agrária³, vendo-se perante novas necessidades, desafios e oportunidades.

O presente artigo apresenta algumas das representações construídas para justificar as trajetórias vividas por homens e mulheres que passaram por esse processo. Para tanto, nos valem de narrativas construídas por moradores de um dos assentamentos implantados, no ano de 1997, nas terras desapropriadas da usina falida: o assentamento União, localizado no município de Areia, na Paraíba, com 56 lotes.

Tais representações são parte de depoimentos ouvidos durante a execução de diferentes atividades que propunham a adaptação de algumas técnicas de extensão rural participativas (VERDEJO, 2006). Essas propostas visam, principalmente, a criar

¹ Segundo o último censo do IBGE (2010), Areia possui uma população de 23.829 habitantes, com uma densidade demográfica de 88,42 habitantes por km², sendo 14.602 pessoas classificadas como residentes na área urbana e 9.235 no meio rural.

² No início da década de 1990, a Usina Santa Maria entrará com pedido de falência ao Banco do Brasil, com dívida de R\$ 24,7 milhões. Em 1991, foi decretada a falência; seu controle passou para outros empresários e a usina reabriu em 1992, com o nome USIAGRO, mas fechou definitivamente dois anos depois (MENEZES; MALAGODI; MOREIRA, 2013).

³ Segundo levantamento realizado pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e o MDA (Ministério de Desenvolvimento Agrário), em 2014, a Paraíba possuía 302 projetos de assentamentos, ocupando 284.554,1781 hectares, onde ficavam 14.400 famílias assentadas. Através do Banco de Dados de Luta pela Terra (GETEC, dez. 2014), pode-se verificar o número de assentamentos rurais de reforma agrária criados na Paraíba entre os anos de 1984 e 2012 conforme distribuição por mesorregião. Quando assim analisados, vemos que a mesorregião do Agreste Paraibano ocupa a primeira posição com 130 (cento e trinta) assentamentos rurais, que correspondem a 43,5% dos assentamentos do Estado; seguida pela mesorregião da Mata Paraibana com 72 (setenta e dois) assentamentos, 24,1%; em terceiro lugar a mesorregião do Sertão Paraibano com 67 (sessenta e sete) assentamentos correspondentes a 22,4% e, por último, a mesorregião da Borborema com 30 (trinta) assentamentos, 10%.



momentos coletivos de discussão e de interpretação sobre a realidade local junto a grupos sociais com pouca ou nenhuma escolaridade⁴. Ao trabalhar basicamente com falas e materiais que surgiram durante a realização de atividades de extensão junto aos moradores do assentamento rural de reforma agrária União, construímos uma interpretação possível sobre essa coletividade (GEERTZ, 1989); de maneira que as memórias individuais servem de fio condutor para a compreensão de parte das transformações coletivas vividas no “tempo da usina” e no “tempo do assentamento”.

Diferentes técnicas foram utilizadas a fim de garantir a adesão e a escuta de todos os presentes em curto período de tempo: rodas de conversa; uso de imagens recortadas de revistas e jornais visando à construção coletiva de cartazes com figuras e desenhos que simbolizassem o passado e o presente; e representação individual de cada participante sobre as qualidades e dificuldades da vida atual no assentamento.

Por termos conhecimento prévio de que a categoria dos assentados não é homogênea e de que apresenta distinções significativas (devido, por exemplo, à posição ocupada por cada um no tempo da usina), a fim de evitar constrangimentos entre os presentes, ficou ao encargo da presidente da associação dos moradores selecionar e convidar os participantes. Esse fato, sem dúvida, faz um recorte local na rede de laços de sociabilidade em torno da associação, porém, não reduz o alcance analítico das considerações realizadas.

A RECEPÇÃO: O PASSADO E O PRESENTE RITUALIZADOS PELA MÍSTICA

Ao chegarmos, nos deparamos com uma antiga casa do engenho, onde hoje funciona a sede da associação dos moradores do assentamento União. A casa de três cômodos é composta por uma sala, uma cozinha e um banheiro, e se abre para uma ampla varanda telhada. Ao lado externo, sobre o chão de terra, há um fogo com tijolos servindo de suporte à panela, na qual cozinham o feijão que serviriam no almoço. Próxima à panela no fogo, está uma cisterna de cimento – que depois soubemos

⁴ A atividade coletiva ocorreu em 16 de novembro de 2017. Agradecemos ao apoio financeiro do Programa de Extensão Patrimônio, Memória e Interatividade (PAMIN), coordenado pela professora Luciana Chianca, sem o qual a realização da oficina não teria sido possível.



ser resultado de política pública implementada à alguns anos atrás. Nos esperavam lá 11 pessoas titulares ou cotitulares, de lotes diferentes, sendo quatro homens e sete mulheres⁵, além de cinco crianças que acompanhavam suas mães.

Antes de iniciarmos a nossa apresentação e a dos convidados, fomos surpreendidas com a realização de uma *mística* coordenada por J., presidenta da associação, mulher casada, com 36 anos, formada em curso de magistério por uma parceria entre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e a Universidade Federal da Paraíba⁶. Havia um pano vermelho estendido no centro do chão da varanda da casa, com uma cana de açúcar estendida ao seu lado direito. Em seguida, organizados por ela, os presentes foram, um a um, sem dizerem uma palavra, colocando em cima do pano vermelho os seguintes elementos: quatro pequenos cachos de banana, segurando cada uma das quatro pontas do pano; livros escolares no centro; grãos de feijão e de milho; água, terra, abóbora, mamão, tomates, coco, flores, maracujá, hortaliças; uma foice e uma enxada do lado esquerdo, em cima do pano. Por fim, a presidenta J. colocou, no lado direito, um chapéu amarelo entre a cana e os elementos, verbalizando que aquele representava o latifúndio e esclarecendo a todos que tudo o que estava em cima do pano representava a riqueza da produção do assentamento, o trabalho na terra e a oportunidade de melhor escolarização do presente. A cana era símbolo do latifúndio e do passado quando trabalhavam para a Usina Santa Maria (Figura 1).

⁵ Ainda que todos os presentes fossem casados, nenhum apareceu acompanhado de seu/sua cônjuge. Considerando que o assentamento União possui 56 lotes, tínhamos quase 20% deles representados no dia da atividade.

⁶ J. foi o contato da coordenadora do projeto com os assentados por já ter participado anteriormente de uma roda de conversa com grupo de pesquisadores que retomam pesquisas na região. Grupo vinculado à execução do projeto de pesquisa “Reconfigurações sociais no Brejo paraibano no século XXI”, do qual participam os pesquisadores Afrânio Garcia Jr., Marie-France Garcia Parpet e Marilda Aparecida de Menezes.





Imagem 1 – Resultado da mística apresentada pelos assentados durante a recepção do grupo de pesquisadoras no assentamento União.
Fonte: Acervo pessoal, 2017.

A oportunidade de encontrar naquela realidade a ritualização das condições da vida através da mística apontava para a presença de práticas comumente adotadas pelos movimentos sociais de luta pela terra, especialmente pelo Movimento de Luta dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Os ritos se oferecem para a construção de identidades, tanto em relação a si próprios, quanto aos outros, e agem também como forma de ritualização simbólica para a construção de identidade políticas vinculadas à luta pela terra (VIEIRA, 2016). As místicas do MST servem, como nos mostra Coelho (2010), para o repasse da mensagem e da visão de mundo do movimento, estabelecendo seus valores e crenças, a fim de legitimarem sua luta e deixar claro quem seriam seus aliados e opositores.

Todavia, a falta de intimidade da maioria dos presentes com a prática apontava para uma diferenciação interna relativa a esse tipo de ritualização. Já para nós, a mística

nos remetia a outras etapas da pesquisa, quando levantamos informações históricas através de outros depoentes e a partir de fontes documentais referentes à reforma agrária na região. Nesse caso, era a trajetória da presidenta da associação que lhe permitiu organizar e executar a mística, incorporada durante o período em que pôde cursar o ensino superior junto ao curso do PRONERA, cujos participantes são todos pessoas oriundas de movimentos sociais de luta pela terra e/ou de assentamentos rurais.

No caso de terras da Usina Santa Maria, a mobilização social inicial, acompanhada de perto pelos sindicatos rurais da região, tinha como objetivo a conquista dos direitos trabalhistas dos ex-empregados, que não haviam sido pagos – e não pelo direito à terra. Todavia, como nos mostram Menezes, Malagodi e Moreira (2013, p. 340), “[...] esse processo se prolongou durante muitos anos (de 1991 a 1996) e foi se tornando um movimento a favor da permanência na terra e da criação de assentamentos rurais”. A busca por uma solução mais definitiva para a situação de imensa dificuldade pela qual passavam os ex-trabalhadores acabou mobilizando diferentes setores sociais: representantes de instituições religiosas, universidades e organizações da sociedade civil, que passaram a defender a desapropriação como uma solução mais permanente para a reprodução social destas famílias.

No caso específico desses assentamentos, vemos que não houve uma participação ativa de movimentos sociais de luta pela terra ou da Comissão Pastoral da Terra (CPT), como é comum em outras experiências regionais e nacionais (STÉDILE; FERNANDES, 2012); mas, sim, uma forte mobilização de agentes sociais locais que se preocupavam com a situação de pessoas cujas disposições apontavam para ausência dos capitais, não apenas econômicos, mas sociais, educacionais e políticos, necessários para inserção em outros espaços. O assentamento aparecia como a maneira menos drástica e mais duradoura de garantir ao menos os mínimos vitais e sociais (CANDIDO, 1987) – visto que há relatos de que as condições eram de miséria e fome naquele período de indefinição, e muitos desistiam de esperar a resolução do problema e migravam para outras regiões⁷.

Sua implantação ritualizada pela mística de recepção que nos foi encenada pelos assentados explicita a percepção da questão agrária local como espaço de lu-

⁷ A precariedade de absorção desses trabalhadores no cenário local se confirma na redução de 20,5% do número de habitantes do município de Areia entre 1970 e 2010, quando a população passou de 29.975 para 23.829 pessoas.



tas simbólicas pelo significado do mundo vivido (BOURDIEU, 2006); espaço onde se opõem, à esquerda e à direita, significados presentes do trabalho e da conquista da terra, aos do passado, junto ao trabalho na agroindústria canavieira. A mística nos fala de representações de um mundo percebido como desigual, mas já apontava, logo de início, para uma realidade atual percebida como muito mais diversa e rica do que a do passado.

Do ponto de vista quantitativo, sabemos que no Brejo Paraibano estão implementados 43 (quarenta e três) assentamentos rurais, sendo seis deles no município de Areia. Além daquele que serve de referencial para a interpretação aqui apresentada, outros dois também são resultado da desapropriação de terras da usina falida: o assentamento Esperança, com 40 (quarenta) famílias assentadas, e o assentamento Socorro, com 45 (quarenta e cinco) famílias. Além desses, compõem as áreas de reforma agrária do município o assentamento Emanuel Joaquim, o assentamento Engenho Cipó e assentamento Celso Furtado. Tais assentamentos rurais ocupam uma área de 2.175,65 hectares e abrigam 231 (duzentas e trinta e uma) famílias⁸. Embora a microrregião do Brejo Paraibano seja a maior em números de assentamentos rurais criados no estado da Paraíba, quando observada sob o viés da quantidade de famílias assentadas, passa ao terceiro lugar, dada a quantidade de famílias beneficiadas por projeto de assentamento criado, totalizando 1.642 (mil seiscentas e quarenta e duas) famílias.

DE EX-TRABALHADOR RURAL ASSALARIADO PARA AGRICULTOR LIVRE ASSENTADO

A agroindústria canavieira na região foi estimulada pela instalação de duas usinas no início da década de 1930: a Usina Tanques, no município de Alagoa Grande e a Usina Santa Maria, no município de Areia. Essa última foi instalada em 1932,

⁸ Ainda que o Incra divulgue seus dados contabilizados em quantidade de famílias ao invés de lotes, é importante destacar que, em áreas de reforma agrária, é comum a presença de mais de um núcleo familiar por lote (área regulamentada para titular, cotitular e seus agregados), o que, na realidade, resulta numa quantidade maior de famílias vivendo nas áreas de reforma agrária do país.



ocupando uma área total de 3.452 hectares, adquiridos através da compra de três engenhos: Poeirinha, Santa Helena e Nossa Senhora⁹. Após sua falência em 1992, dois desses engenhos foram desapropriados no ano de 1997 para fins de reforma agrária, e um deles, no ano de 1999 – caso do assentamento Socorro, localizado na área onde ficava a estrutura da antiga sede da Usina Santa Maria.

Uma das características recorrentes nos depoimentos era a afirmação de que as relações de trabalho segundo a lógica de usinas e dos engenhos tornavam a vida dos moradores extremamente difícil e árdua. Nesse sentido, a falência da usina e a entrada do Estado como regulador desse conflito distributivo – no que diz respeito às terras – representou uma vasta mudança na vida desses trabalhadores que viriam a se tornar assentados e, principalmente, donos de seu tempo e de sua produção. A falência da usina marca, portanto, uma mudança significativa na relação do agricultor com o trabalho: o que antes era um trabalho forçado, subordinado e de pouca remuneração, torna-se um “trabalho livre”. Vejamos como uma a presidenta da associação dos moradores representou tal situação durante uma atividade que consistia em selecionar uma imagem qualquer que simbolizasse alguma qualidade da vida atual:

Eu escolhi um relógio. Por que um relógio? É... [apontando para o relógio colado numa cartolina]. Isso aqui representa o melhor de hoje né? Antes a gente precisava trabalhar na hora certa. Tinha que ir, senão o bicho pegava! E hoje, a gente trabalha na hora que a gente quer. A maioria dos assentados hoje trabalha no dia que quer e a hora que quer também. Tá aí! No verão, ‘não, não vou trabalhar hoje porque o sol tá muito quente!’ Não vai. (J., 36 anos, casada, moradora do assentamento União, Areia, 2017).

Vale lembrar que a noção de tempo é uma invenção cultural que serve como marcador dos intervalos da vida social (LEACH, 1974), e marca, nesse caso, a passagem de trabalhador da usina para assentado, vinculada, principalmente, à ideia de domínio e poder de decisão sobre o trabalho e sobre o próprio corpo. Antes, fazia-se o trabalho “na hora certa”, cujo ritmo era ditado pelo tempo da usina e do patrão, e cujo descumprimento era passível de represálias ou até mesmo demissão (momentos em que “o bicho pega”); agora, vive-se um tempo mais próximo do modo de vida camponês, ou seja, um tempo que pouco separa as atividades do trabalho das da

⁹ Alguns destes engenhos estão parcialmente localizados em terras dos municípios limítrofes, Pilões e Serraria. Todavia, a sede da usina estava localizada no município de Areia.



vida, e no qual o ritmo do trabalho pode ser ditado, por exemplo, pelas condições naturais, como em dias de calor excessivo, quando se pode optar por não trabalhar na lavoura, caso citado pela assentada na fala acima.

Tal tempo de autonomia nos remete à ideia de agricultores livres que aparece na obra de Beatriz Heredia (1979) em pesquisa realizada na Zona da Mata pernambucana, quando mostra que “conseguir manter-se na terra, tanto para o pequeno produtor quanto para o *foreiro*, significa conservar sua condição de livres em contraposição ao *morador* e ao trabalhador assalariado, que são considerados como sujeitos” (HEREDIA, 1979, p. 108). *Sujeitos e libertos* serão categorias explicativas do universo social das áreas de *plantations* muito bem trabalhadas por Garcia Jr. (1989) na década de 1970 sobre a mesma região do presente trabalho, e que servem para darmos continuidade às interpretações referentes às intensas mudanças vivenciadas nos últimos 30 anos. Estar *sujeito* significava basicamente uma “dependência pessoal e direta sobre o conjunto da vida social” (GARCIA JR., 1990, p. 51) e a incapacidade de morar no que é seu (ainda que fosse arrendado e prestasse serviços aos senhores de engenho).

Os trabalhadores assalariados residentes em terras de engenhos adquiridas pela usina eram, desse ponto de vista, *sujeitos* aos interesses e tinham sua vida social regida pelo tempo do usineiro. Apenas ao se tornarem assentados e, dessa maneira, terem a oportunidade de fazerem de suas terras local de morada e de trabalho, conseguem alcançar o patamar de agricultores e, por esse motivo, libertos. A liberdade é expressa pela imagem do relógio anteriormente apresentada, indicando o controle sobre seu tempo — de trabalho ou doméstico. Passam, a partir desse momento, a serem incluídos na categoria genérica de agricultores familiares, “aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo” (WANDERLEY, 1999, p. 23).

Todavia, não podemos nos apressar em pressupor que tal reconversão ocorra de maneira similar para todos e represente, necessariamente, um processo de transição sem dificuldades. A incorporação dos novos *habitus* necessários para essa passagem de trabalhador assalariado da usina a agricultor livre dependerá das disposições sociais conforme as trajetórias individuais e familiares. N., por exemplo, mulher



casada de 41 anos, nos disse que “[...] quando tinha cana, pelo menos não faltava emprego!”. Nesse caso, cabe refletirmos a partir da ideia de Chayanov (2014) sobre o grau de autoexploração da família e a satisfação das necessidades. N. mora com seu esposo, de 58 anos, ex-cortador de cana da usina, num lote de 2 hectares, onde cultiva feijão, milho, banana e macaxeira. Além do casal, residem no lote mais 9 pessoas, sendo 5 filhos(as), 3 netos(as) e um genro, distribuídos em duas residências. N. é uma mulher analfabeta que anda com o documento de identidade guardado em um saco de alimento (como o de arroz) para comprovar sua identidade, quando perguntada. Sua condição – como a de muitos outros assentados sem escolaridade – a coloca, assim, em dificuldades para adaptação à nova realidade vivida, em um mundo que se abre sem a intermediação do patrão. Soma-se a essa ausência de certas disposições sociais, a quantidade de membros de sua composição familiar ser muito superior à pouca porção de terra disponível para o cultivo, o que pode explicar a incapacidade de utilização do máximo da força de trabalho da família, resultando na incapacidade de satisfação das necessidades sentidas no presente (CHAYANOV, 2014).

Mesmo que, para uma análise mais aprofundada, novas pesquisas precisem ser realizadas, podemos de antemão afirmar que as representações atuais em relação às trajetórias vividas variam conforme quem narra, ainda que sejam todos agrupados em uma só categoria no presente: a de assentados rurais. Essa assertiva, aliás, vale para todas as situações de reforma agrária¹⁰. Enfim, neste momento, faz-se relevante ressalvamos que a passagem da categoria *sujeição* para a de *liberto*, assim como visto na década de 1970 (GARCIA JR., 1990), não é, necessariamente, sinônima de melhoria da qualidade de vida para todos.

Ademais, não serão apenas os trabalhos na lavoura canavieira que farão parte dos quadros sociais da memória (HALBWACHS, 1990) sobre o “tempo da usina”, mas também lembranças do tempo dos plantios do agave. Sabíamos de antemão, através do relato de geógrafos, que as culturas algodoeiras e a cafeicultura fizeram parte do cenário econômico e social do Brejo no século XIX e até meados do século XX – caso do café, que se encerra em 1920 –, e que o agave, surgido na região a partir de 1940, permaneceu por bastante tempo de maneira concomitante ao plantio canavieiro

¹⁰ Conferir, entre outros, a coletânea organizada por Martins (2003).

(CORREIA DE ANDRADE, 1974; MELO, 2012).

O sr. M., hoje com 72 anos, iniciou suas lembranças do passado pelo agave, cultura que, segundo ele, era muito pior de trabalhar devido aos espinhos da planta; e que viria a ser, gradativamente, substituída pela cana-de-açúcar. As razões para substituição total do agave pela cana, ainda que não componham o discurso dos participantes, reside no recebimento de altos subsídios governamentais oriundos do Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-açúcar (Planalsucar) e do Programa Nacional do Alcool (ProAlcool) (GARCIA, 1990)¹¹. Essa etapa do auge da produção da agroindústria em Areia será narrada como “a época da cana na biqueira da casa”, quando não sobrava sequer espaço para manterem seus roçados. Na mesma época, um dos ex-trabalhadores presentes recorda – ainda que ninguém tenha tido a coragem de dizer, pois, segundo ele, “todo mundo é vergonhoso” – que para a produção da usina, foi preciso derrubar muita madeira da região, afinal, “para usina funcionar, se não botasse a lenha, não cozinhava o açúcar” (J. B., casado, 68 anos, morador do assentamento União, 2017).

O desmatamento transparece na paisagem local quando vemos o pouco que resta das matas nativas na região, representadas majoritariamente pelos 600 hectares da área do Parque Estadual Reserva Mata de Pau Ferro¹². Na obra *Brejo de Areia* (ALMEIDA, 1980), publicada pela primeira vez em 1958, vemos a tese de que a colonização da região se deu, dentre outros motivos¹³, devido à fertilidade do solo, decorrente de seus altos índices pluviométricos¹⁴ e devido à presença de matas virgens. As

¹¹ O auge da lavoura canavieira aparece exatamente na época em que o pesquisador do Museu Nacional Afrânio Garcia Jr. (1990) esteve na região do Brejo. Será também a época de grande êxodo rural no país como um todo, com forte atração migratória para as regiões de maior desenvolvimento industrial ávidas por mão-de-obra, especialmente, Rio de Janeiro e São Paulo. Importante frisarmos que tais processos migratórios nem sempre significaram processos de proletarianização definitiva do campesinato brasileiro e, no caso do Brejo Paraibano, a pesquisa de Afrânio Garcia Jr (1980) é bastante proffica ao mostrar que para muitos camponeses tal migração visava à manutenção da identidade camponesa por ser a maneira encontrada como forma de garantir ou conquistar o roçado. Uma discussão atualizada e detalhada sobre essa obra do antropólogo Afrânio Garcia Jr. pode ser encontrada em entrevista dada pelo autor em Ramiro (2016).

¹² O local passou a ser considerado unidade de conservação estadual através do Decreto 14.832, de 1º de outubro de 1992, tendo sido alterado para parque estadual através do decreto nº 26.098, de 4 de agosto de 2005.

¹³ Outro motivo da ocupação da região seria sua posição estratégica, de ligação entre o interior do estado e o litoral.

¹⁴ A pluviosidade média anual na região é entre 1.500 a 1.800 milímetros.



consequências, então, desse desmatamento na região, acoplada à ausência de terras para plantios da família, podem ser visualizadas quando observamos a fala de J. ao verbalizar um desenho que havia sido feito em grupo para representar o período antes do assentamento:

Então, é o nosso passado. A gente começou pela nossa casa né? Que era assim, um pouco meio torta... Ao redor da casa, a gente não tinha nem um terreno, era praticamente tudo cana. Mas, em compensação, nós tínhamos uma riqueza muito grande: que era a água. Naquele tempo, no passado, nós tínhamos cacimbas, tinha riacho, tinha uns peixes muito bonito aqui! (Apresentação do cartaz coletivo, assentamento União, 2017).

O redor da casa, onde “era praticamente tudo cana”, vem com conotação negativa contraposta à questão da qualidade ambiental expressa pela antiga presença de riacho com peixes, que já não existe mais na localidade. O acesso à água é representado no “tempo da usina” através de mulher carregando balde na cabeça, já que “antes era na cuia, o balde na cabeça e as canelas finas”, como desenhado por uma das mulheres durante a atividade. Hoje, o acesso à água encanada é valorizado, podendo ser de barreira construída ou de cisterna para quem acessou o programa cisternas do governo federal¹⁵, permitindo “até chuveiro para tomar banho”, como fez questão de lembrar um dos participantes. De todo modo, a tomada das terras pela lavoura canavieira somada à baixa remuneração do trabalho na usina, os deixavam numa situação alimentar bastante restrita, complementada muitas vezes pelo peixe pescado no riacho mencionado. A descrição alimentar do passado foi assim narrada:

Arroz, uma macarronada, de ano em ano, em tempo de natal e olhe lá! Quando recebia o décimo que dava para comprar arroz, um macarrão e uma carne torrada. Era isso. Durante o resto do ano, de seis em seis meses, no São João, e a gente comia arroz ou macarrão. O restante do ano era feijão, farinha e peixe assado na brasa. (M., 51 anos, casada, titular de lote, assentamento União, 2017)

Tais falas se complementam e nos auxiliam a refletir sobre as representações do “tempo da cana” e do “tempo do assentamento” (expressão que adotamos para

¹⁵ O Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas), financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) desde 2003, tem como objetivo a promoção do acesso à água para o consumo humano e para a produção de alimentos por meio da implementação de tecnologias sociais simples e de baixo custo. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/acesso-a-agua-1/programa-cisternas>>. Acesso em: 4 dez. 2018.



nos referirmos ao tempo atual, ainda que não seja uma categoria nativa, como veremos adiante), tendo a comida como fio condutor. A ausência de um terreno para plantio, onde tudo era praticamente cana, significava a impossibilidade de acesso à terra de trabalho que garantiria o cultivo do roçado (GARCIA JR., 1983) e, portanto, o acesso a uma variedade maior de alimentos. Já o tempo presente, sob esse mesmo enfoque, apareceu representado pelo “tempo da mesa farta”, da variedade de produtos agrícolas e pecuários oriundos dos lotes, conforme apresentação de cartaz construído em grupo pelas mulheres a partir de recortes de revistas:

Temos aqui a nossa mesa que farta! Esse presente aqui ficou faltando é que hoje nós temos uma variedade de alimentos, que a gente mesmo produz para o consumo. Mas aí, uma foto que não encontramos e estava complicado para desenhar, então a gente colocou aqui umas coxas de galinha bem assadas! (Apresentação do cartaz coletivo, assentamento União, 2017).

Ao refletirmos sobre essa transformação simbólica da comida, no caso da passagem passado-presente, observamos que o seu significado no momento atual para esses ex-empregados e atuais assentados opõe-se aos significados encontrados em outros trabalhos acadêmicos. As pesquisas que focaram em outras categorias sociais e que passaram pelo processo inverso, ou seja, se depararam com pessoas expropriadas de suas terras, nomearam uma transformação oposta, como os casos das expressões “tempo da fartura” e “tempo do dinheiro” apresentadas por Klaas Woortmann (1986); e de “tempo da fartura” e “tempo da ambição”, analisadas pelo antropólogo Carlos Rodrigues Brandão (1981).

O trabalho de Klaas Woortmann (1986) apontou que as expressões “tempo do dinheiro” e o “tempo de fartura”, enquanto categorias explicativas do passado e do presente, se contrapunham para a situação dos boia-fria. Naquele caso, as representações associavam o “dinheiro” com a “fome” (do presente), afinal, o “tempo do dinheiro” para os sujeitos pesquisados era o tempo da comida mais fraca, fria, enfim, da “boia-fria”. O mesmo valia para o “tempo da ambição” do campesinato goiano de Brandão (1981), que se associava ao tempo da privação, onde tudo dependia do dinheiro. Já para os assentados, este tempo atual é o da comida farta na mesa, tempo da “carne” nas refeições, afinal, como nos disse uma das assentadas, “sempre se pode matar uma das galinhas para o almoço”. Nesse sentido, a mobilidade ascendente fica

perceptível sob o aspecto de melhoria da segurança alimentar dos ex-trabalhadores da usina que se nutriam apenas de feijão, farinha e peixe.

De fato, a posição ocupada na atualidade no espaço produtivo é expressa pelas mudanças dos hábitos alimentares, os quais não se referem apenas a uma melhora na condição econômica, mas ao acesso a produtos tidos como representativos dessa nova posição social. A comida, nesse caso, em consonância com outras pesquisas em áreas de assentamento (RAMIRO; MANCUSO, 2009), aparece como símbolo da mudança de posição no espaço social agrário desses agentes sociais. E, lembrando que o ato de comer é sempre um ato ritualizado, no caso das representações simbólicas sobre o tempo presente, apareceu, mais de uma vez, a figura de membros da família reunidos em volta da mesa, relação social inviável na época da usina, quando se comia no eito e com pressa. Tal situação de superação de momentos de fome e escassez vem associada aqui não a um “tempo do dinheiro”, mas a um “tempo da riqueza”, viabilizado pelo acesso à terra de trabalho no assentamento e que não se restringe à dimensão econômica da situação atual, mas sim, por exemplo, ao ato de comer como prática social envolta pelo fortalecimento das relações cotidianas intradomésticas. A fala de Sr. J. após apresentar uma imagem de família reunida expressa essa qualidade da vida atual:

[...] Tudo na mesa! Tudo almoçando. É uma coisa! É por isso que a gente dá valor para comida! Só é por isso que eu escolhi essa família! (J. B., 68 anos, casado, cotitular de lote, assentamento União, 2017)

Comida, família e casa serão marcos representativos da passagem de ex-trabalhadores da usina desempregados para assentados. Todavia, a casa terá aqui um significado diferenciado de outras pesquisas sobre áreas de reforma agrária (como D’AQUINO, 1997). Neste caso específico, ao se tornarem oficialmente titulares e cotitulares dos lotes do assentamento União, a sua maioria permaneceu nos antigos locais de moradia da época da usina, tendo construído nova moradia, em geral ao lado da antiga casa, após recebimento do crédito de habitação pelo Incra¹⁶. Não foi, portanto, como no caso estudado por D’Aquino (1997, p. 30), dos migrantes que se

¹⁶ A existência de duas casas nos lotes será alvo de outra pesquisa em andamento na região, fato que nos permitirá abordar as representações da passagem de ex-trabalhadores para assentados através do espaço físico apropriado pelas moradias do passado e do presente. Naquele momento, não era permitido utilizar o crédito de habitação do Incra para reformas em habitações existentes.



tornaram assentados no estado de São Paulo, “unidos pelo ideal de volta à terra, provenientes de múltiplos lugares, desenraizados”.

Por esse motivo, podemos falar da memória coletiva de um passado que os auxilia na construção de uma identidade de ex-trabalhadores de uma usina que faliu, cuja marca política primordial tenha sido fortalecida pela desapropriação de terras em decorrência dessa história compartilhada. Mesmo aqueles que eram crianças na época acabam construindo o que Michael Pollak (1992, p. 202) denomina de “memória quase que herdada”, em referência ao peso da socialização política ou histórica de determinado fenômeno. Assim, independentemente da posição ocupada na usina, se compreendem e são compreendidos por um conjunto de memórias do “tempo da usina”. Do passado, nem tudo é negativo quando comparado com o tempo presente: ficam as lembranças das brincadeiras e do lazer, como a partida de futebol entre casados e solteiros no dia 25 de dezembro – que permanece até os dias atuais como prática da cultura local.

Se a unidade do passado pode ser encontrada no reconhecimento da usina como marcação social da memória coletiva, aquela não parece estar clara ainda para o tempo presente. Ainda que tenhamos organizado a roda de diálogo em torno do termo “assentamento União”, durante entrevistas individuais pudemos perceber que para explicarem a localização de suas moradias e lotes, acionam o nome do engenho onde moravam como referência ao espaço físico apropriado (BOURDIEU, 2013).

Tal constatação traz interesse pois nos remete às análises de Moacir Palmeira (2009) sobre as transformações das *plantations* do Nordeste e as categorias “casa” e “trabalho”. Palmeira (2009) nos mostra que o significado da categoria nativa “morar” no Nordeste açucareiro estava atrelado a uma maneira muito particular de ligar-se a um determinado engenho. Tal forma de perceber o espaço e, portanto, a si mesmo e aos outros, permanece viva no cotidiano dos assentados, através da manutenção da categoria nativa de morador do engenho Poeirinha, Santa Helena e Nossa Senhora de Fátima – cuja *união*, após a desapropriação, daria nome ao assentamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como na época da pesquisa de Garcia Jr. (1989), cabe destacar que a recente passagem de ex-trabalhadores assalariados *sujeitos* ao usineiro para a condição de agricultores livres de áreas de reforma agrária não caminha necessariamente para a conquista de melhorias econômicas e simbólicas. Ainda que, no dia da atividade, tenha sido apenas uma das pessoas presentes que tenha lamentado o fim do “tempo da cana” (pois, para ela, “quando tinha cana, pelo menos não faltava emprego”), não podemos nos omitir de perceber a existência de dificuldades para se adequarem à nova situação de agricultores livres.

De todo modo, podemos supor aqui que foi só a partir do final da década de 1990, em decorrência da falência da usina e da implantação do assentamento, que esses agricultores conseguiram superar a condição de sujeição que viviam. Como coloca Menezes et al. (2013), há uma mudança não só dos produtos cultivados, do território e de suas formas de produção; mas também uma nova relação homem-natureza e homem-sociedade estão implícitas nessa nova forma de reprodução social. A reconversão das terras de usina em assentamento rural não só representou o fim da relação exploradora do trabalho nessa agroindústria, como também uma nova oportunidade de vida para os ex-assalariados, agora assentados em áreas de reforma agrária.



REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Horácio de. **Brejo de Areia: Memórias de um município**. 2. ed. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. **Estudos Avançados**, v. 27, n. 79, p. 133-144, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano**. Rio de Janeiro: Graal, 1981. (Série Antropologia, nº 20).
- CANDIDO, Antonio. **Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida**. 7 ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1987.
- CHAYANOV, Aleksandr Vasilievich. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas (1924). In: CARVALHO, Horácio Martins de (org.). **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014, p. 99-137.
- COELHO, Fabiano. **A prática da mística e a luta pela terra no MST**. 2010, 284 p. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados UFGD, Dourados.
- CORREIA DE ANDRADE, Manuel. **Cidade e campo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1974.
- D'AQUINO, Teresinha. A casa, os sítios e as agrovilas: uma poética do tempo e do espaço no assentamento rural das terras de Promissão-SP. **Cadernos CERU**, série 2, n. 8, p.29-50, 1997.
- GARCIA Jr., Afrânio Raul. **O Sul: caminhos do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- GARCIA Jr., Afrânio Raul. **Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos, 1989.
- GETEC – Grupo de Estudo sobre Trabalho, Espaço e Campesinato/UFPB. **Dataluta: Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatório 2013 -- Paraíba**. (Coord.: Emília de Rodat F. Moreira e Marco Antonio Mitidiero Júnior). João Pessoa: dez. 2014. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_pb_2013.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2020.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LEACH, Edmund Ronald. **Repensando a Antropologia**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- MARTINS, José de Souza (org.). **Travessias: estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.



- MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência: a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- MARTINS, José de Souza. **O Cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1979.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo et al. (org.). **A Formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: UFRGS/CPDA/UFRRJ, 1999.
- MELO, Mário Lacerda de. **Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba**. 2 ed. Recife: CEPE, 2012.
- MENEZES, Marilda A. de; MALAGODI, Edgard; MOREIRA, Emília. Da usina ao assentamento: os dilemas da reconversão produtiva no Brejo paraibano. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 21, n. 2, 2013, p. 332-358.
- PALMEIRA, Moacir. Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na plantation tradicional. In: WELCH, C. A. et. al. (org.). **Camponeses brasileiros**. São Paulo/DF: UNESP/NEAD, 2009. p. 203-215.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- RAMIRO, Patrícia Alves. O mundo social entre compartilhado e segmentado: relembrando os espaços de “O Sul: caminho do roçado”. Entrevista com Afrânio Garcia Jr. **Política & trabalho**, v.45, p. 375 - 393, 2016.
- RAMIRO, Patrícia Alves; MANCUSO, Maria Inês Rauter. Revisitando o campo: o retorno e a permanência no meio rural. **Cadernos CERU**, série 2, v. 20, n. 2, p. 15-31, 2009.
- STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico rural participativo: guia prático**. Brasília: EMATER/MDA, 2006.
- VIEIRA, Luiz Carlos. A mística no MST: um ritual político. **Anais do XIII Encontro de História ANPUH**, Rio de Janeiro, 2016.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 2 ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.
- WOORTMANN, Klaus. “A comida, a família e a construção do gênero feminino”. **Dados Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 103-30, 1986.

Recebido em: 10/12/2018.

Aceito em: 13/08/2019.



**REFLEXÕES SOBRE EXPERIÊNCIA NO PROCESSO DE TRATAMENTO,
DIGITALIZAÇÃO E COMPARTILHAMENTO DO ACERVO FOTOGRÁFICO DE
THÉO BRANDÃO**

*Reflections on the experience in the process of treatment, digitalization
and sharing of Théo Brandão's Photographic Collection*

Iara Ferreira de Souza

Mestra em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da
Universidade Federal de Alagoas, Brasil.

E-mail: souzaiara88@gmail.com

Tayná Almeida de Paula

Graduada em Ciências Sociais Bacharelado/UFAL, Brasil.

E-mail: taynalmeida.cs@gmail.com

Tamara Roque Caetano

Graduada em Ciências Sociais Bacharelado/UFAL.

Bolsista do Museu Théo Brandão de Antropologia e Folclore (MTB/PROEX/UFAL), Brasil.

E-mail: tamararoquecaetano@gmail.com

Letícia Nogueira Romariz Medeiros

Mestranda em Literaturas de Línguas Inglesa PÓS-LIT/UFMG, Brasil.

E-mail: leticiaromariz@gmail.com

Áltera, João Pessoa, v. 2, n. 9, p. 221-241, jul./dez. 2019.

ISSN 2447-9837

RESUMO:

Este artigo apresenta os resultados iniciais do projeto “Memória e fotografia no Folclore Alagoano: da preservação ao compartilhamento de imagens”, que foi desenvolvido no acervo fotográfico do Museu Théo Brandão de Antropologia e Folclore (MTB) entre 2017 e 2018. Em sua maioria, os registros fotográficos abordados aqui contêm imagens de folguedos populares alagoanos pelos olhares de diferentes fotógrafos, principalmente entre as décadas de 1930 e 1960, momento que corrobora com a importância da documentação fotográfica no contexto do Movimento Folclórico Brasileiro. Através do projeto, foi possível a digitalização de duas subseries fotográficas: “Reisado” e “Guerreiro”, tendo como principal objetivo o compartilhamento e a disponibilização desses documentos. Nesse sentido, o trabalho busca refletir sobre o tratamento documental das fotografias a partir de uma perspectiva antropológica, abordando a trajetória do acervo e a nossa experiência enquanto equipe do projeto.

PALAVRAS-CHAVE:

Acervo fotográfico. Memória. Folclore. Alagoas. Museu Théo Brandão.

ABSTRACT:

The present paper presents the “Memória e fotografia no Folclore Alagoano: da preservação ao compartilhamento de imagens” project’s initial results, developed in the Museum Théo Brandão of Anthropology and Folklore’s (MTB) photographic collection between 2017 and 2018. Mostly, the photographic records here approached encompass images of popular folguedos from Alagoas shot by different photographers, mainly in the 1930 and 1960 decades, time whereby substantiate the documentation’s importance, given the context of the Brazilian folkloric movement (MFB). Through the project, it was possible to digitalize two photographic subseries: “Reisado” and “Guerreiro”, having as main objective these documents’ sharing and provision. In this way, the paper seeks to reflect on the documental treatment of the photographs from an anthropological perspective, approaching the collection’s trajectory and our experience as the project’s team.

KEYWORDS:

Photographic Collection. Memory. Folklore. Alagoas. Théo Brandão Museum.



INTRODUÇÃO

O Museu Théo Brandão de Antropologia e Folclore (MTB) é uma instituição pública localizada na Avenida da Paz em Maceió/AL, tombada pelo estado como patrimônio de Alagoas. Theotônio Vilela Brandão (1907-1981) foi um folclorista alagoano que desde a década de 1930 desenvolvia pesquisas sobre cultura popular, registrando informações em diversos tipos de suportes. Ele também colecionava peças que adquiria em suas andanças pela Região Nordeste, bem como nos eventos relacionados ao folclore.

Através de uma doação à Universidade Federal de Alagoas (UFAL) em 1972, Théo Brandão gerou um “problema” para a instituição, que teve de criar um local para armazenar o referido material. O Museu Théo Brandão foi inaugurado em 1975 e teve sua sede inicial localizada no antigo Campus Tamandaré; todavia, foi transferido para o Palácio dos Machado em 1977, onde se encontra até hoje¹ (DANTAS; LÔBO; MATA, 2008; CHAVES, 2015).

Constituindo um diversificado acervo de caráter documental como forma de preservação da memória (MAIA, 2011), parte de suas coleções etnográficas são manuscritos, rascunhos e anotações sobre suas publicações, gravações sonoras, folhetos de cordel e registros fotográficos. Segundo a pesquisa de Luri Rizzi (2014) sobre o processo de institucionalização do acervo documental do MTB,

Após o falecimento de Théo Brandão teria vindo a maior parte da documentação, doada pela família. Outra remessa teria vindo também depois de alguns anos, quando a família vende a casa no Sítio Jatiúca e doa “o restante das coisas”. O museu também teria recebido papéis que estariam nas casas dos filhos, principalmente da filha Válnea Brandão, em momentos variados. (RIZZI, 2014, p. 24.)

¹ Primeiro Campus da Universidade Federal de Alagoas, localizado no bairro do Pontal da Barra, Maceió/AL, o qual abrigava os cursos de humanidades. No discurso de inauguração do museu, Théo Brandão aponta que o museu foi “forçado” a sair do Campus Tamandaré, mas ele não explica exatamente o que ocorreu. Na matéria “Do Campus Tamandaré ao A. C. Simões”, publicada no site da UFAL em 2011, consta a informação de que a chegada da Salgema – indústria química e petroquímica que atuava na extração da salgema, elemento utilizado na produção do plástico, hoje chamada de Braskem – nas proximidades da Universidade foi o motivo da transferência dos cursos do Campus Tamandaré para o AC Simões, a universidade não tinha recursos para a compra de equipamentos de segurança em caso de vazamento de cloro. Essa pode ser uma possível explicação para a mudança de sede do MTB. A matéria está disponível no link: <<https://ufal.br/ufal/noticias/2011/02/do-campus-tamandare-ao-a-c-simoes>>. Acesso em: ago. 2019.

Théo Brandão, na ansiedade de registrar os grupos e as peças dos melhores mestres de folguedos populares de sua época, como Reisado e Guerreiro, utilizava-se de pedaços de papel, cadernos e margens de livros para posteriormente passar as anotações para seus fichários. Ele tinha consciência de que precisava deixar todo esse material acessível aos pesquisadores que viriam, mas o tempo não lhe permitiu que os organizasse da forma como gostaria (DANTAS; LÔBO; MATA, 2008).

Dentre estes documentos está o acervo fotográfico, constituído por aproximadamente 4.500 itens, sendo 3.700 fotografias em papel fotográfico e 800 em negativos e diapositivos. Nele, são identificados registros que dizem respeito a quatro diferentes séries fotográficas:

Ensino (diapositivos contendo imagens de manifestações culturais de diversos países, utilizadas nas aulas de antropologia), Pesquisa, (inclui fotografias em papel e diapositivos obtidos e colecionados por Théo Brandão sobre folguedos, arte e cultura popular em Alagoas), Movimento Folclórico (fotografias em papel documentando o processo de institucionalização dos estudos de folclore no estado e no país) e Vida pessoal de Théo Brandão (fotografias em papel e diapositivos da vida familiar de Théo Brandão), que podem ser intituladas de “Coleção Théo Brandão” (RECHENBERG, 2017, p. 132).

Na trajetória de construção de um lugar fixo para armazenar as coleções de Théo Brandão, o museu passou por algumas mudanças que dificultaram a conservação e a organização do acervo documental. Por volta de 1986, o museu foi interdito e fechado devido a problemas estruturais; como consequência, diversos materiais ficaram inutilizáveis e foram descartados posteriormente. A restauração do prédio teve início em 1997 e foi finalizada em 2001, mas a reabertura do MTB só ocorreu em setembro de 2002.

Desde 2010 vem sendo desenvolvido um conjunto de ações de pesquisa e extensão em prol da higienização, recuperação e conservação do acervo documental como um todo. A mais recente dessas ações é o projeto “Memória e fotografia no Folclore Alagoano: da preservação ao compartilhamento de imagens”², iniciado em 2017, com o objetivo de preservar, pesquisar, digitalizar e compartilhar esse acervo com grupos de interesse. Assim, pretendemos demonstrar aqui a metodologia de-

² Projeto coordenado por Fernanda Rechenberg (PPGAS/UFAL) com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL).

envolvida no processo de digitalização e tratamento documental das imagens, e fazer reflexões sobre a experiência da equipe do acervo fotográfico do MTB a partir dos resultados iniciais do projeto.

TRATAMENTO E DIGITALIZAÇÃO DO ACERVO

Segundo Castro (2008), os documentos, sejam eles manuscritos, artefatos ou registros audiovisuais, podem ser armazenados em diferentes tipos de instituições, como arquivos, bibliotecas e museus. O autor aponta que esses documentos, quando integrados às coleções, passam por diversas escolhas, ou seja, as pessoas que colecionam ou fazem parte das instituições nas quais os documentos se encontram definem quais objetos “merecem” ser ou não guardados de acordo com suas próprias concepções e critérios. Para ele, “um determinado artefato se constitui em documento na medida em que é associado, por diferentes pessoas, a uma série de valor, memória e passado que o levam a ser preservado” (CASTRO, 2008, p. 29).

Nesse sentido, as ações realizadas no acervo fotográfico do MTB são consequência de escolhas contínuas daqueles que o organizam, tratam, pesquisam e o compartilham. Os projetos que começaram a ser desenvolvidos a partir do ano de 2010 no MTB tinham como objetivo a higienização e a recuperação desse acervo, tentando manter a lógica de organização aplicada por Théo Brandão.

O atual projeto partiu, então, de um objeto de interesse de Théo Brandão, porém ele se pautou numa lógica de organização e seleção diferente, dedicando-se sobretudo às subséries fotográficas de Reisado e Guerreiro colecionadas pelo folclorista. A primeira seleção ocorreu com a escolha das subséries que seriam digitalizadas e, posteriormente, a escolha de quais fotografias compartilhar. O início das atividades contou com o agrupamento dos documentos de acordo com os “folgedos”³, mas devido ao grande número de fotografias, as subséries de Reisados e Guerreiros foram priorizadas.

³ Folgado é uma categoria utilizada pelos folcloristas e consiste em “todo fato folclórico, dramático, coletivo e com estruturação, priorizando ora o elemento dramático, ora o do brinqueado ou o coreográfico” (VILHENA, 1997, p. 154). O termo é utilizado neste trabalho por fazer parte do contexto de registro das fotografias e por ser utilizado pelo próprio Théo Brandão.



Em seus estudos, Théo Brandão explica que os Reisados Alagoanos são autos natalinos que possuem elementos ligados às tradições de Janeiras e Reis portuguesas, características do auto dos Congos e autos de origem indígena; já o Guerreiro, segundo ele, é uma atualização do Reisado, é a mescla de Reisados e do auto dos Caboclinhos. O autor afirma que o Guerreiro é formado por “elementos dos Congos e Caboclinhos (auto ameríndio correspondente), autos europeus peninsulares (Reis Mouros etc.), Pastoris e festas totêmicas de origem africana e ameríndia, e, como elemento temático dominante, o Bumba-meu-Boi” (BRANDÃO, 2003b)⁴.

No entanto, ao analisar a literatura produzida pelo folclorista, é possível notar que ele constrói sua narrativa colocando a dimensão da religião católica dos Guerreiros e Reisados em lugar de destaque, enquanto remete à influência da religiosidade afro-brasileira no folguedo apenas na sonoridade das músicas, visto que elas se assemelhavam aos sons ouvidos nos Terreiros. Ou seja, Brandão não discute detalhadamente como os dois folguedos têm suas origens a partir dos povos africanos e indígenas e de suas respectivas expressões religiosas.

O momento de primeiro contato com as fotografias, além de ter suscitado curiosidades e descobertas, possibilitou a compreensão do critério de organização utilizado anteriormente, bem como o surgimento de uma familiaridade com as subséries. A partir disso, agrupamo-las em novas pastas criadas por nós, de acordo com “grupos identificados”, “não identificados” e “diversos”. A identificação dos grupos ocorreu a partir da união entre estudos dirigidos sobre as especificidades dos folguedos populares de Reisado e Guerreiro e de indícios encontrados nas fotos, como, por exemplo, as vestes e a indumentária dos brincantes, o reconhecimento das características físicas dos personagens ou de pessoas presentes na fotografia e o cenário em que foi registrada – o que contribuiu para o desenvolvimento de um olhar investigativo sobre as imagens. Os “não identificados” são aqueles que visualmente fazem parte do mesmo grupo folclórico, mas em que não há informações escritas suficientes para afirmar quem são ou de onde vieram. Já os “diversos” são as fotografias avulsas e sem informação que correspondem a alguma das séries selecionadas no agrupamento.

⁴ Nessa citação, Brandão faz menção ao também médico e folclorista Arthur Ramos, mas o livro não deixa claro a referência utilizada. Uma das obras de Ramos sobre a temática é o livro “O Folclore Negro do Brasil” (1935).



As informações contidas nos versos de algumas fotografias (nome do folguedo, grupo, personagens, data, nome do fotógrafo, estúdio, carimbos) também contribuíram para a identificação dos folguedos, bem como dos grupos. A Imagem 1, mostrada abaixo, foi digitalizada no projeto (trata-se da fotografia 0061); no verso dela, como mostra a Imagem 2, há as seguintes informações: personagens do folguedo, as “‘figuras’ femininas”; o folguedo de nome Reisado; o local, Rio Largo/AL; o fotógrafo, José Medeiros; o ano, de 1946 e o carimbo de Théo Brandão.



Imagem 1 - Fotografia 0061
Fonte: Acervo MTB/UFAL

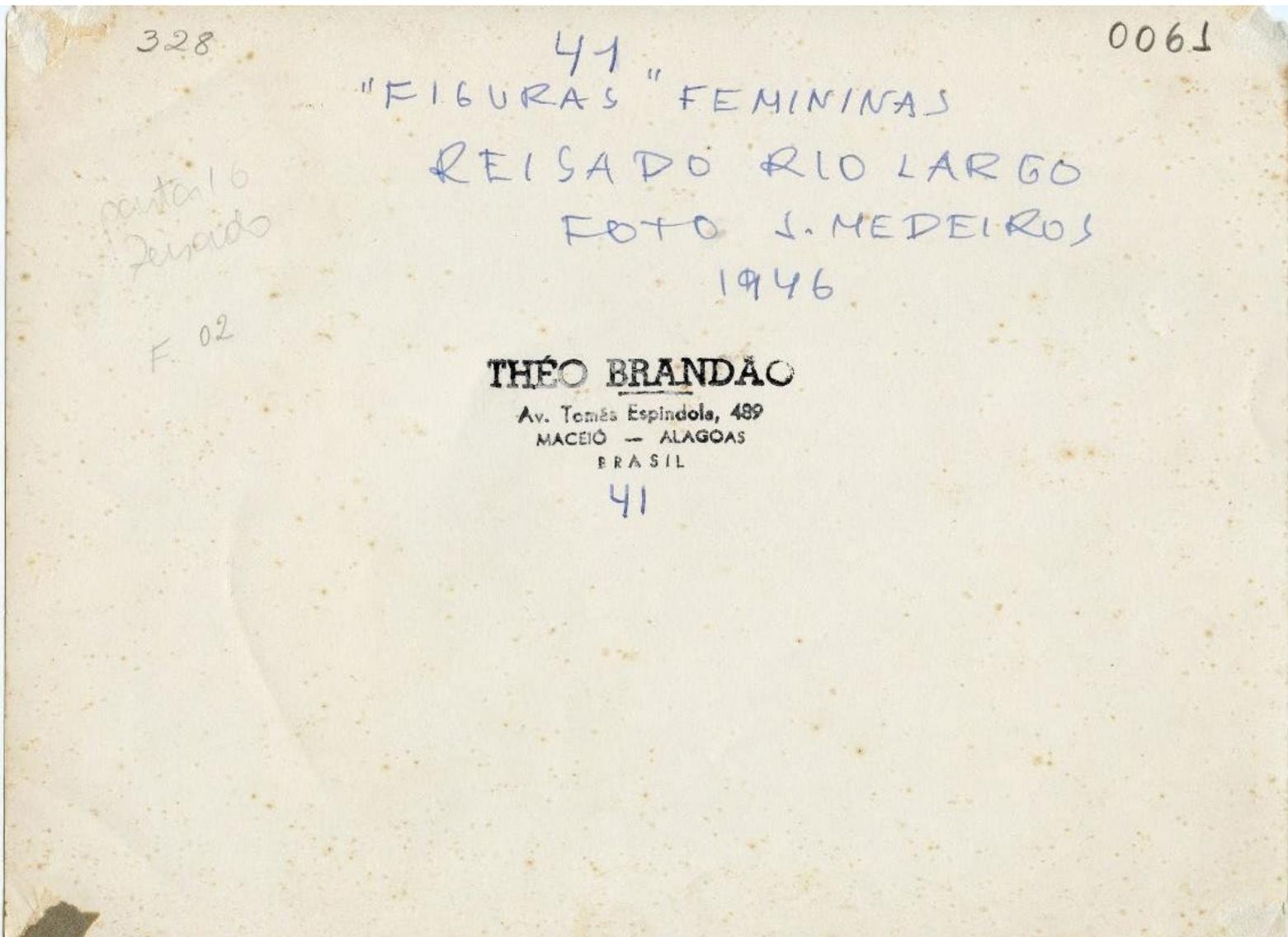


Imagem 2 - Verso da fotografia 0061
Fonte: Acervo MTB/UFAL

No processo de reorganização, sistematizamos as informações através de nossas pesquisas, de informações contidas no verso das fotografias e de informações fornecidas por um dos funcionários mais antigos do museu⁵. A partir de estudos dirigidos, foi possível a produção de um resumo de bibliografias sobre Reisado e Guerreiro, que pode servir para uma futura pesquisa ou elaboração de verbetes sobre os folguedos. Concomitantemente a essas atividades, participamos como ouvintes do curso de introdução à conservação fotográfica no MTB⁶, o qual, por sua vez,

⁵ José Carlos da Silva, técnico em assuntos educacionais e diretor do MTB entre os anos de 1997 e 2004.

⁶ Oferecido aos servidores da UFAL e ministrado pela professora Fernanda Rechenberg (PPGAS/UFAL).

proporcionou importantes reflexões sobre salvaguarda, preservação e manuseio de fotografias e, ainda, sobre o patrimônio em risco – uma vez que o MTB fica localizado próximo à praia e a umidade do ar contribui para a deterioração dos documentos.

Outra fase do projeto consistiu no mapeamento de grupos ativos de Reisado e Guerreiro de Alagoas através dos sites da Secretaria de Cultura de Alagoas (SECULT)⁷ e da Associação dos Folguedos Populares de Alagoas (ASFOPAL)⁸. Em cada site havia uma lista com nome dos grupos, endereço, telefone, histórico, coordenador e mestre; mas como as listagens estavam desatualizadas, não foi possível recolher muitas informações. Como parte da abordagem etnográfica do projeto, entramos em contato com a ASFOPAL e fomos convidadas a participar das reuniões da associação. Nelas estavam presentes alguns(as) mestres(as) de folguedos populares do Estado, como Guerreiro, Pastoril, Baianas, Coco de Roda, Pífano, entre outros.

Nas reuniões, os mestres demonstraram inquietações ao reconhecerem as mudanças ocorridas no cenário da cultura popular, tanto devido à falta de incentivo por parte das autoridades locais, quanto pela ausência de jovens em grande parte dos grupos. Mesmo diante dessas condições, eles demonstraram que estão ativos e que têm a intenção de perpetuar suas respectivas expressões populares. Cícero Silva, por sua vez, presidente da ASFOPAL na área de patrimônio imaterial, teceu críticas em relação às entidades de pesquisa que produzem conhecimento sobre o folclore, mas não dão nenhum retorno aos grupos ou à associação.

Perceber esses conflitos durante as reuniões nos levou a campo para conhecer dois Guerreiros localizados na periferia de Maceió o “Guerreiro São Pedro Alagoano”, que tem como coordenadora a senhora Maria Helena (conhecida como Dona Marlene) e como mestre o Senhor Edval; e o “Guerreiro Mensageiros do Padre Cícero do Mestre André”, que tem como mestre o Senhor André. A sede do Guerreiro São Pedro Alagoano está localizada no bairro Petrópolis, na casa de sua coordenadora; já

Nele tivemos aulas teóricas e práticas sobre os cuidados ao conservar materiais fotográficos e sobre as maneiras adequadas para que procedimentos do tipo sejam realizados.

⁷ Site da Secretaria de Estado da Cultura de Alagoas (SECULT/AL): <<http://www.cultura.al.gov.br/institucional/a-secult>>. Acesso em: 30 jan. 2020.

⁸ Site da Associação dos Folguedos Populares de Alagoas (ASFOPAL): <<http://asfopal.blogspot.com/>>. Acesso em: 30 jan. 2020.



a sede do Guerreiro de Mestre André está localizada na casa de uma das brincantes, no bairro Santos Dumont.

Em janeiro de 2018 demos início ao processo de digitalização das subséries fotográficas, atividade que foi realizada nas dependências do MTB⁹. Digitalizamos e nomeamos as fotografias de acordo com siglas previamente definidas por nós como forma de facilitar a identificação e a organização de pastas do acervo fotográfico digital. Uma das siglas é, por exemplo, “MTB FOT REI RLa 0061”, em que: MTB é a sigla da instituição Museu Théo Brandão; “FOT” corresponde ao tipo de acervo e às iniciais do termo fotografia; “REI” representa o folgado de nome Reisado; “RLa” é a sigla do nome do grupo Reisado de Rio Largo; e “0061” é a numeração da foto correspondente à organização numérica do acervo fotográfico.

Para armazenar as fotografias digitalizadas, criamos duas pastas digitais, uma para o Guerreiro e outra para o Reisado; dentro de cada uma delas foram criadas subpastas de acordo com o nome (e a sigla) de cada grupo. Por exemplo, a foto “MTB FOT REI RLa 0061” está dentro da pasta “Reisado”, na subpasta “Reisado de Rio Largo - RLa”. A organização das fotografias digitalizadas respeitou, assim, a disposição das pastas físicas criadas no início das atividades.

Foram digitalizadas cerca de 250 imagens; em casos de fotografias que eram cópias ou recortes de outras fotografias, foram priorizadas no processo de digitalização aquelas que estavam menos danificadas e que mostravam um maior número de informações, seja na própria imagem ou em seu verso. Por fim, o tratamento das fotografias consistiu em pequenas alterações utilizando o software *Lightroom CC*. O critério utilizado foi aproximar a tonalidade da imagem digitalizada à aparência em papel fotográfico, na intenção de reverter a alteração automática feita pelo *scanner*.

Seguindo essa lógica e para melhor organizarmos o acervo digitalizado, também foi criada uma planilha que contempla informações como: nome das fotografias, número das que foram consideradas cópias, suporte fotográfico, tipo de folgado, nome do grupo, mestre do grupo, ano da fotografia, local, fotógrafo, inscrições adicionais no verso e uma coluna para “outras informações”. Com exceção do item “ou-

⁹ Também tivemos a assessoria da fotógrafa Flávia Correia no processo de digitalização e tratamento das imagens do acervo fotográfico.

tras informações relevantes”, que contém dados fornecidos por interlocutores ou outras fontes de pesquisa, os demais campos foram preenchidos de acordo com as inscrições contidas no verso de cada fotografia. Vale ressaltar, contudo, que o número de fotos com informações no verso é ínfimo quando comparado ao total digitalizado.

EXPERIÊNCIA E REFLEXÕES NO TRATAMENTO DOCUMENTAL

Parte dos registros imagéticos do acervo trabalhados no projeto são de folgedos populares alagoanos que correspondem principalmente ao período de 1930 a 1960, momento de efervescência dessas expressões populares e do Movimento Folclórico Brasileiro. Luís Rodolfo Vilhena (1997) pesquisou tal movimento, sendo o recorte temporal de sua investigação o período que vai de 1947 a 1964, época marcada pela busca de reconhecimento científico dos estudos do folclore e valorização da cultura popular, considerada como lastro para definição da identidade nacional brasileira. Herança da concepção de que a cultura popular sofria impactos dos avanços da modernidade e, portanto, estava em processo de desaparecimento, o Movimento se dá a partir da militância de membros da elite intelectual em contribuir para a continuidade dos grupos reconhecidos por eles enquanto autênticos. Nesse contexto, como aponta Lygia Segala (2005) ao explicar sobre a coleção fotográfica de Marcel Gautherot¹⁰, as fotografias eram utilizadas como modo de observação, registro descritivo ou autenticação – em suma, eram um instrumento de coleta de dados. A autora aponta ainda que as fotografias podem ser utilizadas como “*foto resíduo* – referência de testemunho e nostalgia – e como *foto resgate* – uma reserva documental, onde está em foco a preservação (sic), a obrigação moral da memória” (SEGALA, 2005, p. 74-75). Nesse sentido, as fotografias do acervo fotográfico do Museu Théo Brandão podem ser pensadas como instrumento para documentação e preservação no contexto do movimento folclórico.

¹⁰ Fotógrafo francês nascido em 1910 e falecido 1996, Gautherot produziu trabalhos com os folgedos alagoanos – hoje, sob guarda do Instituto Moreira Salles.



A institucionalização dos estudos de folclore enquanto uma disciplina acadêmica também era um dos objetivos do Movimento Folclórico Brasileiro. Como tal meta não foi alcançada, o movimento atuou mais fortemente através de instituições como a Comissão Nacional de Folclore (1947), as comissões estaduais e a Campanha em Defesa do folclore (1958) – que, por sua vez, possibilitaram a realização de congressos, festivais e semanas de folclore. Em Alagoas, orientada pela comissão nacional, a comissão estadual (1948) teve como criador e representante o folclorista Théó Brandão, na condição de presidente e primeiro secretário geral.

Kossoy (2014, 2016) explica que o documento fotográfico não pode ser analisado sem levar em consideração que seus produtores têm intencionalidades e ideologias próprias, que se expressam no recorte da realidade mostrada nas imagens; e que elas também refletem os desejos e contextos que permeiam o fotógrafo. Nesse sentido, falar do Movimento Folclórico Brasileiro é importante na medida em que as fotografias estão contextualizadas nesse período.

Porém, cabe ressaltar que transformações ocorreram com Guerreiros e Reisados, assim como com as noções de “Folclore” e “Cultura Popular”. Maria Laura Cavalcanti (2001), ao refletir sob uma perspectiva contemporânea, aponta que essas noções de folclore e cultura popular estavam baseadas na distinção entre sabedoria da elite e sabedoria do povo; todavia, esse modelo interpretativo não é mais utilizado nas pesquisas em Ciências Humanas e Sociais na contemporaneidade. Nas palavras dela:

Na atualidade das ciências humanas e sociais, o modelo interpretativo “de duas camadas” – cultura popular/folclore versus cultura de elite – está unanimemente superado. A orientação dos estudos de folclore transformou-se, acompanhando a evolução geral dos paradigmas de conhecimento. Cultura não são comportamentos concretos, mas sim significados permanentemente atribuídos pelos homens ao mundo. São fatos e processos que atravessam as fronteiras entre as chamadas cultura popular, erudita, ou de massa, e mesmo os limites entre as diferentes camadas sociais. São veículos de relações humanas, de valores e visões de mundo (CAVALCANTI, 2001, p. 4)

A busca pelo rigor metodológico fez com que os estudos de folclore se aproximassem da Antropologia, principalmente em torno das técnicas de pesquisa, pois,



instruídos pela antropóloga Diná Dreyfus, os folcloristas adotaram a etnografia enquanto método para recolhimento de dados. Todavia, como apontam Silva e Cruz (2018), a antropologia renovou seu corpus teórico, principalmente no que diz respeito ao conceito de cultura, sendo essa um conjunto de símbolos compartilhados em sociedade (GEERTZ, 1989). Essa mudança de paradigma fez com que Antropologia tomasse distância do Folclore. Tal transformação também impactou o conceito de patrimônio, o que refletiu nas políticas de preservação. Sendo assim, ao se pensar a preservação do patrimônio, na atualidade, leva-se em consideração o ponto de vista daqueles que vivenciam as práticas culturais.

Outras duas questões que apontam para a cisão entre a concepção antropológica de cultura popular e a dos folcloristas são discutidas por Cavalcanti (2001): a heterogeneidade e a dinamicidade. Ao contrário do que afirmava parte dos folcloristas, “a cultura e o saber “do povo” são heterogêneos, abrindo-se num infinito leque de distintas formas de ser” (CAVALCANTI, 2001, p. 5). Assim, as expressões populares são vivas e se modificam.

Em campo, tal dinamicidade ficou perceptível ao entrarmos em contato com a ASFOPAL e os grupos de Guerreiros de Maceió. Constatamos, a partir disso, que as expressões populares carregam em si uma dimensão do passado, mas ao mesmo tempo se adaptam ao contexto presente e se inovam. Em seus escritos, Théo Brandão (2003a) já percebia o caráter dinâmico do Guerreiro, considerando-o como expressão urbana do Reisado em constante transformação. Hoje não é diferente: eles permanecem adaptando, por exemplo, o tempo de duração da apresentação, a estrutura do folguedo ou a quantidade de personagens.

O que conecta o acervo fotográfico de Théo Brandão aos grupos de hoje são as memórias dos brincantes. Nesse sentido, nossa expectativa é de que, com o compartilhamento das subséries fotográficas de Reisado e Guerreiro, novas narrativas surjam – mas, desta vez, também sob a perspectiva dos mestres e brincantes.

Ao falar sobre sua experiência no Museu de Antropologia da Universidade da Colúmbia Britânica em Vancouver, no Canadá, o antropólogo Nuno Porto (2016) aponta que questões relacionadas ao reconhecimento de direitos diferenciados e da pluralidade de saberes têm sido temáticas centrais na museologia contemporânea.



Parte dessa reflexão e crítica está relacionada às práticas coloniais de recolhimento, catalogação e exposição das coleções abrigadas pelos museus.

Segundo o autor, essas questões devem ser abordadas a partir de “práticas museológicas socialmente engajadas”, de projetos que visem a outros modos de saber que não o ocidental, além da descolonização institucional em articulação com a indigenização dos museus. A proposta do autor é pensar maneiras de trazer para dentro do museu o conhecimento daqueles que têm sofrido sistematicamente injustiças, opressões, dominação e exclusão causadas pelo processo colonial¹¹.

Porto (2016) relata três ações realizadas no museu no Canadá que foram pensadas como forma de descolonização do conhecimento e do próprio museu a partir da noção de multiversidade¹². Na primeira, o público passa a ser reconhecido como potencial pesquisador e pode fornecer informações sobre as coleções através de computadores instalados no local. A segunda compreende o acolhimento de coleções indígenas e a catalogação delas de acordo com a perspectiva do grupo. A terceira envolve a inclusão, nas visitas guiadas, de objetos que circulam por meio de trocas e percorrem diversos lugares, não pertencendo a uma determinada área cultural.

Baseando-se na discussão anterior, é possível afirmar que a construção das políticas de museus é perpassada por jogos de poder e desenvolvida a partir de iniciativas de quem se encontra em posição privilegiada nas relações de poder. Assim, as coleções dentro de museus acabam por serem expostas através das concepções dessas instituições. Nesse sentido, a ação de compartilhamento que o projeto propõe tem como ponto central a noção de que o museu e suas coleções também podem e devem ser pensados a partir do olhar dos agentes representados nas fotografias.

A experiência que tivemos no MTB e com os brincantes de Guerreiros revelam que o compartilhamento é importante, pois pode provocar não apenas rupturas com o discurso baseado na “retórica da perda” (GONÇALVES, 1996) dos folcloristas, da elite intelectual da época ou mesmo de Théo Brandão; mas também abrir espaço para

¹¹ A ideia está baseada nas pesquisas do sociólogo Boaventura Souza Santos, que busca pensar a história recente como um processo de empobrecimento do mundo em relação às formas de conhecimento.

¹² Essa é a noção de multiversidade que, segundo o autor, foi desenvolvida pelo ugandês Paulo Wongoola e pelo goês Claude Alvares e significa instituir alternativas ao modo de pensar ocidental, partindo da ideia de que há outras formas de saber e conhecer além das científicas.



as narrativas dos agentes sociais engajados na perpetuação dos grupos de Guerreiro e suas próprias experiências e saberes.

FOTOGRAFIA: RESTITUIÇÃO E MEMÓRIA

“Restituição” é um termo novo para a Antropologia Visual Brasileira. Antes de ser compreendida como “devolução” de produtos de pesquisa, essa noção foi pensada através da categoria de compartilhamento. Segundo Rial (2014, p. 202), “devolver as imagens aos protagonistas e, se possível, construir as imagens junto com eles, estava no centro da ideia de antropologia compartilhada [...]”. No projeto, estava previsto o compartilhamento das subséries fotográficas de Reisado e Guerreiros com seus respectivos grupos de interesse; logo, a restituição também foi pensada nos termos de uma metodologia utilizada para a construção de novos significados em torno dessas imagens¹³.

Como dito anteriormente, parte da nossa experiência etnográfica se deu durante as visitas aos ensaios de dois Guerreiros ativos em Maceió. Neles tivemos a oportunidade de fotografar e depois entregar as imagens impressas aos interlocutores. A entrega das imagens produzidas no contexto da pesquisa etnográfica foi realizada na casa de Dona Marlene, coordenadora do Guerreiro São Pedro Alagoano. No compartilhamento dos registros do ensaio com ela, além das fotografias digitais que serviram para identificar os componentes do grupo e seus respectivos personagens, apresentamos algumas em suporte de papel fotográfico. Durante esse processo, voluntariamente, ela nos mostrou com muito entusiasmo seu acervo pessoal: eram fotografias relacionadas às viagens do grupo, apresentações e participantes do Guerreiro.

¹³ Essa etapa do projeto foi cumprida entre junho e agosto de 2018 e consequência dela, bem como do projeto como um todo, foi a dissertação de mestrado de Lara Souza (2019), intitulada “Eu sou alagoano, aonde o Guerreiro mora”: uma etnografia sobre o compartilhamento de fotografias do arquivo etnográfico de Théo Brandão. Outros desdobramentos foram o projeto PIBIC (ciclo 2018 e 2019) “Fotografia e a produção das memórias coletivas em torno dos folguedos populares em Alagoas” e o trabalho de conclusão de curso de Tayná Almeida (2019) intitulado “O Guerreiro dá força pra viver”: uma fotoetnografia compartilhada com o Guerreiro São Pedro Alagoano, Maceió/AL”.



Das fotografias realizadas no ensaio de Guerreiro surgiu a série fotográfica “O Guerreiro dá força pra viver”¹⁴ – o título, fragmento da fala de nossa interlocutora Marlene ao discorrer sobre a memória dos folguedos populares. A Imagem 3 mostra Maria Helena, Rainha e coordenadora do Guerreiro São Pedro Alagoano. O registro foi captado em um dos ensaios do grupo, no ano de 2017.



Imagem 3 – Dona Maria Helena, Rainha e coordenadora do Guerreiro São Pedro Alagoano
Autora: Tayná Almeida

¹⁴ Iniciado em novembro de 2017 por Tayná Almeida de Paula, bolsista do projeto. Algumas dessas fotografias além de comporem a fotoetnografia de seu trabalho de conclusão de curso (2019), também constam no ensaio fotográfico publicado neste mesmo número, número 9 da Revista *Áltera*.



Imagem 4 - Momento em que os brincantes se divertiam ao som do Guerreiro
Autora: Tayná Almeida

A Imagem 4 é um registro de um momento em que grande parte dos brincantes se divertiam ao som e aos passos do Guerreiro. Estão presentes na foto: Maria Cícera, a Estrela de Ouro; Cícero José, o Embaixador; Lourenço, Mestre do Guerreiro Vencedor Alagoano; João Paulo, ainda sem personagem fixo no Guerreiro; Dolores, coordenadora do Guerreiro Vencedor Alagoano, e por último Luciene, Contramestra.

Além de ficar evidente a presença de pessoas de diferentes idades na imagem, é possível perceber a solidariedade existente entre os grupos, visto que os brincantes do Guerreiro Vencedor Alagoano contribuem no ensaio do Guerreiro São Pedro Alagoano, e vice-versa.

Tendo em vista que o acervo fotográfico do MTB diz respeito a um período importante para a história dos folguedos populares, os registros produzidos no contexto desta pesquisa demonstram, contudo, que diferentemente de algumas concepções que delegam os folguedos a um passado extinto, existem grupos ativos formados por jovens e, principalmente, por pessoas em idade avançada que trazem consigo o sentimento de preservação desse patrimônio cultural. Portanto, se a pesquisa documental foi o ponto de partida que nos levou ao contato com os grupos, a saída a campo foi importante para compreender o contexto atual no qual esses folguedos se encontram, em contraposição à noção de desaparecimento de expressões da cultura popular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do tratamento documental do acervo fotográfico do Museu Théo Brandão de Antropologia e Folclore e da digitalização das subséries fotográficas de Reisado e Guerreiro, um campo de possibilidades para o aprofundamento de pesquisas referentes aos folguedos populares, a memória e a fotografia foi aberto, bem como para o aprendizado de uma leitura visual acompanhada de um olhar investigativo sobre as imagens. Nessa experiência, foi possível compreender e criar lógicas de organização e conservação em acervos fotográficos documentais públicos.

O trânsito entre a pesquisa no acervo e o trabalho de campo, de caráter etnográfico, nos mostrou que a memória é o elo entre os folguedos antigos e os grupos ativos, e que a fotografia pode ser um suporte para ela – no sentido de acionamento da memória. Além disso, as idas a campo para conhecer os grupos de Guerreiros ativos nos permitiram adquirir uma carga de conhecimento adicional em relação àquela com que temos contato no acervo fotográfico do MTB, referente a um passado.

Considerando-se a pequena exploração do acervo, já que só houve maior dedicação a ele a partir de 2012, seu estudo é de extrema relevância social. Uma vez que os registros datam principalmente das décadas de 1930 a 1960, o compartilhamento e a pesquisa ainda tomam maior urgência de aplicabilidade, pois os mestres e os brin-



cantes vivos estão em idade avançada.

O objetivo, finalmente, de todo o trabalho desenvolvido no acervo fotográfico, da digitalização ao compartilhamento, foi contribuir para que essa parcela da sociedade pouco visibilizada atualmente por políticas governamentais seja mais bem percebida, apresentando assim, novas narrativas sobre as fotografias e sobre a memória, e levantando discussões sobre os atuais sentidos do folclore alagoano.



REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Théo. O Guerreiro. In: BRANDÃO, Théo. **Folgedos Natalinos**. Universidade Federal de Alagoas; Museu Théo Brandão, 2003a.
- BRANDÃO, Théo. O Reisado. In: BRANDÃO, Théo. **Folgedos Natalinos**. Universidade Federal de Alagoas; Museu Théo Brandão, 2003b.
- BRANDÃO, Théo. **O Reisado Alagoano**. Maceió: Edufal, 2007.
- CASTRO, Celso. **Pesquisando arquivos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Cultura e saber do povo: uma perspectiva antropológica. **Revista Tempo Brasileiro. Patrimônio Imaterial**. Org. Londres, Cecília. Out-Dez, n. 147. pp. 69-78. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 2001.
- CHAVES, Julio César. **Uma Biografia Cultural da Sala Fé da Exposição de Longa Duração do Museu Théo Brandão de Antropologia e Folclore** - Ensaio de Museologia Etnográfica. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade de Coimbra.
- DANTAS, Carmen Lúcia; LÔBO, Fernando Antônio Netto; MATA, Vera Calheiros (Org.). **Théo Brandão: vida em dimensão**. Edição Comemorativa do Centenário de Théo Brandão – 1907-2007. Maceió: Secult/Governo do Estado de Alagoas, 2008.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989.
- GONÇALVES, J. **A retórica da perda**. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 1996.
- KOSSOY, Boris. **Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo**. 3. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.
- KOSSOY, Boris. **Realidades e Ficções na Trama Fotográfica**. 5. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2016.
- MAIA, Kauê Oliveira. **Fotografia e Cultura Popular: Um Estudo Antropológico do Acervo Fotográfico do Museu Théo Brandão**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais), Universidade Federal de Alagoas.
- PORTO, Nuno. Para uma museologia do Sul Global: multiversidade, descolonização e indigenização dos museus. **Revista Mundaú**, PPGAS/UFAL. No prelo, 2016.
- RECHENBERG, Fernanda. Fotografia e memória da cultura popular em Alagoas: considerações sobre o acervo de Théo Brandão. In: SANTANA, Luciana; CAVALCANTI, Bruno César; VASCONCELOS, Ruth. (Org.). **História e Memória das Ciências Sociais em Alagoas**. 1ed. Maceió: EDUFAL/Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2017, v. 1, p. 131-137.
- RIAL, Carmen Silvia de Moraes. Roubar a alma: ou as dificuldades da restituição. **Revista Tessituras**, Pelotas, v. 2, n. 2, p. 201-212, jul./dez. 2014.
- RIZZI, Iuri Rocio Franco. **O Processo de Institucionalização do Acervos Documentais do Museu Théo Brandão de Antropologia e Folclore**. 2014. Trabalho de Conclusão

de Curso (Especialização em Antropologia), Universidade Federal de Alagoas.

SEGALA, Lygia. A coleção fotográfica de Marcel Gautherot. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, n. sér. v. 13, n. 2, p. 73-134, jul.- dez. 2005.

SILVA, Ana Teles da; CRUZ, Danielle Maia. Do folclore ao patrimônio imaterial: cultura, cultura popular e identidades. **Anais do 42º Encontro Anual da Anpocs**, Caxambu – MG, 2018. p. 1-20.

VILHENA, Luís Rodolfo. **Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)**. Rio de Janeiro: FUNARTE/ FGV, 1997.

Recebido em: 31/10/2018.

Aceito em: 30/08/2019.





RELATOS ETNOGRÁFICOS

DIÁRIO GRÁFICO

ÀS MARGENS DA JAGUARÃO: VIAGEM ETNOGRÁFICA ENTRE OS CERROS E OS RIOS

To the margins of Jaguarão: ethnographic journey between the hills and the rivers

Profa. Dra. Flávia Maria Silva Rieth

Professora do Bacharelado em Antropologia e do Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas. Pesquisadora do Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR)

E-mail: riethuf@uol.com.br

Juliana dos Santos Nunes

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas. Graduada no Bacharelado em Antropologia pela mesma universidade. Pesquisadora do Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR)

E-mail: rodaviva.nunes@gmail.com

Joanna Munhoz Sevaio

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

E-mail: jmsevaio@gmail.com

Vagner Barreto Rodrigues

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal do Paraná

E-mail: vgnbrprt@gmail.com

Simone Fernandes Mathias

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas. Pesquisadora no Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR).

E-mail: simonefernandezpel@gmail.com

Airton Rodrigues Cardoso

Graduando em Antropologia/ linha de formação Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas

E-mail: airtonrodriguescardoso@gmail.com

Patrícia Santos da Rosa

Bacharela em Antropologia pela Universidade Federal de Pelotas

E-mail: psantosdarosa@gmail.com

Áltera, João Pessoa, v. 2, n. 9, p. 243-272, jul./dez. 2019.

ISSN 2447-9837





AS GRANDES ONÇAS

“Eu vos digo, em verdade, que nada sei de maravilhas embora trema ao falar de jaguarões. Talvez eu também seja daqueles que não tenham se dado conta de mistérios, que não guardem lembrança de milagres, que não se animem a comprovar magias. Mas, cada vez que venho aqui, sei que perco um pouco o coração; e que, no entanto, saio redivivo.”

Aldyr Garcia Schlee – Contos de Verdades.



INÍCIO DO PERCURSO

A atividade de extensão: Às Margens da Jaguarão: viagem etnográfica entre os cerros e os rios, foi realizada junto ao Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR) no Bacharelado em Antropologia - UFPEL, em 23 de Junho de 2018.

É um trabalho coletivo de experiência etnográfica sobre as margens e fronteiras na cidade de Jaguarão/RS. Aqui buscamos trazer outras histórias e narrativas da cidade por meio de um encontro etnográfico sensível, posicionado na fronteira entre o Brasil e o Uruguay.



CONSTRUINDO O CAMINHO

Jaguarão, com seu posicionamento estratégico entre Brasil e Uruguai, é ponto de partida e de chegada para o encontro etnográfico, tendo como pressuposto que caminhar pela paisagem implica ir ao encontro de um mundo que ainda não está pronto, ou que ainda está por vir. (TURNER, 2018).

Para Tim Ingold (2015, p. 30):

"as coisas encontram-se a caminho de serem atualizadas, ou dadas. Essa vida não pode ser encontrada num registro de realizações, e tampouco pode ser reconstruída como um curriculum vitae, através do arrolamento de certos marcos fixados ao longo de uma rota já percorrida. Ela passa pelos marcos como um rio entre as margens, se afastando deles à medida que vai fluindo."





Tal como insinua Certeau (2007), os relatos assemelham-se a transportes coletivos, por meio dos quais se pode acessar as memórias espacializadas de um lugar. Como andarilhos, nos propomos a encontrar e descrever Jaguarão - e suas margens - levando em conta a diversidade de arranjos possíveis e a criatividade com que os moradores apropriam-se das cidades, por meio de seus caminhos, redes de apoio, religiosidades, becos sem saída, momentos de lazer, resistências, rotas de fuga e descaminhos. Assim, este breve relato etnográfico coletivo foi construído a partir da pretensão de se embarcar na história e nas narrativas sobre Jaguarão.



A construção dos trajetos da viagem a Jaguarão se deu coletivamente, agregando membros da comunidade, antropólogos, na maioria em formação, partindo de uma perspectiva para pensar as mais variadas formas de se viver, ouvir e ver a cidade (CERTEAU, 2007). Foi recomendada a realização de etnografia, por meio da elaboração de diários de campo, desenhos e fotografias, buscando registrar expressivamente a experiência de campo.



CERRO DA PÓLVORA

A primeira parada foi no Cerro da Pólvora, lugar onde se localiza a antiga Enfermaria Militar, construída para atender a classe militar da cidade, entre 1880 e 1883. O monumento chama atenção pela arquitetura eclética cravado no alto duma coxilha. O frio tocado pelo vento encontrou a todos, aquele frio de água, vindo direto do Jaguarão, aquele frio entrando carne adentro e que se sente em cidades banhadas por água. A história escondida nos escombros da Enfermaria traz a indagação que preencheu a viagem a Jaguarão: afinal, quem detém a História? E quem a constrói? O descompasso entre o que se conta e o que se vive está inscrito no concreto, que apaga e constrói narrativas sobre a cidade. Impressionou também o estado atual do prédio, oficialmente em desuso desde os anos 1970, que constitui como dupla negação: do direito dos sujeitos de usufruírem do espaço e do projeto que visava transformá-lo em um Centro de Interpretação do Pampa (CIP), em parceria com a Unipampa, abandonado após o corte de gastos públicos.



Fonte: Silvia Schumacher

A ENFERMARIA MILITAR E SEUS FANTASMAS

O zelador afirma que existem muitas histórias de fantasmas entre os funcionários e que alguns colegas já relataram ouvir barulhos estranhos, como madeira ranger. Outros relatam que ouvem vozes e narram a morte de pessoas que teriam caído após escalar uma parede ou torre da ruína. Mesmo assim, os turistas costumam passar e pedir para entrar e tirar fotografias. Em alguns dias, João gosta de subir – com a ajuda de uma escada de madeira – até a torre mais alta. De frente para o Jaguarão, no alto da ruína de uma Enfermaria Militar, vigia entre dois mundos, como quem guarda um Portal cheio de fósseis da cultura e fantasmas.



CERRO DAS IRMANDADES

No cerro das Irmandades podemos avistar a Ponte Internacional Mauá, com suas aduanas - brasileira e uruguaia - apesar do nevoeiro, assim como o rio e sua curva que caminha rumo à Lagoa Mirim.

Desse lugar pode ser vista toda a cidade e boa parte de Rio Branco (UY), além dos bairros vizinhos Pólvora, Fundação Barbosa e Vencato. Os cerros da Pólvora e das Irmandades são mirantes naturais, neles se avista e se controla a fronteira de uma Jaguarão fortificada.



CEMITÉRIO DAS IRMANDADES

Os mortos também contam suas histórias. A visita ao cemitério das Irmandades, conhecido por "cemitério dos ricos", foi nossa segunda parada.

Enquanto grandes mausoléus guardam os restos mortais de sobrenomes tão antigos como a escravidão, reproduzindo e mimetizando os casarões do centro da cidade, as sepulturas nas paredes de mulheres e homens negros, com pinturas feitas à mão, estão quase desaparecendo.

Na parte externa encontramos despachos de religião de matriz afro, marcando presenças e ressignificando o espaço.

O CEMITÉRIO E AS MÚLTIPLAS RELIGIOSIDADES





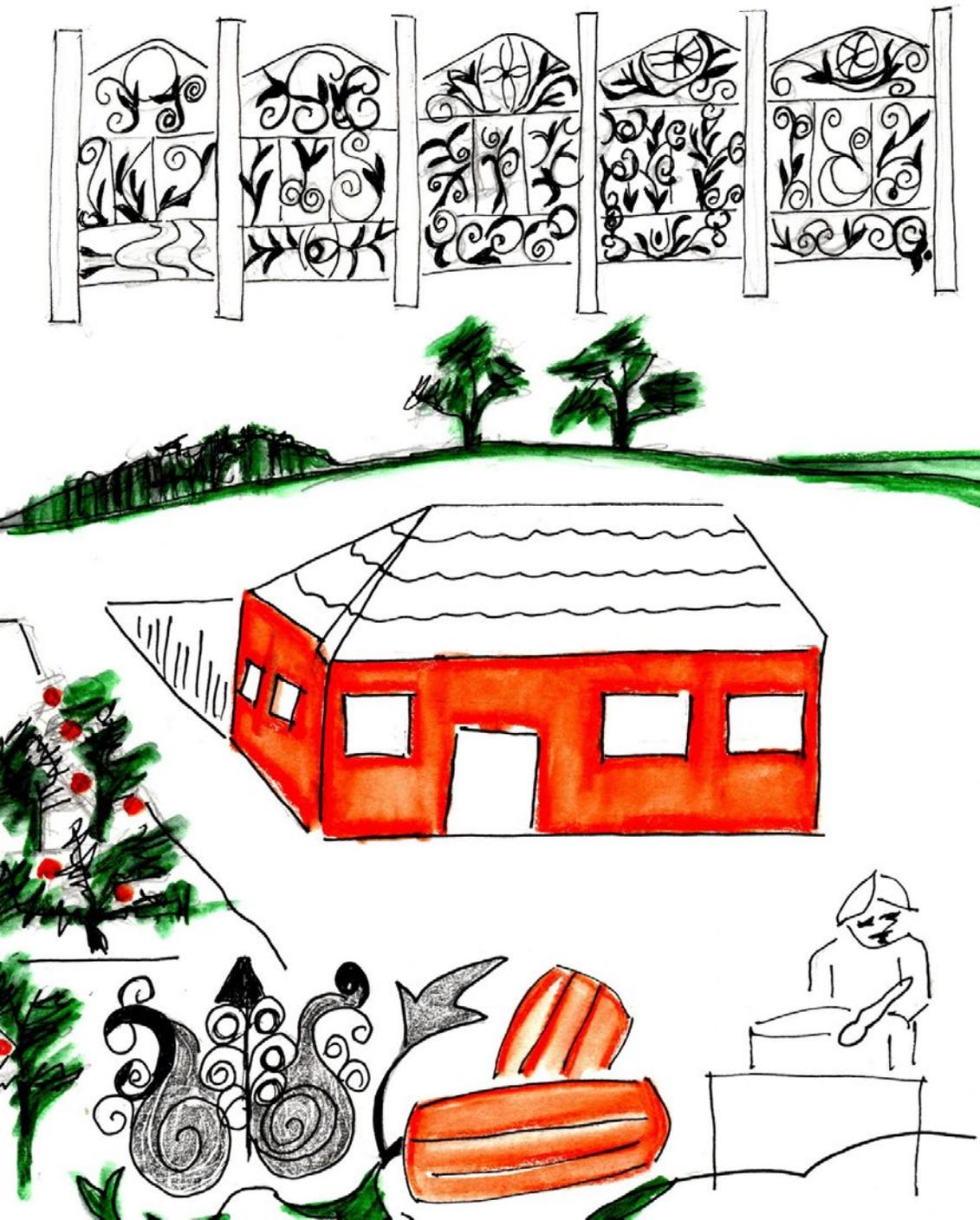
A GRUTA DE OXUM

A terceira parada foi a “Gruta de Oxum”, construída em homenagem à mãe das águas doces, no ano de 1987. Aquele espaço é símbolo das lutas que o povo de terreiro tem travado para ocupar a cidade. As inúmeras depredações relatadas pelo interlocutor Leandro de Xangô são expressões da intolerância religiosa e do racismo estrutural que permeiam as relações raciais em Jaguarão, o que se manifesta nos ataques às expressões religiosas de matriz africana. (KOSBY, 2017). Apesar disso, a presença do monumento ao lado da Ponte Internacional Mauá é fonte de resistência.

A imagem de Nossa Senhora da Conceição está simbolizando Oxum pela prática do sincretismo religioso, dos escravos africanos até os dias atuais.







CERRO DO MATADOURO ALMOÇO NA CASA DA VÓ MARIA

Poema 17

O pequeno limoeiro de
frutas amarelas e
casca grossa
é bom pra gripe
disse a abuela
colhi
e acabei encontrando o paraíso a
casa do campo
é simples
tem o lorde
fumaça
mato
gamerial
cebola
y recuerdos

vamos chegar* de longe
vejo da
estrada miro
desde lejos
o pátio calmo
[faz anos que não tem o
milharal]
corro até os fundos
perto da cacimba
só para ver o limoeiro está
lista
a hora de aprontar o chá

*Lembrança de
Mário Falcão



CLUBE 24 DE AGOSTO

Partimos para o Clube 24 de Agosto, quarta parada. Seu Madruga, presidente do Clube, falou sobre as lutas e resistência ao longo dos cem anos de existência do 24. Este Clube Negro foi fundado em 1918, por um grupo de amigos liderados por Theodoro Rodrigues e Malaquia de Oliveira, muitos desses homens estavam ligados ao exército, porém eram impossibilitados de frequentar os demais espaços festivos, recreativos e de sociabilidade de cidade (NUNES, 2010).



CORTE DO CLUBE 24 DE AGOSTO

Os bailes de carnaval são motivo de orgulho do passado e de projeção para o futuro. No presente, os bailes de domingo têm lugar de destaque entre os eventos promovidos. Com o reconhecimento patrimonial dado pelo Rio Grande do Sul, em 2012, e a constituição do Ponto de Cultura, as demandas de reconhecimento foram direcionadas para a arena do Estado, o que já ocorria desde a fundação, por meio da presença e persistência dos coletivos negros em luta por espaços para sociabilidade e realização de práticas cotidianas. Mais do que isso, cabe aqui ressaltar a importância do lugar para a manutenção da memória e história da cultura negra na cidade.



ÀS MARGENS DO JAGUARÃO

O caminho, percorrido pelas margens do rio Jaguarão, próximo ao Clube 24 de Agosto, contempla a Ponte Internacional Mauá por onde todos os dias circulam pessoas, objetos, alimentos e culturas.

As margens do rio é colorida por barcos que transportam pessoas, objetos e culturas.







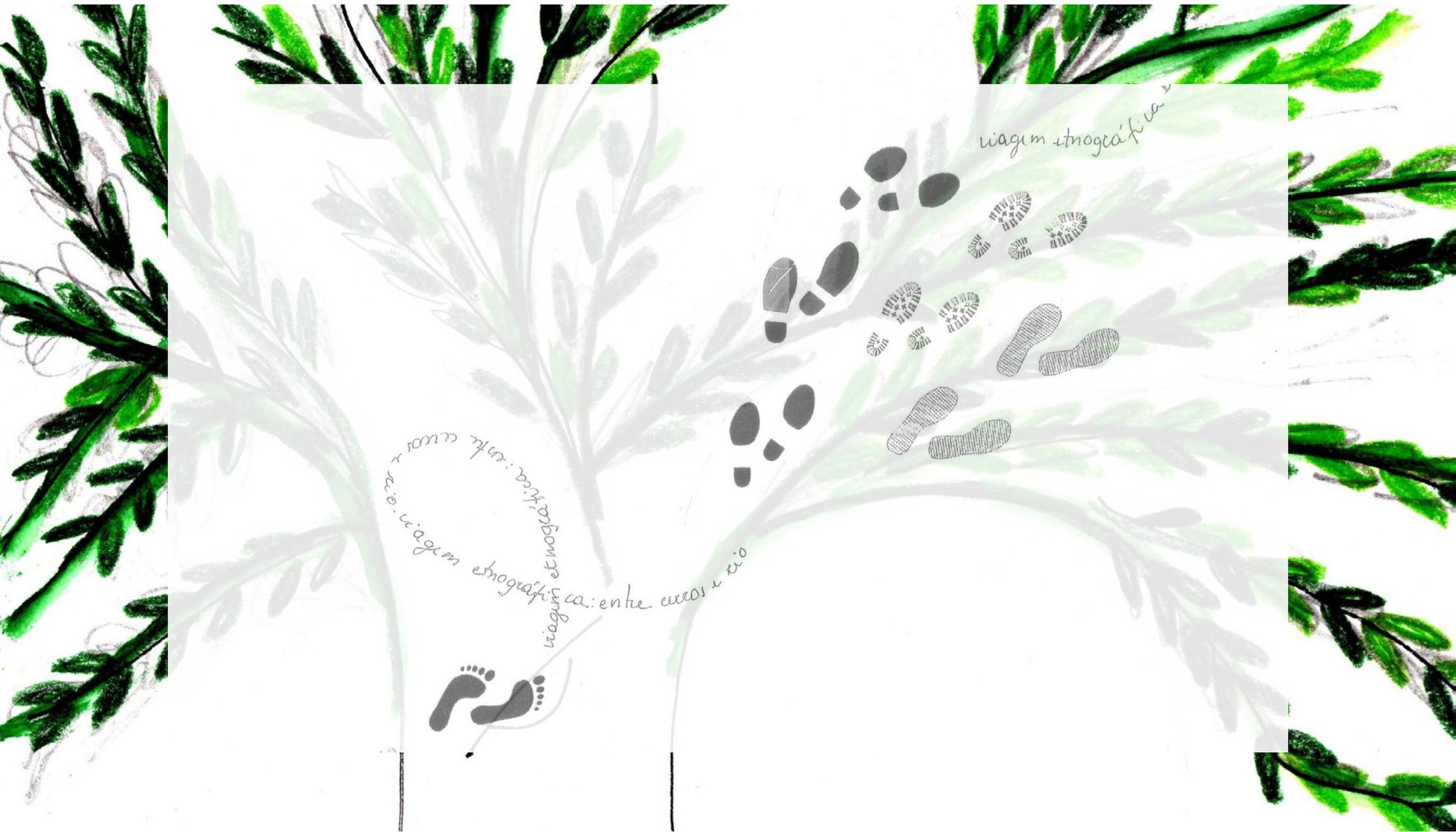


Refletida nas águas a cidade vizinha de Rio Branco, nos remete à palavra *Nosotros*: nós no outro, segundo Aldyr Schlee. A alteridade refletida naquilo que constitui a fronteira, vendo nós mesmos no reflexo do lado de lá do rio e vendo os outros no reflexo do lado de cá, vendo e sendo visto.



AS FIGUEIRAS DO MERCADO

As margens do rio nos levam às figueiras centenárias que circundam o antigo Mercado Público. Ali, a escravidão está presente em toda sua materialidade: os grilhões sempre prontos para prenderem as formas de ser e de estar na cidade.





ILÊ DA MÃE NICE DE XANGÔ

A última parada foi no Ilê Axé Mãe Nice D' Xangô, fundado em 26 Setembro de 1987. Lá, os interlocutores são enfáticos ao relatarem a importância de se afirmar nos espaços públicos, demarcando a negritude na e da cidade. A luta contra o preconceito religioso e racial passa pela necessidade da união e do encontro como motor das práticas do cotidiano.

O terreiro de candomblé traz um combinado de cores, cheiros e sensações, compartilhados por meio da realização de um amalá (comida de Santo), oferecido ao grupo. A ancestralidade que ecoa ali dentro resiste também em cada pedaço de Jaguarão, centenária e construída com a exploração do trabalho escravo, apesar das sistemáticas tentativas de silenciamento.

ILÊ DA MÃE NICE DE XANGÔ





CIDADE HABITADA

A Jaguarão observada é uma Jaguarão em que existem muitos nós: múltiplas formas de ser, de habitar e de estar na cidade. Algumas sutis como uma bruma, outras com a potência de um Rio.

O que interessa aqui é a cidade tão somente conforme ela é praticada. A partir do ponto de vista das comunidades e coletivos negros, é possível identificar novas possibilidades de circulação e de existência pela cidade, acompanhando percursos de vidas marcados pelo preconceito, pela resistência e pela sociabilidade.





REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFONSO, Louise; RIETH, Flávia. Narrativas de Pelotas e Pelotas Antiga: a cidade enquanto bem cultural. SCHIAVON, C. B.; PELEGRINI, S. (Orgs.). **Patrimônios plurais: iniciativas e desafios**. Rio Grande: Ed. da FURG, p. 131-147, 2016.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. V. 1. Petrópolis: Vozes, 2007.

DAWSEY, John. A grota dos novos anjos mineiros: imagens do campo na cidade. **Revista USP**, São Paulo, v. 69, n. 69, p. 135-148, 2006.

DAWSEY, John. Bonecos da Rua do Porto: performance, mimesis e memória involuntária. **Ilha**, Floripa, v. 13, n. 1, p. 185-219, 2012.

INGOLD, Tim. O dédalo e o labirinto: caminhar, imaginar e educar a atenção. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 21, n. 44, p. 21-36, 2015.

KOSBY, Marília Floor. **Alma-carçoço: peregrinações com cabras negras pelo extremo sul do Brasil**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

NUNES, Juliana dos Santos. **“Somos o Suco do Carnaval”**: A marchinha carnavalesca e o cordão do Clube Social 24 de Agosto. Monografia (Licenciatura Plena em História) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.

SCHLLE, Aldyr Garcia. **Contos de Verdades**. Porto Alegre: Editora Ardotempo, 2011.

TURNER, Victor. **Dramas, campos e metáforas: ação simbólica na sociedade humana**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.



Créditos do Diário

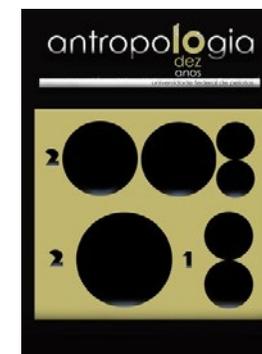
Textos: Joanna Munhoz Sevaio, Vagner Barreto, Juliana dos Santos Nunes, Simone Fernandes Mathias, Patrícia Santos da Rosa, Airton Rodrigues Cardoso.

Desenhos: Flávia Maria Silva Rieth

Fotografia e Poema 17: Juliana dos Santos Nunes

Edição: Flávia Maria Silva Rieth e Juliana dos Santos Nunes

Revisão: Vagner Barreto





ENSAIOS VISUAIS



ENCONTROS QUE CONSTROEM PESQUISAS

Encounters that build researches

Wagner Ferreira Previtali

Bacharel em Cinema e Audiovisual, Universidade Federal de Pelotas (UFPeI), Brasil.

E-mail: wagnerfprevitali@gmail.com.

Martha Rodrigues

Bacharel em Antropologia/Arqueologia, Universidade Federal de Pelotas (UFPeI), Brasil.

E-mail: martharof@hotmail.com.

Louise Prado Alfonso

Docente do Departamento de Antropologia e Arqueologia, Universidade Federal de Pelotas (UFPeI), Brasil.

E-mail: louiseturismo@yahoo.com.br.

Áltera, João Pessoa, v. 2, n. 9, p. 274-290, jul./dez. 2019.

ISSN 2447-9837

RODA DE CONVERSA “ENTRE ELAS: COTIDIANO E TRAJETÓRIAS”





MARGENS: DIFERENTES FORMAS DE HABITAR PELOTAS

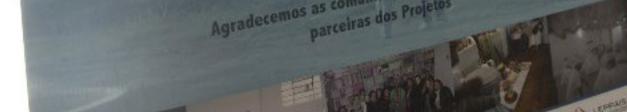
Ficha técnica

Curadoras: Louise Prado Alfonso e Flávia Maria Silva Reis
Design Gráfico: Guilherme Rodrigues de Rodrigues, Marta Bonow Rodrigues e Hamilton Bittencourt
Revisão: Wagner Barreto e Paola Fernandes
Projeto de Pesquisa: Margens: grupos em processos de exclusão e suas formas de habitar Pelotas
Projetos de Extensão:

- Mapeando a noite: o universo travesti
- O trabalho doméstico entre o passado e o presente
- Narrativas do Passo dos Negros: exercício de etnografia crítica para antropólogas em formação
- Terra de Santo: patrimonialização de terreiro em Pelotas
- A questão afroindígena na escola: oficinas com multiplicadores sobre identidade, patrimônio e arqueologia.

Contatos: lab.geeur@gmail.com - facebook.com/geeurlab

Agradecemos as comunidades de Pelotas que são parceiras dos Projetos



AS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS E SUAS NARRATIVAS



Uma profissão importante para Pelotas, que tem atuação historicamente desvalorizada, é o trabalho doméstico. A luta das trabalhadoras domésticas é por melhorias de trabalho, reconhecimento legal e social da profissão e contra a ideia de um trabalho indigno ou inferior.

As trabalhadoras domésticas têm muito a nos contar sobre a cidade. Várias trabalhadoras já passaram pelos casarões que hoje são considerados patrimônio de Pelotas, assim como em tantas outras casas. Conhecem de perto cada detalhe do interior destes locais. Viveram histórias alegres e tristes; de preconceito e de afeto.

A informalidade do vínculo trabalhista traz fragilidades às condições de trabalho, muitas vezes horários não são respeitados, tarefas extras são solicitadas, valores são menores do que deveriam... Essas trabalhadoras domésticas acabam por conviver mais tempo com as famílias empregadoras, do que com as suas próprias.

Por meio do cotidiano, as trabalhadoras misturam suas vidas com as histórias contadas sobre Pelotas. Elas conhecem e constroem uma cidade diferente, cheia de trajetos, caminhos, histórias, memórias. Por isso, suas narrativas também são importantes.

**Têm trabalhadoras domésticas na tua família? Tu conhece a história de vida desta pessoa?
Quem faz as atividades domésticas na tua casa?
Ela tem carteira assinada?**

<p>Precisa-se</p> <p>Busca-se uma pessoa para trabalhar em casa, com experiência em limpeza e organização doméstica. Interessados, favor entrar em contato com o telefone: (51) 3211-1111.</p>	<p>PRECISA-SE</p> <p>de uma pessoa para trabalhar em casa, com experiência em limpeza e organização doméstica. Interessados, favor entrar em contato com o telefone: (51) 3211-1111.</p>	<p>VENDE-SE</p> <p>uma pessoa para trabalhar em casa, com experiência em limpeza e organização doméstica. Interessados, favor entrar em contato com o telefone: (51) 3211-1111.</p>
---	---	--



Trabalho: Ana Maria Felício de Castro, Janice Paula Almeida, Maria Rosiney Rodrigues, Maria Luiza Oler, Nilson Ribeiro Soares, Patrícia, Tereza, Priscilla Mattias, Flávia Maria Silva Berti (Coordenadora)









RODA DE CONVERSA “RELIGIÕES DE MATRIZ AFRO E SUAS RELAÇÕES COM A CIDADE”







RODA DE CONVERSA “PASSO DOS NEGROS: VIDA ÀS MARGENS DO SÃO GONÇALO”









RODA DE CONVERSA “CORPOS QUE IMPORTAM - PRESENÇA TRAVESTI NAS SALAS DE AULA”





ENCONTROS QUE CONSTROEM PESQUISAS

O projeto de pesquisa “Margens: Grupos em processo de exclusão e suas formas de habitar Pelotas”, conta com o apoio da FAPERGS (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul), e busca pensar as cidades a partir de suas margens. O projeto é desenvolvido no âmbito do GEEUR (Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos), vinculado à Universidade Federal de Pelotas, Rio Grande do Sul. A equipe do Margens realiza anualmente o evento “Cidades em Transe”. Contou em 2017 com sua primeira edição, aqui apresentada. O evento, que teve como tema “conflitos e resistências”, é pensado a partir de rodas de conversa que propiciam a ampliação do debate entre comunidades diversas e entre alunos e profissionais da universidade. As fotos aqui apresentadas são referentes a essas atividades realizadas. As comunidades representadas são nossas interlocutoras nos diferentes projetos de extensão: O Trabalho Doméstico entre o Passado e o Presente; Terra de Santo: Patrimonialização de Terreiro em Pelotas; Mapeando a Noite: o Universo Travesti, e Narrativas do Passo dos Negros: Exercício de Etnografia Coletiva para Antropólogas e Antropólogos em Formação. A fotografia se dá aqui como uma maneira de evidenciar e destacar esses diversos grupos e de registrar um momento importante, o de encontros e conversas. Os projetos, que surgiram a partir de demandas das comunidades, apresentam o diálogo extramuros desde seus inícios, buscando enfatizar a presença (ou ausência) de certos grupos na cidade.

Pelotas, cidade da região sul do Brasil, é conhecida pelo seu centro histórico, por seus grandes casarões, pela presença doceira e pelo charque. Nessas narrativas oficiais, são raros os momentos em que são mencionados/as aqueles/as que construíram estes casarões, aquelas mulheres que faziam e fazem os doces mantendo a tradição doceira, dos homens que abatiam o gado para o charque, das pessoas que vieram forçadas de outras regiões do mundo para o trabalho escravo. Em nossas rodas de conversa falamos sobre as relações desses grupos com a cidade, os moradores e moradoras que conhecem as lendas e as histórias da região do Passo dos Negros, os trajetos e as vivências das mulheres trabalhadoras domésticas, a ausência de pessoas trans e travestis dentro das salas de aula e a diversidade entre as casas de religião de



matriz africana, assim como a invisibilização do povo negro.

Buscamos em nossas atividades fortalecer a relação entre ensino, pesquisa e extensão, valorizando a multidisciplinaridade das pesquisas. É o resultado dessas primeiras atividades que estão aqui expostos.

Recebido em: 18/04/2019.

Aceito para publicação em: 12/07/2019.





**FOTOGRAFIA E FOLCLORE: UM ESTUDO FOTOETNOGRÁFICO COM O
“GUERREIRO SÃO PEDRO ALAGOANO”**

*Photography and folklore: a photoethnographic study with the
“Guerreiro São Pedro Alagoano”*

Tayná Almeida de Paula

Graduanda em Ciências Sociais - Bacharelado/Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Brasil.

E-mail: taynalmeida.cs@gmail.com

Áltera, João Pessoa, v. 2, n. 9, p. 291-299, jul./dez. 2019.

ISSN 2447-9837



Cícero Manoel – Mateu.
Tayná Almeida, 2017.



Dona Marlene – Rainha.
Tayná Almeida, 2017.



Seu Lau – Palhaço.
Tayná Almeida, 2017.





Dona Marlene – Rainha.
Tayná Almeida, 2017.





Seu Cícero Manoel - Mateu; Seu Lau - Palhaço; Seu Edval - Mestre.
Tayná Almeida, 2017.



Dona Dolores - Coordenadora do Guerreiro Vencedor Alagoano.
Tayná Almeida, 2017.



Seu Lau - Palhaço do Guerreiro São Pedro Alagoano.
Tayná Almeida, 2017.



Maria Cícera - Estrela de Ouro; Cícero José - Embaixador; Seu Lourenço - Mestre do Guerreiro Vencedor Alagoano, João Paulo - Figura, Dona Dolores - Coordenadora do Guerreiro Vencedor Alagoano e Dona Luciene - Contramestre. Tayná Almeida, 2017.



Seu Lourenço - Mestre do Guerreiro Vencedor Alagoano.
Tayná Almeida, 2017.



Seu Lau - Palhaço do Guerreiro São Pedro Alagoano.
Tayná Almeida, 2017.

FOTOGRAFIA E FOLCLORE: UM ESTUDO FOTOETNOGRÁFICO COM O “GUERREIRO SÃO PEDRO ALAGOANO”

O presente ensaio visual é desdobramento inicial de um trabalho construído concomitantemente ao projeto “Memória e fotografia no Folclore Alagoano: da preservação ao compartilhamento de imagens”, de 2017, com o grupo intitulado “Guerreiro São Pedro Alagoano”, coordenado por Dona Marlene e localizado na periferia de Maceió/AL. O folgado popular de nome guerreiro apresentou seu período de efervescência entre os anos de 1930 e 1960, em um contexto que corrobora com a ascensão do Movimento Folclórico Brasileiro, marcado pela militância na visibilidade da “cultura popular”. Hoje, ainda que em menor frequência, além do Guerreiro São Pedro, permanecem ativos alguns grupos na capital do Estado, como o “Guerreiro Vencedor Alagoano”, coordenado por Dona Dolores. Ambos os grupos reúnem em seus ensaios uma diversidade de crianças, adultos e majoritariamente pessoas em idade avançada, que trazem consigo o sentimento de preservação desse patrimônio imaterial e contradizem, a partir de sua própria atividade, os discursos saudosistas relacionados à retórica da perda. Os registros imagéticos, que serviram como forma de interagir e “descobrir” o grupo, surgiram através do mapeamento dos guerreiros ativos em Alagoas, e conseqüentemente, da minha frequência nos ensaios do Guerreiro São Pedro na condição de fotógrafa e pesquisadora. O projeto contou com o compartilhamento dessas fotografias como forma de compreender as memórias e narrativas acionadas nesse processo. Nesse sentido, além de apresentar um caráter documental do evento, trago nas imagens desses “brincantes”, integrantes dos dois grupos que se reúnem solidariamente para ensaiar, tudo aquilo que a partir de meu olhar, em diálogo com a Antropologia, poderia configurar como o grupo se organiza e se atualiza cotidianamente.

Recebido em: 15/02/2019

Aceito para publicação em: 17/11/2019



**CAMINHADA DOS TERREIROS DE PERNAMBUCO:
CONTRA A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA E O RACISMO**

***Walk of Terreiros De Pernambuco:
Against Religious Intolerance and Racism***

Fábio Cruz da Cunha

Graduando em Ciências Sociais (UFRPE). Licenciado em Letras (UFPE).
Bacharel em Direito e em Museologia (UFPE) e Pós-Graduado em Patrimônio,
Direitos Culturais e Cidadania (UFG). Tribunal de Justiça de Pernambuco, Brasil.

E-mail: cunhafc@ig.com.br

Roselia Adriana Barbosa da Rocha

Fotógrafa, Bacharel em Museologia (UFPE),
Pós-Graduanda em Museus, Identidades e Comunidades (Fundaj). Museu Cais do Sertão, Brasil.

E-mail: roseliamuseologa@gmail.com

Áltera, João Pessoa, v. 2, n. 9, p. 300-307, jul./dez. 2019.

ISSN 2447-9837



Gira para cerimônia do Padê de Exu
(dança em círculo a fim de saudar Exu no início de qualquer ritual das religiões de matrizes africanas).



Mãe Elza de Iemanjá – Coordenadora da Caminhada dos
Terreiros de Pernambuco - discursando no Ato Público.



Ritual que antecede a Caminhada dos Terreiros - Gira para cerimônia do Padê de Exu (dança em círculo a fim de saudar Exu no início de qualquer ritual das religiões de matrizes).







Adeptos chegando no local de concentração da Caminhada.







Avenida Guararapes, na área central do Recife, completamente tomada pelos participantes da Caminhada de Terreiro.



Defumação das frutas e flores do Ritual de Jurema feita pelo sacerdote Juremeiro, ritual que encerra a caminhada dos terreiros.



Detalhe do Palco do Pátio de São Pedro preparado para o ritual de Jurema.

CAMINHADA DOS TERREIROS DE PERNAMBUCO: CONTRA A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA E O RACISMO

A Caminhada dos Terreiros de Pernambuco é um evento que vem acontecendo há mais de uma década na cidade do Recife (capital de Pernambuco), abrindo as celebrações do mês da Consciência Negra em Novembro, buscando ser um instrumento na luta contra a Intolerância Religiosa no nosso Estado, na qual os fiéis, seguidores e sacerdotes das religiões de matrizes africanas vêm sofrendo no Brasil em especial pelos adeptos religiões neopentecostais. Seus organizadores são sacerdotes das nações de candomblé nagô, queto, jejê, angola, e da umbanda-jurema (religião de herança africana). O cortejo acontece na área central da cidade durante o horário vespertino, iniciando com um ato público e uma pequena cerimônia religiosa, saindo, em seguida, os participantes seguem os trios elétricos que vão cantando e louvando em toadas e zuelas os orixás.

Durante todo o ato acontecem discursos conscientizadores da obrigatoriedade do respeito religioso e informativos das leis e dos instrumentos legais que amparam estes povos. Os religiosos acompanham o cortejo trajados nas suas vestes rituais: calça de ração, kaftas, ojás, saias de baianas, turbantes, torços, xales de pano da costa, alakas, adjás e suas guias ou voltas de contas de seus orixás. É um evento que tem caráter político-ideológico na luta contra o racismo, e principalmente em favor do direito de liberdade religiosa dos povos das religiões de matrizes africanas.

Todas as imagens são de 2016, feitas por Roselia A. Rocha.

Recebido em: 13/02/2019

Aceito para publicação em: 17/09/2019





RESENHAS



RESENHA

**ELLWANGER, Tiana Maciel. *Jornadas de junho: 5 anos depois.*
Rio de Janeiro: Autografia, 2018. 336p.**

Rianna de Carvalho Feitosa
Mestranda em Antropologia pela Universidade Federal da Paraíba (PPGA/UFPB).
E-mail: riannadecarvalho@gmail.com

Áltera, João Pessoa, v. 2, n. 9, p. 309-316, jul./dez. 2019.

ISSN 2447-9837

A vantagem de lançar um livro cinco anos após os principais acontecimentos que ele narra é ter acesso ao seu futuro, isto é, ter conhecimento do desenrolar da história, da sucessão de fatos que a construíram, podendo, assim, compreender mais claramente as causas e os efeitos. Ao mesmo tempo, no período de cinco anos, os sentimentos da época ainda podem ser captados. Faz sentido recontá-los e revivê-los pela proximidade da história, porque tudo ainda se encontra muito vivo e o eco do passado ainda ressoa.

Esse foi o alvo da jornalista Tiana Ellwanger, que com seu livro *Jornadas de junho: 5 anos depois*, busca compreender o que foram as manifestações iniciadas em junho de 2013, considerando todas as suas complexidades. O livro é fruto de uma dissertação de mestrado em comunicação, defendida em 2017, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. A dissertação foi editada e adaptada e o livro lançado no dia 20 de junho de 2018 – exatos cinco anos após o ápice das manifestações que começaram a ganhar força em 6 de junho de 2013, na cidade de São Paulo, e que depois se espalharam por várias cidades no Brasil e no exterior.

Uma das principais preocupações da autora é a percepção de que as jornadas de junho foram um movimento que sofreu muito silenciamento e que estão sendo rapidamente esquecidas, além de estar se emaranhando na mente das pessoas, sendo facilmente confundido com as manifestações que aconteceram entre 2015 e 2016, por exemplo, que culminaram no *impeachment* da até então presidente Dilma Rousseff. Parte do livro foca na questão da memória, muito cara para Ellwanger. Ela nos conta que os primeiros vídeos que viu de transmissões ao vivo das manifestações no Rio de Janeiro hoje já não estão mais disponíveis. Isso desperta diversas questões sobre a perpetuação da memória alternativa à da TV e sobre como a história que hoje vivemos será contada daqui a alguns anos.

Muito afetada e impressionada pelas manifestações, ela mergulhou nas análises das mais diversas fontes de informação sobre os protestos e suas consequências, produzindo um texto muito rico, didático e envolvente, repleto de fotografias, de imagens, de notícias, de *prints* e de gráficos, além de histórias curiosas, narrativas e explicações de cunho teórico.

O livro se divide em quatro partes que pretendem contextualizar histórica e



socialmente as manifestações, analisando a forma como elas foram noticiadas pelas mídias e fazendo reflexões acerca do papel da memória e da contemporaneidade. O primeiro capítulo traz um retrato das manifestações, mostrando seus aspectos mais importantes, os principais acontecimentos e muitas informações sobre números, datas e locais. É uma verdadeira imersão nos protestos, que tenta compreender as suas múltiplas camadas, mostrando diversas dimensões e perspectivas, localizando-as sempre em seu contexto histórico e mundial. É também nesta parte que a autora procura captar o que moveu os manifestantes: suas causas, motivações e reivindicações. Os manifestantes de 2013 são identificados como uma maioria de jovens, de até 25 anos, com nível superior de ensino, que se informavam através das redes sociais e sem preferência declarada por partido político.

No segundo capítulo é feito um paralelo entre a Mídia Ninja (MN) e o Jornal Nacional (JN) - dois canais de comunicação que possuem perfis bem distintos, sendo a Mídia Ninja considerada um canal alternativo à grande mídia, firmando um posicionamento alinhado à esquerda política e o Jornal Nacional um dos maiores representantes da mídia tradicional e dos interesses de uma parcela mais conservadora da população. A autora evidencia a disparidade das suas maneiras de narrar a história. São contrapostos os modelos narrativos utilizados por cada um e seus padrões estéticos, de aproximação e de interpretação: o jornalismo tradicional com um olhar panóptico – sempre localizado no alto e longe dos manifestantes –, trazendo poucas vozes e fazendo defesa das instituições, do patrimônio público e, especialmente, do privado; e a mídia alternativa com sua parcialidade declarada, trazendo coberturas ao vivo, cheias de emoção, sem edição, feitas de dentro dos protestos e com a presença de gritos e vozes dos mais diversos.

Já o terceiro capítulo foca na memória, querendo desvendar como funciona o dispositivo mnemônico. A autora aponta a importância das emoções na fixação das memórias, esclarecendo que ela não é neutra e, ainda, que se transforma ao longo do tempo. Também é feita uma análise de como a memória tem se modificado, em uma época de valorização intensa do tempo presente (presentismo) e na qual a maior parte das pessoas têm acesso a dispositivos com câmeras – o que permite que os registros se intensifiquem e se multipliquem, podendo causar o que ela aponta como



sendo uma fragmentação da memória. Ademais, são apresentados e trabalhados novos fenômenos, tais como memória digital, pós verdade, *fake news*, filtro bolha etc. Por fim, na conclusão, somos convidados a refletir sobre a contemporaneidade, o presentismo e o futuro da memória.

O objeto de pesquisa escolhido por Tiana Ellwanger é difícil de ser compreendido e definido. Isso porque as manifestações populares sobre as quais ela escreveu estão circundadas por contradições e polêmicas e porque, juntas, produziram um período inédito e inesperado – algo que nenhum acadêmico, político ou analista poderia ter previsto. Foram atos grandiosos, com potencial de mudar para sempre o futuro do país. A abordagem realizada pela pesquisadora é original, diferenciando-se das outras publicações sobre o tema por não seguir uma análise em forma de “linha do tempo”. Ellwanger reúne uma infinidade de fontes, transitando pelos fatos colhidos, indo e vindo no tempo, na tentativa de elucidá-los para o leitor. Ela não se limita às narrativas, destacando elementos relacionados à estética, aos corpos, às performances, aos gritos etc. Somos convidados a passear por dados brutos, mapas, chamadas para eventos do *Facebook*, *posts*, comentários, *tweets*, textos de *blogs*, cartazes, *pixações*, *lambe-lambes*, *print* de vídeos do *Youtube*, notícias, reportagens, capas de revista...

Na intenção de localizar historicamente as manifestações e rastrear antecedentes, ela nos relembra de eventos como a Revolta do Buzu, que aconteceu em Salvador em 2003; a Revolta da Catraca, de 2004 em Florianópolis; a fundação do Movimento Passe Livre (MPL), por ocasião do Fórum Social Mundial de 2005, em Porto Alegre; e outros movimentos similares que tiveram lugar em Vitória (2006), Teresina (2011), Aracaju e Natal (2012) e Porto Alegre e Goiânia (início de 2013). Além deles, a autora traz protestos mais antigos como a Revolta do Vintém, ocorrida entre 1879 e 1880, e a Revolta das Barcas, de 1959, no Rio de Janeiro e em Niterói, respectivamente.

Todos esses eventos acima citados têm em comum motivações ligadas ao mau serviço e às altas tarifas do sistema de transporte público. No entanto, os protestos de junho de 2013 parecem se diferenciar em muito de todos os que os antecederam. Foram as maiores manifestações vividas no Brasil desde 1992. Mas quando



comparadas a outros movimentos (que apresentavam causas claras, narrativas mais fechadas e reivindicações específicas), as jornadas de junho parecem uma grande incógnita: quando se olha para trás não é possível falar com completa certeza sobre o que aconteceu. As ações surgiram a partir de “uma centelha de indignação”: o aumento de 20 centavos no valor da passagem de ônibus em diferentes capitais, mas se tornaram muito mais do que se poderia imaginar.

2013 trouxe uma série de rupturas e mudanças e sua dinâmica mais se assemelha ao que a autora chama de “protestos em rede”, a exemplo do que ficou conhecido como Primavera Árabe; o movimento *Occupy Wall Street*; o movimento de secundaristas do Chile; *Los Indignados*, na Espanha etc. Foram protestos que aconteceram simultaneamente em todo o país, atingindo cerca de 611 cidades, sendo 583 no Brasil e 73 em outros locais do mundo, mobilizando mais de 1,5 milhão de pessoas. Tiana Ellwanger aponta também a característica autorreflexiva do movimento, composto por manifestantes questionadores, que valorizavam os processos decisórios e pensavam sobre as ações realizadas e os resultados alcançados, organizando assembleias populares, grupos de trabalho organizados por eixos temáticos, votações etc.

Ellwanger avalia que a repressão desproporcional da polícia, logo nos primeiros dias de protesto, funcionou como gatilho para o aumento do número de manifestantes nos dias que se seguiram. As imagens da violência policial, compartilhadas largamente pela internet, teriam contribuído para gerar um sentimento de solidariedade entre as pessoas. Esse sentimento teria feito com que cada vez mais gente decidisse participar dos protestos.

Com o crescimento dos protestos, a pauta inicial, dos 20 centavos, foi sendo sobreposta por outras. Surgiram as mais diversas reivindicações que partiam de diferentes interesses. A autora define os protestos como multicausais e apresenta cinco macrotemas que abarcariam o que estava sendo pedido nas ruas: política, economia, direitos básicos, liberdades individuais e copa do mundo. As pautas tinham uma coisa em comum: a negação e rejeição do *status quo* e o desejo de algo “novo”. Esse desconforto com a contemporaneidade estaria baseado na falta de um sentimento de representatividade política e na insatisfação com as respostas que a democracia estava gerando. Isso somado à sensação de conexão e empoderamento dada pelo acesso



às redes sociais, criou um ambiente propício para uma reinvenção da participação política, “rebeldes sem uma causa comum” enxergaram nas ruas uma possibilidade de efetuar as mudanças que desejavam.

O foco das análises presentes no livro está no período de junho de 2013 a fevereiro de 2014. São levadas em consideração todas as manifestações ocorridas nesse espaço de tempo, mas, em especial, aquelas que aconteceram no Rio de Janeiro. A autora examinou 45 edições do Jornal Nacional e mais de 30 horas de vídeos das transmissões realizadas pela Mídia Ninja para realizar um balanço das diferenças e semelhanças das abordagens de cada cobertura. Sua principal preocupação era compreender como as manifestações foram retratadas pela mídia tradicional e pela mídia alternativa e como isso pode influenciar na forma como percebemos e lembramos desses acontecimentos.

Somos convidados a repensar se a democratização do acesso à informação é sinônimo de liberdade. Nos perguntar se algumas informações não são capazes, de forma contraditória ao que se propõem, de nos aprisionar e de limitar nosso pensamento. Reavaliar a forma como absorvemos notícias e informações e perceber se nossas opiniões não estão sendo manipuladas. Somos apresentados a conceitos como o de grande mídia, mídia alternativa e *fake news*, instruídos sobre o funcionamento de algoritmos, robôs e filtros bolha. Percebemo-nos perturbados por uma pergunta: como as novas tecnologias influenciam na democracia?

A grande mídia, representada pelo Grupo Globo e, em especial, pelo Jornal Nacional (programa televisivo de maior audiência da televisão brasileira) é uma das principais outorgantes do “fazer histórico”. Sendo assim, são importantes os apontamentos feitos no livro sobre o direcionamento e as abordagens das reportagens apresentadas no JN. É evidenciada a edição e os cortes realizados nas entrevistas transmitidas, a ausência da voz dos manifestantes ou dos usuários de transporte público e o foco excessivo dado aos episódios do que chamam “vandalismo” e aos transtornos causados no trânsito das grandes cidades pelos protestos. Nas interpretações apresentadas por Ellwanger, as reportagens do JN evitavam apresentar as causas, contextos e reivindicações das manifestações, demonstrando maior interesse na defesa do patrimônio do que na integridade física e psicológica dos participan-



tes. O redirecionamento da atenção para os atos de vandalismo e para a dicotomia “manifestantes versus policiais” silenciaria as pautas das ruas e as vozes dos manifestantes, apagando o caráter político dos atos narrados.

Do lado oposto é apresentada a mídia alternativa, representada pela Mídia Ninja. Ninja é acrônimo para Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação, grupo que se apresenta como uma rede de comunicadores que produz e distribui informações em movimento, agindo e comunicando. A MN se autodeclara midiativista e tem a parcialidade como princípio (acredita que nenhuma construção humana tem a capacidade de ser imparcial). Sendo assim, seus participantes admitem ser parte integrante dos movimentos que reportam, abraçando a subjetividade e prometendo um olhar horizontal e maior proximidade aos acontecimentos narrados, no intuito de mostrar como é “estar lá”. As divulgações da MN acontecem integralmente pela internet, a partir de plataformas independentes, via *streaming*.

A autora aponta que o surgimento de redes de jornalismo experimental e independente, como a MN, criam um novo fenômeno comunicacional. Tais fenômenos demonstraram ter implicações políticas, por criarem uma arena na qual cada vez mais pessoas ganham voz. As transmissões ao vivo também modificam o *status* de verdade do que é repassado pelas mídias para a população: acompanhar os acontecimentos em tempo real confere maior credibilidade aos acontecimentos. Os expectadores experimentam a sensação de estar nas ruas. O *streaming*, segundo a autora, também é capaz de despertar os sentimentos de empatia e de ressonância. Os acontecimentos acompanhados sem edição ou cortes reverberam mais facilmente nos que assistem, contagiando-os e despertando sentimento de solidariedade.

A ressonância, nos explica Tiana Ellwanger, ajuda a fixar os eventos na memória, pois os torna fundamentalmente ligados a emoções e a afetos desenvolvidos. Testemunhos que antes eram experienciados por um único indivíduo agora podem ser infinitamente reproduzidos e compartilhados. É uma rede policêntrica, unida pela internet, pelas emoções e pelo reconhecimento de alguns heróis e mártires em comum. Entre eles aparecem nas narrativas do livro Rafael Braga, Elisa Quadros, Amarildo, Marielle Franco e Santiago Andrade.

As emoções e os sentimentos aparecem como elementos-chave na tentativa



de entender os mecanismos da memória e seus futuros possíveis. A autora se pergunta e nos faz refletir sobre como e o que determina o que lembramos e o que esquecemos. Evidencia que a nossa forma de lembrar das coisas vem se modificando, por influência do fluxo contínuo de informações às quais somos expostos. Compreender que a memória se transforma ao longo do tempo e que ela não é neutra é essencial para identificá-la como mais um campo de disputa e assimilar que ela pode ser modulada pelas intencionalidades de grupos, de acordo com interesses específicos.

Nessa onda de acontecimentos sobre os quais trata o livro de Ellwanger, o esquecimento parece ser mais grave do que a lembrança. Não há forma de assegurar que boa parte das gravações e outras formas de registro das manifestações continuará arquivada em meios digitais e disponível para a população por muito mais tempo. Vivemos na era da efemeridade programada, quando as coisas e os conteúdos parecem ter data certa para expirarem. Essa fragilidade, somada ao que a autora chama de esquecimento midiático e às diversas tentativas de desqualificar e menosprezar os protestos já no período em que estavam se desenrolando, parecem condenar 2013 a ter seus valores históricos e sua memória cada vez mais menosprezados.

Parecemos tão distantes e, ao mesmo tempo, tão próximos de 2013. Essa distância pode ser intensificada pelo presentismo, sentimento que se opõe ao futurismo, que glorificava o que estava por vir. No presentismo pouco nos importa o que houve e o que virá, o que importa é o agora, somos preenchidos pela quantidade de informações que absorvemos diariamente. Deste modo, o presentismo torna tanto a história quanto o futuro cada vez mais distantes e desimportantes.

Em movimento oposto, *Jornadas de junho: 5 anos depois* existe para mostrar que o estudo do passado ajuda a compreender melhor o presente. E deixa em nossas mentes perguntas parcialmente respondidas, mas que devemos permitir que continuem ressoando: Como as manifestações de 2013 mudaram o país? Quem eram os manifestantes e por que estavam lá? O que eles pensavam e reivindicavam? Em que essas manifestações diferem de outras manifestações populares? O que elas têm de especial? Qual é a relação desses protestos com acontecimentos posteriores, como o impeachment de Dilma Rousseff, a morte de Marielle Franco e, agora, a eleição de Jair Bolsonaro como presidente do Brasil?

